



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-  
AMERICANOS (PPG IELA)**

**AS COMUNIDADES ÁRABES MUÇULMANAS DE FOZ DO IGUAÇU NO  
CONTEXTO DE SECURITIZAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA  
UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE AMEAÇAS**

**RAFAELA CRISTINA SILVA DE SOUZA**

Foz do Iguaçu

2017

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS LATINO-  
AMERICANOS (PPG IELA)**

**AS COMUNIDADES ÁRABES MUÇULMANAS DE FOZ DO IGUAÇU NO  
CONTEXTO DE SECURITIZAÇÃO DA “TRÍPLICE FRONTEIRA”  
UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE AMEAÇAS**

**RAFAELA CRISTINA SILVA DE SOUZA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

Orientador: Prof. Doutor Paulo Renato da Silva

2017

RAFAELA CRISTINA SILVA DE SOUZA

**AS COMUNIDADES ÁRABES MUÇULMANAS DE FOZ DO IGUAÇU NO  
CONTEXTO DE SECURITIZAÇÃO DA “TRÍPLICE FRONTEIRA”  
UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DE AMEAÇAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Estudos Latino-Americanos.

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Prof. Doutor Paulo Renato da Silva  
UNILA

---

Prof. Doutora Regina Coeli  
UNIOESTE

---

Prof. Doutora Mirian Oliveira  
UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

Catálogo elaborado pela Divisão de Apoio ao Usuário da Biblioteca Latino-Americana  
de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA

Souza, Rafaela Cristina Silva de.

As comunidades árabes-muçulmanas de Foz do Iguaçu no contexto de securitização da "Tríplice Fronteira": uma perspectiva analítica da construção social de ameaças / Rafaela Cristina Silva de Souza. - Foz do Iguaçu, 2017.

197 f.

Orientador: Paulo Renato da Silva.

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH), Programa Dd Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG IELA).

Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH).

Programa Dd Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos (PPG IELA).

1. Segurança pública. 2. Terrorismo - ameaças. 3. Tríplice Fronteira. 4. Comunidades árabes-muçulmanas. I. Silva, Paulo Renato da, Orient. II. Título.

CDU

351.78(81:82:893)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, imensamente, ao meu amigo e professor orientador, Paulo Renato da Silva, por ter aceitado compartilhar comigo a caminhada desta pesquisa. À sua esposa e minha amiga Rosângela de Jesus e ao recém-chegado, bebê Theo, por compreenderem seus momentos de ausência enquanto analisava meus textos, mesmo durante os períodos de férias. Agradeço a todos os membros das comunidades árabes-muçulmanas de Foz do Iguaçu que se interessaram pela minha pesquisa e disponibilizaram seu tempo para compartilharem comigo, seus conhecimentos e história de vida. Agradeço, ainda, a maneira acolhedora como sempre fui recebida nas mesquitas e nos eventos organizados pelas comunidades. Agradeço à Rajaa Noureddine, minha amiga e professora de língua árabe, pelos esforços em me ajudar nessa difícil empreitada que é aprender uma língua tão diferente e tão fascinante. Agradeço à minha amada mãe, Dirce Maria, por todo apoio durante a minha caminhada da vida – não existem palavras suficientes para expressar. Aos meus amados avós, Maria da Glória e Nelson Silva, *in memoriam*, por constituírem a base de quem sou, hoje. Ao meu companheiro, Gabriel, por me compreender e apoiar em todos os momentos. Ao meu querido amigo e secretário do IELA, Newton, por todo apoio, ajuda e atenção, em todos os momentos. Ao professor Ramon Blanco, com quem aprendi muito em um ano de estágio docente e a quem devo agradecer por tantas conversas que foram fundamentais no desenvolvimento dessa pesquisa. Aos alunos de graduação de Relações Internacionais da UNILA pela oportunidade de compartilhar meus conhecimentos e, principalmente, aprender muito, durante o estágio docente. Aos meus professores da graduação, na PUC-RJ, por me despertarem o interesse pela pesquisa acadêmica. Aos meus professores do mestrado, na UNILA, por continuarem despertando meu interesse pela academia. Aos meus queridos amigos de classe, Marina, Saionara, Celeste, Victor, Abraham, Odi, Yuri, Elias e Hugo – de quem tive a honra de tornar-me comadre - por tornarem essa caminhada mais alegre e compartilharem comigo alegrias e ansiedades. Às minhas amadas amigas, Juliana, Larissa e Tatiana, pela parceria e amizade desde sempre e para sempre.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo promover uma análise da construção social da suposta ameaça terrorista islâmica na região de fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, também nomeada “Tríplice Fronteira”, sob uma perspectiva sociológica da Teoria da Securitização – considerando a configuração de circunstâncias incluindo o contexto, a disposição psicocultural das audiências, as relações de poder vigentes entre ator securitizador e as audiências e entre as diferentes audiências. A partir do foco nas unidades de análise das audiências e do contexto, é possível concluir que não houve a securitização, de fato, da ameaça terrorista na região, pelo Estado brasileiro. No entanto, a iniciativa de securitização promovida pelo principal ator securitizador- o governo norte-americano – e endossada pela mídia *mainstream* teve consequências negativas para as comunidades imigrantes árabes-muçulmanas. Pretendo mapear as mobilizações e articulações das diferentes audiências a fim de rechaçar os discursos securitizadores. Pretendo, ainda, compreender em quais aspectos, inclusive identitários, tais discursos implicaram – e ainda implicam – o dia-a-dia dessas comunidades na cidade brasileira de Foz do Iguaçu. A condução de entrevistas semi-estruturadas com membros das comunidades, moradores, empresários e comerciantes da região, assim como a análise de documentos arquivados da Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu foram ferramentas metodológicas fundamentais para a realização desse trabalho.

**Palavras-Chave:** Terrorismo; Securitização; Tríplice Fronteira; Comunidades Árabes-Muçulmanas;

## ABSTRACT

The present research aims to promote an analysis of the social construction of the alleged Islamic terrorist threat in the Tri-Border-Area (TBA), under a sociological perspective of Securitization Theory - considering the configuration of circumstances including the context, the psycho-cultural disposition of the audiences, the current power relations between the securitization actor and the audiences and between the different audiences. From the focus on the units of analysis of the audiences and the context, it is possible to conclude that there was no securitization, in fact, of the terrorist threat in the region, by the Brazilian State. However, the securitization initiative promoted by the main securitization actor - the US government - and endorsed by the mainstream media has had dire consequences for Arab-Muslim immigrant communities. It is intended, therefore, to map the mobilizations of the different audiences and to understand in which aspects, including identity, such discourses imply the life of these communities in the city of Foz do Iguaçu. The conduction of semi-structured interviews with community members, residents, entrepreneurs and merchants of the region, as well as the analysis of archived documents of the Municipal Library of Foz do Iguaçu were fundamental methodological tools to carry out this work.

**Key-Words:** Terrorism; Securitization; Tri-Border Area; Arab-Muslim Communities

Sabe-se que a maioria dos territórios árabes foi submetida ao domínio colonial. O colonialismo envidou nessas regiões os mesmos esforços para inculcar no espírito dos indígenas que sua história de antes da colonização era uma história dominada pela barbárie. A luta de libertação nacional acompanhou-se de um fenômeno cultural conhecido pelo nome de renascimento do Islã. A paixão com que os autores árabes contemporâneos se lançam à tarefa de recordar a seu povo as grandes páginas da história árabe é uma resposta às mentiras do ocupante. Os grandes nomes da literatura árabe foram inventariados e o passado da civilização árabe foi brandido com o mesmo arrebatamento, o mesmo ardor que o das civilizações africanas (Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra*)

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>14</b>
1.1 A ESCOLA DE COPENHAGUE E A AMPLIAÇÃO DA AGENDA DE SEGURANÇA INTERNACIONAL	14
1.2 CRÍTICAS À ESCOLA DE COPENHAGUE	26
1.3 ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DA TEORIA DA SECURITIZAÇÃO	29
1.3.1 NÍVEIS E UNIDADES DE ANÁLISE	38
<b>CAPÍTULO II: AS COMUNIDADES ÁRABES MUÇULMANAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA E AS NARRATIVAS HEGEMÔNICAS SOBRE TERRORISMO INTERNACIONAL</b>	<b>42</b>
2.1 A TRÍPLICE FRONTEIRA	42
2.2 AS COMUNIDADES ÁRABES MUÇULMANAS DA TRÍPLICE FRONTEIRA	44
2.3 A RESISTÊNCIA LIBANESA E O SURGIMENTO DO HIZBALLAH	57
<b>CAPÍTULO III: AS REPRESENTAÇÕES DA TRÍPLICE FRONTEIRA NAS NARRATIVAS SOBRE TERRORISMO INTERNACIONAL</b>	<b>82</b>
3.1 A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA “AMEAÇA”	82
3.2 A INTRODUÇÃO DO CONCEITO DE SAFE-HAVEN NO DISCURSO DO ATOR SECURITIZADOR	119
3.3 OS RECURSOS NATURAIS DA TRÍPLICE FRONTEIRA	122
<b>CAPÍTULO IV: ANÁLISE DAS AUDIÊNCIAS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA INICIATIVA DE SECURITIZAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA</b>	<b>127</b>
4.1 O PAPEL DA MÍDIA NO PROCESSO DE INICIATIVA DE SECURITIZAÇÃO: ENTRE O ATOR SECURITIZADOR E AS AUDIÊNCIAS	127
4.2 A AUDIÊNCIA FORMAL: SECURITIZAÇÃO OU INICIATIVA DE SECURITIZAÇÃO?	143
4.3 A MOBILIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA MORAL	160
4.4 OS IMPACTOS DA INICIATIVA DE SECURITIZAÇÃO NAS COMUNIDADES ÁRABES MUÇULMANAS DE FOZ DO IGUAÇU	166
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>179</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>182</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo promover uma análise da construção social da suposta ameaça terrorista islâmica na “Tríplice Fronteira”, sob uma perspectiva sociológica da Teoria da Securitização<sup>1</sup>, identificando quais são as principais implicações desse processo para as comunidades árabes-muçulmanas de Foz do Iguaçu. Cumpre apontar que a securitização implica, necessariamente, a adoção de medidas emergenciais e excepcionais de segurança a fim de conter a ameaça simbólica identificada. Nesse sentido, os Estados são os principais atores capazes de efetivar os processos de securitização. Analisando as práticas discursivas e não discursivas de construção da ameaça terrorista islâmica na região de fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, constatamos que os países em questão responderam de formas diferentes, em diferentes momentos, aos discursos do principal ator securitizador, o governo norte-americano. Considerando que a securitização, nesse caso, implicaria, a mobilização dos Estados nesse sentido, as condições institucionais domésticas devem ser avaliadas em separado para que haja clareza quanto ao endosso ou não do discurso dos agentes securitizadores pelas principais audiências envolvidas. Nesse diapasão, propõe-se, nesse trabalho, analisar o papel das audiências brasileiras – considerando o contexto regional – no processo de iniciativa de securitização da Tríplice Fronteira e as implicações de tal processo para comunidades árabes muçulmanas da cidade brasileira de Foz do Iguaçu.

A Teoria da Securitização, inicialmente desenvolvida pelos teóricos da Escola de Copenhague, traz à baila a discussão acerca dos mecanismos, sobretudo discursivos, de construção de representação de ameaças, que são entendidas como existenciais, a determinada unidade coletiva. Em complementariedade, uma perspectiva sociológica da Teoria da Securitização propõe a inclusão de unidades e níveis de análise, de cunho sociológico, que contribuem, fundamentalmente, para a análise empírica dos processos de securitização. A utilização de tais ferramentas conceituais permite ao analista um entendimento mais profundo da complexidade que permeia a relação entre os agentes de securitização, os atos discursivos e não discursivos, o contexto e os dispositivos hegemônicos internacionais que influenciam a ação dos atores. A partir do entendimento dessas relações complexas, é possível investigar por

---

<sup>1</sup> O conceito de “securitização”, utilizado na linguagem dos sistemas bancários foi transposto para as Relações Internacionais por Ole Waever (1989)

que alguns discursos securitários logram sucesso e outros não e quais são as variáveis dependentes que permeiam esses processos.

Considerando a perspectiva analítica sociológica proposta, tomaremos como definição de “securitização”: o conjunto de práticas em que artefatos heurísticos (metáforas, ferramentas políticas, repertórios de imagens, analogias, estereótipos, emoções, entre outros) são mobilizados, contextualmente, por um ator securitizador que trabalha junto à determinada audiência para construção de uma rede coerente de implicações (sentimentos, sensações, pensamentos e instituições) sobre a vulnerabilidade crítica de determinado objeto referente e que concorda com as razões de securitização do ator, por meio de escolhas e ações, caracterizando o sujeito referente como uma ameaça sem precedentes e, portanto, demandando políticas customizadas que bloqueiem o desenvolvimento dessa ameaça (BALZACQ, 2011, p.3).

Desde a década de 1970, as comunidades imigrantes de origem árabe-muçulmana da região de interseção de fronteiras entre Argentina, Brasil e Paraguai são alvo de especulações acerca do envolvimento em atividades de organizações classificadas, sobretudo pelo governo norte-americano, como terroristas. As suposições se agravaram durante a década de 1990, após os atentados contra instituições israelenses em Buenos Aires e tiveram seu ápice após os atentados de 11 de setembro de 2001. Apesar de não haver provas contundentes contra os membros das comunidades, discursos dessa natureza vão sendo reciclados pelos agentes securitizadores. Inicialmente, os discursos do ator securitizador acusavam, principalmente, a presença de lideranças do *Hizballah* libanês na região. Após os atentados de 11 de setembro, documentos do Departamento de Estado norte-americano apontavam a presença de membros da Al-Qaeda na região. O último *Country Reports on Terrorism* publicado em abril de 2016, por exemplo, sugeria a presença de militantes do Estado Islâmico na região.

Cumpramos apontar que, como uma área de fronteira, recaem sobre a região os estereótipos que concernem à alta taxa de incidência de crimes transnacionais e à ineficiente presença das forças de segurança dos Estados. Nesse sentido, os discursos de securitização do terrorismo caminham em consonância com os discursos de que a região seria um “*Safe Haven*” para atuação de organizações criminosas e que crimes transnacionais como lavagem de dinheiro, contrabando e tráfico de drogas seriam possíveis fontes de divisas para a manutenção de organizações classificadas, em sua maior parte, pelo governo norte-americano, como “organizações terroristas”.

O primeiro capítulo dessa dissertação pretende, num primeiro momento, apresentar a Teoria da Securitização, conforme desenvolvida pela Escola de Copenhague, abordando as principais críticas tecidas. Em seguida, é apresentada a perspectiva sociológica da Teoria da Securitização e os níveis e unidades de análises propostos.

O segundo capítulo objetiva abordar os principais aspectos identitários das comunidades imigrantes árabes-muçulmanas de Foz do Iguaçu, como a relação com os países de origem, linhas confessionais e formas de integração com as demais comunidades locais. O principal objetivo é compreender os principais aspectos culturais, políticos e sociais que permeiam as comunidades, analisando o *habitus*<sup>2</sup> por meio do qual compreendem e reagem aos discursos de securitização por parte do governo norte-americano – endossados pela grande mídia. Ainda nesse capítulo, dedicamos uma subseção ao entendimento no movimento político de resistência libanesa representado pelo *Hizballah*. Consideramos fundamental para essa análise, trazer à baila as condições sob as quais se originou o grupo que hoje constitui um partido político legítimo no Líbano, dispondo de número significativo de cadeiras no Parlamento. O *Hizballah* está na lista norte-americana de *Foreign Terrorist Organizations* e as principais acusações sobre envolvimento de membros das comunidades da fronteira com o “terrorismo internacional” estão baseadas em sua suposta ligação com o grupo libanês<sup>3</sup>. É importante pontuar, desde já, que o Brasil não dispõe de uma lista própria de classificação de organizações terroristas, optando por seguir lista de sanções a indivíduos e organizações das Nações Unidas, do qual o *Hizballah* não faz parte<sup>4</sup>. Cumpre apontar que a presente pesquisa está pautada em um amplo trabalho de campo, no qual foram realizadas diversas entrevistas semi-estruturadas com membros das comunidades muçulmanas, moradores da cidade de Foz do Iguaçu e empresários e comerciantes atuando na região.

---

<sup>2</sup> Conforme desenvolvido por Pierre Bourdieu (2006, p.96), “O *habitus* permite estabelecer uma relação inteligível e necessária entre determinadas práticas e uma situação, cujo sentido é produzido por ele em função de categorias de percepção e de apreciação; por sua vez, estas são produzidas por uma condição objetivamente observável”.

<sup>3</sup> Embora haja a acusação da presença do HAMAS e al-Gama‘a al-Islamiyya na TF (HUDSON, 2003), há poucas tentativas mais cuidadosas de explicar como se dá esta presença – algo diferente do que é feito ao tratar do Hizbollah. Tanto em relatórios oficiais do governo dos EUA como em artigos de alguns autores que tratam da possível presença do terrorismo na TF, muito pontualmente se vê explicações mais elaboradas, como a feita por Hudson (2004, p. 75-77) sobre um possível membro da al-Gama‘a al-Islamiyya vivendo na região, El Said Hassan Ali Mohamed Mukhis.

<sup>4</sup> Alguns supostos membros do Hizbollah estão na lista de indivíduos sob sanção da ONU mas a organização em si, não é considerada uma organização terrorista pelas Nações Unidas.

No terceiro capítulo, buscamos compreender como aconteceu – e ainda acontece - a construção da imagem da região das três fronteiras como uma fonte de ameaça terrorista islâmica – a principal em nível hemisférico –, sobretudo por meio da análise dos documentos produzidos pelo Departamento de Estado americano – o *Patterns of Global Terrorism* e o *Country Reports on Terrorism*. Da mesma maneira, buscamos apresentar os mecanismos de cooperação em matéria de antiterrorismo, constituídos em nível multilateral e mapear as diferentes diretrizes adotadas pelos governos argentino, brasileiro e paraguaio.

No quarto e último capítulo, analisamos, num primeiro momento, o papel da audiência formal, em nível municipal, na rejeição dos discursos de securitização – sobretudo por meio da análise das reportagens selecionadas pela Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu. Ao optar por analisar as reportagens que constituem a memória social institucional em nível local, abordamos o papel da mídia como o principal intermediário entre os atores securitizadores e as audiências. O papel da audiência formal em nível municipal é também analisado por meio das respostas institucionais às veiculações midiáticas que buscam reiterar os discursos do ator securitizador. Ainda nessa subseção, buscamos apurar o quanto o impacto econômico da diminuição do fluxo de turistas na região, por consequência de sua vinculação com o terrorismo internacional, pesou para que houvesse uma forte mobilização de audiências específicas, sobretudo empresários e comerciantes. Num segundo momento, analisamos o papel da principal audiência formal envolvida nesse processo de securitização – o governo brasileiro – por meio dos pronunciamentos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil – considerando que é órgão formalmente responsável pelo posicionamento do país perante o Sistema Internacional. Analisamos, igualmente, como o país vem se posicionando, historicamente, sobretudo no âmbito das Nações Unidas, em relação às respostas ao problema por meio da militarização do território. Num terceiro momento, analisamos o papel da audiência moral, em nível local, a fim de entender como a população de Foz do Iguaçu reagiu aos discursos de criminalização das comunidades da fronteira. Por fim, analisamos, precisamente, os impactos da iniciativa de securitização nas comunidades árabes-muçulmanas de Foz do Iguaçu. A análise dos documentos arquivados na Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu foi fundamental para compreender o papel das audiências no processo de iniciativa de securitização da região.

## CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1.1 A Escola de Copenhague e a ampliação da agenda de segurança internacional

O advento do fim da Guerra Fria possibilitou a ampliação das discussões acerca dos novos desafios em matéria de segurança internacional, tendo em vista que o abrandamento das relações entre as superpotências e a posterior desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) permitira debates na área para além de questões militares e de dissuasão nuclear. Já na década de 1980, Barry Buzan (1983) apontava a necessidade de aprofundar as discussões acerca das novas dimensões a serem pensadas em matéria de Segurança Internacional. Alguns anos depois, Barry Buzan e Ole Weave<sup>5</sup>, que posteriormente fundariam a Escola de Copenhague, desenvolveram mais profundamente as ideias acerca da ampliação da agenda de segurança internacional para além dos setores militar e político, sugerindo a inclusão de pelo menos mais três setores passíveis de análise – societário, econômico e ambiental - sob o argumento de que a “segurança é um tipo particular de política aplicável a uma ampla gama de questões” (BUZAN *et al* 1998, p. vii).

Em consonância com a perspectiva multissetorial, os autores introduzem o método operacional construtivista para analisar a distinção entre processos de politização e processos de securitização a fim de entender quais atores podem promover a securitização e sob quais condições (Ibid., p. vii). O objetivo principal dos autores é questionar a primazia do elemento militar na conceitualização de “segurança” e a perspectiva estadocêntrica das teorias tradicionalistas, propondo a inclusão de objetos referentes oriundos dos setores econômico, societário e ambiental nas discussões de segurança permeadas, até então, substancialmente, pelos assuntos militares e políticos, ou mais especificamente, o uso ou iminente uso da força.

Outros autores relevantes e de diferentes perspectivas teóricas – feminista, pós-moderna, teoria crítica, estudos para paz, entre outros - igualmente, defendem a ampliação da agenda de segurança internacional para além de questões militares e para além da dimensão estatal, como é o caso de Ullman (1983), Jahn, Lemaitre e Waever (1987), Nye e Lynn-Jones (1988), Nye

---

<sup>5</sup> Os autores conduziam de forma independente, pesquisas nesse escopo e, posteriormente, fundaram a Escola de Copenhague, à qual se uniu Jaap De Wilde. A principal obra publicada pelos autores, nesse tema, é *Security: A New Framework for Analysis* de Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde, publicado em 1998.

(1989), Crawford (1991), Tickner (1992), Waever et al (1993). Por outro lado, uma gama de teóricos reiterou seu posicionamento a favor de uma agenda de segurança tradicional, restrita a questões referentes ao uso da força pelos Estados, sob o argumento de que a ampliação da agenda significaria a perda do foco no objetivo principal – evitar a eclosão de conflitos armados entre Estados – como é o caso de Gray (1992, 1994), Chipman (1992) e Walt (1991). Este último afirma que os estudos de segurança devem se limitar ao estudo do fenômeno da guerra e que a ampliação da agenda para além do setor militar implicaria a coerência intelectual do campo:

(...) by this logic, issues such as pollution, disease, child abuse or economic recessions could all be viewed as threats to “security”. Defining the field in this way would destroy its intellectual coherence and make it more difficult to devise solutions to any of these important problems (WALT, 1991, p. 212-213)

Em resposta a tais críticas, os autores de Copenhague argumentam que, ao definirmos a sobrevivência de unidades e princípios coletivos – ou as políticas voltadas à contenção de ameaças existenciais – como cerne dos estudos de segurança, promovemos bases para a aplicação de análises de segurança em uma variedade de setores sem que haja perda qualitativa na essência do conceito de segurança (BUZAN et al, 1998, p. 27). Buzan contribui com a elucidação do conceito de setores, explicando que tratam-se de “*views of the international system through a lens that highlights one particular aspect of the relationship and interaction among all of its constituent units*” (BUZAN, JONES & LITTLE, 1993, p.31). O propósito analítico dos setores permite que sejam identificados valores e unidades particulares a cada setor (embora possam permear diferentes setores) e ameaças existenciais de diferentes naturezas (BUZAN et al, 1998, p. 27).

Outro argumento contrário à ampliação da agenda refere-se ao possível entendimento de “segurança” como um bem universal – o que acarretaria um esforço para que todas as relações de conflito obtivessem status de questão de segurança. Waever (1995) argumenta que essa seria uma visão demasiado restritiva uma vez que a segurança é uma forma de estabilização de relações conflituosas por meio da mobilização emergencial do Estado e que, embora nas relações internacionais a segurança seja melhor do que a insegurança (situações de ameaças contra as quais não são tomadas contramedidas adequadas), uma relação segura ainda é

permeada por conflitos, apesar das medidas de contenção. O autor complementa que o ideal é buscar, sempre, a dessecuritização, ou seja, a resolução de relações conflituosas por meio dos instrumentos políticos de barganha comuns.

O objetivo dos autores de Copenhague é, portanto, reformular o conceito de “segurança”, no âmbito das relações internacionais para além da existência de um problema ou de uma ameaça – é importante qualificar a especificidade do conceito para as relações internacionais uma vez que ao contrário da “segurança social” ou da segurança na esfera pública dos Estados, esta não se baseia, essencialmente, em leis ou princípios de justiça social, mas em tradições de política de poder (BUZAN et al, 1998, p. 5). Ameaças e vulnerabilidades podem surgir em diferentes áreas, militares e não militares, mas para que sejam caracterizadas como questões de segurança, essas devem atender critérios específicos que as diferenciam de problemas solucionáveis pelas vias políticas usuais. Para tal, a ameaça deve ser caracterizada como ameaça existencial a determinado objeto referente - e deve ser apontada por um ator securitizador que reivindica medidas emergenciais - que transcendem os meios políticos e normativos comuns - para sua contenção (Ibid.).

The answer to what makes something an international security issue can be found in the traditional military-political understanding of security. In this context, security is about survival. It is when an issue is presented as posing an existential threat to a designated referent object (traditionally, but not necessarily, the state, incorporating government, territory, and society). The special nature of security threats justifies the use of extraordinary measures to handle them. The invocation of security has been the key to legitimizing the use of force, but more generally it has opened the way for the state to mobilize, or to take special powers, to handle existential threats. Traditionally, by saying “security”, a state representative declares an emergency condition, thus claiming a right to use whatever means are necessary to block a threatening development. (BUZAN et al, 1998, p. 21)

É importante pontuar que a ameaça existencial é sempre relativa ao objeto referente, adquirindo, portanto, aspectos diferentes em setores diferentes. Para o setor militar, por exemplo, o objeto referente normalmente é o Estado ou outras categorias de entidades políticas. Ameaças à existência das forças armadas também podem ser consideradas ameaças existenciais que têm essas instituições como objeto referente. Tal argumento pode ser usado com o objetivo de depor governos sob acusação de adoção de diretrizes políticas e ideológicas que colocam em risco o funcionamento do aparelho militar de Estado (Ibid., p. 22).

No âmbito do setor político, ameaças existenciais são, tradicionalmente, definidas em termos de princípios constitucionais – sobretudo soberania, mas também ideologia e identidade - do Estado. A soberania pode ser ameaçada por questões de reconhecimento, legitimidade e autoridade governamental. Diante das tendências relativamente atuais de integração regional de caráter supranacional, novos objetos referentes emergem no cenário internacional e ameaças a tais processos de integração caracterizam-se como ameaças existenciais. Regimes internacionais e sociedades internacionais também são objetos referentes de eventos que configurem ameaças à validade e funcionamento de normas, leis e instituições que compõe os regimes em questão (Ibid.)

No setor econômico, as ameaças existenciais e os objetos referentes são mais difíceis de identificar. Empresas estão, mais comumente, ameaçadas pela bancarrota e por alterações em leis que, por ventura, impliquem a legalidade da operação ou que dificultem a viabilidade de seu funcionamento – como, por exemplo, pode acontecer em revoluções de cunho socialista. No entanto, na perspectiva de economia de mercado, o surgimento e desaparecimento de empresas é considerado algo esperado, logo não é comum a securitização de sua própria existência. Discursos acerca de ameaça existencial permeiam, principalmente, a esfera das economias nacionais, no entanto, argumentos relativos ao rompimento do sistema bancário ou à incapacidade do Estado de prover necessidades básicas da população raramente vêm desvinculados de outras questões existenciais – como guerras, por exemplo. A não ser que a sobrevivência da população esteja implicada, problemas na economia não são entendidos como ameaças existenciais. Assim como no setor político, ameaças a instituições de cunho econômico supranacionais também podem ser entendidas como existenciais.

No setor ambiental existe uma ampla gama de objetos referentes possíveis, desde os mais concretos - como a sobrevivência de espécies individuais, incluindo os seres humanos, e habitats naturais específicos - até objetos de espectro mais amplo como mudanças climáticas e da biosfera planetária. Intrínseco a estes objetos referentes está a problematização da sustentabilidade da relação entre a espécie humana e o restante da biosfera e da possibilidade de um colapso biológico planetário tendo em vista os padrões de desenvolvimento e consumo das sociedades industrializadas.

No setor societário, os objetos referentes são, fundamentalmente, identidades coletivas que podem funcionar independentemente do Estado – como é o caso de nações e comunidades religiosas. Dada a particularidade do objeto referente, é extremamente difícil estabelecer

fronteiras consistentes que diferenciem a ameaça como existencial ou de menor grau. Identidades coletivas envolvem mudanças constantes como resposta aos acontecimentos internos e externos. Tais mudanças podem ser entendidas como ameaças existenciais ou como mudanças consequentes do desenvolvimento da sociedade. Waever (1998, p. 23) argumenta que, dada a natureza conservadora do entendimento de “identidade” é frequentemente possível determinar uma gama de eventos específicos como ameaças existenciais. A securitização de imigrantes, por exemplo, pode depender da percepção de alteridade por parte da comunidade – sociedades mais conservadoras tendem a securitizar grupos étnicos-culturais com mais facilidade (Ibid.).

Quando, por exemplo, George W. Bush discursa acerca da securitização do terrorismo, imediatamente após os atentados de 11 de setembro de 2001, afirma: “*freedom itself was attacked this morning by a faceless coward, and freedom will be defended*”<sup>6</sup>. Nesse momento, o ex-presidente nomeia a “liberdade” como vítima, colocando-a como centro da identidade norte-americana (ANKER, 2005). Na perspectiva da Escola de Copenhague, a identidade nacional tem um peso tão importante quanto a soberania nacional, uma vez que define que determinada nação ainda é determinada nação (BUZAN & WAEVER, 1997). Ainda de acordo com Waever:

State security has *sovereignty* as its focus, and societal security has *identity*. Both usages imply survival. A state that loses its sovereignty does not survive as a state; a society that loses its identity fears that it will no longer be able to live *as itself*. (WAEVER, 1995, p. 67 grifos do autor)

No mesmo sentido, Buzan (1983, p. 77) sugere que ameaças ao bem-estar político emergem a partir das batalhas de ideias, informações e tradições que permeiam as disputas no campo ideológico. Raramente as fronteiras que definem nações e Estados coincidem e em alguns casos tal diferença apresenta relações mais conflituosas que em outros. Para os autores de Copenhague, um setor societário é definido como um grupo de pessoas que compartilham ideias e práticas sociais. Tal definição é demasiadamente limitada e, portanto, passível de revisão, sobretudo daquele que escreve desde a América Latina, África e Ásia, numa conjuntura

---

<sup>6</sup> Bush comments on plane crashes. *Washington Post*, Sept. 11, 2001 Disponível em: [http://www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/bushtext2\\_091101.htm](http://www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/bushtext2_091101.htm) Acesso em 04 de julho de 2016.

de identidade coletiva nacional construída, forçosamente, sob bases ideológicas dos colonizadores. Cabe salientar que processos de securitização, em caráter societário, não se limitam a estruturas pós-coloniais – os casos da Irlanda do Norte e dos bascos, são exemplos categóricos do exercício de poder de potências centrais em contexto não colonial.

Nos termos da Escola de Copenhague, “ ‘segurança’ é o movimento que leva a política para além das regras estabelecidas e enquadra determinado problema como passível de um tipo especial de política ou de tratamento acima dos meios políticos” (BUZAN et al, 1998, p. 23, tradução nossa). Securitização, por sua vez, consiste na versão extrema da politização, embora tenha como consequência, a despolitização. Em teoria, qualquer questão pública pode se enquadrar nos seguintes espectros (i) não politizado - a questão não faz parte dos debates e decisões públicas; (ii) politizado – a questão permeia os debates públicos, é objeto de políticas públicas requerendo decisões governamentais e alocação de recursos; (iii) securitizado – a questão é apresentada como uma ameaça existencial, requerendo medidas emergenciais e condução de ações que ultrapassam os procedimentos políticos normais. Apesar dos processos de securitização serem, fundamentalmente, conduzidos pelos Estados, Waever afirma que:

This link between politicization and securitization does not imply that securitization always goes through the state; politicization as well as securitization can be enacted in other fora as well (...) it is possible for other social entities to raise an issue to the level of general consideration or even to the status of sanctioned urgency among themselves. (BUZAN *et al*, 1998, p. 24)

Na perspectiva dos autores de Copenhague, o significado de um conceito está condicionado a seu uso pela sociedade e não é passível de definição analítica ou filosófica que busque sentido “mais adequado” (BUZAN et al, 1998, p. 24). De acordo com Waever (1998, p. 24), “*the meaning lies not in what people consciously think the concept means but in how they implicitly use it in some ways and not others*”. No que se refere ao tema de segurança, o autor afirma:

In the case of security, textual analysis suggests that something is designated as an international security issue because it can be argued that this issue is more important than other issues and should take absolute priority. This is the reason we link the issue to what might seem a fairly demanding criterion: that the issue is presented as an existential threat. If one can argue that something overflows the normal political logic of weighing issues against

each other. This must be the case because it can upset the entire process of weighing as such: “If we do not tackle this problem, everything else will be irrelevant (because we will not be here or will not be free to deal with it in our own way)”. Thereby, the actor has claimed a right to handle the issue through extraordinary means, to break the normal political rules of the game (e.g. in the form of secrecy levying taxes or conscription, placing limitations on otherwise inviolable rights or focusing society’s energy and resource on a specific task). “Security” is thus a self-referential practice, because it is in this practice that the issue becomes a security issue – do not necessarily because a real existential threat exists but because the issue is presented as such a threat. (BUZAN, WAEVER & De WILDE, 1998, p. 24, grifo nosso).

Ao afirmar que a segurança é uma prática auto-referenciada, o autor determina que o ator securitizador, por meio da retórica acerca da existência de uma ameaça existencial, transfere determinada questão do âmbito das políticas usuais para o patamar de securitizado, implicando a utilização de medidas emergenciais para além das políticas normais em prol da garantia da existência. Waever conclui que a definição e os critérios para securitização são constituídos pelo estabelecimento intersubjetivo da existência de uma ameaça existencial com saliência o suficiente para gerar efeitos políticos substanciais e que, portanto, a “maneira de estudar a securitização é por meio da análise do discurso e das constelações políticas” (BUZAN et al 1998, p. 25). A securitização ocorre, portanto, quando um argumento – por meio de sua retórica particular e estrutura semiótica – atinge efeito capaz de convencer determinada audiência a tolerar a violação de leis e normas, usualmente respeitadas, por concordarem com emergência de conter determinada ameaça existencial (Ibid.).

O discurso em torno da apresentação de uma ameaça, por si só, não promove a securitização, mas uma iniciativa de securitização – ou *securitizing move*. Para que o processo logre êxito é necessária a aceitação do status de ameaça existencial, reivindicado pelo ator securitizador, pela audiência. O conceito de audiência, apesar de fundamental para a coerência da teoria, uma vez que se trata de um processo intersubjetivo, é pouco explorado pela Escola de Copenhague, que a define como “*those the securitizing act attempts to convince to accept exceptional procedures because of the specific security nature of some issues*” (BUZAN et al, 1998, p.41). As críticas à necessidade de melhor definição do papel da audiência para a teoria foram acatadas pelo próprio Ole Waever, que reconheceu que o “*the concept of ‘audience’ needs a better definition and probably differentiation*” (WAEVER, 2003, p. 26). Sobre a relação entre ator securitizador e audiência, os autores pontuam:

A discourse that takes the form of presenting something as an existential threat to a referent object does not by itself create securitization – this is a *securitizing move* - but the issue is securitized only if and when the audience accepts it as such. (Accept does not necessarily mean in civilized, dominance-free discussion: it only means that an order always rests on coercion as well as on consent. Since securitization can never only be imposed, there is some need to argue one’s case.) We do not push the demand so high as to say that an emergency measure has to be adopted, only that the existential threat has to be argued and just gain enough resonance for a platform to be made from which is possible to legitimize emergency measures or other steps that would not have been possible had the discourse not taken the form of existential threats, point of no return, and necessity. If no signs of such acceptance exist, we can talk only of a securitizing move, not of an object actually being securitized. (BUZAN et al, 1998, p. 25)

Para os precursores da teoria, o sucesso da securitização depende de três componentes fundamentais: ameaças existenciais, ações emergenciais e efeitos nas relações entre as partes por meio da violação das regras habituais (BUZAN et al, 1998, p. 26). No discurso securitário, determinada questão é dramatizada e representada como uma questão prioritária e categorizada como uma questão de “segurança” por um agente securitizador que argumenta, junto à audiência, a necessidade de utilização de meios extraordinários para contenção da ameaça. Sendo assim, o entendimento do fenômeno da securitização não requer a análise da objetividade “real” da ameaça, mas do processo de construção do entendimento compartilhado sobre que é considerado e respondido coletivamente como uma ameaça (Ibid.). Nesse sentido, os autores caracterizam o processo de securitização como um ato de fala – ou *speech act* – conforme conceito cunhado pela teoria da linguagem.

The process of securitization is what in language theory is called a speech act. It is not interesting as a sign referring to something more real; it is the utterance itself that is the act. By saying the words, something is done (like betting, giving a promise, naming a ship). (WAEVER, 1988, Austin, 1975 in BUZAN et al, 1998, p. 26)

A teoria dos atos de fala, sob a égide da filosofia da linguagem, é central para o entendimento do processo de securitização, conforme desenvolvido por seus precursores. Em essência, a teoria proposta por John L. Austin (1975)<sup>7</sup> admite que alguns enunciados fazem mais que apenas descrever uma realidade dada, logo, não podem ser julgados como verdadeiros ou falsos, uma vez que são performáticos - ou não constativos - e realizam ações específicas. O

---

<sup>7</sup> Diferentes reflexões acerca da teoria dos atos de fala podem ser encontradas em diferentes obras de diferentes autores. Tendo em vista as citações da principal obra sobre securitização da Escola de Copenhague – *Security: a new framework for analysis* (1998) – optamos por evidenciar, sobretudo, os aspectos trabalhados por Austin (1962, 1970, 1975)

sucesso do discurso, no entanto, depende de uma série de condições sociais e metalinguísticas como, por exemplo, a legitimidade de quem o pronuncia e a aceitação do ato por determinada audiência.

Na perspectiva de Austin (1975), cada enunciado pode transmitir três tipos de atos, cuja combinação constitui a totalidade do ato de fala. São eles (i) ato locucionário – pronunciação de uma expressão que contém um sentido dado e uma referência (ii) ato ilocucionário – ato performático que consiste em agência fundamental para o ato de fala e (iii) ato perlocucionário que consiste nos efeitos alcançados por meio da provocação de sentimentos, crenças, pensamentos e ações imputados, pelo discurso, à determinada audiência. Tal combinação é resumida por Habermas (1984, p. 289) como “*to say something, to act in saying something, to bring about something through acting in saying something*”.

É necessário notar que a natureza dos atos ilocucionário e perlocucionário diverge no que concerne às consequências que provocam. O primeiro só logra êxito se atrelado às seguintes condições – (i) existência de procedimento convencional relacionado a determinado efeito igualmente convencional, exigindo que certos conceitos sejam utilizados por determinadas pessoas em determinadas circunstâncias; (ii) o procedimento deve ser executado de forma completa por todos os participantes requeridos; (iii) os participantes nesse processo convencional devem, genuinamente, empenhar-se em conduzi-lo; (iv) é necessário subsequente comportamento esperado dos referidos agentes (AUSTIN, 1962, p. 14-15). O segundo está condicionado às circunstâncias específicas da emissão do enunciado, podendo acarretar consequências previstas e não previstas uma vez que a inserção de enunciados resulta em consequências diferenciadas conforme especificidades de cada contexto (Ibid.).

Para os autores da Escola de Copenhague, o processo de securitização segue a premissa de que a anúnciação da “segurança” – de forma direta ou indireta - por si mesma, cria uma nova ordem social na qual os processos políticos usuais estão suspensos (BALZACQ, 2005, p.171). Ou seja, quando se fala em “segurança” – ou em ameaças existenciais - automaticamente cria-se uma esfera de ameaça iminente, uma vez que o conceito de segurança, ao longo do tempo, assumiu o significado subjetivo negativo de ameaça existencial de uma unidade. Para que o processo de securitização de determinado objeto referente logre êxito, são necessários sucessos em dois aspectos que se referem, sobretudo, à capacidade linguística dos atores envolvidos. O primeiro é o caráter linguístico e gramatical do próprio discurso que deve estar de acordo com as regras do ato de fala (em matéria de segurança); o segundo, externo ao discurso, refere-se às

condições sociais e contextuais daquele que profere o discurso, ou à legitimidade dos atores e o uso adequado do contexto circunstancial<sup>8</sup>. De acordo com Ole Waeber:

With the help of language theory we can regard ‘security’ as a speech act. In this usage, security is not of interest as a sign that refers to something more real; the utterance itself is the act. By saying it, something is done (as in betting, giving a promise naming a ship). By uttering ‘security,’ a state representative moves a particular development into a specific area, and thereby claims a special right to use whatever means are necessary to block it (WAEVER, 1995, p.55).

O sucesso do ato de fala depende, portanto, da combinação entre linguagem e sociedade – das ferramentas intrínsecas ao discurso e de grupos que reconhecem e endossam tal discurso (BOURDIEU, 1991). Dentre as condições internas de um ato de fala, é fundamental a combinação entre linguagem gramatical típica de assuntos de segurança, ou seja, que remetam à existência de uma ameaça iminente e à necessidade de adoção de medidas emergenciais a fim de contê-la e termos particulares a cada setor – como por exemplo, soberania no setor político ou identidade no setor societário (BUZAN et al, 1998, p. 33). Dentre as condições externas, são fundamentais o capital social daquele que promove o discurso – ou do ator securitizador – que deve ocupar uma posição de autoridade e, as supostas evidências que incitem a aceitação de determinada ameaça por determinada audiência (Ibid.).

Outro aspecto relevante é que algumas práticas enquadradas na lógica de segurança não são publicamente legitimadas por meio do discurso securitário porque não são de conhecimento da população, como é o caso dos *Black Programs* norte-americanos, que não constam no planejamento orçamentário governamental. Em regimes democráticos, cedo ou tarde, tais práticas precisam ser justificadas junto à esfera pública. Quando legitimados, por meio da retórica da segurança, os procedimentos extraordinários, cuja confidencialidade é dita fundamental para a sobrevivência da unidade política, tornam-se institucionalizados, fazendo parte da estrutura de políticas públicas (BUZAN et al, 1998, p. 28). Nesse caso, o ato de fala não precisa ser dramatizado no intuito de representar a urgência e prioridade no tratamento de determinada questão pois entende-se que um campo inteiro das políticas públicas é passível de

---

<sup>8</sup> “The particular persons and circumstances in a given case must be appropriate for the invocation of the particular procedure invoked” em BUZAN et al, 1998, p. 32.

tratamento diferenciado uma vez que foi designado como “questão de segurança” (Ibid.). Em geral, o estabelecimento de agências de serviço secreto representa essa lógica securitária.

A abordagem teórica dos atos de fala, também denominada perspectiva filosófica da teoria de securitização<sup>9</sup> define como unidades de análise (i) objetos referentes – unidades sob ameaça existencial e que dispõem de legitimidade de reivindicação legítima de sobrevivência; (ii) atores securitizadores – atores que securitizam determinadas questões declarando que um objeto referente encontra-se sob ameaça existencial e (iii) atores funcionais – atores que afetam a dinâmica da securitização influenciando as decisões no campo da segurança como por exemplo, indústrias de armamentos, empresas poluentes, entre outros (BUZAN et al, 1998, p. 36).

O Estado e, em menor grau, a nação, têm sido, tradicionalmente, os principais objetos referentes nos estudos de segurança. Apesar da consideração dos teóricos de Copenhague de que os atores securitizadores podem construir uma ampla gama de objetos referentes, na prática existem condicionantes que facilitam a aceitação dos discursos quando o objeto referente se refere a coletividades (Ibid.). A escala das coletividades, no entanto, também é essencial para o entendimento das dinâmicas de segurança. Discursos que permeiam uma noção muito extensa do coletivo como objeto referente, como, por exemplo, os discursos acerca da ameaça das armas nucleares ou dos desastres ambientais para a humanidade tendem a ter menos endosso do que os discursos acerca de ameaças contra coletividades limitadas ou de menor escala, como por exemplo países, nações ou até mesmo civilizações, conforme controverso – e problemático - argumento defendido por Huntington (1993; 1995). A explicação para tal fenômeno é que coletividades restritas se engajam em disputas entre si a fim de reafirmar suas identidades – são constructos sociais operativos nas relações entre grupos sociais. Nesse sentido, a alteridade é fundamental para a identificação das partes e formação de comunidades interpretativas (Ibid., p. 36-37).

É no âmbito das comunidades interpretativas que se constroem conhecimentos compartilhados acerca de valores e princípios de legitimidade por meio dos quais os indivíduos interpretam os eventos do cotidiano. O referente é um contexto social com a qualidade de local de julgamento – ou *site of judgment* – conforme definido por Foucault (1979). Nesse sentido, se considerarmos a necessidade de algum tipo de rivalidade para que emergjam relações de

---

<sup>9</sup> Balzacq (2011, p. 2) utiliza essa denominação considerando o papel fundamental da filosofia da linguagem para as bases da teoria e a fim de diferenciar tal abordagem da perspectiva sociológica proposta pelo autor.

securitização, as coletividades de escala mediana terão vantagem sobre a escala sistêmica dada as problemáticas na construção de uma perspectiva universalista em contextos de disputas de poder. Para o pensamento liberal, por outro lado, valores desejáveis pelas potências centrais e ditos universais como o livre mercado e sistemas políticos democráticos têm sido cada vez mais categorizados como objetos referentes. Apesar de afirmar a possibilidade de existência de diferentes atores para além do Estado-Nação, a Escola de Copenhague reitera a centralidade do Estado enquanto ator de segurança uma vez que, entendendo a segurança como uma arena de disputa entre diferentes atores, os Estados seriam privilegiados dada a estrutura existente para lidar com temas de segurança.

A segunda unidade de análise é o ator securitizador que é aquele a quem cabe a performance do ato de fala. Normalmente esse papel é exercido por lideranças políticas, burocratas, funcionários de governos, lobistas e grupos de pressão que discursam acerca da segurança de determinado objeto referente. Por vezes é complicado apontar um único indivíduo como ator promotor de discursos de segurança e igualmente problemático desagregar o bloco de atores que representam esforços nesse sentido. Os autores de Copenhague argumentam que a vida social só é compreensível quando a coletividade é vista para além da soma dos membros e tratada como realidades sociais ou coletivismo metodológico (Ibid., p. 40). Identificar os atores securitizadores pode ser complicado uma vez que podem ser representados em diferentes níveis de análise – individual, burocrático e estatal, por exemplo. No entanto, embora indivíduos possam ser categorizados como atores securitizadores, normalmente falam como representantes de determinada coletividade, logo, devem ser considerados apenas como promotores de discurso ou autoridades representantes de grupo de políticos ou interesse mais amplos que são, de fato, o ator securitizador.

A diferença entre atores securitizantes e objeto referente é substancialmente contextual. Muitas vezes o ator securitizador age sob o discurso de proteção da nação. Nesse caso, não podemos dizer que “a nação age em defesa da nação”, é necessária a distinção de grupos sociais atuantes – elite, movimentos sociais, partidos políticos, governos, entre outros – que têm legitimidade e, portanto, atuam como agente securitizador tendo como objeto referente a coletividade da nação. Mesmo quando o ator securitizador é o representante político legítimo do objeto referente, o processo de securitização pode não lograr êxito ou, ainda, sofrer um rápido processo de dessecuritização – considerando que a ameaça existencial, inicialmente

aceita, não teve continuidade de apoio da sociedade, como foi o caso dos EUA no Vietnã, e do Reino Unido em Suez, por exemplo (Ibid., p.42).

Os atores funcionais consistem em atores sociais – grupos de interesse, empresas, setor financeiro – que não representam o objeto referente e tampouco o ator securitizador, mas que exercem influência considerável no processo de securitização e dessecuritização. Muitas vezes tais grupos atuam por meio de *Think Tanks* ou outras instituições a fim de pressionar por determinada pauta de securitização, tendo em vista interesses particulares e normalmente de grupos restritos, mas com suficiente poder econômico para exercer pressão sobre determinada questão. Apesar de constituir a terceira unidade de análise para a Escola de Copenhague, a categoria dos atores funcionais é dispensada pouca reflexão nos trabalhos até então publicados.

A Escola de Copenhague, para fins de análise, se interessa substancialmente por casos de securitização que lograram êxito – casos em que a audiência endossou o discurso da liderança securitizadora criando uma constituição social e intersubjetiva acerca de determinado objeto referente. Apesar de considerar a importância dos estudos de iniciativas de securitização e de dessecuritização, sobretudo para entender os mecanismos e das ações de grupos sociais em relação às políticas de segurança e sua legitimidade, os teóricos reconhecem a necessidade do desenvolvimento de ferramentas mais precisas para análise empírica desses fenômenos e descarta a possibilidade de qualquer perspectiva que reconheça ameaças objetivas, ou “reais”, uma vez que minaria a premissa de que a segurança é uma categoria social específica que emerge e é constituída no âmbito da prática política (BUZAN et al, 1998, p. 40).

## **1.2 Críticas à Escola de Copenhague**

A pertinência dos estudos da Escola de Copenhague é indiscutível, tendo em vista o volume significativo de artigos produzidos na última década. No entanto, alguns pesquisadores apontam lacunas e contradições na teoria e problematizam a subteorização de conceitos fundamentais. Dentre os principais críticos estão Stritzel (2007, 2008), Vuori (2008), McDonald (2008), Salter (2008), Barthwal-Datta (2009), Ruzicka (2009), Balzacq (2005, 2011), Léonard (2005, 2011), entre outros. É importante pontuar que, mais que criticar as premissas de Copenhague, os estudiosos propõem o aprofundamento analítico e metodológico

da teoria, por meio, sobretudo, da proposta de inclusão de novas variáveis entendidas como essenciais para a melhor aplicação empírica da teoria.

Stritzel (2007, p.364), por exemplo, indica que uma tensão conceitual permeia a teoria da securitização, uma vez que, ao mesmo tempo, a segurança é entendida como um fenômeno resultante dos atos de fala e como um processo negociado entre o ator securitizante e a audiência relevante. No mesmo sentido, McDonald (2008, p. 573) argumenta que as ferramentas para análise quanto à efetiva securitização de determinada questão ainda são subteorizadas e salienta a necessidade de definir melhor o papel da audiência no processo de securitização.

Ao analisar a operacionalização dos processos de securitização em contextos não democráticos, Vuori (2008, p. 76) enfatiza a função dos enunciados de segurança distinguindo quatro vertentes de securitização - (i) securitização pela ascensão de uma pauta à agenda (ii) securitização por dissuasão (iii) securitização para legitimar atos cometidos no passado ou para reproduzir o status securitário de alguma questão e (iv) securitização para exercer controle – nesse caso, cada vertente molda o quadro de análise específico, indicando a necessidade de uma revisão metodológica da teoria. Little (1991) e George & Bennet (2005) argumentam que na medida em que epítetos conceituais são implicados na maneira em os processos sociais são estudados, questões metodológicas estão, inevitavelmente, ligadas a questões substanciais. No mesmo sentido, Wendt (1999, p. 34) afirma que “*while (...) methods do not determine substantive theory (...) they are not always substantively innocent*”. As quatro vertentes propostas por Vuori levantam um ponto crítico ao relacionar a alavancagem teórica às funções políticas almejadas, admitindo que critério para o sucesso da securitização depende das funções às quais os argumentos de segurança devem servir.

Balzacq (2005, p. 175-176) reitera o argumento da Escola de Copenhague de que as políticas de segurança são construídas por meio do discurso e as variáveis linguísticas têm efeitos concretos na dinâmica da política mundial. Por outro lado, afirma que, considerando que o ato perlocucionário não adere às regras de condicionamento do ato ilocucionário, sob o qual se baseia a principal premissa da Escola de Copenhague para definição de segurança e securitização, é plausível afirmar que o tratamento da emergência de questões de segurança apenas sob a égide da teoria é demasiado restritiva. O autor afirma, ainda, que em qualquer processo intersubjetivo, o propósito é desencadear uma resposta significativa do outro (efeito perlocucionário) – fundamental para a ocorrência da securitização – logo, o ato perlocucionário seria central para o entendimento do processo de ascensão de determinada pauta política comum

à questão de segurança nacional. Ao tratar a segurança como uma prática auto-referenciada – ou um ato ilocucionário – os autores de Copenhague criariam um obstáculo ao modelo de securitização como um processo intersubjetivo. Balzacq propõe o entendimento dos processos de securitização como fenômenos sociológicos e políticos – que se manifestam na língua – mas constituem reflexos de um efeito complexo de poder, interesses, intersubjetividade, posição burocrática e processo.

Ao identificar a securitização como um processo essencialmente intersubjetivo, Buzan, Waeber e de Wilde (1998, p. 30) assumem a centralidade da audiência no processo de securitização, afirmando que “*(a) discourse that takes the form of presenting something as an existential threat to a referent object does not by itself create securitization – this is a securitizing move, but the issue is securitized only if and when the audience accepts it as such*”. No entanto, os autores de Copenhague não desenvolvem o conceito de audiência, desconsiderando, portanto, a complexidade e heterogeneidade das diferentes audiências possíveis dentro de um mesmo contexto e em contextos diferentes. A definição dada ao conceito demonstra como é tratado de forma vaga e superficial, tendo em vista sua suposta centralidade no processo. Em *Security: a new framework for Analysis*, os autores definem audiência como “*those the securitizing act attempts to convince to accept exceptional procedures because of the specific security nature of some issues*” (BUZAN et al, 1998, p. 25).

Balzacq & Léonard (2009) argumentam sobre a necessidade de redefinir o papel da audiência para a teoria da securitização a fim de evitar falsas generalizações e permitir o melhor entendimento da complexidade do processo como um todo. A fim de aproximar a teoria da aplicação empírica, os autores argumentam que os processos de securitização que lograram êxito, e também os que não o lograram, são melhor compreendidos a partir da desagregação da audiência para fins de análise, uma vez que audiências diferentes são receptivas a diferentes tipos de argumentos. Huysmans (1998) já sinalizara que o foco excessivo no ato de fala privilegia os polos de poder e marginaliza aqueles que compõe a audiência e julgam o ato.

Salter (2008) aponta a necessidade de capacitação analítica para a determinação da efetiva ocorrência da securitização ou não. Baseando-se na produção de Goffman e Huysman, o autor trabalha com os conceitos de análise dramatúrgica e multiplicidade de audiências para argumentar a variabilidade de *securitizing moves* possíveis, uma vez que as iniciativas de securitização acontecem de formas diferentes dependendo da constituição do ator securitizador e das audiências (Ibid, 2008, 329). Nas palavras do autor:

The relationship between the audience and the performer structures how (...) speech acts are made and received. This relationship seems particularly apposite for process of securitization because how securitization moves are accepted or rejected is function of the grand narratives by which truth is authorized, the characters who are empowered to speak, and the relationships between characters and audience” (SALTER, 2008, p.328).

Parte significativa das críticas apresentadas à teoria da securitização, conforme concebida pela Escola de Copenhague, aponta para a necessidade de inserção de aspectos analíticos sociológicos que possibilitem o melhor entendimento das etapas do processo de securitização e seus elementos fundamentais – sobretudo no que concerne ao papel da audiência no referido processo. Dada a natureza das propostas, Balzacq (2011) considera a divisão da teoria em duas vertentes – filosófica e sociológica –, a primeira refere-se à perspectiva dos precursores de Copenhague, baseada substancialmente na filosofia da linguagem, sobretudo no ato de fala e a segunda à perspectiva crítica, com bases na Teoria Social, que considera fundamental a inclusão da audiência e do contexto como unidades de análise. Esta última busca entender o processo de securitização em termos de práticas, contextos e relações de poder que caracterizam a construção da representação de uma “ameaça”.

### **1.3 Abordagem sociológica da Teoria da Securitização**

Na perspectiva de Balzacq (2011, p.2), existem três diferenças fundamentais entre as vertentes filosófica e sociológica. A primeira consiste no fato de que a perspectiva de Copenhague reduz a segurança a um procedimento convencional condicionado às circunstâncias de sucesso do *speech act*. Para os autores de abordagem sociológica, a securitização é melhor definida como um processo estratégico – o qual Balzacq (2005, 2011) denomina *pragmatic act* – que acontece como parte de uma configuração de circunstâncias incluindo o contexto, a disposição psicocultural das audiências, as relações de poder vigente entre ator securitizador e as audiências e entre as diferentes audiências, bem como o poder que cada uma das partes traz para a interação. O autor afirma:

It is useful (...) to think of security pronouncements not as speech acts that are successful to the extent that rules are followed by the agents but as discursive techniques allowing the securitizing actor to ‘induce or increase the public mind’s adherence to the thesis presented to its assent’. The speech act model is, therefore, born out of an attempt to propose the idea that securitization is a sustained strategic practice aimed at convincing a target audience to accept, *based on what it knows about the world*, the claim that a specific development (oral threat or event) is threatening enough to deserve an immediate policy to alleviate it. In this regard, the revision I propose (...) is to recast the speech act model of security. By integrating strategic purposes into the equation, my approach elevates securitization above its normative setting and, in so doing, ensconces it in the social context, a field of power struggles, in which securitizing actors align on a security issue to swing the audience’s support toward a policy or course of action (BALZACQ, 2005, p. 172-173 grifo do autor)

A segunda diferença é que, na abordagem sociológica, as performances são ações mediadas pelo habitus dos agentes – que consiste numa série de disposições que informam suas percepções e comportamentos (BOURDIEU, 1990). As performances são analisadas como *nodal loci* das práticas, resultados de disputas de poder inerentes ao campo social (ou contexto) e entre esse e o habitus (BALZACQ, 2011, p. 2). Nesse caso, o discurso de securitização manifesta uma espécie distinta de agência que consiste em “um compromisso temporal construído por atores de ambientes estruturais diferentes – contextos relacionais temporais de ação – que, por meio da interação do hábito, da imaginação e dos julgamentos, reproduzem e transformam essas estruturas em respostas interativas aos problemas colocados pelas mudanças de situação histórica” (EMIRBAYER & MISCHÉ, 1998, p. 970 tradução nossa).

A terceira diferença fundamental entre as variantes filosófica e sociológica da teoria da securitização refere-se ao papel desempenhado pela audiência. Para os teóricos de Copenhague, conforme argumentado anteriormente, a audiência assume uma categoria formal dada, quase sempre concebida como meramente receptiva e que sequer constitui uma unidade de análise específica, muito embora os teóricos afirmem o seu papel central no processo de securitização. A abordagem sociológica, por outro lado, acredita na constituição mútua entre audiência e ator securitizador. Nessa perspectiva, a audiência não é entendida como uma entidade plenamente constituída e concebida em um aspecto mais generalizado, como a teoria dos atos de fala busca assumir, mas uma categoria emergente que deve ser analisada empiricamente antes de constituir um nível de análise (Ibid.).

Considerando as três principais diferenças apresentadas, é possível pensar caminhos para uma nova perspectiva acerca dos processos de securitização que não seriam possíveis apenas com as variáveis propostas pela Escola de Copenhague. Nesse sentido, a perspectiva sociológica busca complementar o trabalho prévio desenvolvido sob as bases da filosofia da

linguagem, incluindo variáveis que tornam a investigação empírica mais precisa e somando à análise linguística, o conceito de poder simbólico desenvolvido por Bourdieu (1984). A perspectiva sociológica trabalha sob três premissas cuja congruência é fundamental para efetivação da securitização (i) a centralidade da audiência; (ii) a codependência entre agência e contexto e (iii) a força estruturante das práticas ou *dispositif*, que consiste em um conjunto de práticas de ferramentas hegemônicas.

A primeira premissa da abordagem sociológica da teoria da securitização é a centralidade da audiência na análise dos processos de construção de ameaças. Considerando que o papel do agente securitizador é convencer a audiência a reconhecer a natureza de um objeto referente simbólico, pode-se dizer que a audiência é fundamental para o processo de securitização e, portanto, deve ser considerada uma unidade de análise central. A importância reconhecida à audiência implica a necessidade de definição mais precisa do conceito, bem como desagregação dessa categoria desenhada pela Escola de Copenhague como homogênea. Nesse sentido, Balzacq (2011, p. 9) propõe a definição de audiência – ou audiência capacitada – como um grupo social que tem relação causal direta com a questão colocada como passível de securitização e que tem capacidade de influenciar diretamente ou mesmo promover a adoção de medidas emergenciais excepcionais, propostas pelo ator securitizador, a fim de conter a ameaça existencial apresentada.

Em complementariedade, Roe (2008) propõe a divisão da audiência em duas categorias que se referem diretamente às formas de apoio às quais o ator securitizador é mais sensível – os apoios moral e formal. A audiência moral consiste no apoio do público, ou grupos sociais e, embora não seja crucial para a securitização, dependendo da pauta em questão – por exemplo a decisão de governos de entrar em guerra com outros Estados – o apoio moral da audiência é fundamental. O convencimento da audiência formal, por outro lado, é condição *sine qua non* para que a iniciativa de securitização logre êxito, uma vez que se refere ao apoio institucional – ou dos tomadores de decisão – o qual é fundamental para que decisões políticas sejam tomadas e executadas. As duas categorias estão longe de serem homogêneas. A audiência moral contempla diferentes setores da sociedade que têm objetivos e percepções de realidade diferentes e dividem-se em matéria de classe social, etnia, gênero, entre outros. Tais divisões implicam uma dinâmica de relações de poder que devem ser consideradas na análise da interação dos grupos sociais. A audiência formal, por sua vez, é igualmente heterogênea e permeada por relações de poder e coalizões partidárias.

O sucesso da securitização depende, consideravelmente, da habilidade do ator securitizador em identificar as necessidades, os sentimentos e os interesses da audiência (EDELMAN, 1988). Para persuadir determinadas audiências, ou seja, atingir o efeito perlocucionário desejado, o enunciador deve adequar sua linguagem às experiências das audiências e identificar as perspectivas por meio das quais a mudança cognitiva e comportamental induzida por meio dos enunciados de segurança podem ser mais efetivas (BALZACQ, 2005, p. 184).

O repertório da segurança é uma combinação de significado textual – conhecimento de conceitos adquiridos por meio da linguagem falada e escrita – e significado cultural – conhecimento historicamente ganho por meio de interações e situações prévias. Juntos, os significados textual e cultural formam uma estrutura de referência por meio da qual os enunciados de segurança podem ser compreendidos (BALZACQ, 2011, p. 11). Tal afirmativa expõe as bases da segunda premissa da perspectiva sociológica da securitização que consiste na codependência entre agência e contexto.

De acordo com a Escola de Copenhague é possível transformar um contexto seguro em um contexto inseguro a partir da enunciação do conceito de segurança em um discurso performático que cumpra as regras condicionantes – ou *felicity conditions*, conforme termo cunhado por Austin (1975) - que determinam o sucesso do discurso. A força do ato ilocucionário, portanto, modela o contexto no qual é enunciado. Nesse sentido, os enunciados de segurança operam como instruções para a construção e interpretação de situações (BALZACQ, 2011, p. 11). Violi (2001, p. 187) afirma que, de acordo com tal premissa, as palavras criariam suas próprias condições de receptividade por meio da modificação ou mesmo construção de um novo contexto.

Balzacq (2005; 2011), no entanto, argumenta a existência de duas naturezas de ameaças – institucional e externa. As ameaças institucionais são produtos de relações comunicativas entre os agentes e as ameaças externas, também denominadas brutas, seriam ameaças que não dependem de mediação linguística para representarem um risco para a vida humana. Em termos metodológicos, argumenta o autor, qualquer estrutura que privilegia um tipo de ameaça em detrimento de outra acarretaria perdas em importantes aspectos de um fenômeno multifacetado. Nesse sentido, os discursos não construiriam a realidade, mas sim modelariam a percepção acerca desta. Sob tal perspectiva, analisar os problemas de segurança seria uma questão de entender como contextos externos, incluindo o desenvolvimento de objetivos externos, afetam

a securitização. A observação de desenvolvimentos de objetivos externos seria, portanto, central para a análise construtivista das questões de segurança. De acordo com o autor:

Analysing security problems then becomes a matter of understanding how external contexts, including external objective developments, affect securitization. Thus, far from being a departure from constructivist approaches to security, external developments are central to it. Specifically, a large part of what is going on in securitization is overlooked by an internalist view of the context, the logic of which overstates the intrinsic power of a rule-governed use of concepts. The fact is, to move an audience's attentions towards an event or a development construed as dangerous, the words of the securitizing actor need to resonate with the context within which his/her actions are collocated (BALZACQ, 2005, p. 181-182).

O conhecimento acerca do contexto no qual se encontram as audiências é fundamental para o sucesso do discurso securitizador, ou seja, uma abordagem externa é capaz de melhor promover a ligação dos discursos de segurança com determinado contexto. Enquanto a Escola de Copenhague acredita que o conceito de segurança aplicado conforme as regras constitutivas do ato de fala (ato ilocucionário) modifica o contexto, Balzacq (2011, p. 13) sugere que, para ganhar uma audiência, os enunciados de segurança devem estar relacionados com uma realidade externa ou contexto histórico.

Hence success, that is, the possibility of marshalling the assent of an audience (perlocutionary effect), rests with whether the historical conjuncture renders the audience more sensitive to its vulnerability. If so, the alarming discourse put on 'marketplace of ideas' by the elites would elicit the required conduct from the masses (Snyder and Ballentine, 1996, Kaufman, 1996). This means that the success of securitization is contingent upon a perceptive environment. Therefore, the positive outcome of securitization, whether it be strong or weak, lies with the securitizing actor's choice of determining the appropriate times within which the recognition, including the integration of the 'imprinting' object – a threat – by the masses is facilitated. This tends to subscribe, moreover, to the view that the public would accept the description of threats deployed by elites, and securitization will successfully take place, if the times are critical enough. (BALZACQ, 2005, p. 182).

Para os teóricos de abordagem sociológica, toda securitização é um processo histórico que depende da influência de eventos anteriores e seu impacto na interação entre os agentes. Uma vez que a securitização é produto de um complexo repertório causal, a pesquisa baseada apenas nos atos de fala exclui elementos essenciais para o entendimento do processo como um todo. Para analisar a construção de um problema securitário deve-se levar em conta que qualquer processo de securitização abrange não apenas aquele discurso persuasivo de

determinado recorte temporal, mas todas as tentativas bem-sucedidas e fracassadas de construir modificações que endossem a retórica pretendida (WHITE, 1992, p. 13). Nesse sentido, é possível afirmar que o conceito de segurança é contextualizado em termos de histórias políticas locais e, portanto, conceituado e politicamente praticado de formas diferentes, em lugares e espaços temporais diferentes (BUBANDT, 2005, p. 276-291).

A dimensão performática da segurança está entre a regularidade semântica e as circunstâncias contextuais. Os enunciados de segurança são recursos linguísticos utilizados para direcionar a atenção das audiências para determinada pessoa, objeto, ideia ou evento. Nesse sentido, é possível afirmar que a segurança é simbólica (BALZACQ, 2011, p. 15). O que está envolvido na mediação dos aspectos simbólicos da segurança é a elucidação que aponta características específicas do desenvolvimento social ou natural que influenciam a ação do outro ou do conjunto (BALZACQ, 2004). O significado de segurança deriva do reconhecimento mútuo do conteúdo ameaçador de determinado objeto referente simbólico, nesse sentido, a configuração da securitização envolve um contexto simbólico de forças que define o que um evento conceitual significa para determinada audiência e, quando o uso desse conceito está em sintonia com o contexto aumentam significativamente as chances de endosso do discurso do ator securitizador (BALZACQ, 2011, p. 15). A partir dessa premissa será possível melhor compreender as diferentes reações das audiências da Tríplice Fronteira no que concerne à militarização da região sob o argumento da ameaça terrorista islâmica e sob o argumento da ocorrência de crimes transnacionais como contrabando e narcotráfico, conforme será desenvolvido nos próximos capítulos deste trabalho.

A terceira premissa se refere às práticas, comumente promulgadas por meio de ferramentas políticas, utilizadas pelos agentes para lidar com problemas de segurança. A observância da natureza e função dessas ferramentas permite uma rica análise das tendências hegemônicas nos fenômenos de securitização. De acordo com Balzacq (2011, p.15) *“securitization occurs in a field of struggles. It thus consists of practices which instantiate intersubjective understandings and which are framed by tools and the habitus inherited from different social fields. The dispositif connects different practices”*. Reckwitz (2002) define práticas como:

(...) a routinized type of behaviour which consists of several elements, interconnected to one another: forms of bodily activities, forms of mental activities, ‘things’ and their use, a

background knowledge in the form of understanding and know-how, states of emotion and motivational knowledge (RECKWITZ, 2002, p. 249)

Instrumentos de segurança são dispositivos sociais por meio dos quais profissionais da área de segurança pensam sobre a natureza de uma ameaça e contribuem para a legitimação e rotinização de práticas de segurança, isto é, o habitus. Tais instrumentos são baseados em um conhecimento construído e compartilhado acerca do que são consideradas ameaças e quais são os meios pelos quais devem ser confrontadas. Balzacq (2008, p. 79) define instrumentos de securitização como mecanismos técnicos e sociais que dão forma à imagem de uma ameaça específica, à qual a ação pública deve tratar como questão de segurança.

Os instrumentos de securitização representam uma série de normas e procedimentos que se fazem rotineiros e estruturariam as interações entre indivíduos e organizações, isto é, as ferramentas políticas modelariam as relações sociais de maneira decisiva, determinando quem está envolvido na operacionalização de programas públicos, qual papel desenvolve e como as unidades se relacionam entre si. As ferramentas de securitização, portanto, modelam as ameaças, sugerem os meios de confrontação e reconfiguram a ação pública com o objetivo de lidar com as ameaças identificadas. Tais instrumentos nem sempre são eficazes no cumprimento de seu propósito e suas funções variam conforme suas naturezas (BALZACQ, 2011, p. 16).

Instrumentos políticos de securitização não configuram meras soluções técnicas para problemas de ordem pública embora haja aspectos operacionais que devem adequar-se à natureza da questão específica em tratamento. Pelo contrário, tais instrumentos contemplam, fundamentalmente, elementos políticos e simbólicos. O motivo pelo qual determinadas ferramentas são escolhidas, como devem ser operadas, onde e por quem são decisões essencialmente políticas. Existem, ainda, atributos simbólicos intrínsecos aos instrumentos políticos que informam à população a perspectiva do ator securitizador e qual é a percepção coletiva acerca de determinado problema (PETERS e VAN NISPEN, 1998, p. 3). O foco nos aspectos políticos e simbólicos dos instrumentos de securitização permitem um salto imaginativo em direção a uma conceitualização mais robusta acerca de como intenções políticas podem ser transfiguradas em atividades operacionais (DE BRUIJN e HUFEN, 1998, p. 12).

De maneira geral, as práticas de segurança estão contempladas, essencialmente, pelos instrumentos regulatórios e ferramentas de capacitação. Os instrumentos regulatórios têm como

objetivo a normatização do comportamento de atores sociais a fim de reduzir os riscos de ameaças (por exemplo, proibições de determinadas formas de manifestações políticas ou regulamentações em matéria de migração, promovendo percepções acerca do que se pretende categorizar como ameaça). Tais instrumentos são materializados em forma de regulamentações políticas, constituições, tratados e convenções internacionais, por exemplo.

Um exemplo categórico da influência dos instrumentos regulatórios na percepção de ameaças são os documentos que tratam de questões de migração ilegal e asilo político nos países ocidentais – a maioria faz uma relação direta com o terrorismo (BALZACQ e CARRERA, 2005; BALZACQ et al, 2006). Outro exemplo interessante acerca da normatização de conceitos se refere às definições de terrorismo nas Resoluções da ONU sobre o tema, desde sua fundação até a atualidade – sobretudo no que concerne ao tratamento dos motivos subjacentes. Não apenas no que concerne às definições, mas também as Resoluções do Conselho de Segurança que determinam a tipificação de crimes de terrorismo, exercendo influência direta na constituição de leis internas dos Estado, como é o caso da Resolução 1373 de 2001<sup>10</sup> - disruptiva

---

<sup>10</sup> A Resolução, aprovada pelo CSNU em 28 de setembro de 2001, prevê o aprofundamento da cooperação internacional em matéria de combate ao terrorismo e, dentre outros pontos, exorta todos os Estados a: a) Encontrar meios de intensificar e acelerar o intercâmbio de informações operacionais, especialmente com relação às ações ou movimentações de terroristas e de suas redes; com relação à fraude ou falsificação de documentos de viagem; com relação ao tráfico de armas, explosivos ou materiais sensíveis; com relação ao uso de tecnologias de comunicação por grupos terroristas; e com relação à ameaça causada pela posse de armas de destruição em massa por grupos terroristas; b) Intercambiar informações em conformidade com as leis nacionais e o direito internacional e cooperar em assuntos administrativos e judiciários para evitar o cometimento de atos terroristas; c) Cooperar, particularmente por intermédio de arranjos e acordos bilaterais e multilaterais, para prevenir e reprimir o cometimento de ataques terroristas, bem como adotar medidas contra os perpetradores desses atos; d) Tornar-se parte, tão logo quanto possível, das convenções e protocolos internacionais específicos sobre terrorismo, inclusive a Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo de 9 de dezembro de 1999; e) Incrementar a cooperação e implementar integralmente as convenções e protocolos internacionais específicos sobre terrorismo, bem como as resoluções 1269 (1999) e 1368 (2001) do Conselho de Segurança; f) Tomar as medidas apropriadas em conformidade com as disposições das legislações nacionais e do direito internacional, inclusive de acordo com padrões internacionais de direitos humanos, antes de conceder o status de refugiado, de modo a assegurar que o mesmo não seja concedido a solicitante que tenha planejado, facilitado ou participado da execução de atos terroristas; g) Assegurar, em conformidade com o direito internacional, que o instituto do refúgio não seja indevidamente utilizado por perpetradores, organizadores ou cúmplices de atos terroristas, e que a alegação de motivação política do crime não seja reconhecida como fundamento para denegar a extradição de acusados de terrorismo; E, ainda: Ressalta com preocupação a estreita ligação entre o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional, o narcotráfico, a lavagem de dinheiro, o contrabando de materiais nucleares, químicos, biológicos e outros materiais potencialmente mortíferos, e, nesse sentido, enfatiza a necessidade de incrementar a coordenação de esforços nos níveis nacional, sub-regional, regional e internacional de modo a fortalecer uma reação global a essa séria ameaça e desafio à segurança internacional; Declara que atos, métodos e práticas de terrorismo são contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas, e que o financiamento, planejamento e incitamento deliberado de atos terroristas são igualmente contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas; Decide estabelecer, nos termos da regra 28 das Regras Provisórias de Procedimento, um Comitê do Conselho de Segurança, constituído por todos os membros do Conselho, com o propósito de monitorar, com a assistência de peritos, a implementação desta resolução; e exorta todos os Estados a informar aquele Comitê sobre as medidas adotadas para implementar esta resolução no prazo de 90 dias, a contar da data de sua aprovação, e subsequentemente de acordo com cronograma a ser proposto por aquele Comitê; Instrui o Comitê a definir suas

nesse sentido – sob a pena de sanções mediante descumprimento. Os instrumentos regulatórios promovem a estrutura na qual as ferramentas de capacitação operam.

As ferramentas de capacitação consistem no treinamento de habilidades que permitam a indivíduos, grupos ou agências tomadas de decisões mais assertivas ou com maior probabilidade de sucesso. Enquanto os instrumentos regulatórios se referem, essencialmente, a processos de governabilidade, as ferramentas de capacitação são modalidades específicas cujo objetivo é impor disciplina externa a indivíduos e grupos. Nesse sentido, contemplam tratamento de informações, treinamento, forças operacionais entre outros recursos necessários para atingir propósitos políticos. As ferramentas de capacitação não são mecanismos estáveis. A segurança do sistema de informações da União Europeia, por exemplo, está constantemente sob pressão para adoção de novos protocolos e práticas a fim de expandir suas funções e mobilizar novos recursos que atendam as transformações em um ambiente percebido como vulnerável (BIGO e TSOUKALA, 2008). O treinamento de forças policiais latino-americanas pela polícia federal americana, bem como o treinamento e capacitação de agências de inteligência regionais por instituições desta potência hegemônica também são exemplos desse tipo de dominação por meio das práticas. De acordo com o *Country Reports on Terrorism*, publicado em junho de 2016:

All of Brazil's law enforcement agencies with counterterrorism responsibilities have benefitted from U.S. capacity-building training. In 2015, the U.S. Department of State's Antiterrorism Assistance (ATA) program delivered courses to security and law enforcement personnel covering topics such as Critical Incident Management, Airport Security Management, and Fraudulent Document Recognition – all with the goal of enhancing investigative capabilities, building border security capabilities, and supporting Brazil's efforts to prevent terrorist attacks at the 2016 Summer Olympics. Training courses had the added benefit of bringing together disparate agencies, which enhanced Brazilian interagency communication. Brazilian authorities continued to work with other concerned nations – particularly the United States – in combating document fraud. Since 2009, multiple regional and international joint operations successfully disrupted a number of document vendors and facilitators, as well as related human-smuggling networks. The Department of State provided comprehensive and ongoing anti-fraud training to airline and border police units through its Investigations Program (ARSO-I). Since program inception in 2008, ARSO-I has trained thousands of airline personnel and Brazilian Immigration officials at virtually every international port of entry. In addition, since 2008 DHS Immigration and Customs Enforcement (ICE), Homeland Security Investigations (HSI), and Customs and Border

---

tarefas, submeter um programa de trabalho dentro de 30 dias, a contar da adoção desta resolução, e decidir sobre o auxílio necessário ao desempenho de suas atribuições, em consulta com o Secretário-Geral. Expressa sua determinação de tomar todas as medidas necessárias a fim de assegurar a implementação integral desta resolução, de acordo com as responsabilidades que lhe confere a Carta. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3976.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3976.htm), acesso em 1 de julho de 2016)

Protection (CBP) have trained Brazilian airline employees on identifying fraudulent documents. The U.S.-Brazil Container Security Initiative (CSI) in Santos, which began in 2005, continued to operate throughout 2015. The CSI promotes secure containerized cargo – shipped to the United States – by co-locating DHS CBP personnel overseas with Brazilian customs administrators, to target, detect, and inspect high-risk cargo while facilitating the movement of legitimate trade. CBP’s International Affairs and Field Operations Offices conduct joint workshops with Brazil to bolster supply chain security and port security. Similarly, the National Civil Aviation Agency, DPF, and Brazilian Customs (RFB) continued to work with DHS’ Transportation Security Administration (TSA) to make modifications to Brazil’s National Cargo Security Program (NCSP) to gain TSA recognition of commensurability for cargo security procedures, training, and operations at Brazil’s international airports. (COUNTRY REPORTS ON TERRORISM 2015, publicado em junho de 2016, disponível em: <http://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2015/257519.htm>, acesso em 1 de julho de 2016).

Balzacq (2011, p. 18) propõe a investigação causal dos processos de securitização com base no grau de congruência entre as três premissas, pontuando que não se trata de apontar os fatores causais de forma determinista, mas de proporcionar uma adequação causal que aproxime a teoria dos estudos empíricos. Uma pesquisa com base nos graus de congruência nos permite determinar o status relativo de cada uma dessas forças dentro de uma rede de causalidades. Considerando a dificuldade de apontamento de uma única fonte causal para determinado processo de securitização, a pesquisa pautada nos graus de congruência entre estratégia do ator securitizador, estrutura de referência, heterogeneidade e dinâmicas de relação de poder da audiência, contexto imediato e precedentes históricos e o *dispositif* das forças estruturantes atuantes pode fornecer resultados mais precisos acerca de um processo complexo e, sobretudo, a inclusão dessas variáveis permite análise causal mais pertinente acerca das iniciativas de securitização que não lograram êxito.

### 1.3.1 Níveis e Unidades de análise

Alexander Wendt (1999), um dos principais teóricos do construtivismo aplicado às pesquisas em relações internacionais, argumenta que a definição de níveis e unidade de análise é fundamental para qualquer empreitada construtivista. Buzan, Wæver e De Wilde (1998), conforme apresentado na sessão dedicada à Escola de Copenhague, definiram como unidades de análise (i) objeto referente, (ii) ator securitizador e (iii) atores funcionais. Uma ampla gama de teóricos<sup>11</sup> criticou as limitações desse método de pesquisa e, sobretudo, as implicações para

---

<sup>11</sup> Consultar sessões 1.1.2 e 1.1.3 para detalhamento de autores e das críticas à Escola de Copenhague.

análise empírica de iniciativas de securitização que não lograram êxito. Tais unidades de análise serviram aos autores de Copenhague, uma vez que se limitaram à análise de casos de efetiva securitização, sob a justificativa de que *“they constitute the currently valid specific meaning of security”* (BUZAN et al, 1998, p. 39).

Balzacq (2011, p. 34) afirma que a seleção de estudos de caso a partir de variáveis dependentes é produtiva, sobretudo nos primeiros estágios de desenvolvimento teórico, uma vez que possibilita a identificação de possíveis padrões causais e variáveis relacionadas às variáveis dependentes consideradas. No entanto, para o aperfeiçoamento das variáveis teóricas, é necessário que sejam incluídas análises de estudos de caso sem que sejam previamente selecionados em vista do resultado esperado para confirmação da teoria. Conforme argumenta Greenwald (et al, 1986, p. 220), *“when the researcher faith in the theory cannot be shaken by disconfirming, it is inappropriate to describe the research strategy as theory testing. Rather, the strategy is effectively one of theory confirming”*.

Nesse sentido, considerando que o endosso do argumento do ator securitizador pelas audiências competentes é condição *sine qua non* para a efetiva securitização – sobretudo em sistemas democráticos - as iniciativas de securitização que não tiveram sucesso permanecem carentes de análise sob a óptica da Escola de Copenhague quando representam uma gama importante de estudos de caso que podem testar a hipótese da centralidade do papel das audiências nos processos de securitização – considerando sua congruência com as premissas da relação agência-contexto e do mecanismo de estruturação de forças.

Balzacq (2011, p. 35) critica a estreiteza das unidades de análise propostas pelos autores de Copenhague e argumenta que estas pertencem ao mesmo nível de análise – o do agente. O autor considera necessária a separação analítica entre níveis de análise e unidades de análise. Nesse sentido, Balzacq não se limita aos níveis de análise usuais restritos de uma abordagem teórica disciplinar das relações internacionais - indivíduo, Estado e sistema internacional – e propõe a sistematização das unidades de análise constituintes em uma perspectiva sociológica sugerindo três níveis de análise, nos quais o autor acredita que estejam os pilares da construção dos problemas de segurança, são eles (i) agentes; (ii) atos (iii) contextos. Nesse sentido, Balzacq soma à perspectiva de Copenhague - estrita à unidade de análise dos agentes uma vez que se baseia no protagonismo do ato ilocucionário - as unidades de análise que compõem as premissas da abordagem sociológica – o contexto e as audiências.

O nível de análise dos agentes contempla os atores e as relações que estruturam a situação em escrutínio e pode ser subdividido em quatro unidades de análise (i) atores que contribuem ou resistem, direta ou indiretamente, à emergência e/ou modelamento de questões de segurança como atores securitizadores, audiências, e atores funcionais; (ii) as relações de poder que regem a interação entre os atores; (iii) Identidades individuais e sociais que operam tanto para constranger como para incentivar o comportamento dos atores (iv) o objeto referente – coletividade simbólica cuja ameaça existencial é legitimada - e o sujeito referente – unidade de análise que corresponde à fonte da ameaça (BALZACQ, 2011, p. 35).

O nível dos atos refere-se às práticas discursivas e não discursivas que subscrevem o processo de securitização estudado e tem como principal função elucidar as políticas e os métodos que permeiam a criação de segurança por meio de práticas e variáveis extralinguísticas. Esse nível pode ser, igualmente, subdividido em quatro unidades de análise (i) *action-type* – uso apropriado da linguagem, em termos gramaticais e sintáticos, para performance em determinado ato; (ii) estratégia – artefatos heurísticos utilizados pelo ator securitizador para criar ou enfatizar as circunstâncias que facilitam a mobilização da audiência, como analogias, metáforas, metonímias, exploração de aspectos emocionais, propagação de estereótipos, construção de determinada estrutura por meio da priorização e valorização de histórias, instrumentalização de alguns tipos de mídia que alcancem a(s) audiência(s) almejada(s); (iii) O *Dispositif*, ou seja, a constelação de práticas e instrumentos de securitização; (iv) políticas públicas geradas pela securitização (BALZACQ, 2011, p.36).

O nível de análise do contexto é fundamental para o entendimento dos tipos de ameaças passíveis de emergência e dos tipos e conteúdo de discursos proferidos uma vez que ambos precisam estar situados histórica e socialmente. Para conduzir uma análise pertinente dos discursos, é fundamental que o analista tenha conhecimento de diversos aspectos do contexto no qual o discurso foi produzido - como modos de produção, estrutura de classes e formação política – de forma que possa conceber as interações e relações de poder existentes. Wetherell (2001, p. 380) propõe a subdivisão analítica do nível do contexto em duas unidades de análise (i) contexto proximal e (ii) contexto distal (BALZACQ, 2011, p. 37).

O contexto proximal refere-se à determinada ocasião ou gênero de interação cujos participantes transformam em episódio - ou uma forma particular como os eventos acontecem, como por exemplo reuniões, entrevistas ou cimeiras. O contexto distal refere-se ao cenário sociocultural no qual o discurso está enraizado. O contexto distal possui forte efeito recursivo

o que demonstra que argumentos persuasivos operam em efeito cascata – pessoas se convencem uma vez que amigos, familiares e pessoas próximas se convencem. Tal contexto opera no âmbito de classes sociais, composição étnica dos participantes, instituições ou lugares onde os discursos são proferidos bem como os ambientes regional e cultural em que estão inseridos.

A partir das premissas da perspectiva sociológica da Teoria da Securitização, buscaremos analisar os aspectos da iniciativa de securitização da “Tríplice Fronteira”, identificando os principais argumentos do discurso do ator securitizador e, sobretudo, analisando o efetivo papel das unidades de análise audiência e contexto no desenvolvimento desse processo.

## **CAPÍTULO II: AS COMUNIDADES ÁRABES MUÇULMANAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA E AS NARRATIVAS HEGEMÔNICAS SOBRE TERRORISMO INTERNACIONAL**

### **2.1 A Tríplice Fronteira**

A região das três fronteiras está localizada no coração da Bacia do Prata. É formada por seis centros conurbados e dezenas de cidades dentre as quais se destacam as cidades de Puerto Iguazu (Misiones - Argentina), Foz do Iguaçu (Paraná - Brasil) e Ciudad del Este (Alto Paraná - Paraguai). A região de fronteira com maior aglomeração urbana da América do Sul (CARNEIRO FILHO, 2013, p. 24) é conhecida pela abundância de recursos naturais - com destaque para os recursos hídricos -, pela importância econômica, sobretudo no âmbito do Mercosul, pela diversidade étnica e pela atuação de organizações criminosas transnacionais que lidam com contrabando, narcotráfico, pirataria, lavagem de dinheiro e furtos de automóveis, sendo, portanto, objeto de preocupação, monitoramento e cooperação por parte dos governos<sup>12</sup>, sobretudo, brasileiro e paraguaio, uma vez que a fronteira entre esses dois países é mais movimentada – e mais porosa - que a dos mesmos com o território argentino (CUNHA, 2009). A Tríplice Fronteira Argentina-Brasil- Paraguai é a mais importante do Mercosul em razão de fatores como localização geográfica central, importância econômica e valor simbólico da Bacia do Prata (CARNEIRO FILHO, 2013). De acordo com Rabossi (2011, p. 40), “ainda que existam localidades relativamente antigas, a ocupação dos três lados – que está por trás da utilização das categorias que designam tais espaços como região – é, em todos os casos, relativamente recente”.

O primeiro europeu a chegar na região foi o espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, em 1542. A zona, no entanto, continuou povoada apenas por indígenas até 1880 – parte desses reunidos na Missão Jesuítica de Santa Maria do Iguaçu, onde hoje está localizado o município de Foz do Iguaçu. Do lado brasileiro, o povoamento por não indígenas teve início por volta de 1881, quando colonos pioneiros começaram a explorar a erva-mate. Em 1889 foi fundada a colônia militar do Iguassu, um marco na ocupação efetiva do território. Em 14 de março de

---

<sup>12</sup> BRASIL, MRE, COCIT para Subsecretaria-Geral de Política Bilateral, Memorandum 004, 28.01.2002.

1914, foi criado o Município da Vila do Iguaçu, que em 1918 passou a denominar-se Foz do Iguaçu (CARNEIRO FILHO, 2013, p. 88).

No lado argentino, o povoamento por não indígenas também teve início na década de 1880, mas a cidade de Puerto Iguazu só foi fundada em 1902, ano em que o governo argentino se apropriou das terras que formariam um dos dois primeiros parques nacionais do país: o Parque Nacional Iguazu. O povoamento por não indígenas do lado paraguaio, por sua vez, se iniciou apenas na segunda metade do século XX, quando, em 1957 foi fundada a Cidade de Puerto Flor de Liz, que logo mudaria de nome para Puerto Presidente Strossner. Apenas em 1989, com a queda do ditador paraguaio, a cidade passou a denominar-se Ciudad del Este. Inicialmente, poucos colonos se aventuravam a viver na cidade, sobretudo em razão da mata inóspita que cobria a região. A situação começou a se alterar quando da construção da Ponte da Amizade, na década de 1960, que gerou uma rápida urbanização e desenvolvimento econômico (CARNEIRO FILHO, 2013, p. 89)

O processo histórico de povoamento da Tríplice Fronteira foi marcado por uma ocupação direcionada por políticas de governo<sup>13</sup>, sendo a mais significativa, a construção de Itaipu, que modificou drasticamente a paisagem local e motivou o crescimento da população em Ciudad del Este (396.091 habitantes em 2011, segundo estimativas do DGEEC) e Foz do Iguaçu (263.508 habitantes em 2012, segundo estimativas do IBGE). Seus impactos foram sentidos, até mesmo, na cidade de Puerto Iguazu, que não participou do empreendimento, mas cuja população passou de 3.001 habitantes em 1970, para 57.623 em 1991 e atingiu 82.227 no ano de 2010 (INDEC, 2013) (Ibid., p. 103). O crescimento urbano acelerado acarretou diversos problemas de segurança pública que, até hoje, não apenas são temas de debate nas conferências sobre segurança entre os países como também permanecem elementos essenciais nas diversas representações sobre a região.

A maioria das estimativas sobre a diversidade étnica na região aponta para a presença de mais de 70 etnias diferentes na Tríplice Fronteira. A maior parte dos estrangeiros, no entanto, é composta pelas comunidades árabes e chinesa – esta última em menor número do que a

---

<sup>13</sup> Da estratégia traçada pelo então governo militar brasileiro (1964-1985) com o objetivo de trazer o Paraguai para dentro de sua órbita de influência fizeram parte: a construção de Itaipu, a Ponte da Amizade, a rodovia Paranaguá-Foz do Iguaçu, a concessão de créditos pelo governo brasileiro ao Paraguai para a realização de obras de infraestrutura viária (asfaltamento de estradas e construção de pontes), o estabelecimento de uma empresa de colonização de origem brasileira no Departamento de Nueva Asunción, entre outras medidas (LAINO, 1979). Essa política do governo brasileiro foi determinante na composição da população da Tríplice Fronteira, tanto em aspectos étnicos como sócio-econômicos, tendo gerado impactos nos três lados da fronteira (FILHO, 2013, p. 89)

comunidade árabe. A maior parte da comunidade chinesa (taiwaneses e cantoneses)<sup>14</sup> da região vive em Ciudad del Este – onde seus membros trabalham e/ou possuem estabelecimentos próprios – e deriva de ondas de imigração recentes, por volta de 1970 e 1980. A maior parte dos imigrantes trabalha como comerciante/importador em redes familiares ou de proteção (guanxi), dentro das quais organizam seus negócios. Às comunidades árabes muçulmanas, enquanto principal objeto de estudos da presente pesquisa, dedicamos toda uma subseção do capítulo.

## **2.2 As Comunidades Árabes Muçulmanas da Tríplice Fronteira**

A região de interseção de fronteiras entre Argentina, Brasil e Paraguai, denominada “Tríplice Fronteira”, foi – e ainda é – o destino de muitos imigrantes de países de origem árabe e muçulmana, sobretudo Líbano, Síria e Palestina. Os primeiros fluxos migratórios datam do final século XIX, e são consequência da crise econômica e política pela qual passavam os povos sob domínio do Império Turco-Otomano. Com a queda desse império, a instabilidade política da região se perpetuou durante as tutelas de França e Inglaterra, bem como no período pós-colonial, refletindo as mazelas causadas pelo apoio das antigas metrópoles a grupos sectários locais. A esse cenário, se somaram os conflitos deflagrados após a criação do Estado judeu de Israel na região da Palestina. Diversos conflitos – civis e interestatais - e ocupações estrangeiras configuraram a dinâmica desses países ao longo do século XX. Truzzi (1997, p. 34) argumenta que o principal objetivo desses migrantes, em sua maioria rapazes jovens e solteiros, era atender as prioridades de sua família, em sua terra natal, seja por meio do envio de remessas monetárias, seja reconstruindo suas vidas familiares em outros países.

As comunidades árabes muçulmanas da “Tríplice Fronteira” concentram-se no Brasil - na cidade de Foz do Iguaçu -, e no Paraguai, em Ciudad del Este. Não há presença expressiva de árabes na cidade argentina fronteiriça de Puerto Iguazu<sup>15</sup>. Muitos imigrantes tiveram como primeira opção de destino a cidade paraguaia, tendo em vista a facilidade para obtenção de visto

---

<sup>14</sup> A vinda de taiwaneses também está relacionada a questões políticas, pois o Paraguai de Stroessner, de acentuado anticomunismo, foi um dos primeiros países a reconhecer Taiwan como um país independente.

<sup>15</sup> Embora haja uma comunidade árabe muçulmana expressiva em outras regiões da Argentina.

e as possibilidades de trabalho no comércio<sup>16</sup> - ou mascateação -, atividade amplamente praticada pelos árabes<sup>17</sup>. Simmel (1983) pontua que o comércio facilita a entrada de novos atores em atividades econômicas, mesmo em lugares em que as posições já estão ocupadas. Vale destacar que no biênio 1994/1995, o movimento econômico em Ciudad del Este foi de 12 bilhões de dólares, colocando a cidade no terceiro lugar do ranking de cidades comerciais, ficando atrás, apenas, de Hong Kong e Miami (RABOSSO, 2001).

É difícil precisar o número de árabes-muçulmanos que compõe a comunidade imigrante da Tríplice Fronteira, uma vez que os censos brasileiros não contemplam informações precisas nesse sentido. Mesmo combinando as informações disponíveis nos censos com outras fontes, como o *Institute for Muslim Minorities Affairs*<sup>18</sup>, não é possível afirmar um número exato. Outro empecilho é o fato de os censos não disporem de informações acerca dos imigrantes de segunda e terceira gerações. De acordo com informações fornecidas pelas Sociedades Beneficentes Islâmicas locais<sup>19</sup>, os membros dessas minorias somam no Município de Foz do Iguaçu, atualmente, entre 15 e 17 mil pessoas<sup>20</sup>. Em Ciudad del Este, este número seria de aproximadamente 9 mil pessoas (PINTO, 2011, p. 183).

De acordo com as pessoas entrevistadas ao longo da pesquisa de campo, o número seria consideravelmente maior antes de 2001, no entanto, muitos membros deixaram a região devido ao enfraquecimento econômico no comércio de Ciudad del Este e devido ao enrijecimento das sucessivas pressões, de diferentes naturezas, fomentadas, sobretudo, pelos EUA, sobre os comerciantes árabes muçulmanos, após os atentados de 11 de setembro. Em entrevista publicada no jornal paraguaio *La Nación*, Khaled Ghotme, e Said Mohamed Taiyén, respectivamente presidente e vice-presidente do Centro Árabe Islâmico Paraguayo, reiteraram essas informações afirmando que, antes dos atentados de 11 de setembro, as comunidades árabes-muçulmanas da Tríplice Fronteira abrangiam mais de 30 mil pessoas<sup>21</sup>.

---

<sup>16</sup> As informações sobre o visto e as possibilidades de progresso no comércio foram fornecidas nas entrevistas concedidas pelos membros da comunidade à pesquisadora durante o trabalho de campo.

<sup>17</sup> De acordo com Truzzi (1997) a mascateação era entendida como a primeira atividade a ser desempenhada pelos migrantes recém-chegados. A partir do momento que a imigração passou de um caráter provisório para um caráter mais permanente, os imigrantes passaram a almejar a construção de seus próprios negócios, no país acolhedor.

<sup>18</sup> <http://www.imma.org.uk>

<sup>19</sup> As fontes são as duas Sociedades Beneficentes Islâmicas de Foz do Iguaçu – uma representa a comunidade xiita (Centro Cultural Ahlul Bayt) e a outra, a comunidade sunita (Sociedade Beneficente Islâmica de Foz do Iguaçu - <http://www.islam.com.br>).

<sup>20</sup> De acordo com CARNEIRO FILHO (2013, p. 113) esse número seria de, aproximadamente, 22 mil imigrantes. PINTO (2011, p. 183) afirma que esse número está entre 12 e 18 mil pessoas.

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.lanacion.com.py/2016/01/28/musulmanes-en-ciudad-del-este-estrenan-mezquita-dispuestos-a-sacudir-se-estigmas/> Acesso em 23 de dezembro de 2016.

A comunidade imigrante árabe mais expressiva é a comunidade libanesa – composta por membros sunitas, xiitas, drusos e católicos maronitas. De acordo com Fernando Rabossi (2004), 90% da população árabe da região é oriunda do Vale do Bekaa, no sul do Líbano, região de forte influência do *Hizballah*. A comunidade palestina – composta apenas por sunitas – consiste, de acordo com o presidente da Sociedade Árabe Palestina Brasileira de Foz do Iguaçu, Jihad Abu Ali<sup>22</sup>, em 5 ou 6 famílias que não somam mais do que 150 pessoas (Jihad Ali também informou que os casamentos entre palestinos são comuns e que não há, atualmente, imigração de palestinos para a região). Essas comunidades já estão plenamente estabelecidas e seus membros, em grande maioria, possuem estabelecimentos comerciais em Ciudad del Este ou são profissionais liberais autônomos – como médicos, advogados, jornalistas, entre outros – sobretudo seus descendentes de segunda e terceira geração.

Alguns membros das comunidades ocupam, inclusive, importantes cargos institucionais municipais, como é o caso da vereadora Anice Gazzaoui<sup>23</sup>, reeleita pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), e do Diretor de Assuntos Internacionais da Secretaria de Turismo, Mohammad Ibrahim Barakat. Uma parte significativa da comunidade já é composta de imigrantes de segunda geração que perpetuam a manutenção dos vínculos com familiares de seus países de origem e preservam e resignificam elementos da cultura e religião do país de origem. Há, também, uma pequena parcela de imigrantes muçulmanos oriundos de países como Egito, Iraque, Síria, Índia e Paquistão, que mantém um vínculo estreito com as comunidades religiosas conforme suas vertentes de tradições islâmicas – xiita ou sunita.

A maior parte dos membros das comunidades domina a língua árabe, até mesmo as segundas e terceiras gerações de imigrantes, uma vez que as famílias mais abastadas enviam os jovens para estudarem em seus países de origem, de forma que possam aprender a língua e a

---

<sup>22</sup> Jihad Abu Ali nasceu em Foz do Iguaçu, é filho de mãe brasileira e pai palestino – de West Bank, imigrante chegado no Brasil na década de 1980 -, estudou na Jordânia de 1991 a 2003, atualmente mora com a família em Foz do Iguaçu e é participante ativo das iniciativas políticas que almejam a aproximação entre a cidade de Foz do Iguaçu e os territórios palestinos.

<sup>23</sup> Em 15 de dezembro de 2016, a vereadora – juntamente com 11 outros vereadores - foi presa, preventivamente, durante a 5ª fase da Operação Pecúlio, deflagrada pela Polícia Federal brasileira, sob acusação de receber propina para apoiar e aprovar projetos do executivo municipal durante a gestão do prefeito afastado – também sob custódia – Reni Pereira. Cumpre apontar que se trata de uma prisão preventiva, não havendo, ainda, acontecido o julgamento ou condenação da vereadora. Cumpre, igualmente, esclarecer que, antes da realização da Operação e consequente prisão de Anice Gazzaoui, durante a realização das entrevistas com os membros das comunidades árabes muçulmanas, muitos membros pontuaram que, embora considerem positiva a integração de membros das comunidades na esfera política local, Anice Gazzaoui não representava uma escolha oficial por parte da comunidade.

cultura locais e manter uma relação próxima com seus familiares no Oriente Médio<sup>24</sup>. De acordo com PINTO (2011, p. 191) “esses laços transnacionais e, por conseguinte, a competência do universo cultural das diferentes regiões conectadas, não possuem apenas valor simbólico, mas também econômico, uma vez que muitas famílias possuem propriedades e negócios no Líbano e no Brasil”.

A maior parte das relações no âmbito das comunidades segue a lógica da endogamia. No entanto, há casos de árabes muçulmanos casados com brasileiras e paraguaias sem descendência árabe, assim como de árabes muçulmanas – sobretudo de segunda e terceira geração de imigrantes - casadas com brasileiros e paraguaios. Vale pontuar que os segundos casos são menos comuns que os primeiros. Quando acontecem tais uniões, o cônjuge, normalmente, se converte ao islã e passa a participar das atividades locais das comunidades. A maior parte dos convertidos, portanto, consiste em pessoas que se uniram, por meio do casamento, com membros das comunidades imigrantes. No entanto, há uma parcela, pequena, de convertidos que se aproximaram dos círculos religiosos por diferentes razões, sobretudo de cunho espiritual ou por uma inicial curiosidade cultural que culminou com a conversão<sup>25</sup>.

Existem instituições islâmicas em Foz do Iguaçu e em Ciudad del Este e se definem a partir da identidade confessional específica de seus membros – sunitas, xiitas e drusos (estes últimos são minoria e dispõem de um Lar Druso frequentado apenas pelas famílias que moram na região (PINTO, 2011, p. 188). Em Foz do Iguaçu, a instituição com maior notoriedade é a mesquita sunita Omar Ibn al-Khattab, inaugurada em 1983. A mesquita foi financiada e construída por membros da comunidade imigrante local<sup>26</sup> e, desde 2012, tem como líder religioso o *shaykh* Abdo Nasser El Khatib, brasileiro filho de libanês, nascido em Jandaia do Sul, no Paraná. Abdo Nasser viveu a infância no Líbano, com seus pais, e estudou no país até ingressar na Universidade Islâmica em Al Madinah, na Arábia Saudita. Atualmente, a mesquita “branca”, como é chamada por muitos moradores locais, é um ponto turístico da cidade. De acordo com Faisal Ismail, presidente do Centro Cultural Beneficente Islâmico (CCBI), é o

---

<sup>24</sup> Cumpre apontar que língua e cultura são aspectos dinâmicos que sofrem modificações, sobretudo quando praticadas em espaços distintos.

<sup>25</sup> As informações foram apuradas durante o trabalho de campo da pesquisadora que consistiu em participação ativa nas atividades das comunidades e nas aulas de religião e língua árabe promovidas pelo Centro Cultural Ahlul Bayt.

<sup>26</sup> Em entrevista para a Agência de Notícias Árabe Brasil, o presidente do Centro Cultural Beneficente de Foz do Iguaçu (CCBI), Faisal Ismail (profissional liberal e filho de imigrantes libaneses), afirmou que a mesquita fora uma iniciativa da comunidade, na época, cerca de 50 famílias e teria sido viabilizada por meio de doações privadas. Disponível em: <http://www.anba.com.br/noticia/13636665/oriente-se/mesquita-e-atracao-em-foz/?indice=10> Acesso em 23 de dezembro de 2016.

terceiro ponto turístico mais visitado, ficando atrás, apenas, das Cataratas e da Itaipu Binacional e recebe cerca de 5 mil visitantes por mês<sup>27</sup>. Faisal afirma, ainda, que as visitas são incentivadas pelo CCBI, com apoio da Itaipu (que teria colaborado com o know-how acerca do gerenciamento de atividades turísticas) e que têm como objetivo “ampliar o conhecimento sobre o islã e derrubar preconceitos”<sup>28</sup>.

Os xiitas, inicialmente, dividiam o espaço da mesquita Omar Ibn al-Khattab com os sunitas. Em 1985, fundaram a Sociedade Islâmica de Foz do Iguaçu e *Husseiniyya* al-Imam Khomeyni que, ao contrário da mesquita sunita, ocupa um prédio cuja arquitetura não remete à codificação estética do imaginário religioso da comunidade. No salão principal da mesquita, localizado no segundo andar do prédio, acontecem não apenas as orações coletivas, mas também palestras voltadas, principalmente, para a comunidade local. No centro do salão existem as imagens do Ayatollah Khomeini, líder da Revolução iraniana de 1979 e do Ayatollah Khamenei, sucessor de Khomeini como líder/jurisconsulto supremo do Irã. É possível, ainda, observar, que no interior da *Husseiniyya* existem muitas caixas de origem iraniana, que consistem em importações de livros de literatura religiosa, produtos alimentícios e outros itens, sobretudo, de caráter religioso. O historiador e antropólogo, Paulo Gabriel Pinto, observa que:

(...) se a arquitetura da mesquita sunita evoca o pertencimento a uma comunidade muçulmana abstrata com centro no Oriente Médio Árabe, a arquitetura da *Husseiniyya* remete a uma comunidade xiita transnacional cujo centro simbólico, político e demográfico é o Irã. As imagens de Khomeini e Khamenei funcionam como indexadores da identidade sectária xiita da comunidade e como símbolos da importância do Irã no processo de afirmação da identidade xiita no Líbano, terra de origem da maioria dos membros da comunidade, assim como na organização das comunidades xiitas da diáspora (PINTO, 2011, p. 188).

Em Ciudad del Este existem, além do *Centro Árabe Islâmico Paraguayo*, fundado em 1988 com o objetivo de integrar as coletividades muçulmanas do Departamento, duas mesquitas xiitas e uma mesquita sunita. A *Mesquita del Profeta Muhammad*, de linha confessional xiita, construída em 1994, que fica acoplada a um edifício de apartamentos ocupado majoritariamente por imigrantes recém-chegados do Líbano; a *Husseiniyya* ligada à *Asociación Beneficente del Alto Paraná*, também fundada em 1994 (MONTENEGRO, 2009, p. 299) e a *Mezquita del Este* ou Mesquita Alkhaulafa Al-Rashdeen, de linha confessional sunita, fundada em novembro de

---

<sup>27</sup>A informação acerca do número de visitantes por mês está no site do Centro Cultural Beneficente Islâmico, disponível em <http://www.islam.com.br/artigo/a-historia-da-mesquita> Acesso em 23 de dezembro de 2016.

<sup>28</sup> Entrevista disponível em: <http://www.anba.com.br/noticia/13636665/oriente-se/mesquita-e-atracao-em-foz/?indice=10> Acesso em 23 de dezembro de 2016.

2015. O presidente paraguaio, Horacio Cartes, participou da inauguração dessa mesquita na companhia de embaixadores de países árabes na Argentina, Brasil e Paraguai e do prefeito de Foz do Iguaçu, na época, Reni Pereira (PSB)<sup>29</sup>.

No discurso de inauguração, o presidente do Centro Árabe Islâmico Paraguayo, Khaled Ghotme disse que um dos objetivos da construção da mesquita é “sacudir estigmas”: *“Queremos demostrar con nuestros actos que somos gente de bien. Paraguay es un país hospitalario que nos recibió. Este templo es el fruto de nuestro esfuerzo”*. Ghotme disse, ainda, que chegara em Ciudad del Este com 17 anos, oriundo do Vale do Bekaa, e *“en esta ciudad húmeda y calurosa encontró la paz que buscaba cuando se volvió “insoportable la invasión de Israel”*<sup>30</sup>.

As comunidades árabes muçulmanas da Tríplice Fronteira mantêm um forte vínculo com seus países de origem, mas também estão amplamente inseridos na realidade social política e cultural local. Ao mesmo tempo que existe uma preocupação clara em orientar os membros das comunidades, sobretudo os mais jovens, no que concerne à importância de preservar os valores islâmicos, há esforços em inserir esses jovens nas sociedades brasileira e paraguaia de forma que ocupem os espaços sociais e valorizem, igualmente, suas posições de cidadãos nacionais dos países latino-americanos. É possível notar, igualmente, esforços no sentido de informar a população local acerca dos problemas políticos dos seus países de origem, evitando que visões hegemônicas estigmatizantes prevaleçam sobre o entendimento da complexidade política do Oriente Médio. Nesse sentido, cumpre apontar que as comunidades muçulmanas de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este e as identidades religiosas de seus membros são constituídas pela integração entre elementos culturais locais e referências históricas, étnicas e religiosas transnacionais.

As comunidades sunita e xiita, por exemplo, se unem anualmente nas manifestações do Dia da Solidariedade ao Povo Palestino, ou Dia do Nakba - realizadas todo dia 29 de novembro<sup>31</sup> – data em que há manifestações contra as ocupações israelenses dos territórios palestinos e debates acerca da situação humanitária dos palestinos em territórios ocupados e na Faixa de Gaza, sob total embargo israelense. Da mesma maneira, quando eclodem conflitos entre palestinos e israelenses, é comum que membros da comunidade se unam a fim de conduzir

---

<sup>29</sup> Disponível em: <http://www.ultimohora.com/cartes-inaugura-mezquita-usd-1-millon-cde-n943625.html> Acesso em 23 de dezembro de 2016.

<sup>30</sup> Disponível em <http://www.lanacion.com.py/2016/01/28/musulmanes-en-ciudad-del-este-estrenan-mezquita-dispuestos-a-sacudirse-estigmas/> Acesso em 23 de dezembro de 2016.

<sup>31</sup> Disponível em: <http://www.un.org/events/calendar/Edetail.asp?EventID=1887&BeginDate=11/29/2011> Acesso em 25 de dezembro de 2016. Remete ao dia 29 de novembro de 1947 quando foi aprovada, na ONU, a Resolução 181 que aprovava a partilha da região da Palestina e a fundação de dois Estados: Israel e Palestina.

protestos que denunciam a desproporcionalidade da violência perpetrada pelo Estado de Israel. Em julho de 2014, no contexto de violentos ataques israelenses à Faixa de Gaza, foi organizado um Ato Ecumênico pela Paz em Gaza, reunindo diferentes lideranças religiosas – muçulmanas, católicas e evangélicas - na Catedral da Igreja Católica de Foz do Iguaçu, no bairro da Vila A<sup>32</sup>.

Da mesma maneira, o Dia da Resistência e Libertação do Sul do Líbano, celebrado em 25 de maio, é um evento muito importante, celebrado tanto pelos libaneses sunitas como pelos xiitas<sup>33</sup>. É uma data em que os libaneses celebram a expulsão das tropas israelenses que ocupavam o sul do Líbano há quase 20 anos. De acordo com o *shaykh* xiita Mohammed Khalil:

(...) O exército israelense invadiu o Líbano por oito vezes, deixando milhares de jovens, mulheres e crianças com deficiências que carregam por toda a vida. A data é uma forma de manter vivo o esforço histórico dessas pessoas e de muitas outras, que perderam a vida, para garantir a dignidade do povo libanês. Nasceu um novo Líbano nessa data. Somos seres mais dignos, passamos a nos sentir mais humanos através de mártires, que nos fizeram erguer a cabeça, para voltarmos a ser, novamente, um país livre. (SHYKH MOHAMMED KHALIL, 2014)<sup>34</sup>

Algumas lideranças políticas locais já participaram das celebrações de 25 de maio, como é o caso do vereador Nilton Bobato (PCdoB) que na celebração de 2014 comentou: “Trago minha saudação a esse povo que conquistou a liberdade do seu território, e que esta data seja sempre lembrada para mostrar a força e a fé de um povo que retirou do seu país um dos exércitos mais opressores do mundo”<sup>35</sup>. No ano seguinte, o Deputado Chico Brasileiro (PSD) também esteve presente em celebrações dessa data, discursando para a plateia presente, composta, majoritariamente, por membros das comunidades muçulmanas, mas aberta à participação da comunidade local. No discurso, o deputado reforça a necessidade de manter viva a memória da resistência heroica do povo libanês<sup>36</sup>. O ex-presidente da Câmara dos Vereadores de Foz do

---

<sup>32</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2014/07/lideres-religiosos-pedem-paz-para-o-orientemedio-no-oeste-do-parana.html> Acesso em 25 de dezembro de 2016.

<sup>33</sup> Pode-se afirmar que se trata de um evento muito respeitado por todos os árabes muçulmanos, uma vez que se refere à expulsão das tropas israelenses do sul do Líbano após 20 anos de ocupação militar.

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www.niltonbobato.com.br/index.php/368-bobato-destaca-a-importancia-do-dia-da-libertacao-do-libano-em-foz> Acesso em 25 de dezembro de 2016.

<sup>35</sup> Disponível em: <http://www.niltonbobato.com.br/index.php/368-bobato-destaca-a-importancia-do-dia-da-libertacao-do-libano-em-foz> Acesso em 26 de dezembro de 2016.

<sup>36</sup> Disponível em: <http://afrenteira.com.br/materias-em-videos/15-comemoracao-do-dia-da-resistencia-e-libertacao-dp-libano-em-foz-do-iguacu&pag=20> Acesso em 26 de dezembro de 2016.

Iguaçu, Fernando Duso (PT), também manifestou sua solidariedade à resistência libanesa e enviou um representante para discursar no evento organizado pelas comunidades árabes<sup>37</sup>.

A vereadora Anice Gazzaoui (PTN), descendente de libaneses de linha confessional sunita, primeira vereadora muçulmana e de origem árabe a ser eleita no Brasil e na América Latina e segunda mulher árabe muçulmana a ocupar um cargo público no Brasil é, como esperado, uma figura política assídua nas celebrações do Dia da Resistência e Libertação do Sul do Líbano. No evento de 2015, a vereadora fez uma homenagem aos mártires libaneses e os denominou “mártires da liberdade”. A vereadora também atentou para a necessidade de observar as contínuas violações de direitos em países muçulmanos por parte dos Estados Unidos e de Israel<sup>38</sup>. A presença da vereadora na política municipal foi muito importante para a comunidade, sobretudo para as mulheres muçulmanas. Em 2013, após muitos debates em audiências públicas, a vereadora conseguiu a aprovação de uma lei, pelo governo do Paraná, que permitiu que as mulheres muçulmanas fossem fotografadas com o *hijab* (véu muçulmano), nas fotos para as carteiras de habilitação.

No município de Foz do Iguaçu há duas Escolas xiitas e uma escola sunita<sup>39</sup>. De acordo com o *shaykh* Mohammed Khalil, as escolas são uma forte conexão entre xiitas e sunitas, uma vez que há alunos sunitas nas escolas xiitas. Também entre os árabes muçulmanos e a comunidade local de brasileiros. As Escolas têm o português como língua oficial embora a carga horária das aulas de árabe seja bastante significativa. As aulas de religião não são obrigatórias, o que favorece o ingresso de alunos brasileiros não muçulmanos. No Paraguai existe uma escola xiita, o Colegio Libanés. Ao contrário das escolas brasileiras, as aulas são em língua árabe e existe uma carga horária definida de língua espanhola. De acordo com Pinto (2011, p. 194), “o objetivo manifesto dessas escolas é a manutenção do caráter transnacional das comunidades muçulmanas na Tríplice Fronteira, tanto em termos de circulação de seus membros entre Brasil e Paraguai, quanto em relação ao Oriente Médio”. Montenegro (2009, p. 300) pontua, ainda, que os certificados e diplomas emitidos por essas escolas são reconhecidos por várias instituições de ensino no Líbano.

---

<sup>37</sup> Disponível em: <http://afrenteira.com/br/materias-em-videos/15-comemoracao-do-dia-da-resistencia-e-libertacao-dp-libano-em-foz-do-iguacu&pag=20> Acesso em 26 de dezembro de 2016.

<sup>38</sup> Disponível em: <http://afrenteira.com/br/materias-em-videos/15-comemoracao-do-dia-da-resistencia-e-libertacao-dp-libano-em-foz-do-iguacu&pag=20> Acesso em 26 de dezembro de 2016.

<sup>39</sup> São escola xiitas a Escola Libanesa e Escola Árabe-Brasileira e a Escola sunita é a Colégio Árabe Brasileiro que funciona num prédio anexo à mesquita sunita

Além das instituições de ensino, o Grupo de Escoteiros Líbano-Brasileiro também é uma forte evidência da complexa interação entre elementos locais e transnacionais na constituição das identidades árabes e muçulmanas na Tríplice Fronteira. O grupo foi criado em 2005 pela comunidade xiita e funciona num prédio anexo à *Husseiniyya*. A maioria dos membros são crianças e jovens da comunidade xiita, mas também há membros sunitas, drusos e cristãos, todos de origem árabe (PINTO, 2011, p. 195). O grupo funciona dentro dos valores apreciados pelo islã – a separação entre meninos e meninas, por exemplo, é bem clara. O grupo faz parte da União dos Escoteiros do Brasil e funciona como um poderoso instrumento de inserção da comunidade muçulmana na sociedade local e nacional (Ibid.). Em entrevista concedida ao pesquisador Paulo Gabriel Pinto, o presidente do Grupo de Escoteiros explicou os motivos de sua criação:

A ideia de criar o grupo de escoteiros estava ligada à necessidade de oferecer à nossa juventude um espaço de entretenimento saudável, onde eles poderiam se conhecer, assim como entrar em contato com crianças que não fazem parte da comunidade [xiita]. É muito importante ensinar a eles [os jovens] responsabilidades sociais e o respeito ao meio ambiente. Nesse sentido o grupo de escoteiros pode ser visto como parte da educação de nossos filhos e filhas como muçulmanos. Claro que a ideia de criar um grupo de escoteiros para os libaneses e o resto da comunidade árabe vem da necessidade de permitir que as novas gerações levem uma vida normal, ao mesmo tempo em que se ensina a elas a respeitar os costumes que nos definem como muçulmanos e árabes (PAULO, 2011, p. 196).

A interação entre os múltiplos imaginários sociais locais, nacionais e transnacionais promovida pelos processos de socialização, encontra no patrono honorário do Grupo de Escoteiros, Akil Merhei, um símbolo bastante forte. Mehrei foi presidente do grupo de escoteiros até ser assassinado, juntamente com sua família, num bombardeiro indiscriminado que o exército israelense realizou no sul do Líbano, durante a guerra de 2006, que opôs Israel ao Hizballah. De acordo com Pinto (op. cit., p. 197):

A figura de Mehrei condensa diversos níveis de significado na transfiguração de sua vida e morte em símbolo das diversas esferas de pertencimento e ação dos jovens muçulmanos da Tríplice Fronteira. A dimensão simbólica de Mehrei representa simultaneamente: uma personalidade pública de Foz do Iguaçu, querido e amado por muitos, que incentivava a inserção da comunidade árabe muçulmana na sociedade local; um árabe brasileiro com uma vida transnacional, ele vivia e trabalhava no Brasil e mantinha seus laços pessoais e culturais com o Líbano, para onde ia regularmente visitar parentes e passar férias com sua família; um “mártir” (*shahid*), que foi vítima dos conflitos regionais e globais que envolvem o Oriente Médio. Assim, a figura de Akil Merhei funciona como um símbolo dominante no contexto

do Grupo de Escoteiros Líbano-Brasileiro, permitindo a condensação e articulação da gama de significados e valores, por vezes contraditórios (local/transnacional, brasileiro/libanês, pai de família/figura pública, vida bem-sucedida/martírio), e identidades (Brasileira, Libanesa, Árabe Muçulmana) que organizam as várias esferas de pertencimento pelas quais os membros do grupo circulam ou, eventualmente, poderão circular.

Na apresentação feita pelo Grupo de Escoteiros Líbano-Brasileiros, na *Husseiniyya*, como parte das celebrações do Dia da Resistência e Libertação do Sul do Líbano de 2016, as crianças simularam o conflito no sul do Líbano, com direito a um cenário que remetia à geografia desse território e homenagearam os mártires do conflito. Antes da apresentação foram cantados os hinos brasileiro e libanês e foram feitas as palestras e apresentações em árabe e, posteriormente, em português. É possível notar que existe um grande esforço da comunidade em afirmar tanto as relações culturais com o país de origem como sua condição de cidadãos brasileiros.

Além das interações promovidas por meio de instituições locais, é comum que sejam realizadas reuniões de caráter mais privado, em que são conduzidas cerimônias religiosas e discussões acerca dos valores muçulmanos a serem preservados no contexto local. Entre os xiitas, por exemplo, é comum a organização de *majlis* nos quais ocorrem a lembrança e lamentação do martírio do Iman Hussein e, posteriormente, discursos e debates acerca do comportamento que é esperado dos muçulmanos. Em um *majlis* organizado apenas para mulheres xiitas, realizado na casa de uma senhora indiana, em Ciudad del Este, houve debates acerca do comportamento dos muçulmanos durante o carnaval, da necessidade de preservação dos valores muçulmanos dentro do contexto cultural latino-americano em que estão inseridos e da necessidade de discernimento entre as relações pessoais estabelecidas no Brasil e no Paraguai e a participação em eventos sociais que não estão de acordo com os valores islâmicos. Esse encontro, especificamente, contava com a presença de muitas mulheres jovens e, ao contrário da maior parte dos eventos das comunidades, tanto a palestra - ministrada por uma jovem mãe árabe, muçulmana, imigrante de segunda geração residente no Paraguai -, quanto as lamentações da *Ashoura*, foram proferidas em espanhol – salvo algumas palavras proferidas durante a reza que são, sempre, em árabe.

Outro ponto bastante notável no discurso dos membros da comunidade, sobretudo de suas lideranças políticas, é que a preocupação com as questões políticas do Oriente Médio e seus desdobramentos no âmbito transnacional caminha em consonância com a afirmação de suas posições políticas em nível local e afirmação de seus direitos e deveres enquanto cidadãos brasileiros e paraguaios. Existe a preocupação em deixar claro que as comunidades muçulmanas

formam parte das sociedades locais e nacionais cuja multiculturalidade é uma característica essencial.

O centro cultural Ahlul Bayt, que funciona na mesquita xiita de Foz do Iguaçu oferece para a comunidade local cursos gratuitos de língua e cultura árabe e religião islâmica. As aulas de língua e cultura árabe acontecem numa sala de aula, na mesquita xiita, todos os sábados, na parte da tarde, e foram idealizadas em conjunto com o Departamento de Letras da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA. Atualmente a professora é Rajaa Nouredinne, libanesa com cidadania brasileira, formada em letras árabe-inglês no Líbano e atual aluna da graduação em Relações Internacionais da UDC. Rajaa ministra as aulas tanto na mesquita quanto na UNILA. Como parte desse projeto, são ministradas, também na mesquita, aulas de português para imigrantes, pela professora Francisca Paula Soares Maia, coordenadora do Curso de Letras, Artes e Mediação Cultural da UNILA.

As aulas de religião também acontecem na mesquita xiita, todos os sábados à noite e são ministradas pelo jovem brasileiro imigrante de segunda geração, Ali Fayad. É comum a participação do *shaykh* Mohammed Khalil e de Adnan El Sayed, também brasileiro, imigrante de segunda geração e um participante assíduo dos eventos realizados pela mesquita. O público das aulas de língua, cultura e religião é composto por diferentes grupos. O primeiro grupo é composto por filhos de imigrantes libaneses que não tiveram parte de sua formação no país de origem de seus pais e desejam aprender o idioma e aprofundar os conhecimentos acerca da religião – essa parte dos alunos, normalmente, domina melhor a aprendizagem do idioma, uma vez que estão familiarizados com a linguagem do dia a dia, utilizada pelas famílias. O segundo grupo, também significativo, é composto por mulheres, brasileiras e paraguaias, que se casaram com árabes muçulmanos e desejam aprender o idioma e entender melhor a religião. Muitas vezes esse segundo grupo propõe o tema das aulas conforme as dúvidas que vão surgindo durante os eventos religiosos que frequentam com seus pares. O terceiro grupo é formado por brasileiros que se interessam pela cultura árabe e muçulmana ou buscam um conforto espiritual de cunho religioso e o encontram nos rituais islâmicos.

Sobre o propósito da criação desses espaços abertos à comunidade local para aproximação com a cultura árabe-muçulmana - ao contrário do que acontece, por exemplo, na mesquita do Rio de Janeiro, cujo caráter islâmico universalista é propagado com a intenção de expandir o islã para cidadãos brasileiros (MONTENEGRO, 2013) -, é evitar a propagação dos estigmas que pairam sobre as comunidades árabes-muçulmanas locais. De acordo com alguns

entrevistados, é também uma oportunidade para que os muçulmanos tenham apoio na apresentação de sua cultura sem correrem o risco de serem mal compreendidos em suas empreitadas individuais. Tendo em vista que acusações contra essas comunidades, no que concerne ao uso de violência política e terrorismo internacional, são recorrentes, um espaço para interação com a comunidade local é uma maneira de tornar essa “batalha individual” de explicar a complexidades das políticas internacionais e no Oriente Médio e os fundamentos da religião islâmica numa “batalha” que conta com o apoio do corpo institucional da mesquita.

Nesse mesmo contexto de conscientização social, em novembro de 2016 foi lançado, no hotel Bourbon, em Foz do Iguaçu, a primeira edição do documentário “Árabes no Paraná”<sup>40</sup>. De acordo com a organizadora Vera Haj Mussi - cristã maronita, imigrante libanesa de terceira geração, ex-secretária de cultura de Foz do Iguaçu, atual diretora cultural da Sociedade Árabe de Beneficência (SABEN) e integrante do Conselho das Senhoras da SABEN, órgão responsável pelo projeto – o documentário, patrocinado pela Itaipu Binacional com apoio da Prefeitura Municipal e Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, foi desenvolvido a fim de lembrar à sociedade os benefícios da migração, as influências e contribuições da cultura árabe ou - “a assimilação da cultura árabe na história do Paraná”<sup>41</sup> - tendo em vista um cenário global de gradativa criminalização do fluxo internacional de populações e enaltecimento de aspectos negativos da migração. O objetivo desse projeto, portanto, é rechaçar os discursos de securitizam a migração.

Ainda de acordo com Vera Mussi, os idealizadores do documentário optaram por começar o trabalho pela cidade de Foz do Iguaçu por ser a cidade onde se encontram as comunidades de imigração mais recente – a partir de 1950. Participaram do evento de estreia do documentário a então prefeita interina de Foz do Iguaçu, Ivone Barofaldi (PSDB); o empresário e ex-candidato a prefeito de Foz do Iguaçu, Phelipe Mansur (REDE), o Diretor de Assuntos Internacionais da Secretaria Municipal de Turismo, Mohammed Ibrahim Barakat – que citou a importância estratégica do município e a sua relevância como possível futura sede parlamentar do Mercosul -, o *shaykh* sunita Abdo Nasser, o *shaykh* xiita, Mohammed Khalil, entre membros, majoritariamente, das comunidades imigrantes libanesas maronita, xiita e sunita e alguns brasileiros interessados na história das migrações árabes no Brasil.

---

<sup>40</sup> O documentário foi estreado em 17 de novembro de 2016. Para maiores informações, acessar <http://www.saben.org.br>.

<sup>41</sup> Nas palavras proferidas por Vera Mussi no momento anterior à estreia do Documentário.

A partir da análise das interações, instituições e iniciativas sociais e culturais árabes-muçulmanas na Tríplice Fronteira, é possível afirmar que as identidades construídas localmente articulam esferas de pertencimento a ações locais, nacionais e transnacionais e que o islã é codificado e vivido por essas comunidades como o contexto religioso de uma herança cultural que é continuamente recriada e re-significada e que os conecta ao Oriente Médio e lhes fornece possibilidades de inserir-se e posicionar-se de forma diferenciada nas sociedades brasileira e paraguaia (PINTO, 2011, p. 202).

O objetivo final desse trabalho é compreender como a iniciativa de securitização conduzida na Tríplice Fronteira, cujos discursos do ator securitizador permeiam acusações acerca do envolvimento das comunidades árabes muçulmanas com o terrorismo internacional, repercutem no cotidiano e até mesmo nos elementos identitários dessas comunidades na região e como as audiências envolvidas no processo lideram com os discursos securitizadores. Nesse sentido, é fundamental, num primeiro momento, entender a que setores, principalmente, se dirigem tais acusações e por que.

Apesar dos relatórios do Departamento de Estado norte-americano – analisados no terceiro capítulo dessa pesquisa – suporem a existência de diversas ditas “organizações terroristas” na região, como *Al-Qaeda*, *Al Gama Al-Islamyia*, *Hamas*, Jihad Islâmica, entre outras, há poucas tentativas mais cuidadosas de explicar como se dá essa presença – algo diferente do que é feito ao se tratar do *Hizballah*. Não por acaso, por meio das entrevistas conduzidas ao longo da pesquisa, pode-se constatar que a comunidade xiita libanesa é a mais afetada, efetivamente, com as diferentes pressões, pontualmente, advindas de diferentes instituições – embora, obviamente os discursos estigmatizantes afetem toda a comunidade. O número de sunitas e xiitas na Tríplice Fronteira é bastante equilibrado.

Noventa por cento da comunidade árabe da região da Tríplice Fronteira é oriunda do Vale do Bekaa, no Líbano, onde os sunitas correspondem à segunda comunidade política e religiosa mais poderosa do país. Nesse sentido, os movimentos de resistência ao governo falangista libanês e, conseqüentemente, às forças estrangeiras de ocupação do Líbano – Estados Unidos, Itália, França e Israel advém da parcela xiita da população e do seu principal partido político de apoio, o *Hizballah*, que surgiu como um movimento de resistência à ocupação estrangeira do sul do Líbano, sobretudo israelense, e assumiu, no cenário político libanês, a representatividade que era negada aos xiitas, que correspondem a maior linha confessional religiosa libanesa – e também a mais excluída. O *Hizballah* contou com o apoio, desde seu

surgimento, dos governos sírio e iraniano – este último considerado um arqui-inimigo norte-americano desde a Revolução de 1979.

Nesse sentido, no contexto específico da Tríplice Fronteira, as narrativas hegemônicas sobre terrorismo internacional permeiam, principalmente, os supostos vínculos da comunidade local com o *Hizballah*. É evidente que, conforme os discursos vão se reciclando no repertório do ator securitizador – uma vez que existem desde a década de 70 – há a tentativa de implantação de “novos possíveis terroristas” na Tríplice Fronteira – como aconteceu em 2001 com a inserção da Al-Qaeda e em 2015 com a menção – no *Country Reports on Terrorism* - a presença membros do Estado Islâmico na região, por exemplo. No entanto, às menções ao *Hizballah* e a perseguição de membros da comunidade árabe muçulmana xiita na região, são uma constante no discurso do ator securitizador. Nesse sentido, cabe estudar mais a fundo, a história do *Hizballah* e seu papel na história libanesa e, conseqüentemente, na história dos imigrantes libaneses do sul do Líbano, sobretudo a comunidade xiita.

### **2.3 A Resistência Libanesa e o surgimento do Hizballah**

Mas os israelenses reservavam a palavra “terrorismo” exclusivamente para os inimigos, não para os amigos falangistas, como a comissão Kahan demonstrou claramente. Uri Avneri, o jornalista liberal que entrevistou Arafat durante o cerco de Beirute Ocidental – ministros do gabinete israelense exigiram mais tarde que ele fosse julgado por traição -, descreveu o uso do termo “terroristas” como “um crime da mídia, uma desculpa para assassinato”. Era, ele me disse em Tel Aviv, em 1986, um “método do tipo nazista” para influenciar as mentes, “um processo de desumanização de pessoas, essencial para os preparativos da guerra” (FISK, 2007, p. 524).

Considerando a importante ligação que as comunidades árabes-muçulmanas da Tríplice Fronteira têm com seu país de origem e considerando que a maior parte dessas comunidades é oriunda do Vale do Bekaa, no sul do Líbano, faz-se necessário compreender, minimamente, as condições políticas, sociais e econômicas desse país que instigaram essas pessoas a migrar e buscar oportunidades em economias de países mais estáveis, uma vez que o Líbano, por muito tempo, esteve envolto em sangrentos conflitos armados. Da mesma maneira, é fundamental entender as complexidades da vida no Oriente Médio para analisar o habitus que permeia as

manifestações políticas coletivas e individuais dos membros das comunidades residentes nos países da América Latina, em escrutínio.

Da mesma maneira, é fundamental entendermos o que é, atualmente, o *Hizballah* e qual a relação dessa organização, - desde 1992, um partido político libanês legítimo – com a população do sul do Líbano – região de origem de 90% da comunidade imigrante libanesa muçulmana da Tríplice Fronteira (RABOSSO, 2004) – sobretudo com a população xiita, uma vez que o sistema político libanês é organizado a partir de linhas confessionais e teve um papel muito importante para essa parcela da população libanesa, extremamente excluída política e economicamente. Tal entendimento é extremamente necessário, uma vez que as acusações – não fundamentadas - relativas ao envolvimento das comunidades locais com o “terrorismo internacional” estão fundamentadas, principalmente, no apoio desta ao *Hizballah*, no Líbano. E, claro, à proximidade ideológica do *Hizballah* com os aiatolás iranianos.

O objetivo, precisamente, da presente subseção é entender, minimamente, o complexo contexto político libanês quando do surgimento da organização – em 1982 –, que consistia em uma violenta ocupação militar israelense que, juntamente com as Forças Multinacionais “de Paz” lideradas por EUA, França e Itália, sustentavam um governo Falangista Cristão Maronita, extremamente violento com as minorias, sobretudo os xiitas de subúrbios de Beirute e do sul do país e palestinos refugiados sob a liderança, principalmente, da Organização para a Libertação Palestina (OLP), liderada por Yasser Arafat; Analisar o uso indiscriminado e seletivo do conceito de “terrorismo” nos discursos hegemônicos, incluindo a inserção do *Hizballah* da listagem norte-americana que designa “organizações terroristas” e, por fim, levantar a discussão – que será desenvolvida, mais à frente, no capítulo IV deste trabalho -, acerca do entendimento legal do Brasil – uma vez que, nessa pesquisa o estudo do processo de securitização se desenvolve a partir das ações em nível estatal - sobre a natureza política do *Hizballah*.

Após a independência do Líbano, em 22 de novembro de 1943 e a retirada das tropas dos mandatários franceses, houve um “acordo entre os líderes maronitas e dos muçulmanos sunitas de que o presidente da República seria sempre maronita, o primeiro ministro sunita e outros postos do governo e da administração seriam distribuídos entre as diferentes comunidades religiosas (HOURANI, 2006, p. 558). Após relativo equilíbrio político conseguido por meio desse acordo, a mudança significativa da demografia libanesa, com um rápido crescimento da população muçulmana, rendeu inúmeros conflitos civis no país, o primeiro deles em 1958

(FERREIRA, 2010, p. 5). A partir desse ano, os grupos de apoio político e militar aos muçulmanos se concentraram no sul do Líbano. Aliados a estes últimos, juntam-se defensores da libertação da Palestina, em grande parte, refugiados do conflito de 1948, eclodido diante da fundação do Estado de Israel.

O partido de base cristã maronita Kata'ib (Partido Falangista), continuamente alarmado com a possibilidade de crescimento do poderio muçulmano, uniu-se a Israel – vizinho com forte poderio militar e muita disposição em conter os palestinos refugiados, principalmente no sul do Líbano, que, constantemente, proferiam ataques com mísseis aos territórios ao norte de Israel como forma de reivindicar os territórios que lhes foram tomados em 1948 e, posteriormente, em 1967 -, e iniciou a segunda guerra civil libanesa que eclodiu em 1975 e continuou – até 1990 - sob a dinâmica de uma combinação de forças que envolvem alianças, rompimentos e conflitos entre a Organização para a Libertação Palestina (OLP), o Partido Muçulmano Xiita Amal (Afwâj al-Muqâwmat al-Lubnâniyya – Batalhão de Resistência Libanesa), a Síria, o Partido Comunista Libanês e o Movimento Nacional Libanês<sup>42</sup>. Da mesma maneira, não podemos negligenciar o fato de que o conflito acontece no contexto maior da Guerra Fria e o Líbano parece, por vezes, um cenário, também, de disputas de influência e estratégia geopolítica entre as superpotências e seus aliados.

O *Hizballah* surge nesse contexto de conflagração entre diversos grupos políticos no Líbano. Os massacres aos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila em Beirute ocidental, perpetrados entre 16 e 18 de setembro de 1982 - promovido pelas milícias Falangista e Haddad, ambas cristãs maronitas, com apoio israelense, após os acordos firmados por Habib no contexto de ocupação israelense – foram o combustível para o surgimento da organização da resistência xiita no Líbano. Sobre o massacre, o conceituado jornalista britânico, Robert Fisk, pontua:

O que encontramos dentro do campo palestino de Chatila às 10 da manhã de 18 de setembro de 1982 é inacreditável demais para se descrever, embora talvez fosse mais fácil recontar na prosa fria de um relatório médico. Já haviam acontecido massacres no Líbano, mas raramente nessa escala e jamais sob as vistas grossas de um exército regular e supostamente disciplinado. No pânico e ódio da batalha, dezenas de milhares foram mortos neste país. Mas

---

<sup>42</sup> Os leitores que buscam um relato cronológico e detalhado dos eventos devem procurar *The Tragedy of Lebanon: Christian Warlords, Israeli Adventures and American Bunglers*, de Jonathan Randall (Londres, Chatto e Windus, 1983 e/ou *Israel's Lebanon War*, dos israelenses Ze'ev Schiff e Ehud Ya'ari (Londres, George Allen & Unwin, 1985). No entanto, a análise mais poderosa sobre as Guerras Libanesas e o envolvimento de Israel, EUA e a questão Palestina, encontra-se no livro *The Fateful Triangle: The United States, Israel and the Palestinians*, de Noam Chomsky (Londres, Pluto Press, 1983).

essas pessoas, centenas delas, foram abatidas desarmadas. Isso era um assassinato em massa, um incidente – com que facilidade usávamos a palavra “incidente” no Líbano – que também era uma atrocidade. Ia muito além até mesmo do que os israelenses teriam chamado, em outras circunstâncias, de uma atrocidade *terrorista*. Era um crime de guerra (...). Encontramos centenas dos homens desaparecidos no estádio, conforme dissera o repórter da Reuters. Na maioria, eram libaneses – libaneses, bem como palestinos, viviam em Sabra – e estavam sendo levados para “interrogatório” pelos milicianos. Todo lado oeste do arruinado estádio esportivo era guardado por soldados uniformizados israelenses, junto com agentes do Shin Bet à paisana, homens corpulentos de óculos Ray-Ban e metralhadoras Uzi nas mãos. Também havia milicianos, três dos quais eu vi conduzindo um homem assustado para longe do estádio. Os israelenses permitiram que eles fizessem isso, haviam concordado com o procedimento. Os próprios israelenses nos explicaram que era uma busca por “terroristas”. Terroristas. A palavra “terrorista” agora soava obscena. Tornara-se uma palavra assassina, uma palavra que ajudara a provocar essa atrocidade (FISK, 2007, p. 489 e 496).

Os massacres de Sabra e Chatila, perpetrados pelas milícias maronitas falangistas, com apoio político e logístico de Israel – com notório conhecimento do Primeiro Ministro Menachem Begin e do Ministro da Defesa Ariel Sharon – deixou cerca de 2000 civis mortos, entre palestinos e libaneses – apesar de crível, há muitas indagações acerca desse número, uma vez que muitas covas clandestinas foram encontradas meses após os massacres e outras, não foram encontradas mas foram relatadas por sobreviventes (FISK, 2007, p. 527). O diplomata americano, Philip Habib, combinara com Yasser Arafat que a retirada dos guerrilheiros da OLP dos campos de refugiados garantiria a integridade desses palestinos. Os guerrilheiros se retiraram, no entanto, o acordo não fora cumprido e os falangistas invadiram os campos, massacrando centenas de mulheres, crianças e homens desarmados sob o respaldo do exército israelense que, na época, controlava Beirute ocidental.

Sobre o episódio, Habib admitira, em outubro de 1987, que “Ele [Yasser Arafat] estava falando inteiramente a verdade. Eu assinei aquele papel que garantia que essas pessoas [os palestinos] em Beirute ocidental não seriam tocadas. Eu obtive garantias específicas disso de Bashir e dos israelenses – de Sharon” (Ibid.). Habib, disse, ainda, que, assim que soube dos massacres, telefonou, imediatamente, para o presidente dos Estados Unidos buscando entender o que acontecera. Disse, também, que o que acontecera “jamais foi uma fonte de conforto” e que não foi preciso falar com Arafat após o ocorrido, uma vez que os palestinos sabiam sua posição em relação ao assunto. A violência que foi perpetrada contra esses civis desarmados, palestinos e libaneses, assustara os jornalistas, incluindo Robert Fisk, que tiveram acesso ao local logo após os assassinatos. No livro “A Pobre Nação: As Guerras do Líbano no século XX”, o jornalista francês relata, com detalhes, os a atrocidade que vira:

Eles estavam por todas as partes, na rua, nas vielas, nos quintais e cômodos destruídos, embaixo de construções demolidas e sobre montes de lixo. Os assassinos – os milicianos cristãos que Israel deixara entrar nos campos para “desentocar os terroristas” – haviam acabado de partir. Em alguns casos, o sangue ainda estava molhado nos solos. Quando chegamos a cem, paramos de contar os corpos. Em cada viela, havia cadáveres – mulheres, homens bebês e avós – caídos juntos em desordenada e terrível profusão, no local onde tinham sido esfaqueados ou metralhados. Cada corredor em meio aos destroços apresentava mais corpos. Os pacientes de um hospital palestino desapareceram depois que os pistoleiros ordenaram aos médicos para saírem. Em todos os cantos, encontramos sinais de covas coletivas escavadas apressadamente. Talvez mil pessoas tenham sido chacinadas, provavelmente 1500 (...). Nós talvez tivéssemos conseguido aceitar as evidências de uns poucos assassinatos; até mesmo dezenas de corpos, mortos, no calor do combate. Mas havia mulheres jogadas em casas com suas saias rasgadas até a cintura e as pernas bem abertas, crianças com as gargantas cortadas, filas de homens jovens com tiros nas costas após terem sido alinhados diante de um muro de fuzilamento. Havia bebês – bebês enegrecidos, porque tinham sido chacinados havia mais de 24 horas e seus pequenos corpos já estavam em estado de decomposição – jogados em monturos junto a latas descartadas de ração dos EUA, equipamentos médicos do exército israelense e garrafas vazias de uísque (FISK, 2007, p. 488-489)

Em 8 de agosto de 1982 – enquanto o exército israelense cercava Beirute e colocava Arafat sob cerco -, o primeiro ministro israelense, Menachem Begin, fez um pronunciamento na Faculdade Israelense de Defesa Nacional justificando a invasão do Líbano e o envolvimento de Israel na guerra civil em curso no país. Em resposta a seus opositores, que argumentavam que, ao contrário dos conflitos anteriores – como em 1948, 1967 e 1973 -, essa não consistia em uma “guerra sem alternativa” pois não implicava a existência desse Estado e, portanto, não era necessária, argumentou que “não existe um mandato divino para ir à guerra somente se não houver alternativa” (FISK, 2007, p. 529).

Begin continuou o argumento fazendo uma analogia a uma análise simplista da II Guerra Mundial – esta sim considerada por ele uma “guerra sem alternativa” – e pontuou que, “caso a França tivesse atacado as tropas alemãs colocadas na desmilitarizada Renânia, em 1936, Hitler teria caído e mais de trinta milhões de pessoas teriam permanecido vivas”<sup>43</sup>. Em uma carta enviada ao presidente norte-americano, Ronald Reagan, Begin explicara que, Hitler, ao massacrar seis milhões de judeus, impedira a realização de uma *Eretz Yisra'el* totalmente judia – uma vez que seriam, em número, mais populosos que os palestinos. Arafat seria o novo Hitler<sup>44</sup>, na lógica de Begin, e, portanto, um obstáculo à concretização do sonho judeu (FISK,

---

<sup>43</sup> O pronunciamento de Begin foi publicado no *Jerusalem Post* de 20 de agosto de 1982.

<sup>44</sup> Até 1989, o próprio Ariel Sharon continuou propagando a mesma analogia histórica perigosa e distorcida. No fim do inverno de 1988, o Departamento de Estado dos EUA abriu negociações com a OLP em Túnis, após Arafat renunciar ao “terrorismo”. Sharon anunciou, em uma entrevista ao *Wall Street Journal* (10-11 de fevereiro de 1989)

2007, p. 530). Por fim, Begin informou à plateia que, durante a invasão do país vizinho, Israel havia “destruído o potencial de combate de vinte mil terroristas” e aniquilado “os melhores tanques e aviões que os sírios possuíam”<sup>45</sup>.

Em 26 de setembro de 1982, na véspera do Yom Kippur, os israelenses se retiraram de Beirute ocidental às pressas – mas permaneceram ocupando o sul do país. A Força Multinacional regressou à cidade<sup>46</sup> e americanos, franceses e italianos pareciam “compreender que a responsabilidade pelo massacre também os tocava” (FISK, 2007, p. 535). No momento de retirada dos israelenses, havia uma média de tentativa de assassinato contra soldados israelenses, em Beirute ocidental a cada cinco horas. Ainda de acordo com Fisk, “os militares israelenses estavam, rapidamente, se envolvendo em uma guerra de guerrilha com pistoleiros não identificados. Na época, não sabíamos que um novo movimento de resistência muçulmano xiita estava nascendo” (Ibid., p. 536).

Em 21 de setembro de 1982, Amin Jumayyil, irmão do presidente eleito anteriormente, Bashir Jumayyil – líder da milícia falangista -, assassinado num atentado com um carro-bomba, foi eleito presidente do Líbano, seguindo o acordo democrático vigente de que apenas cristãos maronitas assumiriam esse cargo. Ao assumir, antes de iniciar uma reunião com o diplomata americano Philip Habib, Amin afirmou que a prioridade de seu governo era “constituir um Estado forte, independente e soberano, capaz de resguardar as liberdades públicas e concretizar a retirada de todos os exércitos estrangeiros do solo da pátria” (Ibid. p. 537). Nesse momento, além dos exércitos de ocupação sírio e israelense, havia forças militares dos EUA, França e Itália e milícias palestinas, em território libanês. Apesar do discurso, Amin solicitou o aumento

---

era pior que as políticas de apaziguamento britânica e francesas antes da Segunda Guerra Mundial e do que a traição da Tchecoslováquia a Hitler, quando “o mundo, para impedir a guerra, sacrificou uma das democracias”. Arafat era como Hitler que queria muito negociar com os Aliados na segunda metade da II Guerra Mundial... e os Aliados disseram não. Eles disseram que há inimigos com os quais você não conversa. Eles o empurravam para o bunker de Berlim onde encontrou a morte, e Arafat é o mesmo tipo de inimigo, aquele com o qual você não conversa. [Ele] tem muito sangue em suas mãos”. A linha principal do argumento de Sharon era que a criação de um Estado Palestino significaria uma guerra na qual “os terroristas agirão atrás de um cordão de observadores e forças da ONU”. (FISK, 2007, 531)

<sup>45</sup> *Jerusalem Post* de 20 de agosto de 1982.

<sup>46</sup> A decisão de enviar de volta a força internacional a Beirute foi tomada pelo presidente norte-americano, Ronald Reagan e Shultz em 18 e 19 de setembro, o final de semana em que terminou o massacre de Sabra e Chatila. Foi, como diria mais tarde, um dos assessores de Reagan, “uma reação... emocional, a um evento trágico”, uma decisão influenciada pela sensação de que os EUA haviam assumido uma responsabilidade pela segurança dos palestinos e que nossos amigos, os israelenses, tinham permitido que o pior acontecesse (Geoffrey Kemp, especialista em Oriente Médio no estafe do Conselho de Segurança Nacional em 1982, na Palestra “The American Peacekeeping Role in Lebanon: 1982-84” – Instituto Norueguês de Assuntos Internacionais, Oslo, 28 de outubro de 1985). As tropas internacionais haviam se retirado do Líbano dias antes do massacre perpetrado pelas milícias cristãs, sob respaldo israelense, logo após o acordo, firmado pelo diplomata norte-americano, Philip Habib, que garantia a segurança dos palestinos após a saída dos guerrilheiros da OLP dos campos de refugiados de Sabra e Chatila.

das tropas da Força Internacional em Beirute, além de ajuda econômica para a reconstrução do país. Fisk descreve a Beirute, durante esse período, como uma Cidade-Estado, totalmente alheia ao resto do país, quase em sua totalidade ocupado por forças militares da Síria (desde 1976) e de Israel (desde junho de 1982 – na verdade, em forma de uma continuação de uma série de incursões israelenses em território libanês que começaram em 1978, no sul do Líbano, com objetivo declarado de destruir a OLP). As Forças Internacionais – que não tinham mandato das Nações Unidas – estavam presentes apenas na capital.

Os fuzileiros navais americanos ficaram com o aeroporto e seu perímetro até Khalde, exatamente o mesmo terreno em que o exército francês montou suas tendas 122 anos antes, quando foi ao Líbano resgatar os maronitas após a guerra drusa-cristã. Fuzileiros navais americanos patrulhavam as favelas muçulmanas xiitas dos subúrbios do sul, enquanto paraquedistas franceses ocupavam boa parte do centro comercial de Beirute ocidental. A área de operações italiana incluía não apenas Sabra e Chatila, mas ainda Bourj al-Barajneh e os adjacentes bairros libaneses xiitas (...). Exceto pela evacuação da OLP e pela saída do exército israelense de Beirute ocidental – um recuo de apenas dez ou onze quilômetros –, as forças e milícias do Líbano permaneciam congeladas nas mesmas posições que ocupavam quando os combatentes cessaram em agosto. A linha do *front* israelense, agora corria ao longo do perímetro de Beirute ocidental, do cruzamento em Khalde, subindo a estrada velha de Sidon, a leste da segunda pista do aeroporto de Beirute, terminando na Galeria Semaan (...). Beirute ocidental continuava ocupada por soldados israelenses e seus aliados falangistas. Tropas francesas só começaram a patrulhar o setor cristão da cidade, com apreensão, em outubro. O Falange não tinha simpatia alguma pela força multinacional e agarrou-se, vigilante, aos seus próprios postos de controle e áreas de domínio ao norte da capital e nas montanhas a leste. Ao longo dessas linhas nos cumes, o exército sírio agora estava posicionado, desde o litoral trinta quilômetros ao norte de Beirute, pelo topo do Monte Líbano até Sofar, na rodovia Beirute-Damasco, e então a leste pelo chão do Vale do Bekaa. Ao sul dos sírios – e a leste da FMN [Força Multinacional] – ficavam as Chouf, onde milícias drusas e maronitas agora encontravam-se em estado de quase-guerra. Os israelenses que haviam trazido o Falange para Chouf, em junho, estavam sem condições, ou vontade de interromper esse conflito. Mais ao sul, as tropas de ocupação israelenses combatiam um movimento de resistência que a cada dia ficava mais agressivo. Os palestinos tampouco haviam desaparecido do Líbano. Cerca de dez mil guerrilheiros permaneceram no Bekaa e em Trípoli, no norte do país. Em Baalbek, várias centenas de guardas revolucionários iranianos dominaram a cidade com a anuência dos sírios. A Síria era o único aliado árabe do Irã e encorajara o envolvimento iraniano no Líbano (...). Havia, ao todo, pelo menos 33 exércitos estrangeiros e milícias locais no Líbano quando a FMN [Forças Multinacionais] chegou (FISK, 2007, p. 605-606).

A ocupação israelense do sul do Líbano – que começou com bombardeios aéreos, em junho de 1982, que atingiram, na maior parte a população civil libanesa local e que consistiram em um dos maiores bombardeios de população civil desde a II Guerra Mundial (PINTO, 2014) - continuou após a retirada desse exército de Beirute ocidental, logo após os massacres de Sabra e Chatila. A ocupação militar foi se tornando cada vez mais cruel, brutal e gananciosa em termos

de apropriação de recursos naturais – foram feitos, por exemplos, desvios dos cursos de água do sul do Líbano para o norte de Israel -, iniciando toda a lógica de resistência xiita contra a ocupação israelense. Cumpre apontar que os xiitas compõem a parcela mais excluída e marginal – econômica e politicamente - da população libanesa, ao mesmo tempo que são a maior comunidade religiosa do país.

O próprio acordo democrático vigente não previa a participação – de forma relevante - dessa grande parcela da população, na esfera decisória do país. Nesse momento, conforme citado anteriormente, a estrutura política libanesa reserva aos cristãos maronitas – antigos aliados dos colonizadores franceses – o cargo da presidência e maior controle do sistema político e aos muçulmanos sunitas, o cargo de Primeiro-Ministro e algum poder político. As demais linhas confessionais – como cristãos ortodoxos, drusos e xiitas – participam do sistema, mas sem poder político algum. A trajetória dos xiitas na história do Líbano, até 1950, era de total exclusão total do sistema político. Nominalmente, os xiitas tinham representação do chefe do parlamento, no entanto, em termos de poder político, era quase insignificante. Cumpre apontar que, no Líbano, todos os bens e serviços prestados pelo Estado são capilarizados para a sociedade por meio dessas redes confessionais, logo, os xiitas não tinham acesso minimamente digno às necessidades básicas, providas pelo Estado.

A observância dessa característica do funcionamento do sistema político libanês é essencial para o entendimento dos conflitos sociais que eclodiram no país. O Líbano é um Estado confessional, ou seja, as pessoas só existem politicamente por meio de sua identidade religiosa (PINTO, 2014). O sistema político está, portanto, dividido conforme as comunidades religiosas do país, no entanto, essa divisão não é equitativa, conforme mencionado anteriormente. As pessoas só têm acesso aos bens e serviços gerenciados pelo governo por meio de seus representantes que são, necessariamente, representantes das linhas confessionais e que compõem e organizam redes confessionais para proveniência desses bens e serviços para a população de sua linha confessional. Nesse sentido, os recursos do Estado estavam concentrados, principalmente, nas mãos dos cristãos maronitas e, em menor grau, nas mãos dos muçulmanos sunitas, que consistiam na segunda comunidade religiosa política mais poderosa.

Embora compusessem a maior parte da população libanesa, os xiitas estavam completamente excluídos do cenário político e, portanto, tinham acesso extremamente limitado aos recursos do Estado. O mesmo acontecia com a minoria drusa e com os cristãos ortodoxos – esses últimos, também têm um peso demográfico grande na sociedade. Em 1950, com a chegada

do clérigo xiita Mousa Sadr ao Líbano, com a missão de desenvolver o xiismo social – que Pinto (2014) classifica como uma espécie de fusão entre marxismo e xiismo que existia no Irã, muito parecido com a Teologia da Libertação, desenvolvida na América Latina – é criado um movimento social xiita – inicialmente de natureza sindical – chamado Amal (em árabe, Esperança) – a partir da qual se desenvolve a construção de uma identidade política e pública dos xiitas. Até 1982, a Amal era a única entidade representante dos xiitas na guerra civil e no cenário político e militar libanês.

O Hizballah surgiu nos subúrbios xiitas de Beirute, durante o cerco israelense a Beirute ocidental (Ibid.), e, desde o início, diante da assimetria de forças entre a organização e o exército israelense de ocupação – que nesse momento, ficava atrás, em termos de poder bélico, apenas, dos exércitos de EUA, União Soviética e China<sup>47</sup> – utilizou a tática suicida de ataque contra seus opressores – na lógica da organização, diante da total ausência de recursos, a única forma de resistir à opressão, cada vez mais brutal, da ocupação, é por meio do martírio, ou “morrendo junto com seus opressores mas como um mártir, lutando pela liberdade de seu povo”. As atrocidades cometidas por Israel na “zona de segurança” – melhor definida como “zona de ocupação” – no sul do Líbano, acabaram desenhando o cenário de opressão em que o *Hizballah* passou a atuar com maior força. Inicialmente, nem as forças israelenses de ocupação ou as forças multinacionais, tampouco o exército falangista, concebiam de onde estavam vindo, exatamente, esses primeiros ataques de resistência. Tampouco compreendiam a possibilidade de uma técnica suicida de ataque.

Apesar dos discursos das Forças Multinacionais de Paz, de que eram os “mediadores honestos”, imparciais, presentes com o único objetivo de “trazer paz ao conturbado Líbano”, era claro para a população libanesa mais marginalizada que estavam ali para defender os interesses da ocupação israelense e de seus parceiros cristãos maronitas, cuja representação máxima era o presidente falangista Amin Jumayyil<sup>48</sup>. Fisk descreve, com detalhes, as sucessivas supressões de direitos constantemente impostas às minorias libanesas:

No amanhecer de 03 de outubro, milhares de soldados isolaram um quarto de toda a cidade. Aqueles que não tinham documentos de identidade em ordem foram imediatamente presos. No litoral de Corniche (...) na rua Hamra e nos subúrbios, palestinos idosos, muçulmanos xiitas do sul do Líbano, estudantes sudaneses, turcos e curdos foram colocados em

---

<sup>47</sup> Informação disponibilizada pelo Instituto de Estudos Estratégicos de Londres (1982).

<sup>48</sup> Normalmente traduzido para o português como Amin Gemayel.

caminhões, às vezes vendados com as próprias camisas, e levados para interrogatório em Beirute oriental pelo *deuxième bureau* [seção de inteligência do exército libanês do governo falangista]. Tudo isso era feito na presença e sob proteção, de tropas francesas e italianas da força multinacional (FISK, 2007, p. 612)

A manifestação de resistência, por parte, sobretudo, de palestinos e muçulmanos xiitas – os grupos mais discriminados e oprimidos pelas forças de ocupação - acontecia, principalmente, por meio de emboscadas a comboios israelenses. Em 11 de novembro de 1982, uma explosão aniquilou o prédio do quartel general israelense em Tiro<sup>49</sup> – cidade que haviam conquistado nos primeiros dias de invasão - e matou cerca de 75 oficiais israelenses (FISK, 2007, p. 618). Na época, os soldados israelenses não sabiam dizer como teria acontecido a explosão ou como um suposto palestino poderia ter se aproximado do prédio, colocado um explosivo e fugido sem ser notado. Naquele momento, a possibilidade de um ataque suicida não era concebida.

Em Baalbek, no Vale do Bekaa – sul do Líbano – a presença de guardas revolucionários iranianos era cada vez mais comum. Já haviam, inclusive, montado um quartel general militar num complexo hospitalar deserto e começado a fazer proselitismo em prol da sua revolução islâmica, entre a população majoritariamente xiita. Os iranianos davam aulas de religião para as crianças do bairro, denunciavam o imperialismo norte-americano e israelense e exortavam os libaneses a encontrarem a salvação por meio do martírio (Ibid.).

A cultura do martírio está muito presente entre os xiitas. A celebração da *Ashoura*, uma das datas mais importantes dessa linha confessional, é um ponto crucial do ritual de culto ao martírio. Durante a *Ashoura*, os xiitas lamentam a morte do Imam Hussein, neto do profeta Mohammed, filho de sua filha Fatima e seu cunhado Ali, numa emboscada armada por Yazidi, um dos califas *sunna* que participava das disputas políticas que tomaram conta do mundo muçulmano após a morte do profeta. Iman Hussein rebelou-se contra o poder e a riqueza dos Umayyads, foi torturado e teve sua cabeça decepada e exposta, em Karbala, no Iraque, durante seu caminho para ajudar o povo de Kufa. O neto do profeta fora traído pelo povo de Kufa, que pedira sua salvação, mas na véspera de sua chegada, venderam-se para o exército do Califa. Apesar da brutalidade do ato, sua irmã Zainab, já na condição de prisioneira – de acordo com a crença xiita - levantou a cabeça e denunciou a atrocidade cometida por Yazid e seus lacaios,

---

<sup>49</sup> O quartel general dispunha de salas de operação, alojamento para soldados, uma unidade de agentes à paisana do Shin Bet e alguns prisioneiros palestinos e libaneses aguardando interrogatório (FISK, 2007, p.618)

sem se deixar intimidar tampouco permitir que sua honra fosse violada, ainda que isso lhe custasse uma resposta violenta de seu opressor.

O martírio, para os xiitas, consiste, portanto, numa morte honrada, no contexto de uma batalha cujo objetivo é a verdade e a libertação do povo de todas as formas de opressão e humilhação. Nesse sentido, os clérigos xiitas no sul do Líbano estimulavam a resistência libanesa contra a ocupação, ainda que as forças opressoras fossem incomensuravelmente mais fortes, em termos militares. Cumpre apontar que os discursos dos guardas revolucionários tiveram uma enorme influência na população do Sul, sobretudo diante da realidade de extrema brutalidade e opressão sob a qual vivia, diante da realidade da ocupação israelense sobre seu território.

Em 18 de abril de 1983, um caminhão, com duzentos quilos de explosivo, dirigido por um suicida, explodiu no pátio da embaixada dos Estados Unidos em Beirute, matando 63 pessoas e ferindo mais 100<sup>50</sup>. Naquele momento, esse tipo de ataque não era comum no Líbano, o que levou muitas pessoas a duvidarem dessa informação, fornecida, inicialmente, pelos sobreviventes do ataque. Fisk (2007, p. 646) relata que, apenas 10 minutos após a explosão, um homem ligou para a agência de notícias France Presse, reivindicando os atentados à organização que denominou “Jihad Islâmica” e transmitiu a seguinte mensagem: “a operação é parte da campanha da revolução iraniana contra a presença imperialista por todo o mundo. Nós continuaremos a atacar a presença imperialista no Líbano, incluindo a força multinacional”.

Não sem motivo, os aiatolás iranianos guardavam um forte ressentimento contra os EUA depois que esse país articulou a derrubada do governo, democraticamente eleito, do Mossadegh, em 1953 – em resposta às medidas nacionalistas tomadas por esse, que prejudicavam os interesses das grandes corporações norte-americanas -, instaurando a longa ditadura tirânica do Xá Mohamed Reza que desaguou, cerca de um quarto de século depois, na Revolução Islâmica de 1979<sup>51</sup>.

Na mesma noite da explosão, o embaixador americano em Beirute, Robert Dillon, declarou que a América deveria continuar com seus esforços de paz no Líbano e que as

---

<sup>50</sup> Dezesete dos 63 mortos eram americanos. Muitos libaneses estavam na embaixada no momento, esperando para pleitear um visto norte-americano. O motorista suicida eliminou todos os agentes mais graduados da CIA, da região, uma vez que estes haviam sido convocados a Beirute e estavam reunidos na parte central da embaixada quando a bomba explodiu (FISK, 2007, p. 647).

<sup>51</sup> Para um estudo mais detalhado acerca do golpe articulado pela CIA no Irã, em 1953, recomendo a leitura do livro “Todos os Homens do Xá: o Golpe Norte-Americano no Irã e as Raízes do Terror no Oriente Médio” de Stephen Kinzer, 2004.

negociações para a retirada israelense do Líbano iriam prosseguir. De acordo com a análise de Fisk (2007, p. 647):

(...) os americanos ainda perseguiram uma conquista extraordinária no Líbano: a conclusão de um acordo libanês-israelense de retirada de tropas, um tratado de paz não oficial que se tornaria parte integrante do “processo de paz” dos Estados Unidos no Oriente Médio. Se o Líbano pudesse se tornar amigo de Israel, se a fronteira norte de Israel com o Líbano pudesse ser protegida contra ataques, isso seria uma vitória política equivalente ao acordo de Camp David que estabeleceu a Paz entre Israel e Egito. Isolaria ainda mais a União Soviética no Oriente Médio. Criaria um crescendo de nações pró-Occidente do norte do Líbano até a fronteira egípcia-líbia.

O acordo libanês-israelense, de 17 de maio, para a retirada das tropas israelenses – que previa a retirada de 25 mil soldados israelenses mas dispunha de um “adendo de segurança” que forçava o Líbano a aceitar os milicianos de Haddad nas unidades de exército libanês que patrulhariam a maior parte do sul do país na companhia de soldados israelenses; determinava a existência de duas bases israelenses no sul do Líbano como “Centros de Supervisão de Acordos de Segurança” e impedia a entrada, posicionamento ou passagem pelo território, de forças militares de qualquer Estado hostil à outra parte -, naturalmente não foi aceito pela Síria. O presidente Assad pontuou que a Síria ficaria vulnerável a um possível retorno do exército israelense ao território libanês – que poderia ser aprovado mesmo com o veto do governo libanês, uma vez que os EUA teriam o voto decisivo conforme previsto pelo “Comitê Conjunto de Ligação” de natureza tripartite. Desse modo, Israel poderia, perfeitamente, atacar a Síria a partir do território libanês.

Por fim, Assad anunciou que “a Síria estava melhor com os israelenses permanecendo no Líbano do que vivendo sob a ameaça de um acordo libanês-israelense (Ibid., p. 650). Imediatamente após a oficialização do acordo, a Síria iniciou o reforço de suas tropas no Líbano e anunciou que Philip Habib, o principal negociador de Reagan no Oriente Médio, não era mais bem-vindo a Damasco (Ibid.). A Síria também iniciou uma campanha para demonstrar ao presidente libanês, Amin Jumayyil, os eventuais custos da ratificação desse tratado, uma vez que esse não teria mais influência alguma nos territórios sob ocupação síria – ainda que esta tenha sido, inicialmente – ou desde 1976 -, uma solicitação por parte do governo cristão maronita.

Em 15 de junho de 1983, o parlamento libanês ratificou o acordo. A rádio síria, então, anunciou que os parlamentares haviam “vendido seu país ao diabo” e conclamaram as milícias drusas e xiitas a “voltar às suas armas”, não apenas contra o exército israelense, mas também contra o exército libanês (Ibid., p. 651). Os sírios também teriam permitido o retorno de Arafat ao Vale do Bekaa. Em 20 de julho, os israelenses anunciaram que se retirariam das montanhas de Chouf, para o desespero dos embaixadores ocidentais, uma vez que o envolvimento do exército falangista com conflito armado entre drusos e cristãos maronitas na região implicaria, necessariamente, o envolvimento direto das tropas multinacionais na guerra civil libanesa. Por outro lado, se o exército libanês não era capaz de impor a paz nas Chouf, a presença militar israelense no sul do Líbano estaria mais do que justificada e legitimada.

A Síria, por sua vez, começou a armar os drusos e encorajou Walid Jumblatt – filho do líder druso Kamal Jumblatt, assassinado em 1977 - a formar uma “Frente Nacional de Salvação” que atuaria como um governo paralelo ao de Amin Jumayyil. Assad também encorajou a ida de mais membros da guarda revolucionária iraniana para o sul do Líbano. A Síria, nesse momento, já desempenhava um importante papel de mediadora entre os iranianos e a comunidade xiita do sul do Líbano. Em 10 de agosto de 1983, Jumayyil ordenou que seu exército respondesse aos bombardeios drusos de Beirute oriental. No final de agosto, seus adversários fizeram a primeira tentativa efetiva de deposição do seu governo, na tentativa de tirar o controle de Beirute ocidental do exército libanês (FISK, 2007, p. 658).

Em um esforço prolongado e orquestrado para tirar o controle de Beirute ocidental do exército libanês, as milícias muçulmanas ressurgiram das favelas de Bourj al-Barajneh, Basta e Chiyah atacando posições do exército próximas ao aeroporto, na praia e nos subúrbios do sul. Ao mesmo tempo, baterias de artilharia nas colinas de Metn, ao norte das Chouf – numa área ocupada por tropas sírias – dispararam contra o setor leste da cidade. Enquanto o gabinete de Gemayel fazia um conclave ao longo do dia, com as balas da artilharia destruindo as janelas do palácio, McFarlane regressou ao Líbano num estado de ânimo de profundo desalento. Sem levar em consideração o custo de vidas civis, os soldados de Gemayel abriram caminho a bala para sair da região do porto, usando a força dos tanques para atravessar as ruas em direção à Hamra. Os militares encontraram a resistência mais feroz nas ruas estreitas de Wadi Abu Jamil, a velha área judaica, onde pistoleiros xiitas – do Amal mas também de uma nova organização pró-Jordânia, de cujo lugar de origem ainda estávamos incertos – disparavam neles do alto dos telhados.

No dia 03 de setembro, os israelenses deixaram as Chouf, argumentando que não se tratava de um problema israelense. Logo após a retirada, começaram os bombardeios sírios e os intensos tiroteios entre drusos e maronitas, na região. Os diversos setores muçulmanos da sociedade, incluindo suas milícias, pareciam ter se unido aos drusos contra o governo de Jumayyial e as forças multinacionais que garantiam a permanência do governo falangista.

Nesse contexto surgira, no sul do Líbano, mais especificamente em Baalbek, uma milícia xiita, sob forte influência da guarda revolucionária iraniana, autodenominada Amal Islâmico. Cumpre apontar que não se trata do mesmo Amal criado por Mousa Sadr na década de 1950. Fisk descreve a primeira vez que se deparou com essa milícia no sul do país – já havia visto alguns de seus pistoleiros lutando em Beirute, contra os falangistas:

Havia pistoleiros nas estradas estreitas, jovens de preto, usando lenços pretos e com *Allah* escrito em faixas nas suas cabeças, do mesmo jeito que eu os vi em Beirute durante o combate entre milícias na semana anterior (...). Havia panos verdes nas casas das vilas e bandeiras iranianas nas mesquitas. Os pistoleiros aqui não sorriam para nós. Não havia pedidos amistosos de cigarros ou jornais, nem perguntas inocentes sobre o desenrolar da luta. Essas pessoas estavam comprometidas com algo mais importante do que uma guerra de milícias. Em diversos postos de controle, havia bandeiras identificando os pistoleiros como “Amal Islâmico”. Não a Amal, a milícia xiita de Beirute, mas o Amal *Islâmico* (FISK, 2007, p. 671, grifo do autor).

Edgar O’Ballance (1998, p. 185) pontua que o Amal Islâmico pode ser considerado o precursor do *Hizballah*. Teria sido fundado por um membro do Amal – Abbas al-Musawi – após divergências acerca das diretrizes islâmicas xiitas a serem seguidas pelo movimento. Musawi também foi uma liderança muito importante no *Hizballah*, tendo precedido o atual líder político da organização – hoje um partido político legítimo no Líbano – Hassan Nasrallah.

Nesse contexto de conluio contra as forças do exército falangista, as tropas americanas – e multinacionais, agora com participação, também, de um pequeno contingente britânico – passaram da posição - inicialmente argumentada-, de garantir a paz no Líbano, para um envolvimento direto, atuando em conjunto com as forças de Jumayyial e bombardeando seus opositores por meio do que denominavam “fogo naval de apoio” (FISK, 2007, p. 680).

Em 23 de outubro de 1983 um caminhão bomba, portando quase duas toneladas de explosivo e guiado por dois suicidas, explodiu o quartel general dos fuzileiros navais, em Beirute. Morreram 248 militares norte-americanos e 58 paraquedistas franceses – esses foram os primeiros franceses mortos em combate após a guerra na Argélia. Depois desse atentado, a

mídia internacional, já tendenciosa a chamar qualquer atentado contra israelenses, de terrorismo, classificou atentados contra norte-americanos e franceses de “terrorismo internacional”. De acordo com a descrição de Fisk (2007, p. 693):

A primeira bomba explodiu às 6h20. O segundo motorista suicida imolou-se sob o quartel general francês exatos vinte segundos depois (...). Isso era científico, sincronização de precisão. Era produto de preparação e planejamento sistemáticos que deviam ter tomado semanas. Quem quer que tenha organizado esses ataques precisou planejar alvos alternativos, realizar ensaios para obter o timing preciso e contar com recursos de reserva, para o caso de equipamentos falharem. Os dois contingentes atacados da FMN [Força Multinacional] foram aqueles que se envolveram na guerra – os americanos com seus bombardeios navais, os franceses com seu ataque aéreo.

Logo após o atentado, houve várias especulações acerca de sua autoria. Diplomatas americanos no Líbano divulgaram a informação de que os perpetradores eram iranianos. Oficiais navais especulavam que apenas o serviço de inteligência sírio teria capacidade para elaborar um atentado com tamanha sofisticação. Autoridades em Washington especulavam que a União Soviética estava por trás do atentado a bomba. Em pronunciamento, o presidente Ronald Reagan declarou:

Não podemos escolher onde iremos dar apoio à liberdade, nós somente podemos determinar como (...) Se o Líbano terminar sob a tirania de forças hostis ao Ocidente, não apenas nossa posição estratégica no leste do Mediterrâneo estará ameaçada como também a estabilidade de todo o Oriente Médio, incluindo as vastas áreas com recursos naturais da península arábica (FISK, 2007, p. 695).

O vice-presidente norte-americano, George Bush, por sua vez afirmou “nós não vamos deixar um bando de covardes terroristas insidiosos abalar a política externa dos Estados Unidos” (Ibid., p. 698). Assim como aconteceu na ocasião do atentado à embaixada americana em Beirute, em abril de 1983, a agência de notícias France Presse recebeu mais a ligação do homem que reivindicava a autoria do atentado à “Jihad islâmica” e informava:

Nós fizemos essa operação contra a fortaleza do imperialismo reacionário para provar ao mundo que o poder do fogo naval e de artilharia deles não nos assusta. Nós somos os soldados de Deus e gostamos da morte. Não somos nem iranianos, nem sírios, nem palestinos. Somos libaneses muçulmanos que seguem os princípios do Alcorão (FISK, 2007, p. 699).

Na busca por culpados, a embaixada americana insinuou que o líder da milícia xiita Amal, Nabih Berri, pudesse estar por trás dos atentados. Berri, no entanto, refutou a informação, insinuando, porém, que não poderia responder pelo antigo companheiro de luta, Hussein Mousawi, uma vez que ele havia sido expulso do movimento, há um ano, por divergências no que concerne à orientação política da milícia e agora liderava o movimento intitulado Amal Islâmico, cuja base estava em Baalbek (Ibid.).

Logo após tais declarações, o jornalista Robert Fisk, acompanhando do chefe da sua repartição no Líbano – Terry Anderson – foram à Baalbek tentar uma entrevista com Hussein Mousawi. Ao chegarem diante de sua casa, apuram que o movimento liderado pelo dissidente da Amal não apenas se intitula Amal Islâmico, mas também *Hezbi Allah* – Hizballah, ou Partido de Deus. Quando perguntado se Mousawi teria algum envolvimento com o atentado perpetrado contra a sede dos fuzileiros navais norte-americanos, ele informa:

Quanto a essa pergunta - razão pela qual vocês vieram à Baalbek -, vou dizer-lhes. Eu, pessoalmente, considero que essa ação é uma boa ação, que tem o amor de Deus e que tem o amor de seu profeta – que Deus louve seu nome. Curvo-me diante das almas dos mártires que realizaram essa operação (...). O Imã Ali diz que nós podemos jogar a pedra de volta para o lugar de onde foi atirada e que o mal não pode ser repellido a não ser pelo mal. Nossa profeta Maomé – louvado seja seu nome – nos convocou a carregar a espada para defender nossa honra. Os americanos vieram ao Líbano para conquistar os resultados que a América deseja. A FMN (Força Multinacional] é uma força da OTAN e a América está lidando com alguns líderes tradicionais no Líbano, ao mesmo tempo em que ignora elementos islâmicos populares. Eu insisto que não temos nenhuma relação com o incidente de domingo passado com os americanos e os franceses. Se todos os amantes da paz desejam a paz com os muçulmanos, sua única alternativa é pressionar seus governos para retirar os exércitos. Definitivamente haverá novas operações contra eles... e eu espero participar dessas futuras operações (FISK, 2007, p. 701).

Ao longo dos meses, as milícias muçulmanas foram tomando o controle de Beirute ocidental enquanto as divergências entre cristãos maronitas e muçulmanos sunitas, dentro do exército libanês sob controle do presidente cristão maronita Jumayyil e muitos soldados começaram a desertar. Apesar das declarações de Reagan, no início fevereiro de 1984,

afirmando que as tropas multinacionais não deixariam o Líbano e que “o compromisso dos Estados Unidos com a unidade, independência e soberania do Líbano continua inabalado”, os navios americanos foram “remanejados” e o contingente britânico deixou Beirute. Pouco tempo depois, o contingente italiano também deixou Beirute, após a milícia Amal se comprometer com a guarda dos civis palestinos nos campos. Americanos e britânicos levaram para seus navios de guerra a maior parte de seus cidadãos e os transportaram até Chipre. Reagan, então, reconheceu que a justificativa para o “remanejamento” era o fato de que “assim que os ataques terroristas começaram, não havia jeito de nós verdadeiramente contribuirmos para a missão original, ficando lá como um alvo” (FISK, 2007, p.718).

A atuação das milícias xiitas foi, portanto, fundamental para a retirada das forças militares estrangeiras de apoio ao governo falangista que perpetuava uma série de massacres e violações dos direitos humanos das minorias libanesas. O papel do Amal Islâmico – ou do Hizballah – em Beirute foi essencial nesse sentido. O sul do Líbano, no entanto, continuava sob a ocupação militar israelense, cada vez mais brutal e com cada vez maior participação de milícias cristãs a serviço do exército israelense. Um relatório da UNIFIL, publicado em junho de 1982, informava que “novos grupos armados, reequipados e controlados pelas forças israelenses como ‘guarda nacional’ ou ‘guarda civil’, tentaram estabelecer patrulhas e postos de controles nas vilas. Em certos lugares, o comportamento indisciplinado desses membros de forças irregulares levou a atritos com outros habitantes”<sup>52</sup>.

Ainda durante o cerco de Beirute, os xiitas do sul do país já haviam percebido que esses grupos apresentavam um enorme perigo para a comunidade da região e entendiam que ser ocupado por um invasor estrangeiro era humilhante, mas ser reprimido pelos próprios concidadãos em colaboração com o invasor, era imoral. O Supremo Conselho Xiita – representando a maior comunidade religiosa do país – reuniu-se na cidade ocupada para condenar “o estabelecimento de administrações locais no sul do Líbano, sob vários nomes e pretextos, que ignoram e se sobrepõem às autoridades oficiais libanesas”. O vice-líder do Conselho, Mohamed Mehdi Shamseddin – o líder era o Iman desaparecido, Mousa Sard -, exortou os libaneses “rejeitar a ocupação e não cooperar, de forma alguma, com a administração local imposta pelos israelenses” (FISK, 2007, p. 727).

Os israelenses que ocupavam o sul do Líbano cada vez mais aumentavam a opressão sobre os libaneses xiitas, obrigando os líderes das aldeias a pagar impostos às suas milícias

---

<sup>52</sup> Relatório da ONU escrito por Timur Goksel, em 24 de março de 1983.

cristãos para que sua “proteção” estivesse garantida. Também estavam falindo os agricultores locais, uma vez que encharcavam a região com seus produtos agrícolas em detrimento da valorização das produções familiares locais e usurpando recursos naturais libaneses por meio do desvio da água de abastecimento dessas comunidades do sul do Líbano para o norte de Israel. A população começou a se organizar de diversas maneiras. Além da constante desobediência - apesar do medo que os cercava, uma vez que muitas aldeias temiam que o não pagamento dos impostos fosse retaliado com a manutenção de alguns de seus homens em prisões israelenses, sem nenhum tipo de julgamento -, homens estavam se organizando, numa lógica de guerrilha, para responder às humilhações da ocupação militar e expulsar as forças israelenses. Fisk afirma que “o sul do Líbano estava virando uma armadilha mortal para os israelenses, um lugar de emboscadas constantes e minas, onde o mais poderoso exército do Oriente Médio parecia incapaz de se defender” (FISK, 2007, p. 740).

Na vila de Jibchit, o Iman xiita local condenava a invasão israelense e conclamava às pessoas a recusar qualquer colaboração com as autoridades da ocupação. Em junho de 1983, um comboio, um comboio do exército israelense entrou na vila e levou o Iman, com as mãos amarradas, para Tiro. Em visita à vila, Fisk relata que haviam cartazes de protesto na Husseiniya, como “Sem paz no Sul, não há paz no Líbano” e um que fazia alusão direta ao martírio na concepção xiita: “A morte para nós é meramente um ritual: a generosidade de Deus é o martírio”. Dentro da mesquita, um grupo de homens sentava-se em tapetes, dia e noite, para protestar contra o desaparecimento do Iman (Ibid., p. 741). Em fevereiro de 1984, quando já estava de volta à vila, o Iman Ragheb Harb foi assassinado no quintal de sua casa. A tradicional exclusão dos xiitas do real poder político os levava a assumir as funções de governo em suas próprias áreas no Líbano, ainda que de forma precária. Não fora por acaso que a organização política do Iman Mousa Sadr fora batizada “Movimento dos Despossuídos”. Mousa Sadr, como iraniano, era um representante do único poder xiita no Oriente Médio – do país que lutara contra seus opressores ocidentais e vencera. Era, definitivamente, esperança e um incentivo para os xiitas no Líbano.

Em 16 de outubro de 1983, em Nabatieh – o centro espiritual do xiismo no Líbano, onde, todos os anos, no décimo dia do mês muçulmano de *Moharem*, os xiitas relembram e lamentam o martírio do Iman Hussein no ritual da *Ashoura* -, um comboio do exército israelense passou pelo meio dos fiéis, que reagiram jogando pedras e tombando e incendiando os caminhões militares. Em resposta, os israelenses abriram fogo contra os xiitas, matando dois fiéis e ferindo pelo menos mais sete. No espaço de uma semana, o exército de ocupação

começou a enfrentar ataques guerrilheiros sucessivos (FISK, 2007, p. 748). Os israelenses fracassaram na sua tentativa de eliminação da OLP e agora se envolviam, cada vez mais, num conflito com libaneses xiitas do Sul que, ao contrário da OLP, não tinha como objetivo destruir Israel, mas apenas expulsar as forças de ocupação, cada vez mais agressivas. Assim como os palestinos, os xiitas libaneses rapidamente foram classificados por Israel como “terroristas”, tiveram quaisquer direitos suspensos, suas casas queimadas e destruídas e seus homens presos, de forma arbitrária – como já havia sendo feito, desde o início dos bombardeios da fracassada operação “Paz na Galileia”.

Nesse mesmo período, as emboscadas aos soldados da ocupação eram cada vez mais frequentes, atingindo a média de cerca de 15 emboscadas por semana. Os *mukhtars* – líderes das aldeias – resistiam aos israelenses, mas nesse momento, eram os *Imans* – líderes espirituais – que comandavam a oposição política às forças de ocupação. Eles mantinham elos com o Irã mas insistiam que não recebiam instruções do regime de Khomeini. A diretriz religiosa era, definitivamente, uma esperança e uma forma de ver o conflito e resistir contra a violência que lhes era impetrada. Quanto mais violentas eram as ações dos israelenses e de suas milícias, maior era o número de pessoas que se uniam ao movimento de resistência armado do *Hizballah* – cujos membros, frequentemente, estavam nas mesquitas, ouvindo a palavra dos Imans -, com o objetivo de reagir à violenta ocupação estrangeira.

Em 16 de fevereiro de 1985, o *Hizballah* divulgou seu primeiro manifesto – outros manifestos foram publicados ao longo da existência da organização -, com o objetivo de apresentar a identidade e os objetivos do grupo no contexto libanês e distingui-lo diante das múltiplas organizações de resistência que surgiam no cenário da guerra civil – é preciso pontuar que, nesse momento, o Hizballah ainda não constitui um partido político legítimo, conforme observado na própria narrativa do Manifesto. A primeira seção versa acerca da identidade da organização, no ano em que foi redigido o documento<sup>53</sup>.

We are often asked: Who are we, the Hizballah, and what is our identity? We are the sons of the umma (Muslim community) - the party of God (Hizb Allah) the vanguard of which was made victorious by God in Iran. There the vanguard succeeded to lay down the bases of a Muslim state which plays a central role in the world. We obey the orders of one leader, wise and just, that of our tutor and faqih (jurist) who fulfills all the necessary conditions: Ruhollah Musawi Khomeini. God save him! By virtue of the above, we do not constitute an organized and closed party in Lebanon. nor are we a tight political cadre. We are an umma linked to the Muslims of the whole world by the solid doctrinal and religious connection of Islam, whose

---

<sup>53</sup> O Manifesto está disponível em: <http://www.cfr.org/terrorist-organizations-and-networks/open-letter-hizballah-program/p30967> Acesso em 10 de janeiro de 2017.

message God wanted to be fulfilled by the Seal of the Prophets, i.e., Muhammad. This is why whatever touches or strikes the Muslims in Afghanistan, Iraq, the Philippines and elsewhere reverberates throughout the whole Muslim umma of which we are an integral part. Our behavior is dictated to us by legal principles laid down by the light of an overall political conception defined by the leading jurist (wilayat al-faqih). As for our culture, it is based on the Holy Koran, the Sunna and the legal rulings of the faqih who is our source of imitation (marja' al-taqlid). Our culture is crystal clear. It is not complicated and is accessible to all. No one can imagine the importance of our military potential as our military apparatus is not separate from our overall social fabric. Each of us is a fighting soldier. And when it becomes necessary to carry out the Holy War, each of us takes up his assignment in the fight in accordance with the injunctions of the Law, and that in the framework of the mission carried out under the tutelage of the Commanding Jurist (MANIFESTO HIZBALLAH, 1985)

Na seção seguinte, denominada “*Our Fight*”, há uma menção direta às forças multinacionais e à ocupação israelense, além do apoio desses ao governo Falangista, que, como exposto anteriormente, proferiu massacres diversos contra as minorias muçulmanas – sobretudo xiitas e palestinos. Na narrativa, é possível perceber o ressentimento diante das constantes humilhações e violações de direitos impostos pelas forças de ocupação - e de apoio à ocupação -, e ao governo falangista.

The US has tried, through its local agents, to persuade the people that those who crushed their arrogance in Lebanon and frustrated their conspiracy against the oppressed (mustad'afin) were nothing but a bunch of fanatic terrorists whose sole aim is to dynamite bars and destroy slot machines. Such suggestions cannot and will not mislead our umma, for the whole world knows that whoever wishes to oppose the US, that arrogant superpower, cannot indulge in marginal acts which may make it deviate from its major objective. We combat abomination and we shall tear out its very roots, its primary roots, which are the US. All attempts made to drive us into marginal actions will fail, especially as our determination to fight the US is solid. We declare openly and loudly that we are an umma which fears God only and is by no means ready to tolerate *injustice, aggression and humiliation*. America, its Atlantic Pact allies, and the Zionist entity in the holy land of Palestine, attacked us and continue to do so without respite. Their aim is to make us eat dust continually. This is why we are, more and more, in a state of permanent alert in order to *repel aggression and defend our religion, our existence, our dignity*. They invaded our country, destroyed our villages, slit the throats of our children, violated our sanctuaries and appointed masters over our people who committed the worst massacres against our umma. They do not cease to give support to these allies of Israel, and do not enable us to decide our future according to our own wishes. In a single night the Israelis and the Phalangists executed thousands of our sons, women and children in Sabra and Shatilla. No international organization protested or denounced this ferocious massacre in an effective manner, a massacre perpetrated with the tacit accord of America's European allies, which had retreated a few days, maybe even a few hours earlier, from the Palestinian camps. The Lebanese defeatists accepted putting the camps under the protection of that crafty fox, the US envoy Philip Habib. *We have no alternative but to confront aggression by sacrifice* (MANIFESTO DO HIZBALLAH, 1985, grifo nosso)

Sobre a Terceira seção, denominada “*Our Objectives*” é possível dizer que, muito embora, inicialmente, haja um discurso de caráter mais global, acerca do papel do islã no mundo, a determinação dos objetivos do *Hizballah* esta pautada, estritamente, na situação libanesa e na busca de sua representatividade em nível nacional, considerando a exclusão a que o governo vigente, sustentado pela Força Multinacional e pelo governo de Israel, subordinara essa parcela da população<sup>54</sup> e na libertação das forças de ocupação israelense que se torna cada vez mais cruel e brutal.

Let us put it truthfully: the sons of Hizhallah know who are their major enemies in the Middle East - the Phalanges, Israel, France and the US. The sons of our umma are now in a state of growing confrontation with them, and will remain so until the realization of the following three objectives: (a) to expel the Americans, the French and their allies definitely from Lebanon, putting an end to any colonialist entity on our land; (b) to submit the Phalanges to a just power and bring them all to justice for the crimes they have perpetrated against Muslims and Christians; (c) to permit all the sons of our people to determine their future and to choose in all the liberty the form of government they desire. We call upon all of them to pick the option of Islamic government which, alone, is capable of guaranteeing justice and liberty for all. Only an Islamic regime can stop any further tentative attempts of imperialistic infiltration into our country. These are Lebanon's objectives; those are its enemies. As for our friends, they are all the world's oppressed peoples. Our friends are also those who combat our enemies and who defend us from their evil. Towards these friends, individuals as well as organizations, we turn and say: Friends, wherever you are in Lebanon... we are in agreement with you on the great and necessary objectives: destroying American hegemony in our land; putting an end to the burdensome Israeli Occupation; beating back all the Phalangists' attempts to monopolize power and administration. *Even though we have, friends, quite different viewpoints as to the means of the struggle, on the levels upon which it must be carried out, we should surmount these tiny divergencies and consolidate cooperation between us in view of the grand design.* We are an umma which adheres to the message of Islam. We want all the oppressed to be able to study the divine message in order to bring justice, peace and tranquillity to the world. This is why we don't want to impose Islam upon anybody, as much as we that others impose upon us their convictions and their political systems. We don't want Islam to reign in Lebanon by force as is the case with the Maronites today. This is the minimum that we can accept in order to be able to accede by legal means to realize our ambitions, to save Lebanon from its dependence upon East and West, to put an end to foreign occupation and to adopt a regime freely wanted by the people of Lebanon.

Cumprer apontar que, nesse momento, havia vários grupos de resistência organizados no Líbano, que funcionavam em uma rede de apoio, tendo em vista o objetivo maior de pôr fim à ocupação israelense. Os objetivos declarados do *Hizballah* estão relacionados estritamente com a situação libanesa. Esse ponto de vista se tornará cada vez mais claro, sobretudo a partir de

---

<sup>54</sup> Um detalhe pode ser observado: apesar da Itália compor a Força multinacional no Líbano, o tratamento dado pelos italianos – que ficaram responsáveis, sobretudo, pela proteção dos campos de refugiados palestinos – aos muçulmanos era bastante diferente daquele proferido pelos americanos e pelos franceses, havendo, inclusive, relatos de confrontos entre italianos e o exército falangistas, quando estes tentavam impor a violência contra os palestinos e libaneses muçulmanos nas área de Beirute sob a responsabilidade das tropas italianas (FISK, 2007).

1992, quando Hassan Nasrallah assume a liderança política da organização, após a morte de Musawi, num contexto de inserção do *Hizballah* na vida institucional libanesa.

Os grupos armados de resistência xiita, sobretudo o Hizballah, ganharam cada vez mais força e apoio da população sob ocupação e cada vez mais perpetrava emboscadas – muitas de caráter suicida – contra as tropas israelenses. Em dezembro de 1984 o exército israelense foi atacado 100 vezes, contabilizando três mortes de soldados e 27 homens gravemente feridos (FISK, 2007, p. 766). A Resistência foi, então, desenvolvendo cada vez mais suas técnicas de guerrilha almejando a expulsão das forças de ocupação. Israel fora, definitivamente, responsável pela criação de seu “pior inimigo” na região.

Em 22 de outubro de 1989 foi assinada, na Arábia Saudita, a Carta de Reconciliação Nacional – ou o Acordo de Taif – que prevê o fim da segunda guerra civil libanesa e determina a participação igualitária das linhas confessionais no governo libanês, com diminuição do poder que antes se concentrava no presidente, chefe do executivo – as cadeiras do Parlamento devem ser divididas, igualmente, entre cristão (e proporcionalmente entre suas secções) e muçulmanos (igualmente entre sunitas e xiitas e proporcionalmente aos drusos e alawitas). A ocupação israelense no sul do país, no entanto, continuou efetiva. Da mesma maneira, as tropas sírias não deixaram o território. Alegando que a presença de Israel em território libanês era uma ameaça à segurança nacional<sup>55</sup>.

A realidade da população sob ocupação israelense, no entanto, continua extremamente violenta. Embora, nesse momento, o Hezbollah ainda mantenha fortes vínculos com a Síria e, sobretudo, com Irã – inclusive em termos ideológicos – o objetivo do Hizballah está cada vez menos voltado para a expansão global do ideário da República Islâmica e condução de um confronto global contra o Ocidente e cada vez mais comprometido com a questão nacional, sobretudo a expulsão das forças de ocupação israelense do sul do país. Tal objetivo pode ser apurado por meio das táticas utilizadas pela organização – uma série de ataques contra Israel, em grande parte suicidas<sup>56</sup>, dos quais 99% aconteciam dentro do território libanês contra alvos militares israelenses. Esporadicamente, haviam ataques com foguetes, contra Israel – e que também atingiam a população civil. Tais ataques, no entanto, pareciam ser mais uma tática para

---

<sup>55</sup> Após a retirada das tropas multinacionais, o presidente libanês Jumayyil viu-se obrigado a reaver sua relação com a Síria – o que só seria possível por meio da anulação do acordo de 17 de março, que previa a retirada das tropas israelenses. Jumayyil, então, teria reestabelecido as relações com Damasco. A Síria se recusa a fazer a retirada de suas tropas enquanto Israel mantivesse a ocupação

<sup>56</sup> O *Hizballah* não inventa essa técnica de ataque, mas a desenvolve de forma bastante precisa.

atrair os israelenses para o sul do Líbano, onde esses eram presas muito mais fáceis, considerando o esquema de guerrilha já desenvolvido no território. Dessa maneira, cada vez mais os israelenses se emaranhavam na dinâmica de ocupação, ressentimento e resistência que estava acontecendo no sul do Líbano (PINTO, 2014).

A especialista em política libanesa, Cynthia Marcial (2007), pontua que, desde sua formação, a atuação do Hizballah é bastante dinâmica e sempre teve um aspecto social muito forte. A organização era comprometida com a angariação de recursos para garantir os serviços básicos para a comunidade xiita, extremamente marginalizada. De acordo com a pesquisadora argentina:

[o] Hizbollah oferece na atualidade uma gama ampla de serviços à comunidade, desde bolsas de estudos até pesquisa para a melhora das terras que é efetuada pelo seu próprio comitê de agricultura (algo inédito em um partido político libanês), mas no início, a organização compreendeu a urgência da situação e repartiu alimentos. Isto teve um impacto muito alto na comunidade muçulmana (MARCIAL, 2007, p.9)

Em 1992, no contexto de eleições no Líbano, o Hizballah se vê num dilema entre a inserção, ou não, no sistema político, uma vez que a organização sempre foi extremamente crítica à corrupção e clientelismo que permeiam esse sistema, além de denunciar, constantemente, sua estrutura confessional. No próprio Manifesto, a liderança do grupo argumenta a necessidade, emergencial, de uma mudança total no sistema político, uma vez que simples reformas não seriam suficientes para remediar a situação de inequidade e injustiça que a estrutura atual reflete<sup>57</sup>. O *Hizballah*, então, opta por participar do processo eleitoral e dispõe de amplo apoio da população do sul do país. A organização, então, passa do status de

---

<sup>57</sup> This is our perception of the present state of affairs. This is the Lebanon we envision. In the light of our conceptions, our opposition to the present system is the function of two factors; (1) the present regime is the product of an arrogance so unjust that no reform or modification can remedy it. It should be changed radically, and (2) World Imperialism which is hostile to Islam. We consider that all opposition in Lebanon voiced in the name of reform can only profit, ultimately, the present system. All such opposition which operates within the framework of the conservation and safeguarding of the present constitution without demanding changes at the level of the very foundation of the regime is, hence, an opposition of pure formality which cannot satisfy the interests of the oppressed masses. Likewise, any opposition which confronts the present regime but within the limits fixed by it, is an illusory opposition which renders a great service to the Jumayyil system. Moreover, we cannot be concerned by any proposition of political reform which accepts the rotten system actually in effect. We could not care less about the creation of this or that governmental coalition or about the participation of this or that political personality in some ministerial post, which is but a part of this unjust regime. (MANIFESTO DO HIZBALLAH, 1985)

movimento político armado – ou de milícia - para um partido político legítimo e passa a participar da vida institucional libanesa.

O partido político *Hizballah* manteve, após as eleições, o forte comprometimento com a capilarização dos recursos estatais de serviços e bens para a linha confessional xiita, como hospitais, escolas e saneamento básico. O partido é, particularmente, reconhecido pelos fortes investimentos em educação e promoção da educação no sul do Líbano e tem o apoio maciço dessa parcela da sociedade, uma vez que, pela primeira vez, eles têm acesso aos serviços cuja promoção, constitucionalmente, é responsabilidade do Estado.

De 1992 até 2000, o Hizballah existe nesses dois universos – um partido político e um movimento armado de resistência à ocupação israelense. Os ressentimentos da população com a ocupação crescem, exponencialmente, ao longo dos anos e o movimento de resistência tem o apoio quase total da população local – inclusive muitos milicianos que, anteriormente, trabalhavam para Israel, se juntaram ao movimento de resistência. Esse amplo apoio garantia ao Hizballah facilidade na infiltração em diversos setores, inclusive na maquinaria de ocupação israelense, permitindo que atingissem alvos cada vez mais importantes dentro da ocupação.

Em 2000, o Hizballah assassina o novo Comandante das Forças israelenses, apenas uma semana após ele chegar no sul do Líbano e envia ao exército israelense a mensagem de que eles “podem enviar o próximo que terá o mesmo fim” (PINTO, 2014). Este foi o estopim para a retirada das tropas israelenses do sul do Líbano, cuja permanência já era amplamente criticada pela população civil israelense. A retirada aconteceu em 25 de maio de 2000 e é, atualmente, um feriado nacional no Líbano como comemoração do Dia da Resistência e Libertação do Sul do Líbano. Em 2006, o Hizballah se envolveu em mais um conflito com Israel, dessa vez de mais curta duração, do qual também saiu “vitorioso”<sup>58</sup>.

O Hizballah, portanto, tem um papel muito importante no cenário libanês, sobretudo, para as populações xiitas do sul do país, que, até então, eram, absolutamente, excluídas econômica e politicamente. É, portanto, natural e compreensível que o apoio a este partido político seja amplo, inclusive nas comunidades libanesas imigrantes. Considerando que a ampla maioria dos libaneses imigrantes na Tríplice Fronteira é oriunda do Vale do Bekaa, e, inclusive, justifica a

---

<sup>58</sup> Para maior detalhamento e diferentes visões sobre a história do Hizballah, ver Diaz & Newman (2005); Wieviorka (1988); Marcial (2007); Hamzeh (1993).

migração pelas mazelas da guerra civil e, sobretudo, da ocupação israelense de seu território, é natural que exista solidariedade com o movimento de resistência que garantiu a libertação de seu território de toda humilhação consequente de uma ocupação militar.

Os discursos, sobretudo norte-americanos, que fundamentam a suposta existência de “terroristas islâmicos” na região estão baseados, unicamente, no fato de que a região tem uma significativa comunidade imigrante, oriunda do sul do Líbano, da qual pelo menos a metade é xiita e que, naturalmente, nutre algum respeito pelo partido político do Hizballah. Cumpre apontar que a organização foi inserida na lista norte-americana de organizações terroristas - ou *Foreign Terrorists Organizations* – sob acusação de envolvimento nos atentados de 1983, à embaixada norte americana e à sede de Fuzileiros Navais, ambas em Beirute, muito embora os atentados tenham sido reivindicados pela Jihad Islâmica, cuja suposta ligação com o Hizballah não é clara.

Os critérios para classificação de organizações terroristas são, unicamente, políticos. Apesar do partido falangista massacrar minorias palestinas e xiitas, o exército norte americano o considerava um forte aliado, ao ponto de enviar tropas ao Líbano para garantir a permanência desse governo. Da mesma maneira, as milícias pró-Israel, mesmo cometendo atrocidades contra minorias, eram igualmente tratadas como aliadas. A nomenclatura terrorista só é aplicada àqueles que se opõem à política de países centrais. A não utilização do termo para atores estatais também é uma atitude política. O exército israelense massacrou um número muito maior de civis ao longo do conflito o que o Hizballah, no entanto, apenas o primeiro dispõe da prerrogativa de matar em nome da “busca por terroristas”.

Entender a complexidade política do Líbano, bem como as condições de exclusão política e econômica das populações do sul do país e a realidade cruel da ocupação militar israelense é fundamental para entender como a comunidade libanesa imigrante da Tríplice Fronteira percebe os discursos norte-americanos de securitização e, principalmente, como responde a essas acusações, considerando o habitus que circunda a relação desses atores. Conforme desenvolvido por Bourdieu (2006, p.96), “o habitus permite estabelecer uma relação inteligível e necessária entre determinadas práticas e uma situação, cujo sentido é produzido por ele em função de categorias de percepção e de apreciação; por sua vez, estas são produzidas por uma condição objetivamente observável”.

## CAPÍTULO III: AS REPRESENTAÇÕES DA TRÍPLICE FRONTEIRA NAS NARRATIVAS SOBRE TERRORISMO INTERNACIONAL

### 3.1 A Construção Discursiva da “Ameça”

Para começar a pensar as representações da Tríplice Fronteira, parece interessante eleger como ponto de partida as reflexões acerca da adoção desse nome próprio. O Brasil tem oito tríplexes fronteiras<sup>59</sup>, além da que constitui objeto de estudo desse trabalho – a tríplex fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai-, única reconhecida pelo nome próprio Tríplice Fronteira. O nome “Tríplice Fronteira”, designando uma entidade internacional única, surgiu apenas na década de 1990, no contexto da deflagração dos atentados terroristas em Buenos Aires<sup>60</sup> e de narrativas internacionais que inseriam a região no mapa do terrorismo internacional, especialmente, a partir do atentado de 1994, contra a AMIA. Até então, se falava em “zona, região ou área das três fronteiras” (RABOSSI, 2004, p. 24). De acordo com Fernando Rabossi:

A transformação no substantivo próprio "Tríplice Fronteira" aparece a partir da suspeita da presença de terroristas denominados islâmicos na região depois dos atentados à embaixada de Israel em 1992 e, particularmente, após os atentados à *Asociación de Mutuales Israelitas Argentinas* (AMIA) em 1994. Em 1996 essa denominação será incorporada, oficialmente, pelos governos dos respectivos países no Encontro dos Ministros do Interior da República da Argentina, da República do Paraguai e da justiça da República Federativa do Brasil firmado na cidade de Buenos Aires (...) Finalmente, em janeiro de 1998, se firma o Plano de Segurança para a Tríplice Fronteira o qual estabelece a criação de uma série de comissões e ações específicas a serem implementadas na área. Dessa maneira, o substantivo próprio, Tríplice Fronteira, começa a ser utilizado para referir-se à confluência desses limites internacionais da mão de uma certa forma de retratar a área caracterizada pela falta de controle do movimento pelos limites internacionais que teria favorecido o desenvolvimento de todas as atividades ilícitas mencionadas. Essa denominação pressupõe a existência de uma área singular e participa de sua criação a partir de uma prática de nomenclatura que possibilita a emergência conceitual de um lugar (...) onde estão relacionadas três cidades inseridas em tramas políticas, culturais, econômicas e demográficas relacionadas mas diferentes. É certo que novas realidades costumam ser nomeadas de novas maneiras. No entanto, a novidade da Tríplice Fronteira não está dada pela novidade dos elementos que incorpora em seu retrato. A presença, anos antes, dos mesmos elementos, desqualificam dita interpretação. (...) a

<sup>59</sup> As interseções de três fronteiras são: Brasil-Guiana Francesa-Suriname, no AP; Brasil-Suriname-Guiana no PA; Brasil-Guiana-Venezuela em RR; Brasil-Venezuela-Colômbia, no AM; Brasil-Colômbia-Peru no AM; Brasil-Peru-Bolívia no AC; Brasil-Bolívia-Paraguai no MS; Brasil-Argentina-Uruguaí no RS.

<sup>60</sup> Em 1992, houve o atentado à embaixada de Israel em Buenos Aires e, em 1994, à sede da Asociación Mutual Israelita Argentina (AMIA), ambos em Buenos Aires, com total de 114 mortos. As investigações argentinas, pouco conclusivas, apontaram operações planejadas no Irã e executadas a partir da suposta conexão local do Hizballah. O responsável direto pelo atentado de 1992, por exemplo, teria ingressado na Argentina a partir de Foz do Iguaçu.

novidade de Tríplice Fronteira se inscreve [no âmbito das] transformações a nível mundial e regional sobre a percepção de novos problemas, sua incorporação em novas agendas de segurança e sua utilização como estratégia de alinhamento político (RABOSSI, 2004, p.24).

Nesse sentido, cumpre apontar que pensar as representações da Tríplice Fronteira sem considerar a inserção da região na agenda de segurança internacional - e as ações políticas possíveis diante da sua instrumentalização -, parece pouco viável. As narrativas hegemônicas sobre o Terrorismo Internacional, que, de forma cada vez mais recorrente, criminaliza minorias imigrantes de origem árabe-muçulmana, elegeram, na América Latina, as comunidades da Tríplice Fronteira como sujeito referente da securitização. A presença de imigrantes muçulmanos provenientes do Oriente Médio e seus descendentes em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este<sup>61</sup> constitui um elemento central em diferentes construções discursivas da Tríplice Fronteira.

Cumpre apontar que as narrativas acerca do terrorismo internacional na região vêm, na maior parte das vezes, acompanhadas de discursos que permeiam outros problemas de segurança pública que emergiram na região, sobretudo, diante do crescimento populacional após a construção da usina Itaipu Binacional - entre 1971 e 2001 passou-se de 60 mil a 700 mil habitantes (CUNHA, 2009, p. 77). A região, então, passou a apresentar problemas mais graves de segurança pública – que, por sua vez, começaram a ter ampla repercussão na mídia -, tornando-se local conhecido pela prática de delitos como contrabando, narcotráfico, pirataria, furtos de automóveis e lavagem de dinheiro, os quais têm sido objeto de grande preocupação, monitoramento e cooperação dos governos regionais<sup>62</sup>, sobretudo Brasil e Paraguai, que constituem de fato uma fronteira “viva”, uma vez que a porção argentina da região comporta população, relativamente, menor, e apresenta movimento transfronteiriço mais reduzido – além de garantir um controle muito maior das fronteiras se comparado a fronteira local entre Brasil e Paraguai (CUNHA, 2009, p. 76).

A primeira vez que o Departamento de Estado Norte-Americano, por meio do *Patterns of Global Terrorism* – relatório publicado, anualmente, ao Congresso norte-americano, dispendo da percepção do Departamento de Estado acerca das atividades entendidas como “terroristas”

---

<sup>61</sup> Não existe presença significativa de imigrantes árabes muçulmanos na cidade argentina fronteira de Puerto Iguazu.

<sup>62</sup> BRASIL, MRE, COCIT para Subsecretaria-Geral de Política Bilateral, Memorandum 004, 28.01.2002; Souza e Silva (2003, p. 74-109)

ao redor do globo – reservou um capítulo especialmente para a Tríplice Fronteira – ou Tri-Border Area – foi em 1999<sup>63</sup>. No entanto, conforme pontuado por Rabossi (op. cit.), a nomenclatura já vinha sendo usada, oficialmente, em documentos produzidos pelos países fronteiriços desde 1996. A inserção da nomenclatura no imaginário social internacional, no entanto, iniciou-se a partir dos atentados da década de 1990 em Buenos Aires. Apesar de não ter sido a primeira vez que as comunidades árabes muçulmanas da região foram vinculadas, de forma não fundamentada, ao terrorismo internacional, foi, definitivamente, a partir da década de 1990, que se fundiram os discursos estigmatizantes do “árabe muçulmano terrorista” e da América Latina como região de Estados institucionalmente fracos e “terras sem lei”.

Em maio de 1970, um atentado contra a Embaixada Israelense em Asunción resultou em uma funcionária assassinada e outra gravemente ferida. O crime teria sido cometido por dois palestinos que foram presos horas após dispararem contra os funcionários da embaixada<sup>64</sup>. De acordo com a polícia paraguaia, os palestinos teriam entrado no Paraguai por meio da região das três fronteiras. Desde então, houve alguns discursos acusatórios, perniciosos e não fundamentados, acerca do suposto vínculo das comunidades árabes muçulmanas da região com o terrorismo internacional. Apesar da existência desses discursos, seu impacto no cotidiano dessas comunidades não teve consequências tão nocivas quanto os proferidos após os atentados em Buenos Aires ou, principalmente, após os atentados de 11 de setembro.

Em 17 de março de 1992, um atentado à embaixada de Israel em Buenos Aires deixou 29 mortos e mais de 350 feridos. Conforme informações disponíveis no site da Embaixada de Israel na Argentina, foi considerado, naquele momento, o “ato mais brutal” contra um alvo civil judeu desde a Segunda Guerra Mundial. A perícia realizada no local do atentado, pelo Chefe do Grupo de Desativação e Instrução de Explosivos da *Gendarmeria Nacional Argentina*<sup>65</sup>, concluiu que “a explosão se realizou fora do edifício, quando um carro bomba [uma Ford F-100 carregada

---

<sup>63</sup> O *Patterns of Global Terrorism* de 1999 foi publicado em abril do ano seguinte.

<sup>64</sup> Os autores do atentado foram os palestinos Kalid Abed Rabu, Derwish Kassab, estudante de mecânica de 21 anos, e Talal Mota Demasi, estudante de engenharia eletrônica de 20 anos. De acordo com o periódico paraguaio ABC Color, ambos haviam chegado ao Paraguai no início de abril de 1970. Disponível em: <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/a-40-anos-del-atentado-contr-la-embajada-de-israel-en-asuncion-97977.html> Acesso em 24/11/2016.

<sup>65</sup> A Gendarmería Nacional Argentina é uma força de segurança de natureza militar e está subordinada ao Ministério do Interior. Nesse sentido, se aproxima do papel desempenhado pelas Polícias Militares no Brasil. Contudo, a Gendarmeria se distingue do caso brasileiro pois se caracteriza como uma “Força Intermediária”, tendo um caráter dual: seus contingentes podem ser empregados tanto para a segurança nacional no âmbito doméstico argentino, quanto para a manutenção da ordem missões de paz, em apoio à política exterior do país (AMARAL, 2010, p. 139).

com cerca de 200 Kg de explosivos] se chocou contra o edifício da embaixada”. Um documento disponibilizado pelo site da embaixada, denominado *Puntos de Referencia para el Analisis del Atentado contra la Embajada de Israel en Argentina 1992-2000*<sup>66</sup> dispõe das seguintes informações:

En Buenos Aires, la tarde del 17 de marzo de 1992, a las 14.45 horas, fue desconcertante. Una poderosa bomba hacia añicos el edificio de la delegación diplomática israelí llevándose, entre sus escombros, la vida de 29 personas. Así, en un instante, la embajada, el convento, el geriátrico y la iglesia quedaron, literalmente, borrados del mapa de la ciudad. Dos días después una marcha multitudinaria, desde el Obelisco hasta la calle Arroyo, congregaba más de cien mil personas. En ese marco el presidente de la Nación, Carlos Menem dijo: "Les quiero dar la más absoluta seguridad a los israelitas y a los descendientes de israelitas que habitan esta bendita tierra: investigaremos hasta las últimas consecuencias este sangriento hecho para que los traficantes de la muerte queden a buen recaudo" mientras que, el embajador de Israel, Itzhak Shefi insistía: "Buscamos justicia. No venganza. Este, como todo crimen de lesa humanidad, tiene sus responsables. Y no dejaremos que queden impunes". El Gobierno debía asumir la responsabilidad de hacerse cargo de la provocación, terminar con la panfletería del odio, limpiar a "sus propios cuadros de cómplices espirituales de los odiadores, de los matadores". También debía cuidar "los propios medios de comunicación que manejaba". En uno de ellos, aprovechando la ausencia por enfermedad del director, una locutora pudo destilar su insidia al esbozar la posibilidad de que "la misma Embajada tuviera la culpa del atentado, de que las víctimas son los asesinos" ya que "sin comunicación no habría terrorismo" sin faltar "el acto fallido [de un inolvidable ministro francés], diciendo que no solamente murieron judíos, sino también inocentes". El mundo se había notificado que "un partido de Dios"[...]reivindica la masacre y que, desde Teherán, se proclaman guerras contra objetivos israelíes en el mundo entero". Así, el 21 de marzo, a través de un comunicado y un video, emitido a través de la televisión libanesa, **Hizballah** se adjudicaba el atentado como corolario de una serie de amenazas publicas que, los máximos dirigentes de ese partido fundamentalista, realizaban luego de la muerte de su líder, Musawi. La realidad era que el terror no distinguía sino que incluía. Desde el comienzo la investigación se plantearon dificultades para sobrellevarla exitosamente ya "que se trato de terroristas profesionales, que están dispuestos a suicidarse por conseguir un objetivo contra Occidente, además están apoyados por una conexión local". Un año después, se denunciaba que "el grupo fundamentalista Hizballah podría estar incorporando terroristas argentinos a sus filas". (EMBAIXADA DE ISRAEL NA ARGENTINA, 2000)

O *Patterns of Global Terrorism* de 1992, inicia a seção reservada à América Latina fazendo menção ao atentado perpetrado em Buenos Aires, o caracterizando como “*a troubling intrusion of Middle Eastern violence and the single most lethal terrorist event of the year*”<sup>67</sup>. De acordo com as informações disponíveis nesse documento, a autoria do atentado teria sido reivindicada por uma organização denominada “Jihad Islâmica” que atuaria como um “braço”

<sup>66</sup> Disponível em: <http://embassies.gov.il/buenos-aires/Documents/PUNTOS%20DE%20REFERENCIA%20PARA%20EL%20ANALISIS%20DEL%20ATENTADO%20CONTRA%20LA%20EMBAJADA%20DE%20ISRAEL%20EN%20ARGENTINA%201992.pdf> Acesso em 27 de dezembro de 2016.

<sup>67</sup> Disponível em [https://fas.org/irp/threat/terror\\_92/latin.html](https://fas.org/irp/threat/terror_92/latin.html) Acesso em 27 de dezembro de 2016.

do grupo libanês Hizballah e seria uma retaliação pelos ataques israelenses que culminaram com o assassinato do líder do grupo, o *shaykh* Musawi, em fevereiro desse mesmo ano. Essa foi a primeira vez que a região foi citada, nos documentos dessa natureza, como um local de possível atuação de células ditas terroristas e também foi a primeira vez que se levantou a preocupação com a imigração de população árabe muçulmana xiita. O documento informa que: “*The bombing focused attention on Hizballah activity in Latin America, where communities of recent Shiite Muslim emigres in the remote border areas of Argentina, Brazil, and Paraguay could provide cover for international terrorists*” (PATTERNS OF GLOBAL TERRORISM, EUA, 1992).

No documento publicado no ano anterior, havia menção a ataques conduzidos na América Latina, inspirados pelo papel dos EUA na Guerra do Golfo Pérsico – foram contabilizados 224 ataques a interesses estrangeiros, os quais seguiriam a tendência registrada nos últimos quatro anos -, no entanto, o documento deixa claro que tais incidentes representam uma pequena porcentagem dos episódios de violência política na América Latina, tendo em vista que os alvos de “terroristas guerrilheiros e narcotraficantes” eram as instituições domésticas<sup>68</sup>. Apesar de citar, de forma mais contundente, a preocupação acerca da suposta presença de organizações terroristas de caráter internacional na América Latina, o *Patterns of Global Terrorism* de 1992 deixa claro que o problema regional, de fato, ainda são os “terroristas guerrilheiros e narcotraficantes locais”.

Em 26 de fevereiro de 1993 houve um atentado bomba ao World Trade Centre que deixou seis americanos mortos e cerca de 1000 feridos pelos efeitos da explosão e da fumaça produzida<sup>69</sup>. De acordo com o *Patterns of Global Terrorism* de 1993, “*The WTC bombing is considered an act of international terrorism because of the political motivations that spurred the attack and because most of the suspects who have been arrested are foreign nationals. However, the FBI has not found evidence that a foreign government was responsible for the bombing*”. Uma das principais diretrizes de contraterrorismo disposta nesse mesmo documento é “*Apply the rule of law and improve the capabilities of friendly governments to counter the threat they face*”<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup> Disponível em: [https://fas.org/irp/threat/terror\\_91/latin.html](https://fas.org/irp/threat/terror_91/latin.html) Acesso em 27 de dezembro de 2016.

<sup>69</sup> De acordo com as informações disponíveis no *Patterns of Global Terrorism* de 1993.

<sup>70</sup> Disponível em: [https://fas.org/irp/threat/terror\\_93/intro.html](https://fas.org/irp/threat/terror_93/intro.html) Acesso em 27 de dezembro de 2016.

Em 1994 ocorreu o segundo atentado em Buenos Aires, dessa vez contra o edifício da sede da *Asociación Mutual israelita Argentina* (AMIA) e da *Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas* (DAIA). O atentado resultou em 85 pessoas mortas e cerca de 300 pessoas feridas. As investigações iniciais tinham duas vertentes principais. A primeira buscava apurar a participação de atores internacionais no atentado, como membros e simpatizantes do grupo libanês *Hizballah*, pessoas ligadas à embaixada iraniana em Buenos Aires e até mesmo do governo sírio. Vale lembrar que, na época, foram levantadas suspeitas até mesmo em relação a uma suposta negligência – e até mesmo tentativa de desvio do foco das investigações que levariam à conexão iraniana - por parte presidente argentino Carlos Menem, tendo em vista sua descendência de família muçulmana imigrante da Síria. Menem, para ocupar o cargo de presidente, teve que se converter ao catolicismo uma vez que, em 1994, a Argentina não era um estado laico e o presidente tinha que ser católico romano<sup>71</sup>. A segunda vertente apurava o envolvimento de membros da polícia de Buenos Aires, sobretudo do comissário Juan Jose Ribelli e do ex-policial Carlos Alberto Telleldín, que trabalhava no mercado de carros roubados e teria fornecido o veículo utilizado pelo suicida no ataque contra a AMIA (AMARAL, 2010, p. 141).

As investigações conduzidas pela *Secretaría de Inteligencia del Estado* (SIDE)<sup>72</sup> argentina – com apoio da CIA (norte-americana) e do Mossad (israelense) - indicaram que o militante suicida do carro bomba da AMIA teria entrado no território argentino por Puerto Iguazu (ESCUDE & GUREVICH, 2003). No entanto, de acordo com Carrancio (1998, p. 153-160), a primeira menção a esse episódio não surgira durante as investigações na Argentina, mas durante uma visita de Carlos Menem à Tel Aviv, em novembro de 1994, após o convite do então chanceler israelense Shimon Peres, para que atuasse como mediador em negociações com o governo sírio. Menem teria reproduzido mal uma conversa que teve com Shimon Peres, dando a entender que Israel já havia decidido por devolver o controle das Colinas de Golã à Síria, quando, na verdade, deveria ter expressado, apenas, que o governo israelense tinha intenções nesse sentido. O episódio teria gerado um grande mal-estar entre os governos israelense e argentino, levando o primeiro a “denunciar a presença de uma base de adestramento do Hizballah na Tríplice Fronteira” (Ibid., p. 160).

---

<sup>71</sup> A esposa de Menem na época, Fátima Zulema Yoma, continuou sendo muçulmana. Menem também foi presidente da Associação Sírio-Libanesa de La Rioja.

<sup>72</sup> Atualmente denominada, apenas, *Secretaría de Inteligencia* (SI)

A seção da América Latina no *Patterns of Global Terrorism* de 1994 se inicia com a menção do atentado contra a AMIA e sua atribuição ao grupo libanês Hizballah. Pela primeira vez, o documento aponta, diretamente, para a presença de membros do Hizballah na “*triborder area where Brazilian, Argentine, and Paraguayan territories meet*”<sup>73</sup>. Cumpre apontar que o relatório ainda não utiliza o nome próprio Tri-Border Area como será adotado posteriormente, tampouco destina uma seção apenas para a região, ainda mantendo as observações no âmbito dos Estados nacionais, separadamente. Ainda assim, é possível notar o engajamento dos EUA na promoção da cooperação multilateral em matéria de terrorismo. No documento estão expressas as intenções dos governos norte e sul-americanos nesse sentido:

In reaction to the terrorist violence in the region, the heads of state of the Western Hemisphere nations adopted a plan of action against terrorism at the December Summit of the Americas. The plan called for cooperation among nations in combating terrorism and for the prosecution of terrorists while protecting human rights. The nations of the hemisphere also agreed to convene a special OAS conference on the prevention of terrorism and reaffirmed the importance of extradition treaties in combating terrorism. (PATTERNS OF GLOBAL TERRORISMO, EUA, 1994)

Em dezembro de 1994, os representantes dos países do continente se reuniram em Miami para a Cúpula das Américas e concordaram em pôr em prática um Plano de Ação que, entre outros temas, tratava do combate ao terrorismo, prevendo acordos bilaterais e sub-regionais com objetivo de levar terroristas a juízo e fazer com que se aplicassem penas legais às atividades terroristas (AMARAL, 2010, p. 142-143).

Como resultado das investigações conduzidas, logo após os atentados, pela Polícia Federal brasileira e sua contraparte paraguaia, o Brasil expulsou o sacerdote xiita iraniano Mohsen Tab-Tabai Eimaki, residente em Foz do Iguaçu, cuja imprensa divulgara ser o líder local do *Hizballah*<sup>74</sup>. Em 2000, o libanês Salah Abdul Karim Yassine, residente em Ciudad del Este, foi preso em Encarnación – também uma região de fronteira -, sob acusação de manter

---

<sup>73</sup> Disponível em: [https://fas.org/irp/threat/terror\\_94/latin.html](https://fas.org/irp/threat/terror_94/latin.html) Acesso em 27 de dezembro de 2016.

<sup>74</sup> Conforme informações disponibilizadas na série telegráfica trocada entre a Embaixada Brasileira em Assunção e o Ministério das Relações Exteriores (Brasil, MRE, Brasemb Assunção para SERE, Telegrama no 474, 26.04.1999).

ligações com o grupo palestino Hamas e promover ameaças de atentados contra a embaixada israelense na capital paraguaia<sup>75</sup>.

Em setembro de 1995, um relatório apresentado perante o Congresso norte-americano alertava acerca do “novo terrorismo hemisférico” (CAREY, 1995). Nesse documento, Robert Bryant – Diretor Assistente do FBI – afirma que os dois ataques a bomba, ocorrido em Buenos Aires e, sobretudo, o atentado contra o *World Trade Centre*, de 1993, representavam uma “nova e emergente forma de terrorismo internacional” à qual todo continente americano estaria vulnerável (Ibid.). Bryant afirma, ainda, que os governos nacionais de Argentina, Brasil e Paraguai não dispõem de forças de segurança robustas, o que facilitaria as ações do Hizballah na região. As afirmações do Diretor Assistente do FBI foram corroboradas pelo Coordenador de Contraterrorismo do Departamento de Estado, Philip Wilcox, que afirmou que “o Hizbollah é agora uma grande ameaça terrorista internacional na América Latina” (AMARAL, op. cit., p. 143).

O *Patterns of Global Terrorism* de 1995 cita o papel de liderança da Argentina na cooperação regional em matéria de contraterrorismo, incluindo a organização de uma conferência regional sobre o assunto com o objetivo de incentivar a cooperação com os vizinhos Brasil, Paraguai, Chile, Uruguai, EUA e Canadá. O relatório cita, ainda, as sucessivas pressões do governo argentino sobre os governos brasileiros e paraguaio a fim de melhorar as políticas multilaterais no controle de fronteiras na região. Sobre a autoria dos atentados de 1992 e 1994, o relatório cita, nominalmente, Carlos Telleldin como receptor do carro utilizado nos atentados contra a AMIA, cita as suspeitas acerca do envolvimento do Hizballah agindo sob respaldo do governo iraniano em ambos os atentados e a extradição, pelo governo paraguaio, de sete suspeitos, para a Argentina. Todos liberados após interrogatórios.

Em 1996, os esforços para cooperação regional em matéria de contraterrorismo, sob liderança do governo argentino – com protagonismo do Ministro do Interior Carlos Corach -, se materializaram no acordo que assentou as bases para a criação do Comando Tripartite da Tríplice Fronteira<sup>76</sup>. A proposta inicial do Comando Tripartite surgiu no ano anterior, durante a cúpula Ibero-americana, com o objetivo declarado de “neutralizar os eventuais grupos

---

<sup>75</sup> Série telegráfica Brasil, MRE, Brasemb Assunção para SERE, Telegrama no 1122, 04.12.2000

<sup>76</sup> O acordo foi assinado em fevereiro de 1996 pelo Ministro do Interior da Argentina, Carlos Corach, pelo Chefe da Divisão de América Meridional do Ministério das Relações Exteriores Brasileiro, Marcelo Jardín, e pelo Vice-Ministro do Interior do Paraguai, Cristóbal Sánchez, em Buenos Aires. FIRMAN convenio de seguridad fronteriza. **Clarín**, Buenos Aires, 07 fev. 1996. Disponível em: <<http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000c86a.htm>>. Acesso em: 18 março de 2016.

terroristas que atuam na Tríplice Fronteira”<sup>77</sup>. Na ocasião de celebração do acordo, Carlos Corach justificou a criação do Comando em função da “responsabilidade [dos três países] de impedir a existência de santuários físicos e legais [para o terrorismo]” (AMARAL, op., cit., p. 144). O *Patterns of Global Terrorism* de 1996 cita o Plano de Ação, adotado com apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA), a fim de desenvolver a cooperação regional em matéria de contraterrorismo<sup>78</sup>.

Nesse mesmo ano, em visita à América Latina para assuntos relativos ao Mercosul e à ALCA, Clinton reuniu-se com Carlos Menem e - atendendo à uma solicitação de oito senadores democratas para que fizesse um pronunciamento público convocando o governo argentino a renovar os esforços para encontrar os responsáveis pelo atentado à AMIA - reclamou um maior controle sobre a região e ofereceu a ajuda de Washington para tais fins<sup>79</sup>. Esse episódio renovou os esforços, sobretudo da Argentina - na figura de Carlos Corach -, que iniciou uma forte campanha diplomática com objetivo de aumentar o controle e vigilância sobre a Tríplice Fronteira com apoio direto dos EUA.

O *Patterns of Global Terrorism* do ano seguinte cita a liderança argentina nos esforços regionais para cooperação na área de segurança, especialmente em matéria de contraterrorismo, deixando claro, no entanto, que não houve avanços significativos no levantamento de provas relacionadas aos atentados da década de 1990 e reiterando as suspeitas em torno do envolvimento do grupo libanês Hizballah sob orientações iranianas<sup>80</sup>. Em novembro desse ano,

---

<sup>77</sup> PROTECCIÓN compartida para la triple frontera. **Clarín**, Buenos Aires, 08 mar. 1996. Disponível em: <<http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000cb03.htm>>. Acesso em 20 de março de 2016.

<sup>78</sup> Peru hosted the Inter-American Specialized Conference on Terrorism in Lima in April. Sponsored by the Organization of American States, the conference, which reflected heightened inter-American cooperation against terrorism, adopted the Declaration and Plan of Action, which strongly endorsed the characterization of terrorist acts, regardless of motivation, as common crimes rather than political offenses (PATTERNS OF GLOBAL TERRORISMO, EUA, 1996)

<sup>79</sup> PASQUINI, Gabriel. El triángulo de los fantasmas. **La Nación**, Buenos Aires, 19 out. 1997. Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=209372](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=209372)>. Acesso em: 29 de abril de 2016.

<sup>80</sup> The Argentine Government in 1997 continued its investigations into two devastating bombings against Jewish and Israeli targets in Buenos Aires: the bombing in July 1994 of the Argentine-Israeli Mutual Association (AMIA) building that killed 86 persons and injured hundreds more; and the attack on the Israeli Embassy in Buenos Aires in March 1992, in which 29 persons died. Neither probe resulted in any breakthroughs during the course of the year, but the Argentine Government devoted additional resources to the investigations and some new information has been generated. In August the Argentine Supreme Court appointed a special investigator to oversee the 1992 bombing case, and Interior Minister Carlos Corach created a new 80-man counterterrorist unit within the Argentine Federal Police to assist in the investigations. The Iranian-backed Lebanese Hizballah remains the primary suspect in both bombings (PATTERNS OF GLOBAL TERRORISM, EUA, 1997).

durante a II Reunião de Ministros do Interior do Mercosul, em Punta del Este, Argentina, Brasil e Paraguai já haviam acordado a criação de uma Unidade Especial de Trabalho para elaboração de um plano de segurança para a zona da tríplice fronteira. Nesse momento havia um clima de relativa tensão entre os três países devido às recentes declarações de Carlos Corach criticando, publicamente, o Brasil e o Paraguai por “não se empenharem o suficiente” (CORACH & BAIZAN, 2002, p. 104). De acordo com Curi (1997), é nesse contexto que o Ministro do Interior argentino articula a polêmica afirmação de que Ciudad del Este estava absolutamente “fora do controle do Estado”, tendo se convertido em um “santuário único de impunidade” para variadas formas de delito transnacional.

No mesmo período, a mídia argentina publicou uma série de reportagens levantando a hipótese de que os EUA estariam cogitando “descertificar” o Paraguai<sup>81</sup> – no âmbito dos mecanismos multilaterais de cooperação - se o país não tomasse medidas para diminuir o tráfico de drogas e de lavagem de dinheiro em Ciudad del Este<sup>82</sup>. Apesar de negar as especulações nesse sentido, a Secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, expressou para Corach a “inquietação” que o tráfico ilegal e a lavagem de dinheiro na Tríplice Fronteira geravam em Washington<sup>83</sup>. Em dezembro de 1997 a *Secretaría de Seguridad Interior* da Argentina organizou o I Congresso Internacional de Terrorismo, no qual foi sugerido à Assembleia Geral da OEA, a criação do Comitê Interamericano para o Terrorismo com o fim de coordenar as medidas de cooperação regional nessa temática (AMARAL, op., cit., p. 146). Nesse evento foram proferidos discursos que atentavam para a necessidade de atenção especial à região da Tríplice Fronteira devido à suposta “operação do terrorismo islâmico”<sup>84</sup>.

---

Argentina continued to take a leading role in promoting counterterrorism cooperation in the region in 1997. Interior Minister Corach pushed vigorously for stronger border controls and increased cooperation between local law enforcement services in the "triborder" region, where the boundaries of Argentina, Brazil, and Paraguay meet.

<sup>81</sup> Corach chegou a afirmar que Ciudad del Este estava absolutamente “fora do controle do Estado”, tendo sido criado um “santuário único de impunidade” para variadas formas de delito transnacional. CURI, Walter. Menem ordenó a Corach moderar sus denuncias. **Clarín**, Buenos Aires, 22 nov. 1997. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/1997/11/22/t-01201d.htm>>

<sup>82</sup> SANTOR, Daniel. Los EE UU amenazan con sancionar a Paraguay. **Clarín**, Buenos Aires, 19 dez. 1997. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/1997/12/19/i-03901d.htm>>. Acesso em: 13. abr. 2007. Poucos dias depois da veiculação da notícia especulativa, a Embaixada dos Estados Unidos em Assunção negou que o governo de Bill Clinton estivesse planejando uma possível “descertificação” do Paraguai, situação a qual somente a Colômbia era submetida.

<sup>83</sup> Anunciaron medidas para controlar la Triple Frontera. *La Nación*, Buenos Aires, 17 dez. 1997. Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=83352](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=83352)>. Acesso em: 13. abr. 2007.

<sup>84</sup> CAPPIELLO, Hernán. EE.UU. e Israel señalaron a Irán. **La Nación**, Buenos Aires, 04 dez. 1997. Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=82258](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=82258)>. Acesso em 12 de abril de 2016.

Em 1998, a utilização do termo “triborder area” já aparece no *Patterns of Global Terrorism* como a região entendida, quase que naturalmente, como a interseção de fronteiras entre Argentina, Brasil e Paraguai. Embora não seja destinado, ainda, uma seção específica para a região, é possível notar um direcionamento no sentido de consagração do nome próprio “Tríplice Fronteira” especialmente para essa região. É possível notar que o documento cita a preocupação dos países com atividades do “terrorismo islâmico” – uma abordagem mais generalizada do que a presente nos documentos dos anos anteriores que cita, de forma pontual, as preocupações com supostas atividades do grupo libanês Hizballah sob respaldo do governo iraniano – embora essas pontuações estejam presentes na seção destinada à Argentina, especificamente. O documento dispõe das seguintes informações:

In the triborder area, Argentina, Brazil, and Paraguay consolidated efforts to stem the illicit activities of individuals linked to Islamic terrorist groups. The three countries consulted closely on enforcement efforts and actively promoted regional counterterrorist cooperation. The Government of Argentina hosted an Organization of American States conference on terrorism and gained the participants' commitment to form a regional commission on counterterrorist initiatives. **Argentina:** Investigations continued into the two devastating bombings against Jewish and Israeli targets in Buenos Aires (...) Argentine authorities questioned two possible key informants in the attacks. The Iranian Government expelled the Argentine commercial attache from Tehran in early 1998 in response to growing criticism in Argentina about a possible official Iranian role in the attacks. The Argentine Government responded by asking Tehran to reduce the number of diplomats in its mission in Buenos Aires to one, the number of official Argentines left in Iran. The judge responsible for the AMIA investigation interviewed Iranian defectors in Western Europe and the United States who claimed to have knowledge about the bombing. He also charged an Argentine citizen with providing the stolen vehicle used in the bombing. Several former Buenos Aires provincial police officials remain in custody for their role in supplying the vehicle (PATTERNS OF GLOBAL TERRORISM, EUA, 1998).

O envolvimento dos EUA nos assuntos referentes à Tríplice Fronteira se dava, principalmente, por meio de suporte técnico, apoio financeiro, intercâmbio de informações de inteligência e fornecimento de equipamentos para efetiva implementação do plano de segurança<sup>85</sup>. Os discursos do Ministro do Interior argentino demandavam cada vez mais o envolvimento da superpotência nas questões relacionadas à segurança regional. Corach chegou a pontuar que “a segurança das áreas críticas como da Tríplice fronteira é um problema não só do Brasil, Paraguai e Argentina, mas sim um problema que merece a atenção continental”<sup>86</sup>.

---

<sup>85</sup> BARON, Ana. Corach logró avances por la seguridad en la Triple Frontera. **Clarín**, Buenos Aires, 25 fev. 1998a. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/1998/02/25/t-02201d.htm>>. Acesso em: 18 de março de 2016.

<sup>86</sup> RAYMONT, Henry. Cuestionan a Corach en los Estados Unidos. **La Nación**, Buenos Aires, 03 mar. 1998.

Dessa maneira, os discursos do governo argentino desenhavam a região como constante fonte de uma ameaça iminente cuja responsabilidade da segurança ia além dos governos locais, adquirindo uma dimensão hemisférica. De acordo com Amaral (2010, p. 149-150):

Em certo sentido, o movimento discursivo operado pelo governo argentino visava constituir a Tríplice fronteira como um espaço de risco iminente, a partir de onde a ameaça terrorista poderia transbordar para todos os demais países do hemisfério ocidental. Tentou-se, assim, fazer com que prevalecesse uma nova representação sobre a região, buscando trazer para a esfera regional e interamericana uma dinâmica de segurança que, inicialmente, se limitava ao âmbito trilateral. A Argentina estava claramente disposta a apresentar-se como um interlocutor mais próximo que Brasil e Paraguai ante os olhos norte-americanos, conformando, assim um polo bastante sólido de articulação com os Estados Unidos em questões de segurança regional.

A aproximação entre Buenos Aires e Washington se tornou cada vez mais estreita tendo em vista os interesses deste último na participação ativa das políticas de segurança da região que, para Barry McCaffrey - general norte-americano conhecido como “czar” do combate às drogas – consistia na “área que mais preocupava Washington no Cone Sul”<sup>87</sup>. Ao mesmo tempo, para a Argentina, a Tríplice Fronteira consistia no ponto mais fraco de suas defesas contra um possível atentado (AMARAL, op., cit., p. 150) e o combate aos ilícitos transnacionais como contrabando, tráfico de drogas e armas e lavagem de dinheiro, representaria, de acordo com esses governos, um golpe à base de sustentação financeira das supostas organizações terroristas que atuavam na região.

Em fevereiro de 1998, as pressões norte-americanas sobre a região ganharam ainda mais força, dessa vez contra o Paraguai. Os EUA retiraram a certificação plena do país, substituindo-a por uma certificação “condicionada” sob o argumento de que o governo paraguaio não teria se mostrado suficientemente disposto a combater o tráfico de drogas em Ciudad del Este. Tal certificação não previa penalidades Paraguai e consistia, sobretudo, numa forma de “alertar” o governo de Juan Carlos Wasmosy sobre futuras consequências caso o país não cooperasse com o controle da Tríplice Fronteira (AMARAL, op. cit., p. 150). Em abril desse mesmo ano, uma delegação de oito deputados norte-americanos, liderados por Benjamin Gilman, visitou a Argentina para inteirar-se sobre o Plano Geral de Segurança para a Tríplice Fronteira - assinado

---

Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=89433](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=89433)>. Acesso em 22 de outubro de 2016.

<sup>87</sup> ELÍAS, Jorge. Mayor apoyo de los EE.UU. al control en la Triple Frontera. **La Nación**, Buenos Aires, 24 fev. 1998. Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=88779](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=88779)>. Acesso em: 13. abr. 2007.

em fevereiro pelos países fronteiriços -, e avaliar possíveis mecanismos de cooperação financeira do Congresso dos EUA<sup>88</sup> com o recém-criado projeto antiterrorista<sup>89</sup>. Antes de chegar à Buenos Aires, a comitiva visitou a Tríplice Fronteira e Gilmar teria tornado pública sua preocupação sobre a região ao afirmar ao presidente Menem: “Diga-nos o que necessitam e nós providenciaremos. Não tínhamos ideia de que existia essa bomba relógio no coração do hemisfério” (LA NACIÓN, “EE.UU financiará la lucha terrorista”, tradução nossa)<sup>90</sup>.

As visitas de autoridades norte-americanas à região continuaram após o retorno da comitiva liderada por Gilman. Em maio de 1998, o Diretor do FBI, Louis Freeh, em visita à Argentina, declarou que “a zona [da Tríplice Fronteira] representa não só uma ameaça de violência, mas uma ameaça terrorista”<sup>91</sup>. O Diretor do FBI também demonstrou preocupação com a atuação local do crime organizado e sugeriu que a experiência de coordenação policial na área de fronteiras poderia servir como um “embrião de uma força continental de combate ao crime organizado, nos moldes da Europol” (AMARAL, op. cit., p. 151). Freeh seguiu da Argentina para o Brasil, onde reiterou os discursos proferidos sobre a Tríplice Fronteira e afirmou dispor de “informações que levam a crer que grupos do Hizballah tem o potencial de levar a diante atividades terroristas e têm uma rede de apoio na área” da Tríplice Fronteira (Ibid.) Alguns meses depois, o juiz argentino encarregado da apuração do caso AMIA, Juan José Galeano, emitiu uma ordem de captura internacional para Mohsen Rabbani – adido cultural iraniano na época do atentado. Esse episódio instaurou uma profunda crise diplomática entre a Casa Rosada e o governo do Irã.

Em novembro de 1998 foi realizada, em Mar del Plata, na Argentina, a II Conferência Interamericana de Luta Contra o Terrorismo, da OEA, na qual foi assinado o Compromisso de Mar del Plata, por meio do qual foi criado o Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE). O coordenador de contraterrorismo do Departamento de Estado norte-americano, Christopher W. S. Ross, presente no evento, reiterou as preocupações de seu país com o avanço

---

<sup>88</sup> De acordo com as informações do periódico argentino, La Nación, fontes governamentais, na época, estimavam uma ajuda financeira entre 10 e 20 milhões de dólares. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/93027-eeuu-financiara-la-lucha-antiterrorista> Acesso em 02/01/2017.

<sup>89</sup> A delegação norte-americana era composta, ainda, pelos democratas Gary Ackerman, Bob Clement, Pat Danner, Eni Faleomavaega e Carolyn Maloney e pelos republicanos Cass Ballenger e Mark Sanford Jr e estava acompanhada por diversos especialistas em temas de terrorismo e narcotráfico (AMARAL, 2010, p. 150)

<sup>90</sup> EE.UU Financiará La Lucha Antiterrorista. La Nación, Buenos Aires 09 de Abril de 1998. Disponível em: [http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=93027](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=93027) Acesso em 02 de janeiro de 2017.

<sup>91</sup> RESPALDÓ Freeh al juez Galeano. **La Nación**, Buenos Aires, 13 mai. 1998. Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=96455](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=96455)>. Acesso em: 14 de junho de 2016.

do terrorismo na América Latina<sup>92</sup>. De acordo com as informações apuradas por Amaral (2010, p. 152), reunião de Mar del Plata se deu em condições de tensão entre Brasil e Argentina, após os protestos desse último devido à não extradição, por parte do Brasil, de Wilson Roberto dos Santos, um cidadão brasileiro considerado testemunha chave do caso AMIA por supostamente ter obtido informações prévias sobre o atentado<sup>93</sup>. O Brasil, por sua vez, retrucou as afirmações de Carlos Corach à imprensa, afirmando que não havia quaisquer pedidos formais de extradição, apenas requisições para localizar Wilson dos Santos<sup>94</sup>. Na época, o Ministro da Justiça brasileiro, Renan Calheiros, foi categórico ao rechaçar as declarações argentinas, argumentando que “não é admissível que o insucesso dos esforços argentinos para encontrar os culpados resvale para hipóteses fantasiosas ou teses conspiratórias”<sup>95</sup>

Amaral (2010, p. 155) faz uma análise perspicaz acerca das diferentes construções discursivas que começaram a ficar cada vez mais delineadas a partir de 1998, sobretudo após a II Conferência da OEA, protagonizadas pelos Estados Nacionais envolvidos na situação em escrutínio.

Neste momento eram delineadas com maior nitidez as posições dos governos de Brasil, Argentina, Paraguai e Estados Unidos em torno da questão da Tríplice Fronteira, ou seja, começavam a ser expressadas de forma mais clara as diferentes representações discursivas que estes atores buscariam atribuir a tal espaço transfronteiriço. O governo argentino se destacava como o principal interessado em securitizar a Tríplice Fronteira, associando a região ao atentado na AMIA, em cujas investigações o nexo internacional era cada vez mais ressaltado em detrimento da chamada conexão local. Os Estados Unidos surgiam então como um ator secundário, apoiando a tese argentina e incentivando de forma cautelosa o movimento de securitização protagonizado por Buenos Aires. O Paraguai era trágico contra sua vontade para este debate por causa de Ciudad del Este, o segundo mais importante pólo econômico do país que – caracterizado pelo comércio informal, quando não ilegal – passou

---

<sup>92</sup> DIAS, Maurício Santana. Tríplice Fronteira preocupa os EUA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 nov. 1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft25119804.htm>>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

<sup>93</sup> Semanas antes do ataque à AMIA, Wilson dos Santos havia procurado os consulados de Brasil, Argentina e Israel em Milão (Itália) para alertar sobre o futuro atentado em Buenos Aires. Após a explosão Santos prestou depoimento à polícia argentina, dizendo que Nasrim Mohtari, uma mulher iraniana com quem mantivera relações sentimentais, teria lhe informado detalhes do suposto plano de atentado. Dias depois, quando teria de ratificar o depoimento perante o juiz Juan José Galeano, o brasileiro alegou que havia mentido “por medo” e acabou sendo então processado por falso testemunho. Posteriormente, teve a prisão relaxada e voltou para o Brasil, quando desapareceu desde o final de novembro de 1994 até ser reencontrado em 1998 (MELLO & KANENGUISER, 1998; BRENER, 1999).

<sup>94</sup> GAZIR, Augusto. Argentina volta a cobrar Brasil no caso Amia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 set. 1998a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft25099803.htm>>. Acesso em 18 de outubro de 2016

<sup>95</sup> MELLO, Rachel; KANENGUISER, Martín. Desculpa esfarrapada. **Isto É**, São Paulo, 30 set. 1998. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/internac/151336.htm>>. Acesso em 23 de abril 2016

a sofrer com os maiores controles e com a conseqüente redução do “turismo de compra”. Em caráter extra-oficial, o Brasil via a tentativa de vincular os ataques à AMIA com a Tríplice Fronteira – e a conseqüente securitização da fronteira conjunta – como uma forma encontrada pelas autoridades argentinas para compartilhar o ônus político e a responsabilidade por não ter conseguido avançar nas investigações sobre o atentado (...). Alternativamente, o governo brasileiro via como problemática a presença de diversas práticas ilícitas transnacionais – tais como a lavagem de dinheiro, o contrabando, o tráfico de drogas e de armas – mas reiterava com firmeza que não haviam sido detectadas quaisquer atividades de elementos terroristas na região. Para o Brasil, a Tríplice Fronteira era uma questão, não um problema; era um foco de atenção, não um motivo de alarme; era uma zona do crime organizado transnacional, não um “santuário” do terrorismo internacional. Estas posturas foram marcadas com mais intensidade da reunião de Mar del Plata do que em ocasiões anteriores devido, em grande medida, à insatisfação argentina com arranjos institucionais anteriores. O acordo para a criação do Comando Tripartite, por exemplo, não havia enfatizado o problema do terrorismo (desejava a delegação argentina), de certa forma diluindo o tema em meio a diversos outros ilícitos transnacionais (GAZIR, 1998c). A Argentina pressionaria então pela relação automática entre a presença destes ilícitos e a existência do terrorismo, enquanto o Brasil viria a manter sua postura de dissociação entre as duas pautas, requisitando a apresentação de provas que fundamentasse as acusações contra a comunidade da área: “Qual é a lógica de que um lugar onde há lavagem de dinheiro, narcotráfico, pistas de pouso ilegais, contrabando, falsificação de documentos e patentes não ter atividade terrorista?”, indagava Carlos Corach, o Ministro do Interior argentino; “Não há nenhum indicativo de terrorismo [na Tríplice Fronteira], apesar de todas as investigações brasileiras. O FBI disse que tinha informações, mas não apresentou dados pontuais”, respondia prontamente Renan Calheiros, Ministro da Justiça brasileiro.

De acordo com o autor, duas representações discursivas em torno do espaço transfronteiriço disputavam a prerrogativa de estabelecer “a verdade” sobre a Tríplice Fronteira:

Configurava-se uma disputa entre duas perspectivas diferentes (1) sobre a forma de definir os problemas da região e (2) sobre as medidas que poderiam/deveriam ser adotadas para a eles se contrapor. A disputa em torno do nexos crime-terror também contaria com a participação dos Estados Unidos, alinhado à visão argentina do problema (...). Diante do insucesso em comprovar a presença de terroristas atuando diretamente na Tríplice Fronteira, o combate ao financiamento das atividades relacionadas ao terrorismo se tornou paulatinamente uma pauta alternativa capaz de manter a vigilância sobre a região. Assim, mesmo que não tenham sido apresentadas provas cabais da efetiva atuação de agentes do terrorismo internacional na área, esta nova agenda de segurança para a região tornou possível manter a zona como uma prioridade para os governos regionais (AMARAL, 2010, p. 156).

Em 1999 começam as primeiras narrativas que sugerem a presença de membros da Al-Qaeda e até mesmo do dissidente saudita, Osama Bin Laden, na Tríplice Fronteira, sobretudo devido a relatórios da SIDE que chegaram ao conhecimento da imprensa argentina. Tais especulações se baseavam na premissa de que Bin Laden e sua organização teriam ganhado espaço “perante certo retrocesso do Irã na importante comunidade de origem árabe da Tríplice Fronteira, devido à presença de um presidente moderado, Mohamed Jatami, frente ao governo

teocrático iraniano”<sup>96</sup>. Esse tipo de especulação deixa claro a total - e é possível indagar se proposital – demonstração de falta de coerência e ética na análise das complexas realidades políticas, étnicas e religiosas dos povos oriundos do Oriente Médio. É possível, igualmente, apontar a evidente utilização de determinantes culturais e religiosas para indicar vínculos com atividades terroristas, sem necessidade de provas materiais ou o mínimo de coerência de arguição. Amaral (2010, p. 157) argumenta que esse tipo de raciocínio, pouco coerente, só é possível a partir da estigmatização que criou as bases para a constante securitização da região:

As representações discursivas que descreviam a Tríplice Fronteira como local do terrorismo na América do Sul chegavam ao ponto de induzir o raciocínio (bastante criticável) de que a comunidade árabe da região apoiaria quaisquer formas de “radicalismos”, independente de que vertente político-religiosa partisse. O estereótipo negativo sobre a zona fronteiriça havia se tornado naturalizado a tal ponto que, mesmo diante de conjunturas políticas menos tensas, se tornara impossível às certas autoridades e à imprensa pensar a Tríplice Fronteira sem se referir a questões de segurança e sugerir a presença de alguma forma de ameaça. Mesmo havendo este distanciamento dos inimigos tradicionais, buscariam/surgiriam novos antagonistas que justificassem o constante monitoramento da região e mantivessem ativo o senso de urgência que fora iniciado nos anos anteriores.

Uma breve análise do *Patterns of Global Terrorism* referente ao ano de 1999<sup>97</sup> nos permite afirmar que houve, definitivamente, um posicionamento mais incisivo do governo dos EUA em relação à narrativa adotada para a representação da região. Pela primeira vez, esse documento - que a partir de 2004 é renomeado *Country Reports on Terrorism* – dedica uma seção exclusiva à “*Triborder Region: Argentina, Brazil and Paraguay*”. Até então, as seções do *Latin American Overview* eram reservadas, apenas, aos Estados Nacionais da América Latina. Dessa maneira, a região da Tríplice fronteira ganha um status de pauta independente, se tornando um ponto focal para o “extremismo islâmico na América Latina”. Embora consista, apenas, em um parágrafo, o relatório deixa claro que a região entra no mapa antiterror norte-americano sob as acusações, precisamente, acerca da suposta atuação de organizações extremistas islâmicas:

**Triborder Region: Argentina, Brazil and Paraguay**

In 1999 the Governments of Argentina, Brazil, and Paraguay consolidated efforts to stem the illicit activities of individuals linked to Islamist terrorist groups in the triborder region and continued to cooperate actively in promoting regional counterterrorist efforts. Despite some

---

<sup>96</sup> SANTORO, Daniel. Triple Frontera: investigan a terroristas de Bin Laden. *Clarín*, Buenos Aires, 18 jul. 1999. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/1999/07/18/t-00501d.htm>>. Acesso 18 de novembro de 2016.

<sup>97</sup> Disponível em: [https://fas.org/irp/threat/terror\\_99/latin.html](https://fas.org/irp/threat/terror_99/latin.html) Acesso em 04 de janeiro de 2017.

success, however, *the triborder remained the focal point for Islamist extremism in Latin America* (PATTERNS OF GLOBAL TERRORISM, EUA, 1999, grifo nosso)

Cumpramos apontar que o relatório, claramente, adota a narrativa em torno da presença de “terroristas islâmicos” em detrimento das observações precisas acerca do *Hizballah* e do governo iraniano, muito embora o primeiro ainda seja citado, pontualmente, no trecho disposto na seção referente à Argentina, destinado à informação acerca do mandado de prisão expedido por esse governo para o então líder do *Hizballah*, Imad Mughniyah<sup>98</sup>. Outro ponto cujo levantamento se faz necessário é que, muito embora o *Hizballah* seja um parceiro do Irã e da Síria - considerando as divisões que permearam o Líbano durante a guerra civil e diante da ocupação israelense do sul do país -, a constante referência do *Hizballah* como um braço armado servente do governo iraniano é demasiado simplista. Conforme evidenciado no segundo capítulo desse trabalho, o *Hizballah* tem objetivos próprios e declarados que se referem, sobretudo, à situação libanesa, num primeiro momento, no que se refere ao cenário de ocupação estrangeira e, num segundo momento, à necessidade de inserção no sistema político nacional e a necessidade de sua reformulação, tendo em vista a estrutura de inequidade que permeia a forma como este está desenhado.

O relatório supracitado, em termos gerais, traz as seguintes observações acerca da região –, além da seção recém-inserida, destinada, unicamente, à Tríplice fronteira.

Although much of Latin America continued to be free from terrorist attacks, Colombia, Peru, and the triborder region experienced terrorist activity (...). In a development in the investigation of the bombing in 1992 of the Israeli Embassy, the Supreme Court of Argentina released in May a report identifying the cause as a car bomb and issued an international arrest warrant for Hizballah terrorist leader Imad Mughniyah. Argentine authorities similarly brought charges against all suspects being held in connection with the bombing of the

---

<sup>98</sup> Mughniyah foi morto na noite de 12 de fevereiro de 2008 quando seu carro foi explodido nas ruas de Damasco, capital da Síria. O *Hizballah* culpou o Mossad israelense pela morte do militante, considerado até então um dos principais comandantes militares do grupo. Mughniyah estava na lista norte-americana de terroristas mais procurados. Ganhou notoriedade quando foi acusado pelos Estados Unidos de planejar e executar atentados de grandes proporções contra o país, como os ataques a bomba contra a Embaixada norte-americana e um post-militar de Fuzileiros Navais (Marines) dos Estados Unidos em Beirute no ano de 1983. Além disso, Mughniyah também estaria envolvido com a morte do William Buckley, quem chefiava a repartição libanesa da CIA, em 1984. Por sua vez, a justiça argentina o acusava de participação direta no atentado contra a AMIA, em 1994. Sua morte gerou preocupação das autoridades de Buenos Aires, que temiam que o *Hizballah* pudesse estar planejando um novo ataque contra solo argentino, como uma forma de retaliação pela morte de seu líder. Até hoje, contudo, não foram detectados quaisquer indicativos neste sentido (RISEN, 2008; EGLASH, 2008, STRATFOR, 2008).

Argentine-Israeli Community Center (AMIA) in 1994. Argentina, Brazil, and Paraguay consolidated efforts to stem the illicit activities of individuals linked to Islamist terrorist groups in the triborder region and cooperated in promoting regional counterterrorist efforts. Argentina led efforts to create the Inter-American Committee on Counterterrorism within the Organization of American States (OAS). Investigations continued into the bombing of the Israeli Embassy in 1992 and the terrorist attack against the Argentine-Israeli Community Center (AMIA) in 1994, both in Buenos Aires. In May the Argentine Supreme Court released a report concluding that the attack on the Israeli Embassy was a car bomb and issued an international arrest warrant for Hizballah terrorist leader Imad Mughniyah. The investigating judge in the AMIA case determined in February that there was insufficient evidence to continue holding an Iranian woman for possible complicity in the bombing. In July, Argentine authorities brought charges against all suspects then held in connection with the bombing, but at yearend the trials had yet to begin. The Argentine Government was one of the primary motivators in the creation of the Inter-American Committee on Counterterrorism within the Organization of American States.

Nesse momento, é possível afirmar que as especulações do governo norte-americano – o agente securitizador de maior peso nesse contexto, tendo em vista a legitimidade e poder de influência imbuídos na força política e militar desse país no cenário internacional – eram reiteradas, sobretudo pelo governo argentino, que, recorrentemente, trazia à baila novos elementos que reforçavam as especulações acerca da suposta atividade de terroristas na Tríplice Fronteira e que atraíram, por sua vez, recursos financeiros norte-americanos para realização de “medidas de combate ao terrorismo” numa perspectiva multilateral. O governo paraguaio, por sua vez, era cada vez mais pressionado - sobretudo pelo governo americano, inclusive por meio de ameaças de sanções -, a tomar medidas em consonância com o Plano de Ação acordado pelos países em escrutínio. O Brasil, embora mantivesse o apoio institucional aos planos de segurança regional, reiterava a inexistência de comprovação de atividades terroristas na região e denunciava os discursos hegemônicos que criminalizavam as comunidades árabes muçulmanas da Tríplice Fronteira. Cumpre apontar que esse era o posicionamento do Ministério das Relações Exteriores e que há muitas incongruências com a manifestação de órgãos internos de segurança, como, por exemplo, a Polícia Federal.

A virada do milênio foi marcada por uma denúncia do governo paraguaio, acerca da existência de um “plano de fundamentalistas islâmicos [com base na Tríplice Fronteira] para realizar atentados terroristas simultâneos em Ciudad del Este, Buenos Aires [e Ottawa, no Canadá]”<sup>99</sup>. Conforme reportagem publicada no jornal argentino, *La Nación*, em 24 de dezembro de 1999, o governo americano, depois do alerta dado pela polícia paraguaia, divulgou um alerta “mundial” aos governos aliados, para reforço da segurança, diante das suspeitas levantadas.

---

<sup>99</sup> Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/166069-alerta-en-el-pais-y-en-el-mundo> Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

No ano de 2000, ao passo que as tropas israelenses se retiravam do sul do Líbano, colocando fim à ocupação que já durava quase vinte anos, eclodia, nos territórios ocupados da Palestina, a Segunda Intifada<sup>100</sup> e surgia no cenário do Oriente Médio a organização de resistência islâmica sunita denominada *Hamas*. Esse novo ator no Oriente Médio foi transposto para a realidade da Tríplice Fronteira e foram levantadas suspeitas acerca da presença desse grupo na região (AMARAL, 2010, p.160). No *Patterns of Global Terrorism*, de 2000, já é possível perceber tendências que se tornarão ainda mais fortes após os atentados de 11 de setembro e o recrudescimento dos discursos em favor da securitização da região. Nesse relatório, as ações do governo paraguaio já se mostram totalmente incisivas em termos de “colaboração” no combate ao terrorismo por meio da perseguição de comerciantes muçulmanos e acusação de crimes que nada tem a ver com envolvimento em episódios de violência política. Na seção especialmente destinada à Tríplice Fronteira – nesse relatório, não há uma seção dedicada à Argentina, como nos anos anteriores, e as observações acerca da segurança nesse país estão dentro da seção dedicada à Tríplice Fronteira”:

In 2000, the triborder region of South America--where the borders of Argentina, Brazil, and Paraguay meet--remained a focal point for Islamic extremism in Latin America, but no acts of international terrorism occurred in any of the three countries. The Governments of Argentina, Brazil, and Paraguay continued efforts to stem criminal activities of individuals linked to international Islamic terrorist groups, but limited resources, porous borders, and corruption remained obstacles. Paraguayan authorities in February arrested Ali Khalil Mehri, a Lebanese businessman having financial links to Hizballah, for violating intellectual property rights laws and aiding a criminal enterprise involved in distributing CDs espousing Hizballah's extremist ideals. He fled the country in June after faulty judicial procedures allowed his release. In November, Paraguayan authorities arrested Salah Abdul Karim Yassine, a Palestinian who allegedly threatened to bomb the US and Israeli Embassies in Asuncion, and charged him with possession of false documents and entering the country illegally. Yassine remained in prison at year's end. Paraguayan counternarcotics police in October also arrested an individual believed to be representing the FARC for possible involvement in a guns-for-cocaine ring between Paraguay and the Colombian terrorist group. Despite these successes, an ineffective judicial system and pervasive corruption, which facilitate criminal activity supporting terrorist groups, hampered counterterrorism efforts in Paraguay.

Muitos comerciantes muçulmanos no Paraguai começaram a ser perseguidos e acusados de crimes que nada tem a ver com terrorismo, como uma estratégia institucional de pressionar

---

<sup>100</sup> Também denominada Intifada de Al-Aqsa. O movimento de levante do povo palestino teve início em setembro de 2000, quando o primeiro ministro israelense, Ariel Sharon, caminhou nas cercanias da mesquita Al-Aqsa durante visita à Explanada das Mesquitas – considerado o local mais sagrado de Jerusalém, tanto para os muçulmanos, quanto para os judeus, que o denominam “Monte do Templo”.

a comunidade na região – e, conseqüentemente, demonstrar à potência hemisférica que o país está comprometido com a garantia da segurança na Tríplice Fronteira. No documento supracitado, há menção à cópia e distribuição – ilegal - de CDs que, em tese, divulgariam a “ideologia extremista do *Hizballah*”. Os CDs nada mais eram que a comemoração libanesa do dia da Resistência e Libertação do Sul do Líbano. A comunidade libanesa da região estava tendo sua identidade atacada, uma vez que a celebração da resistência à ocupação estrangeira – uma manifestação cultural extremamente significativa - estava sendo passível de punição legal pelo Estado paraguaio. Diante da não existência da tipificação de crime de terrorismo, nesse momento, e, tampouco, de provas concretas de que membros da comunidade enviam recursos financeiros ao *Hizballah*, a maneira que esse Estado encontrou de mostrar aderência às políticas antiterror almejadas pelo governo norte-americano foi perpetrando acusações referentes a crimes de falsificação e evasão de divisas que, nesse caso, tampouco lograram êxito.

Foi nesse período também que ganharam força as representações da região no meio acadêmico. Um dos primeiros especialistas a pontuar a questão da segurança na região foi Bruce Hoffman, cujo discurso reforça a criminalização da região, reiterando a falta de controles estatais como principal fator de favorecimento para a ação de “terroristas”. De acordo com o pesquisador “a falta de proteção na Tríplice Fronteira, as atividades do contrabando e do narcotráfico, somadas ao incremento de centros religiosos judeus durante a década de noventa converteram a Argentina em um campo de prática do terrorismo”<sup>101</sup>. Esse tipo de discurso reforça a visão que permeia a maior parte das representações sobre a região, unindo os discursos de falta de controles estatais à estigmatização de comunidades árabes muçulmanas como fonte de terror.

Nesse mesmo período, o especialista em crimes financeiros internacionais, Jeffrey Robinson (2000) afirma que os crimes transnacionais se multiplicam na região devido à falta de controles estatais e faz uma descrição bastante estigmatizada da região:

O ânus da Terra está localizado na selva no lado paraguaio do Rio Paraná – um segundo lar para cartéis sul-americanos, tríades chinesas, a Yakusa japonesa, gângsteres italianos, gângsteres russos, gângsteres nigerianos e terroristas do *Hizballah* – e é chamado de Ciudad del Este. Uma cidade de duzentas mil prostitutas, putas, marginais, revolucionários, capangas, traficantes de drogas, viciados,

---

<sup>101</sup> LARRONDO, Ricardo. "La Argentina es un campo de práctica del terrorismo". *La Nación*, Buenos Aires, 27 out. 2000. Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=38518](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=38518)>. Acesso em 22 de novembro de 2016.

assassinos, chantagistas, piratas, bandidos, extorsionários, contrabandistas, matadores de aluguel, cafetões e impostores, ela [a cidade] foi criada pelo ex-ditador paraguaio, Alfredo Stroessner (ROBINSON, 2000, p. 13)

Dessa maneira, é possível afirmar que, às vésperas dos atentados de 11 de setembro, a Tríplice Fronteira era, discursivamente, representada pelo governo norte-americano como uma “área de alta preocupação”, justificada pela ineficiente presença do Estado em matéria de segurança e pela presença de comunidades imigrantes árabes muçulmanas, sobretudo, a parcela xiita oriunda do Vale do Bekaa – região do sul do Líbano sob forte influência do *Hizballah*. O governo norte-americano entendia que o supervisionamento da região e o estabelecimento de acordos de cooperação em matéria de segurança era fundamental para a garantia da segurança dos próprios EUA, dos cidadãos americanos vivendo nos países latino-americanos e dos interesses das corporações norte-americanas atuando na região. Ao mesmo tempo, com as eleições na Argentina e a consequente substituição de Ministro de Interior, Carlos Corach - cujo empenho na construção da suposta ameaça terrorista é indiscutível -, as acusações que circundavam a região foram, temporariamente, amenizadas.

Os ataques perpetrados contra o *World Trade Centre* e contra o Pentágono, no entanto, fizeram com que as acusações que pairavam sobre a Tríplice Fronteira voltassem à tona, com toda força. Imediatamente após os atentados, o governo argentino incrementou o controle sobre a cidade de Puerto Iguazu, o governo paraguaio, por meio de seu chanceler, José Moreno Rufinelli, anunciou que estavam suspensas, temporariamente, a concessão de vistos de permanência para estrangeiros e que as brigadas de antiterrorismo do exército se posicionariam em todo o departamento do Alto Paraná. O Brasil, por sua vez, conforme informações fornecidas pelo general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, mobilizou agentes da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) na área e reforçou a segurança em aeroportos (AMARAL, 2010, p. 165). No âmbito multilateral, um comando tripartite de agentes de inteligência e oficiais de forças policiais dos países fronteiriços mantiveram reuniões constantes ao longo das primeiras 48 horas após os atentados com objetivo de coordenar as medidas de segurança que seriam postas em prática na Tríplice Fronteira<sup>102</sup>.

---

<sup>102</sup> CAPPIELLO, Hernán. La Argentina, Brasil y Paraguay vigilan juntos la Triple Frontera. **La Nación**, Buenos Aires, 14 set. 2001a. Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=335124](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=335124)>. Acesso em 18 de outubro de 2016.

Em 13 de setembro, o embaixador norte-americano em Assunção, David Greenlee, foi instruído a pedir uma reunião de emergência com os países do Cone Sul a fim de manifestar a preocupação dos Estados Unidos com a possível presença de “extremistas islâmicos” na região das três fronteiras<sup>103</sup>. Em 17 de setembro, cerca de 40 agentes da CIA e membros do Centro de Contraterrorismo do FBI desembarcaram na pista de pouso de Mariscal Estigarribia, no Chaco paraguaio e, juntamente com autoridades paraguaias, partiram para Assunção em busca de dezesseis indivíduos acusados de terem comprado documentos falsos no consulado paraguaio em Miami e eram considerados suspeitos de participarem nos ataques de 11 de setembro (AMARAL, 2010, p. 166).

Conforme reportagem publicada por José Casado (2007), no jornal O Globo, “nas 48 horas seguintes, Ciudad del Este foi convulsionada: grupos de homens mascarados e armados com fuzis invadiram hotéis, lojas e casas prendendo dezenas de pessoas na margem paraguaia do rio Paraná”<sup>104</sup>. Dentre os dezesseis detidos e, posteriormente, interrogados, três foram classificados como integrantes de grupos considerados terroristas pelos Estados Unidos, conforme informações fornecidas pelo Ministro do Interior paraguaio. Mais uma vez é possível perceber a tendência, cada vez mais reforçada, do governo paraguaio em atender as demandas norte-americanas de “caça aos supostos terroristas” em seu território, sem que seja priorizado o entendimento soberano do Paraguai em relação à classificação de organizações terroristas e tampouco respeitados os direitos civis dos cidadãos paraguaios – ou residentes no Paraguai - de origem árabe-muçulmana.

O governo brasileiro, poucos dias após os atentados, por sugestão do chanceler Celso Lafer, propôs aos membros da OEA<sup>105</sup> a invocação imediata do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)<sup>106</sup>. Inicialmente houve resistência por parte do presidente mexicano Vicente Fox – que uma semana antes dos atentados, havia informado, no final de uma visita à Washington, que seu país estava prestes a anunciar sua saída do Tratado do Rio e

---

<sup>103</sup> MASCHIO, José; SOARES, Ronaldo. Segurança é reforçada na região da Tríplíce Fronteira. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 set. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj1409200109.htm>>. Acesso em 13. abr. 2007.

<sup>104</sup> CASADO, José. CIA e FBI lideraram operação de caça a suspeitos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 de março de 2007, *O Mundo*, p. 38.

<sup>105</sup> A proposta foi feita no âmbito da OEA, no entanto, não são todos os países da OEA que fazem parte do Grupo do Rio – que compõe os signatários do TIAR.

<sup>106</sup> O TIAR foi assinado em 1947, no contexto do início da Guerra Fria e determina que “um ataque armado contra um Estado americano será considerado como um ataque a todos os Estados americanos e, como consequência, cada uma das partes contratantes se compromete a ajudar e participar na resposta, em exercício da legítima defesa individual e coletiva”. O tratado também ressalta que caso a “soberania” ou a “independência” de qualquer Estado seja afetada, os países do continente se reunirão para decidir quais medidas serão tomadas”.

almejava convocar os governos da região para uma reunião, na Cidade do México, com objetivo de iniciar uma discussão sobre um novo mecanismo regional de segurança<sup>107</sup> - e do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, cujas desaprovações acerca da política externa de George W. Bush eram públicas. No entanto, ambos acabaram acatando a invocação do mecanismo de defesa coletiva da década de 1940.

A primeira manifestação formal do governo norte-americano, após o 11 de setembro, em relação à Tríplice Fronteira, aconteceu por meio da Conselheira de Segurança Internacional de Bush, Condoleezza Rice. De acordo com a notícia publicada no jornal *Clarín*, em uma reunião no dia 20 de setembro, em Washington, com o chanceler argentino, Adalberto Rodríguez Giavarini, Rice formalizou o pedido para que os três países – em especial o Paraguai de Luiz Gonzáles Macchi – intensificassem o controle da região fronteiriça<sup>108</sup>. Ainda de acordo com as informações dispostas na reportagem:

Los Estados Unidos formalizaron ayer su pedido para que se **intensifiquen los controles** en la Triple Frontera. Esto es, que se refuerce la militarización en las ciudades de Puerto Iguazú, Foz de Iguazú y Ciudad del Este, posible refugio de células terroristas "dormidas". El tema fue planteado ayer por la asesora de Seguridad Nacional estadounidense, Condoleezza Rice, durante una reunión que mantuvo en Washington con el canciller Adalberto Rodríguez Giavarini. Y el canciller **estuvo de acuerdo** en la necesidad de hacer algo más de lo que se hizo hasta ahora en la zona desde hace años bajo sospecha. Por eso, allí mismo, Giavarini le adelantó que en los próximos días los ministros del Interior de Paraguay, Brasil y la Argentina se reunirán para poner en marcha **nuevas medidas de seguridad y coordinación** antiterroristas. Y también se comprometió a que el tema **sea abordado por los presidentes** de los tres países en las próximas horas. La propuesta argentina, tal como adelantó Clarín en su edición de ayer, sería la creación de un comando conjunto de seguridad en la región, integrado por fuerzas policiales y de inteligencia. Una idea que, según el gobierno paraguayo, habría sido impulsada por el propio Fernando de la Rúa. Incluso, la posibilidad de que Estados Unidos **solicite participar directamente en el control de la zona** volvió a rondar ayer entre los diplomáticos argentinos en Washington. De hecho la CIA siguió hasta allí hace unos años una pista que prometía llevarlos hasta el escondite de Bin Laden, señalado como único responsable de los ataques terroristas del 11 de setiembre pasado en Washington y Nueva York. La Triple Frontera está bajo observación desde 1992, cuando una bomba estalló en la embajada de Israel en Buenos Aires. *En la zona vive una comunidad árabe de más de 12 mil personas, con poder económico, en medio de un ambiente en donde el contrabando y el narcotráfico serían moneda corriente.* La vida en la Triple Frontera debe cambiar cuanto antes en nombre de la lucha antiterrorista estadounidense. Y de eso al parecer se encargarán los gobiernos de Argentina, Brasil y Paraguay.

---

<sup>107</sup> O BRASIL QUER AMÉRICA CONTRA O TERROR, *O Estado do Paraná*, Última Hora, 16 de setembro de 2001.

<sup>108</sup> PEDIDO FORMAL POR LA TRIPLE FRONTERA. *Clarín*, Buenos Aires, 21 de setembro de 2001, disponível em: [www.clarin.com/diario/2001/09/21/i-02301.htm](http://www.clarin.com/diario/2001/09/21/i-02301.htm)

É possível perceber que a mídia tem um papel muito significativo na perpetuação da estigmatização da região como um local de ausência institucional dos Estados e uma fonte de violência política por meio de “extremistas islâmicos” tendo em vista a presença das comunidades muçulmanas e sua condição socioeconômica. No período logo após os atentados em solo norte-americano, houve uma certa pressão do público geral dos três países para a manifestação das autoridades nacionais uma vez que os veículos midiáticos, recorrentemente, publicavam reportagens denunciando as suspeitas que permeavam a atividade de organizações ditas terroristas na região Tríplice Fronteira.

A fim de minimizar essas especulações, o chanceler brasileiro, Celso Lafer declarou que “há sempre certas fronteiras que são mais delicadas como a assim chamado Tríplice Fronteira”, no entanto, deixou claro que “o governo brasileiro não dispõe e eu não tenho nenhuma informação sobre essa matéria, mas é natural que se redobre o cuidado, a precaução e a vigilância<sup>109</sup>. No mesmo sentido, embora menos sutil, o Ministro do Interior argentino, Ramón Mestre, declarou que “não se podia descartar que houvesse células terroristas adormecidas na zona das Três Fronteiras, mas não há elementos comprobatórios disso”<sup>110</sup>. Em 21 de setembro de 2001 foi a vez da embaixada americana em Brasília se manifestar acerca da Tríplice Fronteira. De acordo com o porta-voz da embaixada, Terry Davidson, “as pistas seguidas na região da fronteira comum poderiam indicar a existência, na América do Sul, de uma rede de apoio aos terroristas responsáveis pelos ataques em Nova York e Washington” (AMARAL, 2010, p. 169).

Um dos episódios que demonstrou a falta de coordenação que permeou – e ainda permeia – as instituições brasileiras no que concerne ao tema das especulações acerca da existência de “células terroristas” no país<sup>111</sup> foi a publicação de um relatório redigido pela Polícia Federal Brasileira e entregue, diretamente, à imprensa- sem a autorização do Ministro da Justiça ou qualquer conhecimento do governo brasileiro -, no qual a instituição afirmava a existência de

---

<sup>109</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Nota n. 352 – 13/09/2001. Entrevista Coletiva do Ministro Celso Lafer a Respeito dos Atentados Terroristas nos EUA (Palácio do Planalto, 13 de setembro de 2001) – Aditamento à nota n. 351-01, de 13/09/2001, 2001<sup>a</sup>. Disponível em: [http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota\\_detalle3.asp?ID\\_RELEASE=951](http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalle3.asp?ID_RELEASE=951) Acesso em 07/08/2015.

<sup>110</sup> LA ARGENTINA NO ES UN OBJETIVO DEL TERRORISMO. *Clarín*, Buenos Aires, 27 de setembro de 2001. Disponível em: [http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=338449](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=338449)> Acesso em 28/09/2015

<sup>111</sup> Para acesso a um trabalho completo acerca das divergências entre as instituições domésticas brasileiras e norte-americanas no que concerne aos discursos sobre a atuação de organizações ditas terroristas na Tríplice Fronteira, recomendo a leitura da Tese de Doutorado de Marcos Ferreira, intitulada *A política de segurança dos Estados Unidos e a tríplice fronteira no pós 11 de setembro: uma análise dos interesses norte-americanos e o posicionamento brasileiro*, 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000778125> Acesso em 30 de julho de 2015.

uma provável conexão entre a comunidade muçulmana do Chuí (RS) e Osama Bin Laden, sem apresentar quaisquer provas contundentes (TEIXEIRA DA SILVA, 2001/2001). O episódio levou ao pronunciamento do general Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República que, em artigo publicado na Folha de São Paulo em 24 de setembro de 2001<sup>112</sup> - intitulado “Existe Terrorismo no Brasil?” -, mencionou os mecanismos brasileiros, trilaterais e regionais de prevenção e combate ao terrorismo e, em seguida, descartou tanto a presença de grupos terroristas na região quanto a alegada transferência de fundos para estas organizações no Oriente Médio (AMARAL, 2010, p. 170).

Além da Tríplice Fronteira, outras regiões da América Latina com presença expressiva de comunidades árabes muçulmanas foram incluídas no mapeamento de “zonas de risco de presença terrorista”, sobretudo após os atentados de 11 de setembro. De acordo com o *Patterns of Global Terrorism* de 2001<sup>113</sup>, houve especulações acerca da atuação de “células terroristas” no Chuí, no Uruguai; em Maicao, na fronteira da Colômbia com a Venezuela; em Iquique, no Chile; nas Ilhas Margaridas, na Venezuela e na Zona de Livre Comércio do Panamá<sup>114</sup>. Também houve declarações de autoridades dos EUA a respeito do perigo de atividades terroristas provenientes do Suriname, onde 35% da população é muçulmana<sup>115</sup>. De acordo com o professor Procópio (2007, p. 99), a Guiana, cuja metade da população é islâmica, também consta nos mapas antiterror de EUA e União Europeia. A região da Tríplice Fronteira, no entanto, continua sendo a principal fonte de “preocupações” manifestadas, sobretudo, pelo governo norte-americano.

Segundo a revista *Newsweek*, logo depois do 11 de setembro, o subsecretário do Pentágono, Douglas Feith, sugeriu a invasão da Tríplice Fronteira a fim de capturar terroristas e ocupar a região permanentemente<sup>116</sup>. Em 27 de setembro, o *The New York Times* publicou uma matéria na qual jornalista Larry Rother descrevia a Tríplice Fronteira como “a capital do contrabando na América do Sul” e como um potencial refúgio (*haven*) ou santuário para células

---

<sup>112</sup> CARDOSO, Alberto Mendes. Existe Terrorismo no Brasil? Folha de São Paulo, São Paulo, 24 de setembro de 2001, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2409200109.htm> Acesso em 16 de janeiro de 2016.

<sup>113</sup> O documento, produzido pelo Departamento de Estado norte americano, tem como objetivo reportar ao Congresso norte-americano os acontecimentos entendidos como atividades terroristas ao redor do globo. O documento é publicado no mês de abril do ano seguinte àquele ao qual os acontecimentos reportados se referem. Logo, o *Patterns of Global Terrorism* de 2001 foi publicado em abril de 2002.

<sup>114</sup> Disponível em: <https://www.state.gov/documents/organization/10291.pdf> Acesso em 27 de dezembro de 2016.

<sup>115</sup> Brasil, MRE, Brasemb Paramaribo para SERE, Telegrama número 421, 07.11.2003.

<sup>116</sup> M. Santayana, *EUA no Paraguai*, Carta Maior, 04 de julho de 2005. Disponível em: <http://agenciartamaior.uol.com.br/agencia.asp?id=1351&coluna=boletim> Acesso em 17 de julho de 2016.

terroristas – retomando o termo que foi usado, pela primeira vez, por Carlos Corach, em 1997 (ROTHER, 2001). Poucos dias depois, o embaixador brasileiro em Washington, Rubens Barbosa, contra-argumentou as acusações reiterando não terem sido detectadas evidências concretas da presença de quaisquer grupos terroristas ou indivíduos a eles relacionados<sup>117</sup>. Da mesma maneira, a chanceler paraguaia, Leila Rachid, respondeu às insinuações mencionando os esforços trilaterais de coordenação para o controle da Tríplice Fronteira e reafirmou a “vontade política em trabalhar decisivamente para erradicar o terrorismo e os crimes transnacionais” (COWLESS, 2001).

Amaral (2010, p. 171) apura que nesse momento, ainda sob a esfera de perplexidade causada pelos atentados de 11 de setembro, as tentativas de obter a efetiva constituição social da ameaça terrorista no Cone Sul ganham dinamismo redobrado por meio da “produção política da Tríplice Fronteira como um espaço pretensamente sem-lei onde variados agentes vinculados ao terrorismo internacional encontrariam refúgio e/ou apoio financeiro”. Como exemplo da “escalada das tensões”, o autor cita as acusações proferidas por Steven Monblatt – subsecretário de antiterrorismo do Departamento de Estado norte-americano e um dos assessores mais próximos a Colin Powell -, em 28 de setembro, após um debate sobre terrorismo no âmbito da OEA. O diplomata americano afirmou, categoricamente, que “os Estados Unidos acreditam que há focos terroristas nessa área. Terroristas usam essa região para financiarem-se por meio do contrabando e do uso de instituições de caridade de fachada, que tiram recursos de viúvas, de órfãos, de pessoas de boa-fé” (Ibid.).

Nesse momento já é possível perceber que os discursos do principal ator securitizador – representantes do governo norte-americano -, não dispõem da apresentação de provas concretas que vinculem os membros das comunidades árabes muçulmanas a quaisquer atividades terroristas, tampouco a seu financiamento. O que se pode entender como implícito no discurso é a criminalização dessas comunidades baseada no sucesso econômico que obtiveram por meio das boas condições de comércio encontradas pelos imigrantes na região da Tríplice Fronteira e no envio de remessas para seus familiares – a maioria vivendo no sul do Líbano. Conforme detalhado no segundo capítulo desse trabalho, os libaneses, sobretudo do sul do país, passaram por uma guerra civil seguida de ocupação militar estrangeira. É absolutamente normal que esses imigrantes enviem capital para seus familiares e para instituições beneficentes – na realidade, a

---

<sup>117</sup> BARBOSA, Rubens A. States of Readiness: Do New Threats Loom?; Stopping Terror. *The New York Times*, New York, 1 de outubro de 2001. Disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9404E6D6153DF932A3575C1A9679C8B63>> Acesso em 15 de agosto de 2016.

remessa de divisas para o país de origem é uma prática comum entre imigrantes no mundo inteiro. Cumpre apontar que os imigrantes vieram para a América do Sul fugindo das mazelas da guerra e da ocupação militar, em busca de oportunidades de trabalho e estabilidade econômica para que pudessem reestabelecer suas vidas e ajudar os familiares que ficaram em seu país de origem.

Outro ponto que será abordado mais adiante, concerne à criminalização do partido político libanês *Hizballah*. Muito embora os Estados Unidos o tenham inserido na lista de *Foreign Terrorists Organizations*, sob acusação de envolvimento nos atentados contra a embaixada americana e o quartel de fuzileiros navais que ocupavam militarmente Beirute, na década de 1980, o Brasil, por exemplo, adota a perspectiva da ONU para classificação de organizações “terroristas”, na qual o *Hizballah* não está inserido. Além disso, muitas organizações de apoio a crianças órfãs e viúvas das guerras – e da ocupação militar –, que assolaram o Líbano têm, inevitavelmente, algum vínculo com o partido político *Hizballah*, sobretudo porque, como um Estado organizado sob um sistema político confessional, é necessário que os xiitas estejam em contato com sua representação política para que sejam discutidas as necessidades da população e o direcionamento dos recursos do Estado. Sendo assim, a criminalização do envio de remessas de dinheiro das comunidades imigrantes para o Líbano é uma tentativa de punição da população sul libanesa e um cerceamento dos direitos da comunidade imigrante de ajudar seu povo que ainda sofre, diretamente, as mazelas da guerra e da ocupação.

As acusações proferidas por representantes do governo americano se tornavam cada vez mais pesadas. Em 10 de outubro de 2001, o Coordenador de Contraterrorismo do Departamento de Estado – com posto de embaixador –, Francis X. Taylor, em depoimento para o Congresso norte-americano sobre a presença de grupos terroristas internacionais no Hemisfério Ocidental, afirma que “as ameaças a nosso povo e interesses podem vir de qualquer lugar, inclusive dentro do [próprio] Hemisfério Ocidental” e, após citar as FARC e o Sendero Luminoso, o embaixador pontua:

Mais ao Sul, no que é conhecido como “Tríplice Fronteira”, onde Argentina, Brasil e Paraguai convergem, nós observamos uma longa presença de organizações extremistas islâmicas, principalmente o *Hizballah* e, em menos medida, os grupos extremistas sunitas [tais como] *al Gamaat [al Islamiyya]* e *HAMAS*. Essas organizações estão envolvidas em atividades de levantamento de fundos e busca de adeptos [proselytizing] entre a grande população

expatriada do Oriente Médio que vive na Tríplice Fronteira [...]. Essas organizações se engajam em falsificação de documentos, lavagem de dinheiro, contrabando e tráfico de armas e drogas [...] O tamanho desses grupos pode indicar a existência de células clandestinas de apoio que poderiam ser ativadas para conduzir ataques em qualquer lugar da região<sup>118</sup>.

Durante a mesma sessão de depoimentos no Congresso norte-americano, o também embaixador James F. Mack, então vice-secretário assistente para assuntos de narcóticos internacionais e imposição da lei do Departamento de Estado, usando como exemplo o Sendero Luminoso peruano, destacou a “ligação histórica” existente entre grupos terroristas e o tráfico de narcóticos no hemisfério ocidental. Mencionou, ainda, a cidade de Ciudad del Este e a “fracamente controlada” fronteira entre Paraguai, Brasil e Argentina, afirmando haver relatos de que “membros de grupos islâmicos radicais (...) teriam se engajado em lavagem de dinheiro, pirataria de direitos de propriedade intelectual, contrabando de pessoas e tráfico de armas” (AMARAL, 2010, p. 175).

Além dos atores securitizadores, atores funcionais perpetuavam os discursos de iniciativa de securitização da Tríplice Fronteira, como é o caso de Jack Sweeney, da influente consultoria privada em assuntos de inteligência, STRATFOR. Sweeney afirmou que os ilícitos na região financiam, diretamente, o terrorismo no Oriente Médio e defendeu que “a Tríplice Fronteira é estrategicamente e geopoliticamente um ponto central para o lançamento de ataques contra alvos dos EUA e de Israel na região”<sup>119</sup>.

Em um encontro de autoridades argentinas, brasileiras, paraguaias e estadunidenses, realizado em Assunção, em meados de dezembro de 2001, o representante do governo norte-americano – embaixador Francis X. Taylor -, declarou que:

No mínimo, há evidência que elementos da população da Tríplice Fronteira estão se engajando em variados tipos de práticas criminosas organizadas. Nós sabemos, a partir da

---

<sup>118</sup> “The Presence of International Terrorist Groups in the Western Hemisphere”. Ambassador Francis X. Taylor, Coordinator for Counterterrorism. Remarks Before the Committee on International Relations, Subcommittee on the Western Hemisphere Committee. U.S. House of Representatives, Washington, DC. October 10, 2001. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/ct/rls/rm/2001/5674.htm>>. Acesso em: 13 mar. 2008. Para uma versão completa dos debates no Congresso (em que constam também os depoimentos de Robert Noriega e James Mack), acessar: <<http://www.foreignaffairs.house.gov/archives/107/75633.pdf>>. Acesso em 17 de setembro de 2016.

<sup>119</sup> MAGALHÃES, Mário. Analista vê despreparo da América Latina contra terror. **Folha Online**, São Paulo, 14 out. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u31378.shtml>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

cooperação próxima [que mantemos] com autoridades de segurança [*law enforcement officials*], que membros do Hizballah na TF tem se engajado em falsificação de documentos, lavagem de dinheiro, [e] contrabando transfronteiriço [*con- traband smuggling*]. Nós entendemos que pode haver razões para nos preocuparmos sobre o envolvimento [do grupo libanês] no tráfico de armas e drogas. Nós tememos que o dinheiro gerado por estas atividades ilegais esteja sendo usado para apoiar atos de terrorismo [realizados] por elementos radicais e subgrupos terroristas destas organizações maiores<sup>120</sup>.

A fim de convencer as audiências locais – nesse caso, as audiências formais ou institucionais - acerca da iminente ameaça representada pela presença das comunidades árabes muçulmanas numa região onde acreditava-se haver pouca - ou insuficiente - presença dos Estados e alto índice de crimes transnacionais, Taylor disse que as ameaças poderiam parecer distantes para os países da América do Sul, “longe do Oriente Médio”, mas que havia também uma “ameaça local” e “células de apoio local poderiam ser ativadas para conduzir ataques terroristas aqui na região” (Ibid.).

Discursos como esses continuaram construindo, de forma cada vez mais incisiva, a representação da região como um “Safe Haven” de terroristas cuja principal atividade era o financiamento das células sediadas no Oriente Médio, como um local de exceção no qual convergiam atividades criminosas de todo tipo de natureza, sobretudo terrorista. O papel de acadêmicos e intelectuais, sobretudo norte-americanos, na legitimação dos discursos do ator securitizador – e consequente convencimento das audiências acerca dessa construção representativa - também é amplamente notável. Bartolomé (2004, p. 34), por exemplo, retrata a região como uma “área cinzenta”, controlada por organizações “metade criminosas, metade políticas”, enquanto o ex-ministro venezuelano Moisés Naím (2006), editor-chefe da revista *Foreign Policy* de 1996 a 2010, reforça essa visão caricatural da região, afirmando que a Tríplice Fronteira é um “grande ponto de encontro para contrabandistas de todos os tipos” devido a “sua legislação frágil, governo passivo e forças policiais irrelevantes ou sob controle [do crime organizado]” (NAÍM, 2006, p. 136). Analisando tais discursos, Amaral, (2010, p. 179), pontua que:

---

<sup>120</sup> “Seminar on Preventing Terrorism and Organized Crime in the Tri-Border Area”. Ambassador Francis X. Taylor, Coordinator for Counterterrorism. Asunción, Paraguay. December 19, 2001. Disponível em: <http://www.state.gov/s/ct/rls/rm/2001/7012.htm> Acesso em 18 de março de 2016.

Posto dessa maneira, o argumento parte da premissa de que poderíamos confundir quaisquer indivíduos associados às diversas formas de criminalidade na Tríplice Fronteira com potenciais colaboradores do terrorismo, produzindo a ideia de que ser criminoso em uma zona fronteiriça marcada por forte componente populacional árabe-muçulmano seria o mesmo que ser um terrorista ou seu financiador. Toda a atividade criminosa na região, nesses termos, muito provavelmente estaria vinculada ao terror na América do Sul ou no Oriente Médio. A motivação econômica que normalmente é atribuída ao crime organizado estaria inescapavelmente subordinada, a partir de então, a uma motivação política terrorista. Para o governo norte-americano, o nexos crime-terror na Tríplice Fronteira era uma verdade estabelecida, uma constatação óbvia que, de tão “naturalizada” parecia dispensar a necessidade de maiores fundamentações empíricas: os falsificadores, lavadores de dinheiro, contrabandistas ou traficantes locais e os supostos membros do Hizballah na região eram aliados íntimos, senão as mesmas pessoas.

O *Patterns of Global Terrorism* de 2001<sup>121</sup> inicia-se com a frase proferida pelo então presidente norte-americano, George W. Bush, ao Congresso, em 20 de setembro de 2001, referente à resposta do país aos atentados de 11 de setembro: “*Our war on terror begins with al-Qaida, but it does not end there. It will not end until every terrorist group of global reach has been found, stopped, and defeated*”. Em seguida, há o prefácio elaborado por Colin Powell, cujo penúltimo parágrafo ressalta o caráter global necessário na luta contra o terrorismo:

In this global campaign against terrorism, no country has the luxury of remaining on the sidelines. There **are** no sidelines. Terrorists respect no limits, geographic or moral. The frontlines are everywhere and the stakes are high. Terrorism not only kills people. It also threatens democratic institutions, undermines economies, and destabilizes regions (PATTERNS OF GLOBAL TERRORISM, 2011).

Na introdução do documento, o embaixador - e coordenador para contraterrorismo -, Francis X. Taylor pontua que “*Al-Qaida-linked organizations and people around the world are being pressed by aggressive intelligence and law enforcement operations that have resulted in more than 1,000 arrests/detentions since September 11*”. Taylor finaliza a introdução com a citação de uma parte do discurso do presidente Bush, no qual ele se compromete a utilizar todos os meios necessários na Guerra ao Terror. Na introdução da seção destinada à América Latina, encontra-se a primeira menção à Tríplice fronteira:

September 11 brought renewed attention to the activities of the Lebanese-based terrorist

---

<sup>121</sup> Disponível em: <https://www.state.gov/documents/organization/10319.pdf> Acesso em 1 de janeiro de 2017.

organization Hizballah, as well as other terrorist groups, in the triborder area of Argentina, Brazil, and Paraguay, where terrorists raise millions of dollars annually via criminal enterprises. There is evidence of the presence of Hizballah members or sympathizers in other areas of Latin America as well: in northern Chile, especially around Iquique; in Maicao, Colombia near the border with Venezuela; on Margarita Island in Venezuela; and in Panama's Colon Free Trade Zone. Allegations of Usama Bin Ladin or al-Qaida support cells in Latin America were investigated by US and local intelligence and law-enforcement organizations, but at year's end they remained uncorroborated.

É possível notar, desde já, uma clara diferença na narrativa se comparada com os documentos dos anos anteriores. Pela primeira vez o relatório afirma, categoricamente – embora sem apresentação de provas contundentes –, que existe uma base do *Hizballah* na Tríplice Fronteira e que, por meio da prática de atividades ilegais, terroristas levantam milhões de dólares, anualmente, para financiamento de atividades terroristas. A Seção destinada à Tríplice Fronteira – ou *South America Triborder Area* (TBA) –, por sua vez, começa com uma referência à amplitude da comunidade árabe na região – o que nos faz pensar que, de forma geral, as acusações que versam acerca da suposta presença de terroristas parecem estar relacionadas ao fator étnico. De acordo com o relatório, a região teria uma “nova proeminência” no cenário pós 11 de setembro:

South America's triborder area (TBA)—where the borders of Argentina, Brazil, and Paraguay converge and which hosts a large Arab population— took on a new prominence in the wake of the September 11 attacks in the United States. Although arms and drug trafficking, contraband smuggling, document and currency fraud, money laundering, and pirated goods have long been associated with this region, it also has been characterized as a hub for Hizballah and HAMAS activities, particularly for logistic and financial purposes. At year's end, press reports of al-Qaida operatives in the TBA had been disproved or remained uncorroborated by intelligence and law-enforcement officials (PATTERNS OF GLOBAL TERRORISM, 2001)

Ao contrário dos anos anteriores, o maior parceiro do governo norte-americano, nesse momento, não é a Argentina, mas o Paraguai, que teria, inclusive, promovido a captura de supostos terroristas em seu território:

All three governments, especially Paraguay took steps to rein in the individuals most strongly suspected of materially aiding terrorist groups— most prominently Hizballah—and continued to monitor the area as well as hold outstanding arrest warrants for those not yet captured. Security officials from each country, as well as a contingent from Uruguay, continued to coordinate closely on sharing information. The four nations also were trying to improve very limited joint operations in the fight against terrorism. The governments also

condemned the September 11 attacks and generally stood in strong support of US counterterrorism efforts (...) Since September 11, Paraguay has been an active and prominent partner in the war on terror. It has, inter alia, arrested some 23 individuals suspected of Hizballah/HAMAS fundraising, initiated a ministerial-level dialogue with regional governments, cracked down on visa and passport fraud, and hosted, in late December, a successful regional counterterrorism seminar that included a keynote speech by the United States Coordinator for Counterterrorism. Paraguayan officials raided a variety of businesses and detained numerous suspects believed to have materially aided either Hizballah or HAMAS, primarily in the triborder city of Ciudad del Este or in Encarnación. Prominent among the raids were the arrests on 3 October of Mazen Ali Saleh and Saleh Mahmoud Fayad (on criminal association/tax evasion charges) and the arrest on 8 November of Sobhi Mahmoud Fayad (on criminal association and related charges); all three are linked to Hizballah. In addition, the businesses that were raided revealed extensive ties to Hizballah—in particular, records showed the transfers of millions of dollars to Hizballah operatives, “charities,” and entities worldwide. Several other TBA personalities, including Assad Barakat and Ali Hassan Abdallah, are considered fugitives. Barakat, who is considered Hizballah’s principal TBA leader, lives in Foz do Iguazu, but owns a business (“Casa Apollo”) in Ciudad del Este; Paraguay has sought an INTERPOL warrant for his arrest. Among the others arrested were some 17 ethnic Arabs (mostly Lebanese) on charges of possessing false documents; Paraguayan officials suspect some have links to HAMAS. Three Paraguayans—an attorney, a consular officer, and an Interior Ministry employee—also were arrested in connection with fraudulently issuing immigration documents to the 17 individuals. Asunción, through its money-laundering unit, also identified 46 individuals who transferred funds in a suspicious manner from accounts held by Middle Eastern customers or to Middle East organizations. Despite the apparent successes, Paraguayan counterterrorist enforcement continued to be impeded by a lack of specific criminal legislation against terrorist activities, although such a bill was introduced before the legislature. Until its passage, Paraguay must rely on charges such as criminal association, tax evasion, money laundering, or possession of false documents to hold suspects. Pervasive corruption also continued to be a problem for Paraguay, and some suspected terrorists were able to co-opt law-enforcement or judicial officials (PATTERNS OF GLOBAL TERRORISM, 2001).

De acordo com as pessoas entrevistadas nessa pesquisa, as consequências do 11 de setembro para as comunidades árabes muçulmanas da Tríplice Fronteira foram nefastas. O interesse do governo paraguaio em mostrar-se um parceiro fiel dos Estados Unidos e, obviamente, angariar fundos para financiar a “Guerra ao Terror” em seu território, sobretudo em Ciudad del Este, levou a uma verdadeira “caça às bruxas”. Conforme será abordado, mais precisamente, no próximo capítulo, membros das comunidades árabes muçulmanos – sobretudo da comunidade libanesa xiita - relataram diversos episódios de tentativa de subornos por parte da polícia antiterror paraguaia para que não fossem delatados ao governo norte-americanos como “terroristas”.

Nesse sentido, cumpre apontar que a “securitização”, conforme analisada pela Escola de

Copenhague, prevê a suspensão, temporária dos mecanismos legais usuais, pelos Estados. Nesse sentido, não eram necessárias as apresentações de provas para que uma pessoa fosse estigmatizada como um “terrorista”, correndo risco de arruinar seus estabelecimentos comerciais e responder por crimes que, na realidade, não tem relação alguma com o terrorismo. Cumpre apontar que, ao longo das entrevistas, fomos informados de que muitos comerciantes em Ciudad del Este – não apenas os comerciantes árabes - tentam compensar os gastos com segurança privada – uma vez que a segurança oferecida pelo Estado é insuficiente – e os gastos com propinas policiais por meio da sonegação de parte dos impostos.

A cobrança de propina pela polícia paraguaia, já foi, por diversas vezes alvo de denúncia por parte de turistas e empresários brasiguaios<sup>122</sup>. Nesse sentido, os empresários e comerciantes ligados ao turismo, em Ciudad del Este, pressionaram o governo para que tomasse atitudes no sentido de conter tais crimes, o que levou a Polícia Nacional do Paraguai a publicar um decreto determinando a mudança de conduta dos policiais e proibindo a detenção indevida de turistas<sup>123</sup>. A reportagem de jornal *O Globo*, publicada em fevereiro de 2016, traz as seguintes informações:

Um decreto da Polícia Nacional do Paraguai em Alto **Paraná**, estado paraguaio vizinho ao Paraná, determina que policiais passem a tratar melhor os turistas estrangeiros que visitam o país. O objetivo é reduzir os casos de extorsão e os frequentes pedidos de propina. Com a resolução, os agentes ficam proibidos, por exemplo, de reter indevidamente os visitantes e seus veículos. Muitos destes casos nem chegam a ser denunciados pelas vítimas por medo de algum tipo de retaliação. A decisão publicada na segunda-feira (15) foi tomada após pressão feita por comerciantes e empresários ligados ao turismo em Ciudad del Este, conhecido destino de compras de brasileiros que visitam a região de Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná. Segundo o empresário brasileiro Eugênio Costa, que vive a 20 anos no país vizinho, a ação ilegal dos policiais prejudica a imagem do país e afasta os turistas. O chefe de relações públicas da Polícia Nacional no estado, Augusto Aníbal Lima, admite que existem várias denúncias de abusos policiais. “Agora, os agentes poderão pedir os documentos, por exemplo, mas têm a obrigação de dar a necessária garantia para a entrada e permanência dos estrangeiros, sem qualquer tipo de inconveniente aqui no Paraguai”, aponta. Jorge Griebeler, empresário que tem uma loja de departamentos no centro de importados de Ciudad del Este, acredita que a medida pode estimular os turistas a cruzarem de carro a fronteira sem risco de terem algum problema por conta da atitude dos agentes<sup>124</sup>.

---

<sup>122</sup> Disponível em: <http://www.radioculturafoz.com.br/brasileiros-denunciam-extorcao-de-policiais-do-paraguai/#.WHfNkbHOr> Q Acesso em 10 de janeiro de 2017.

<sup>123</sup> DECRETO PARAGUAIO DETERMINA QUE POLÍCIA TRATE BEM TURISTAS ESTRANGEIROS, O Globo, 19 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/02/decreto-paraguaio-determina-que-policia-trate-bem-turistas-estrangeiros.html> Acesso em 18 de julho de 2016.

<sup>124</sup> DECRETO PARAGUAIO DETERMINA QUE POLÍCIA TRATE BEM TURISTAS ESTRANGEIROS, O Globo, 19 de fevereiro de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2016/02/decreto-paraguaio-determina-que-policia-trate-bem-turistas-estrangeiros.html> Acesso em 18 de julho de 2016.

É inegável que o mesmo acontece, de forma preocupante, no Brasil e na maior parte dos países da América Latina. Não se trata, de forma alguma, de um reforço dos estereótipos que já caem, de forma pesada, sobre o país vizinho, mas do entendimento do contexto que circunda os comerciantes árabes em Ciudad del Este – cidade onde a maior parte dos membros da comunidade mantêm estabelecimentos comerciais, ainda que residam na cidade brasileira de Foz do Iguaçu.

Foi nesse contexto que Assaad Ahmad Barakat – citado no *Patterns on Global Terrorism* de 2001- e também nos documentos publicados anos seguintes -, foi perseguido pelas autoridades paraguaias e, posteriormente, extraditado pelas autoridades brasileiras para esse país para cumprir pena por acusações que, na realidade, consistiam em uma penalização por “supostas atividades terroristas” – não comprovadas, constituindo parte da política de “caça às bruxas” promovida pelo governo paraguaio sob respaldo do governo norte-americano. O caso de Barakat, especificamente, será analisado no capítulo IV.

O *Patterns of Global Terrorism* de 2002 inicia a seção *Western Hemisphere Overview* com a afirmação de que o continente americano, se comparado com outras regiões do mundo, não consiste em uma “hot zone” da Guerra ao Terror, no entanto, os atentados em Buenos Aires são citados para confirmar que nenhuma região do globo está, de fato, “a salvo”. Ainda na introdução, é citada a Resolução 1373 do Conselho de Segurança da ONU<sup>125</sup> - resolução, esta, de conteúdo bastante criticado por alguns juristas<sup>126</sup> e que, sem dúvidas, consiste em um mecanismo hegemônico utilizado como ferramenta para promoção da securitização do que se

---

<sup>125</sup> A Resolução cria o Comitê Antiterrorismo (CAT) que prevê a cooperação multilateral em matéria de contraterrorismo e determina medidas a serem adotadas por todos os Estados – numa forma de Cartilha Antiterrorista supostamente vinculante -, sob pena de sanção dos governos não cooperativos. A resolução em tela estabelece um conjunto de deveres de grande abrangência. Com grande ênfase, cria deveres estatais relacionados à prevenção e à punição do financiamento do terrorismo, bem como ao congelamento de ativos de terroristas ou facilitadores. Os Estados são proibidos de oferecer apoio – passivo ou ativo – a entidades ou pessoas envolvidas com atos de terrorismo. Os Estados, ademais, devem negar santuário àqueles que financiam, planejam, apoiam ou cometem atos terroristas; devem certificar-se de que tais pessoas sejam levadas à justiça e de que as leis locais reprimam tais condutas. Determina-se que cooperem em investigações e procedimentos criminais, bem como no campo da inteligência, e que previnam o movimento transfronteiriço de terroristas. Os Estados são convocados a, dentro de três meses, apresentarem relatório ao CAT sobre a implementação da resolução. É dessa maneira que, após o 11 de Setembro, instalou-se, no CSNU, processo de uniformização das leis nacionais antiterroristas, notadamente por meio da resolução 1373 (CUNHA, 2009, p. 43)

<sup>126</sup> Na opinião de A. Pellet, esse documento excede os poderes do Conselho de Segurança. Ao prever obrigações muito gerais e impessoais, faz parecer – supostamente sob o Capítulo VII da Carta da ONU – que o CSNU pode tomar decisões vinculantes para todos os Estados. O jusinternacionalista vê nisso, portanto, legislação internacional que, além de tudo, torna obrigatórios, na prática, vários documentos que os países não ratificaram, especialmente a parte que trata do financiamento do terrorismo (artigos 1 e 2), com o que concorda S. Rosenne. Para A. Pellet, isso fere o direito internacional. Um governo ou legislador mundial somente seria legítimo se razoavelmente democrático, o que não é o caso

entende por “terrorismo” na esfera doméstica dos Estados-, e a intenção manifestada pelos países da região no que concerne à sua ratificação. Sobre a Tríplice Fronteira, ainda na introdução da seção, é informado que não houve levantamento de provas que confirmassem a presença da *Al-Qaida* na América Latina, no entanto, o levantamento de fundos para o Hamas e para o Hizballah, na região, ainda aparece como uma fonte de preocupação.

O relatório destaca a cooperação dos países transfronteiriços ao longo de 2002, sobretudo no que concerne às investigações sobre atividades financeiras ilícitas, e cita o convite dos três países para que os Estados Unidos se unissem ao mecanismo de cooperação antiterror, formando o novo mecanismo 3+1 (Argentina, Brasil, Paraguai e Estados Unidos), cujo objetivo declarado é “[to] combat any terrorist-related threats in the Triborder”. No relatório o mecanismo 3+1 é descrito como “an excellent example of terrorism prevention and regional foresight”. Na subseção dedicada à Tríplice Fronteira, à referência às suspeitas acerca das atividades do *Hamas* e do *Hizballah* na região e são citadas as inúmeras reportagens acerca da presença da *Al-Qaida* na Tríplice Fronteira seguida da observação de que tais acusações não têm comprovação.

O relatório pontua o estabelecimento de um grupo permanente de trabalho no âmbito do recém fundado mecanismo 3+1, cujo ponto inicial seria a colaboração em matéria de informação sobre o suposto levantamento de fundos pelo *Hamas* e pelo *Hizballah*, na região e os avanços do governo argentino no estabelecimento da tipificação de uma legislação antiterrorista. Sobre o Brasil, o relatório traz as seguintes informações:

The Government of **Brazil** extended practical, effective support to US counterterrorism efforts in 2002. Authorities have been cooperative, following up on leads provided by the US Government on terrorist suspects (...) In another case, authorities in June arrested Assad Ahmad Barakat as a result of an extradition request from Paraguay on charges of tax evasion and criminal association. Barakat is a naturalized Paraguayan of Lebanese origin who had lived in the Triborder area for approximately seven years and had become notorious for allegedly moving millions of dollars to Lebanese Hizballah. The Brazilian Supreme Court on 19 December approved the extradition request. At year’s end, Barakat was still in Brazilian custody and applying for refugee status in Brazil. In January, former President Fernando Cardoso proposed a revision of Brazil’s antiterrorism laws that would define terrorism more precisely and impose stricter punishment for those involved in terrorist acts. Brazil became a party to the International Convention for the Suppression of Terrorist Bombings in 2002, making it party to nine of the 12 international conventions and protocols relating to terrorism. Legislation also was pending to allow wiretaps for court-approved investigations and to become a party to the 1999 International Convention for the Suppression of the Financing of Terrorism. At year’s end, neither piece of legislation had yet been submitted for Congressional approval. The Brazilian Government is willing and able to monitor financial operations domestically (PATTERNS OF GLOBAL TERRORISM, 2002)

Da mesma maneira, são citados os esforços do governo paraguaio no combate aos “terroristas” na Tríplice Fronteira e são citadas a assistência técnica norte-americana que vem sido fornecida a este governo.

**Paraguay** continued to be an active partner in the war on terror in 2002. Paraguayan authorities have taken numerous steps to disrupt illicit networks that supply substantial funds to Middle East terrorist groups. Authorities carried out two raids on suspected financial terror cells and pursued the extradition from Brazil of local Lebanese Hizballah leader Assad Ahmad Barakat. Paraguay became a party to the Montreal Protocol in 2002, making it now a party to six of the 12 international conventions and protocols relating to terrorism. Paraguay has diligently responded to requests to block the assets of individuals or organizations designated by the United States, included on the UN Security Council Resolution 1267 Sanctions Committee’s consolidated list, or designated by the European Union as terrorists or affiliates. During 2002, the United States provided technical assistance to help the Government of Paraguay assess vulnerabilities in its financial system and to plan appropriate policy remedies. Paraguayan authorities arrested Hizballah fundraiser Sobhi Fayad—an associate of Barakat— after he violated the terms of his conditional release from detention while awaiting trial. Because Paraguay’s antiterrorism legislation still has not been passed— due to concerns of possible abuses of the law by authorities—Fayad had been imprisoned for nearly 10 months on charges of tax evasion and criminal association. He subsequently was convicted and sentenced to six-and-a-half years in prison. During the year, authorities took legal action against persons and organizations in the Triborder area involved in illicit activities in an attempt to disrupt the ability of sympathizers to raise funds for terrorists. For example, Paraguay’s counterterrorism Secretariat (SEPRINTE) on 27 June arrested suspected Sunni extremist Ali Nizar Dahroug, nephew of former Triborder shopkeeper and suspected al-Qaida associate Muhammad Dahroug Dahroug. Police seized counterfeit goods and receipts documenting wire transfers of large sums of money to persons in the United States and the Middle East, some payable to Muhammad Dahroug Dahroug in Lebanon (...) Officials also have increased security at Asuncion airport. In November, immigration officials detained a self-proclaimed supporter of Usama Bin Ladin en route to the United States, and airline agents prevented three persons claiming to be from Taiwan bearing false passports and US visas from boarding an aircraft bound for the United States. The Paraguayan Congress rejected antiterrorism legislation that would have defined terrorism and established criminal penalties for activities related to terrorism. Many legislators fear that a corrupt government could use the new law to target political opposition (PATTERNS OF GLOBAL TERRORISM, 2002)

O *Patterns of Global Terrorism* de 2003 manteve a mesma linha do ano anterior. É interessante notar que, nesses mesmos relatórios, nas subseções dedicadas ao Líbano, existe, de forma recorrente, a crítica dos Estados Unidos ao governo libanês por classificar “grupos terroristas” conforme as Resoluções da ONU, não considerando como tal as organizações assim definidas, apenas, pelo governo dos Estados Unidos. No Líbano, o *Hizballah* é um partido

político legítimo e parte da estrutura social libanesa. O “braço armado” desse movimento é considerado uma Organização de Resistência cuja existência é totalmente legal no país. O mesmo tratamento é dado algumas organizações de refugiados palestinos.

Em 2004, o documento produzido para Departamento de Estado para apresentação ao Congresso – contemplando percepções acerca do cenário global do “terror” - passou a ser denominado *Country Reports on Terrorism* e a dispor de um capítulo apenas para a análise da “Jihad Global”. Cumpre apontar que o uso, cada vez mais corriqueiro, do termo “jihad” - ou “jihadista” - como sinônimo de terrorismo - ou terroristas -, é um forte fator de estigmatização das comunidades muçulmanas, tendo em vista que o termo “jihad” tem um importante e específico significado para as pessoas que compartilham a religião e cultura muçulmana. A banalização do termo com sentido extremamente negativo reflete, diretamente, na representação um tanto quanto orientalista – utilizando o termo desenvolvido por Edward Said (1978) – e pernicioso que paira sobre os árabes e sobre os muçulmanos, sobretudo quando parte de um discurso, essencialmente, securitizador.

Outra “novidade” desse novo formato do documento é a seção dedicada aos países patrocinadores do terrorismo, na qual estão incluídos Cuba, Irã, Líbia, Síria, Coréia do Norte e Sudão. Em seguida, há uma, também nova, seção destinada às “Organizações Terroristas” que, por sua vez, está dividida em duas subseções: “Foreign Terrorist Organization” e “Other Terrorist Organization”. Na primeira, está incluído o grupo no qual as acusações contra membros das comunidades muçulmanas da Tríplice Fronteira se baseiam – o *Hizballah*<sup>127</sup> e, na descrição de “atividades perpetradas” é citado o “suposto envolvimento nos ataques à embaixada americana e ao quartel de fuzileiros navais, em 1983, no Líbano” e “envolvimento nos ataques à embaixada israelense em Buenos Aires, em 1992”<sup>128</sup>

Na subseção dedicada a Tríplice Fronteira – que por sua vez tem subseções dedicadas aos países transfrotiços, separadamente – há menção aos esforços nacionais para aumento do monitoramento de transações financeiras que, supostamente, contemplam envio de capital para organizações classificadas como terroristas, pelos Estados Unidos; menção à deportação de Assaad Ahmad Barakat – acusado pelo governo americano de ser o líder do *Hizballah* na Tríplice Fronteira, embora não haja nenhuma prova de tal acusação – pelo Brasil, para o

---

<sup>127</sup> Também está incluído o HAMAS – alguns membros da região são acusados de manter vínculos com a organização palestina.

<sup>128</sup> COUNTRY REPORTS ON TERRORISM, 2004. Disponível em: <https://www.state.gov/documents/organization/45313.pdf> Acesso em 2 de janeiro de 2016.

Paraguai, sob acusação de crime de evasão de divisas; e menção à necessidade de Brasil e Paraguai seguirem o exemplo da Argentina que, em 2003, tipificou o crime de terrorismo.

### 3.2 A Introdução do conceito de Safe-Haven no discurso do ator securitizador

O *Country Reports on Terrorism* de 2005 tem como novidade a inclusão de um capítulo denominado “*Terrorist Safe Havens*”, cuja definição é:

(...) an area of relative security exploited by terrorists to indoctrinate, recruit, coalesce, train, and regroup, as well as prepare and support their operations. Physical safe havens are often found in under-governed territory or crossing international boundaries. Global communications and financial infrastructure, especially those created by electronic infrastructure such as the Internet, global media, and unregulated economic activity, can allow terrorists to fulfill many of the same functions without the need for a physical sanctuary. These “virtual” havens, are highly mobile, difficult to track, and difficult to control. Physical safe havens provide security for many senior terrorist leaders, allowing them to plan and to inspire acts of terrorism around the world. The presence of terrorist safe havens in a nation or region is not necessarily related to state sponsorship of terrorism. In most instances cited in this chapter, areas or communities serve as terrorist safe havens despite the government’s best efforts to prevent this. Denying terrorists safe haven plays a major role in undermining terrorists’ capacity to operate effectively, and thus forms a key element of U.S. counterterrorism strategy as well as the cornerstone of UN Security Council Resolution 1373 that was adopted in September 2001. UNSCR 1373 specifically targets terrorists’ ability to move across international borders and find safe haven, to solicit and move funds, and to acquire weapons; it also calls on states that do not have laws criminalizing terrorist activity and support to enact such laws (...) The most intractable safe havens worldwide tend to exist astride international borders or in regions where ineffective governance allows their presence. Examples are: the Afghanistan border, the *Triborder region of South America*, the Celebes Sea in Southeast Asia, and Somalia (COUNTRY REPORTS ON TERRORISM, 2005, grifo nosso)

Especificamente sobre a Tríplice Fronteira, essa seção do relatório pontua: “*Suspected supporters of Islamic terrorist groups, including Hizballah and HAMAS, take advantage of loosely regulated territory and proximity to Muslim communities in Ciudad del Este, Paraguay, and Foz do Iguacu, Brazil, to engage in illegal activity and illicit fundraising*”<sup>129</sup>. A seção dedicada ao continente, no entanto, introduz a questão referente à Tríplice fronteira da seguinte perspectiva:

---

<sup>129</sup> COUNTRY REPORTS ON TERRORISM, 2005. Disponível em: <https://www.state.gov/documents/organization/65462.pdf> Acesso em: 12 de dezembro de 2016.

Terrorism in the Western Hemisphere was primarily perpetrated in by narcoterrorist organizations based in Colombia and by the remnants of radical leftist Andean groups. With the exception of the United States and Canada, there are no known operational cells of Islamic terrorists in the hemisphere, although scattered pockets of ideological supporters and facilitators in South America and the Caribbean lent financial, logistical, and moral support to terrorist groups in the Middle East. Cuba remained a state sponsor of terrorism, while Venezuela virtually ceased its cooperation in the global war on terror, tolerating terrorists in its territory and seeking closer relations with Cuba and Iran, both state sponsors of terrorism (COUNTRY REPORTS ON TERRORISM, 2005)

Dessa maneira, a Venezuela é incluída na lista de países que, supostamente, abriga células terroristas, uma vez que o governo venezuelano tem boas relações diplomáticas com o Irã e uma postura, claramente, crítica às políticas de Washington. O mesmo argumento embasa as acusações dirigidas à Cuba – ou eram dirigidas até o país reestabelecer relações diplomáticas com os Estados Unidos e ser, quase que automaticamente, retirado da lista de Estados financiadores do terrorismo, em maio de 2015. As acusações referentes à Venezuela, no entanto, duram até hoje. As últimas acusações forma dirigidas ao vice-presidente recém nomeado, Tareck El Aissami – venezuelano descendente de libaneses e sírios cujos supostos vínculos com os – também supostos – membros do *Hizballah* na Tríplice Fronteira já foram denunciados por uma das maiores corporações midiáticas do mundo – a FOX<sup>130</sup>. Na subseção reservada à Tríplice Fronteira houve, basicamente, a reiteração do discurso dos anos anteriores, com a diferença da inserção do conceito de Safe Haven, que se tornará usual na representação da região.

O *Country Reports on terrorism* de 2006 mantém a premissa do ano anterior de que as atividades “terroristas islâmicos” no hemisfério se resumem a apoio ideológico e facilitação por meio de remessa de divisas. O relatório informa o pedido de prisão – emitido pelo governo argentino – de oito membros do governo iraniano e de um membro do *Hizballah* sob acusação de envolvimento com os atentados contra a AMIA, em 1994. No mais, há apenas a reafirmação da suposta existência de membros do *Hamas* e do *Hizballah* na região, que promovem o financiamento dessas organizações no Oriente Médio, por meio de remessa de dividas oriundas, basicamente, do contrabando, narcotráfico, lavagem de dinheiro dentre outros crimes relacionados. Nesse sentido, a representação da Tríplice Fronteira como um local de ineficiente presença do Estado ou de um possível Safe Haven – apesar da pontuação das tentativas de

---

<sup>130</sup> Disponível em: <http://www.foxnews.com/world/2017/01/12/new-venezuelan-vps-alleged-ties-with-hezbollah-radicalism-raise-concerns.html> Acesso em 12 de janeiro de 2017.

melhora de desempenho por meio de cooperação multilateral, sobretudo por meio do mecanismo 3+1 -, ampla ocorrência de crimes transnacionais e presença de comunidades árabes muçulmanas imigrantes cuja origem e etnicidade implicariam a relação com organizações ditas terroristas está completamente consolidada no discurso do ator securitizador.

De 2007 a 2016 não houve grandes variações no que concerne à maneira como vem sendo construída a ideia da existência de uma ameaça terrorista islâmica na interseção de fronteiras entre Argentina, Brasil e Paraguai. Os discursos em torno da ideia de Safe Haven são reforçados, recorrentemente, e a presença das comunidades árabes muçulmanas na região é associada ao terrorismo internacional financiado por meio de operações ilegais vinculadas à ampla gama de crimes transnacionais que permeiam a Tríplice Fronteira. Assim como a construção social da ameaça terrorista islâmica começou com supostas acusações da presença da organização “Jihad Islâmica” – que é vinculada ao Hizballah nos relatórios do Departamento de Estado norte-americano – passando a acusações ao Hizballah libanês - devido à ampla presença da comunidade xiita na região fronteira e à familiaridade desta com o Irã –, e então, ao Hamas palestino, passando, até mesmo, por organizações ditas terroristas de origem egípcia, chegou, finalmente, ao famigerado Estado Islâmico. O *Country Reports on Terrorism* de 2015<sup>131</sup> inicia o capítulo dedicado à América Latina e Caribe (*Western Hemisphere Overview*) com as seguintes observações:

The countries in Latin America have porous borders, limited law enforcement capability, and established smuggling routes. Transnational criminal organizations continued to pose a more significant threat to the region than terrorism, and most countries made efforts to investigate possible connections with terrorist organizations. Corruption, weak government institutions, insufficient interagency cooperation, weak or non-existent legislation, and a lack of resources remained the primary causes for the lack of significant progress on countering terrorism in some countries in the Western Hemisphere (...) The Tri-Border Areas of Argentina, Brazil, and Paraguay remained an important regional nexus of arms, narcotics, pirated goods, human smuggling, counterfeiting, and money laundering – all potential funding sources for terrorist organizations. More than 100 individuals from South America and the Caribbean, some also taking family members, have left the region to fight with the Islamic State of Iraq and the Levant (ISIL). South America and the Caribbean also served as areas of financial and ideological support for ISIL and other terrorist groups in the Middle East and South Asia. In addition, Hizballah continued to maintain a presence in the region, with members, facilitators, and supporters engaging in activity in support of the organization. This included efforts to build Hizballah’s infrastructure in South America and fundraising, both through licit and illicit means. (COUNTRY REPORTS ON TERRORISM, EUA, 2016)

---

<sup>131</sup> Publicado em junho de 2016, disponível em <http://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2015/257519.htm> acesso em 12/07/2016.

A retórica em torno das especulações acerca da atuação de organizações criminosas e terroristas na região e da ineficiência do governo dos Estados argentino, brasileiro e paraguaio, iniciadas nos anos 1990<sup>132</sup> e fortemente reiteradas após o 11 de setembro, têm um objetivo claro: justificar as possíveis futuras ações políticas e a progressiva militarização da região. De acordo com o professor Reginaldo Nasser (2009, p.117), os discursos em torno da ideia de falência estatal podem, não apenas indicar, de fato, a possibilidade de ação livre de organizações terroristas, mas também ser pano de fundo para que grandes potências conduzam uma “intensa disputa por áreas ricas em recursos naturais”.

### 3.3 Os Recursos Naturais da Tríplice Fronteira

A região transfronteiriça é extremamente rica em recursos naturais, sobretudo recursos hídricos, dispondo da maior usina hidrelétrica do mundo em termos de produção acumulada<sup>133</sup> - a Itaipu Binacional -, cujo gerenciamento é compartilhado entre os governos brasileiro e paraguaio. Além do volume dos rios Paraná e Iguaçu, a região é contemplada com um dos maiores reservatórios de água doce em subsolo do mundo: o Aquífero Guaraní.

O Sistema Aquífero Guaraní consiste num corpo hídrico subterrâneo e transfronteiriço que abrange parte dos territórios de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Possui um volume acumulado de 37.000 km<sup>3</sup> e área estimada de 1.087.000 km<sup>2</sup><sup>134</sup>. Apesar de estudos acerca das características fisiológicas do Aquífero ainda estarem em desenvolvimento, estima-se que seja

---

<sup>132</sup> Até hoje, as investigações acerca da autoria dos atentados em Buenos Aires na década de 1990 foram pouco conclusivas – e as acusações permeiam os mais altos escalões da política argentina. Um dia após tomar posse como presidente, Mauricio Macri, conforme indicou durante sua campanha, declarou, oficialmente, que não apelaria à decisão judicial que alegava a inconstitucionalidade do acordo firmado entre Argentina e Irã para o estabelecimento de uma Comissão da Verdade, formada por cinco juristas internacionais, para apuração conjunta e elucidação acerca dos autores dos atentados. Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/42595/macri+desiste+de+tentar+manter+acordo+entre+ira+e+argentina+para+investigar+atentado+a+amia.shtml> ; acesso em 21/11/16.

<sup>133</sup> Conforme informações disponíveis no site da Usina Itaipu Binacional, disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/energia/comparacoes> Acesso em 13 de janeiro de 2017.

<sup>134</sup> Dados do Ministério do Meio Ambiente do Brasil. Disponível em <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/8617-aqu%C3%ADfero-guarani> Acesso em 12/07/2016

uma das maiores reservas de água doce, em subsolo, do mundo<sup>135</sup> e o com maior facilidade de acesso<sup>136</sup>. Em artigo publicado em 2008, o pesquisador paraguaio, professor da Universidad Nacional de Asunción, Ramón Fogel, pontua:

En ese contexto de creciente demanda mundial y relativa escasez de agua el acceso y control de este acuífero es de importancia estratégica indudable (Ceceña y Motto, 2005), no solo para los países bajo cuyo suelo se encuentra este recurso, sino para actores extraterritoriales. El alcance político del recurso deriva del hecho que su control y/o posesión del agua, interesa a todos los paraguayos y a los ciudadanos de los países a los cuales subyace el acuífero. Una manera de prefigurarnos los conflictos potenciales sobre el manejo del acuífero es prestando atención a los problemas observados recientemente con el uso del agua. *Algunos analistas indican, que el agua, junto al petróleo, se constituyen en centro de conflictos globales en las últimas décadas, y en esa medida pueden suponerse que las grandes corporaciones apoyadas por los países ricos prestan atención al acuífero, al cual puedan echar mano y explotarlo* (FOGEL, 2008, p. 282 grifo nosso).

Fogel, no mesmo artigo, faz uma crítica ao envolvimento do Banco Mundial e da Global Environment Facilities (GEF) no financiamento de projetos de pesquisa para gestão e utilização sustentável do Sistema Aquífero Guarani, uma vez que se tratam de dois organismos estreitamente ligados aos interesses de grandes corporações e que compartilham com estas, discursos favoráveis à privatização de recursos ambientais. O projeto, em andamento, objetiva dar apoio aos quatro países sob os quais se encontra o aquífero, para, conjuntamente, elaborar e implementar um marco comum, institucional, legal e técnico para manejo e preservação do Sistema Aquífero Guarani. Organizações sociais ligadas à rede social “Grito das Águas” e outras organizações e movimentos sociais presentes na região das três fronteiras afirmam que o projeto liderado pelo Banco Mundial tem como objeto obter informações estratégicas para as grandes corporações que direcionam seus investimentos para o mercado das águas e objetivam a privatização de recursos ambientais (FOGEL, 2008, p. 284)

A historiadora e assessora em assuntos sobre o Aquífero Guarani e recursos naturais no Congresso Nacional Argentino, Elsa M. Bruzzone, em artigo publicado no livro *Las tropas norte-americanas y la geografía del saqueo*, pontua a importância geopolítica dos recursos hídricos:

---

<sup>135</sup> Para estudo detalhado das propriedades do Aquífero Guarani e a gestão compartilhada de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, ver RIBEIRO (2008)

<sup>136</sup> FOGEL, 2008, p. 272

Los datos más optimistas informan que para el año 2025, unas 3.500.000.000 de personas padecerán escasez de agua potable. Pero los científicos más pesimistas estiman que esa carencia afectará a 7.000.000.000 de niños, mujeres y hombres, habitantes de este planeta, sobre una población total estimada para entonces en 8.000.000.000 de personas. Basta con echar una mirada a los mapas hidrológicos del mundo para darse cuenta de la magnitud del problema que se avecina y para entender por qué el agua potable es el nuevo recurso estratégico, no sólo de este siglo, sino de los venideros. (BRUZZONE, 2005, p. 132).

Em entrevista dada para a revista brasileira *Carta Maior*, em junho de 2016, o cientista político brasileiro, Moniz Bandeira, denuncia as negociações entre o presidente neoliberal recém-eleito na Argentina, Mauricio Macri e o presidente norte-americano, Barack Obama, para a instalação de bases militares estadunidenses na Tríplice Fronteira e em Ushuaia. De acordo com o ex-professor da Universidade de Brasília:

As reservas petrolíferas da companhia inglesa Lockhopper's North Falkland até maio de 2016 se duplicaram, chegando a mais de 300 milhões de barris. As estimativas às que eu tive acesso indicam que o potencial na zona é de quase um bilhão de barris. Outras duas companhias inglesas estavam por operar nos jazimentos petrolíferos das Malvinas. A vitória de Mauricio Macri aumentou o apetite dos investimentos dos Estados Unidos na região. Este é, possivelmente, um dos fatores que levam os Estados Unidos a estabelecer negociações para a implantação de uma base militar em Ushuaia, e na Patagônia, mais próximas da Antártida, além de outra na Tríplice Fronteira, onde está parte do Aquífero Guarani, o maior manancial subterrâneo de água doce do mundo, com um total de 200.000 km<sup>2</sup>. O manancial transfronteiriço abarca territórios no Brasil (840.000 Km<sup>2</sup>), Paraguai (72.500 Km<sup>2</sup>), Uruguai (58.500 Km<sup>2</sup>) e Argentina (225.000 Km<sup>2</sup>). (...) As bases ainda não existem, mas tenho informação de que estão sendo negociadas com Macri. É um velho desejo dos Estados Unidos, e agora aproveitam a situação política favorável. As bases têm uma tipologia comum. Se chamam quase-bases, módulos que podem servir em caso de emergência. No Paraguai, começaram com a construção de uma grande pista no aeroporto de Mariscal Estigarribia. Essa quase-base foi iniciada em 1980, com a construção de módulos para alojamento de 16 mil soldados, que depois foi ampliada, com uma nova pista do aeroporto, radares e hangares. Logo, as atividades foram freadas, em grande medida devido a pressões do Brasil, e assim não se viu nenhum contingente militar estacionando por lá, embora já houvesse a garantia legal de imunidade aos soldados estadunidense, aprovada pelo Senado do Paraguai em 2005. (...) Existe um desenho geopolítico e estratégico criado por Washington, que consiste na instalação de uma base em Ushuaia e outra na Tríplice Fronteira (...) Seu objetivo é recuperar e aumentar a presença militar na América do Sul, que parece ter se reduzido desde a perda da base de Manta, no Equador, e desde que a Justiça da Colômbia considerou inconstitucional a instalação de sete bases no país. Bases reconhecidas como tais existem em El Salvador (Comalpa), Cuba (Guantánamo), Aruba, Curaçau e Porto Rico. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos mantêm na América Latina algumas bases informais e legalmente ambíguas. O Pentágono as chama quase-bases, para evitar tanto o escrutínio do Congresso quanto a reação interna dos países. As quase-bases estão no Peru, Honduras, Costa Rica, Panamá, Equador e Colômbia, entre outros países ao largo do litoral do Pacífico. As quase-bases na Antártida e

na Tríplice Fronteira representam uma ameaça à soberania de Argentina e à segurança do Brasil. O presidente Lula rejeitou o acordo para que os Estados Unidos tivessem bases de lançamentos de foguetes em Alcântara, no norte da Amazônia. (MONIZ BANDEIRA, *Carta Maior*, 2016)<sup>137</sup>

O interesse dos EUA, na Amazônia, por exemplo, não é nenhuma novidade<sup>138</sup>. Os governos brasileiros, por diversas vezes, manifestaram profunda preocupação com o estabelecimento de bases militares norte-americanas em territórios de países vizinhos, próximos à fronteira com a Amazônia brasileira. O mesmo aconteceu, em 2005, diante das pressões do governo norte-americano para o estabelecimento de bases militares na região paraguaia do Chaco<sup>139</sup>. Sobre a questão específica das acusações sobre existência de células terroristas na região das três fronteiras, o professor Moniz Bandeira argumenta que o objetivo real norte-americano seria:

(...) instalar no *hinterland* da América do Sul uma força de deslocamento rápido, para intervir em situações de conflito de baixa intensidade, como levantes na Bolívia, e/ou controlar, como se supôs, uma zona, como a da Tríplice Fronteira, com a maior reserva mundial de água potável, recurso estratégico, cuja carência se previa para o futuro (BANDEIRA, 2004, p. 328).

Nesse sentido, não podemos afirmar que a construção social da ameaça terrorista na Tríplice Fronteira esteve, desde o início, vinculada a um suposto interesse norte-americano nos recursos naturais – sobretudo nos recursos hídricos – da região. No entanto, pensar a extensão e constante reelaboração desse discurso de criminalização e iniciativa de securitização da região, a partir desse ponto, parece ser importante em termos de análise de questões de segurança regional – sobretudo diante da aproximação por parte dos governos liberais que ascenderam na América Latina e que apoiam políticas de militarização e apoio da presença de bases norte-americanas em territórios latino-americanos soberanos.

Por fim, cumpre apontar que as suposições acerca da presença de terroristas ou de seus financiadores na Tríplice Fronteira representa um risco multifacetado para os países da região – risco de destruição da harmonia social entre as diversas comunidades, em razão do estigma

---

<sup>137</sup> *EUA querem bases em Ushuaia e na Tríplice Fronteira*, Carta Maior, 21 de junho de 2016 Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/-EUA-querem-bases-em-Ushuaia-e-na-Triplice-Fronteira-/6/36313> Acesso em 12/07/2016.

<sup>138</sup> A primeira manifestação clara de tal interesse data de 1849, quando os EUA iniciaram uma campanha para forçar a abertura do Amazonas à navegação (BANDEIRA, 2004, p. 25).

<sup>139</sup> Na época, a deputada federal brasileira, Maninha (PT-DF), argumentou que “a perspectiva de criação de uma base militar dos Estados Unidos em território paraguaio deve ser vista com reservas pelo Brasil, num contexto que leve em conta nossa segurança externa como país soberano” (BRASIL, 2005).

lançado por muitos sobre os muçulmanos da região; risco de deterioração da relação entre os países vizinhos no caso da troca de acusações sobre supostas negligências na segurança da região ou, até mesmo, por desacordos no entendimento acerca da natureza que constitui crimes de terrorismo e, por fim, embora mais remoto, risco de intervenção militar - conforme proposta, em 2001, pelo secretário do Pentágono, Douglas Feith<sup>140</sup> - uma vez que a securitização, quando de fato perpetrada, implica ações de exceção por parte do ator securitizador que, naturalmente, pode envolver aspectos militares.

---

<sup>140</sup> Disponível em: <http://agenciartamainor.uol.com.br/agencia.asp?id=135&coluna=boletim> Acesso em 23/06/2016.

## CAPÍTULO IV: ANÁLISE DAS AUDIÊNCIAS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA INICIATIVA DE SECURITIZAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA

### 4.1 O Papel da Mídia no processo de iniciativa de securitização: entre o ator securitizador e as audiências

Threats to political well-being emerge from “the great battle of ideas, information and traditions” that surrounds competition among ideologies (BUZAN, 1983, p. 77)

A construção da narrativa acerca da suposta ameaça terrorista representada pela comunidade árabe-muçulmana da Tríplice Fronteira, em consonância com os discursos que permeiam a alta incidência de crimes transnacionais e a ineficiente presença das forças de segurança dos Estados na região – ou a existência de um Safe Haven – é perpetrada, sobretudo, pelo governo norte-americano que age no papel de ator securitizador – ora com maior e ora com menor apoio dos governos latino-americanos na fronteira em escrutínio. Os discursos dessas autoridades, no entanto, raramente chegam de forma direta nas audiências almejadas. Nesse caso, a mídia é um vetor fundamental na propagação dessas ideias ou na efetivação da iniciativa de securitização, tendo em vista que o apoio das audiências é condição *sine qua non* para o sucesso da securitização.

O que define a efetivação dos processos de securitização é a adoção, sobretudo por parte dos Estados – uma vez que são os atores mais capacitados na conjuntura do sistema internacional atual - de ações emergenciais e fora do escopo das políticas públicas comuns, a fim de inibir a ameaça identificada que, em tese, coloca em risco a existência de determinada unidade coletiva. De acordo com Barry Buzan (1998, p. 27): “*it is important to note that the security speech act is not defined by uttering the word security. What is essential is the designation of an existential threat requiring emergency action or special measures and the acceptance of that designation by a significant audience*”. Mesmo não desenvolvendo mais a

fundo o conceito de audiência e seu papel efetivo nos processos de securitização, sua centralidade é reivindicada por parte dos autores da Escola de Copenhague.

Por meio da sugestão da perspectiva do *Pragmatic Act*, Balzacq (2009a, p.60) complementa a definição da securitização como “*a sustained argumentative practice aimed at convincing a target audience to accept, based on what it knows about the world, the claim that a specific development is threatening enough to deserve an immediate policy to curb it*”. Nesse sentido, as audiências para as quais se dirigem os discursos de securitização e o contexto nos quais estão inseridos as audiências e os atores securitizadores são definitivos para o logro, ou não, dos discursos dos atores securitizadores. Stritzel (2007) afirma que tal contextualização deve ser tanto sociolinguística como sociopolítica.

Baseando-se num quadro de tradições que circunscreve influências sociológicas e psicológicas, sugere-se que a segurança é um princípio organizador invocado pelos atores políticos - e crucialmente amplificado ou comprimido pelos meios de comunicação - num esforço para canalizar as formas em que as questões são pensadas. O funcionamento de um enquadramento de securitização esclarece as condições em que “o conteúdo social e o significado da segurança produzem ameaças” (Balzacq, 2009a, p. 64). Nos estudos sobre securitização, a estrutura midiática pode ser entendida tanto como uma variável independente - ou seja, uma estrutura que sofre os efeitos do processo de securitização -, como uma variável dependente, no sentido de fomentar ou comprimir o discurso do ator securitizador (VULTEE, 2011, p. 78).

A mídia teve um papel central no processo de iniciativa securitização da Tríplice Fronteira. No entanto, a forma como cada Estado, institucionalmente, interagiu com as veiculações midiáticas – constantemente desprovidas de comprovações das acusações que propagava – foi bastante diferente. Da mesma maneira, apesar de haver a institucionalização de mecanismos multilaterais para cooperação em matéria de combate ao terrorismo na região, o governo de cada Estado tratou a questão, no âmbito doméstico, de uma maneira específica. No contexto da década de 1990, por exemplo, frente aos atentados em Buenos Aires, o governo argentino teve uma postura mais incisiva em relação à afirmação da suposta existência de “terroristas” na região – promovendo discursos de securitização - e, por diversas vezes proferiu acusações de negligência aos países vizinhos que, na maior parte das vezes, rechaçavam as afirmações de que havia provas contundentes para as acusações perpetradas.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, foi a vez das autoridades paraguaias corroborarem o discurso norte-americano e promoverem uma verdadeira “caça às bruxas” contra os comerciantes árabes muçulmanos na região, contando com apoio financeiro e técnico do governo norte-americano. O governo brasileiro, por sua vez, manteve, sobretudo por meio do pronunciamento de autoridades do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça<sup>141</sup>, da década de 1990 até, pelo menos, o final do governo Dilma<sup>142</sup>, o discurso de reiteração da inexistência de elementos comprobatórios da presença ou financiamento de terroristas na região. Nesse sentido, para analisar o processo de securitização da Tríplice Fronteira, é preciso fazer um recorte institucional de cada país para entender como se deu a relação entre o principal ator securitizador e as diferentes audiências. Para essa pesquisa, especificamente, optamos por analisar a relação entre o ator securitizador e as audiências – formal e moral – em território brasileiro.

Optamos por iniciar essa análise por meio da resposta das audiências às veiculações midiáticas, tendo em vista que esse foi o principal canal por meio do qual as acusações às comunidades árabes muçulmanas de Foz do Iguaçu foram divulgadas, chegando ao ponto do Ministério da Justiça aprovar um sistema de monitoramento de mídia negativa – solicitado pela prefeitura do Município de Foz do Iguaçu –, a fim de punir todos os meios que veiculassem acusações que não pudessem comprovar<sup>143</sup>. Cumpre apontar que o objetivo da presente seção não é analisar a narrativa específica dos diferentes meios de comunicação que veicularam notícias que criminalizavam as comunidades árabes muçulmanas da Tríplice Fronteira, mas analisar o posicionamento das audiências formal e moral frente aos discursos de securitização cujo principal canal de divulgação eram os veículos midiáticos.

O papel da mídia no processo de securitização de Foz do Iguaçu pode ser analisado por diferentes perspectivas. No geral, é possível afirmar que, enquanto a mídia *mainstream* nacional e internacional, na maior parte das vezes, endossou o discurso do ator securitizador, as mídias locais tenderam a abordar as narrativas locais que rechaçavam tais discursos. Existem diversos

---

<sup>141</sup> Por vezes, o posicionamento de instituições policiais domésticas – como a Polícia Federal – pareceu contradizer o discurso de Estado. No entanto, para fins da análise proposta nessa subseção, abordaremos o posicionamento das instâncias mencionadas.

<sup>142</sup> Tendo em vista o “impeachment” da presidenta Dilma Rousseff e a instalação de um governo de orientação neoliberal, cuja primeira medida de política externa alinhada com o governo Argentino, foi o reforço da segurança na Tríplice Fronteira, sob a perspectiva da militarização, não é possível afirmar que tais discursos seguirão as diretrizes que permaneceram até então. Outro ponto de inflexão acerca das diretrizes do atual governo foi o pedido de revisão do voto brasileiro na Resolução da UNESCO que versa sobre a preservação do patrimônio histórico nos territórios ocupados da Palestina.

<sup>143</sup> Disponível em: <http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/prefeito-de-foz-acusa-rede-cnn-de-terrorismo/>  
Acesso em 01 de janeiro de 2016.

motivos possíveis para tal posicionamento diferenciado que vão desde os prejuízos econômicos que as narrativas hegemônicas trouxeram para a cidade - cuja economia, em grande parte, depende do turismo – até a harmonia social que permeia os diferentes grupos sociais que compõem a comunidade do município de Foz do Iguaçu<sup>144</sup>

Nesse sentido, foi necessário racionalizar um recorte que atendesse os objetivos específicos dessa subseção. Com a intenção de entender, especificamente, qual foi o papel da mídia no processo de iniciativa de securitização, enquanto um intermediário entre os agentes de securitização e as principais audiências, nos pareceu interessante utilizar nessa subseção uma análise das principais notícias selecionadas pela Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu em uma pasta denominada “Terrorismo”. Entendemos que a principal audiência-alvo do ator securitizador, precisamente na análise desse processo no município de Foz do Iguaçu, é o governo brasileiro, uma vez que consiste na audiência formal que dispõe dos meios para o endosso e a efetivação da securitização<sup>145</sup>. No entanto, analisando o processo dentro do Estado brasileiro entendemos que a audiência local – formal e moral -, ou seja, a população e as instituições governamentais do município, têm um papel crucial na maneira como o processo se desenvolveu o processo de securitização.

As notícias selecionadas para análise são, portanto, aquelas disponíveis na Biblioteca Municipal Elfrida Engel, de Foz do Iguaçu, na pasta nomeada “Terrorismo”. Dentro da proposta apresentada, o recorte pode ser explicado pela tentativa de entender como as principais audiências envolvidas na questão – o governo e a população local – perceberam todo o processo de iniciativa de securitização e como – por meio da seleção de reportagens -, perpetuam, institucionalmente, a memória social local sobre os principais eventos que envolveram a cidade nas narrativas hegemônicas sobre terrorismo internacional, sobretudo após os atentados de 11 de setembro. A Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu fica localizada na sede da Fundação Cultural Municipal, dispõe de poucos funcionários e mantém um acervo relativamente pequeno.

---

<sup>144</sup> Para informações mais detalhadas acerca do posicionamento da mídia local, sugiro a leitura do artigo “Atravessando as Américas: a “Guerra ao terror”, os árabes e as mobilizações transfronteiriças em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este”, de John Tofick Karam (2011).

<sup>145</sup> O endosso dos discursos de securitização pelo Estado brasileiro seria fundamental para o sucesso do discurso de securitização. O único cenário em que tal endosso seria dispensável, seria no caso de uma intervenção militar estrangeira, que significaria, provavelmente, um conflito interestatal – nesse caso, a única audiência fundamental para o ator securitizador seriam o público e as instituições norte-americanas – sobretudo o congresso norte-americano -, que precisariam reconhecer que a Tríplice Fronteira representa uma ameaça existencial que justifica o ônus de uma intervenção militar.

Além da pasta denominada “Terrorismo”, que dispõe de várias reportagens, selecionadas pelos funcionários locais, sobre a inserção da cidade nessa narrativa, há também uma pasta denominada “Religião”, na qual pudemos encontrar relatos de manifestações ecumênicas em favor da defesa das comunidades muçulmanas frente às narrativas hegemônicas de terrorismo internacional. Uma análise geral permite afirmar que a maior parte das reportagens selecionadas pelos funcionários da Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu são de veículos midiáticos do estado do Paraná e do município de Foz do Iguaçu. As reportagens se referem, principalmente, às manifestações de entidades políticas nos níveis federais, estaduais e municipais acerca das acusações proferidas pelo governo dos Estados Unidos – sempre em caráter de rejeição. Cumpre apontar que as reportagens são todas sobre eventos após os atentados de 11 de setembro de 2001.

Ao longo desta subseção serão descritas algumas das reportagens dispostas na referida pasta “Terrorismo” da Biblioteca, bem como as reportagens às quais as reportagens selecionadas fazem referência. O objetivo principal é entendermos, a partir da memória social institucionalmente reconhecida por meio da seleção de reportagens da Biblioteca Municipal, o papel desempenhado pelas diferentes audiências participantes do processo de securitização, considerando a mídia como a principal intermediária do ator securitizador e as audiências. Da mesma maneira, buscaremos compreender o contexto social, político e econômico do município, considerando a relação fundamental de codependência entre as agências e o contexto. Para melhor esclarecimento durante essa análise, é importante notarmos uma observação de Vultee (2001) acerca da variável midiática no processo de securitização de temas relacionados ao terrorismo:

Terrorism allows both journalists and audiences to render quick judgements on story types, actors, and appropriate solutions “without knowing much, if anything, about the particular people, groups, issues or even places involved”. The actor who can successfully “call security” on an act of political violence is likely to gain significant advantages, but not without effort. Securitization is negotiated with multiple audiences: the political establishment and the public can provide formal and moral support, respectively, but both audiences are addressed – and speak back – through the media (VULTEE, 2011, p. 80)

Uma das reportagens selecionadas, publicada no jornal *O Estado do Paraná*, em 25 de outubro de 2001<sup>146</sup>, reproduz os discursos do ator securitizador, replicando uma notícia

---

<sup>146</sup> EUA PREPARAM OPERAÇÕES SECRETAS EM FOZ DO IGUAÇU, *O Estado do Paraná*, 25 de outubro de 2001.

publicada, inicialmente, pelo *Washington Times* que, citando “fontes do Pentágono” – ator securitizador com legitimidade o suficiente para proferir discursos dessa natureza – afirma “existirem provas de que membros da Al-Qaeda, organização terrorista do dissidente saudita Osama Bin Laden, estão agindo na região da Tríplice Fronteira”. A organização também estaria envolvida “com o tráfico de drogas na Colômbia”. O jornal afirma que, de acordo com as fontes citadas, “foi encontrada prova da presença de membros da Al-Qaeda nessa terra de ninguém” e que a “Casa Branca estuda a realização de operações secretas nas cidades de Foz do Iguaçu, no Brasil, Puerto Iguazu, na Argentina e Ciudad del Este, no Paraguai”. E pontua, ainda que “na região existe uma grande comunidade islâmica, e alguns de seus membros são considerados suspeitos de ter contato com organizações terroristas. Há indícios de que imigrantes tenham dado apoio aos atentados contra a embaixada de Israel, em 1992, e a associação judaica Amia, em 1994”.

A reportagem intitulada “Terrorismo tem QG na fronteira” publicada em 30 de outubro de 2001, no *Jornal do Iguaçu*<sup>147</sup>, aborda a problemática levantada pelo governo municipal acerca da veiculação de notícias que vinculam a região com o terrorismo internacional. No dia anterior a essa publicação, o jornal *O Globo* havia divulgado uma reportagem informando que o governo americano afirmara que a região, definida como “terra de ninguém”, seria um “quartel general logístico que centraliza coleta de contribuições para a causa islâmica”. Diversas acusações dessa natureza teriam levado o prefeito de Foz do Iguaçu, Sâmis Silva (PMDB), a pedir, em Brasília, a intervenção do Ministro da Justiça, José Gregori, para “acabar com as especulações que recaem sobre a região, de abrigar células terroristas”. A reportagem, publicada no *Jornal do Iguaçu*, diz o seguinte:

Segundo O Globo, o FBI (Polícia Federal Norte-Americana) e a CIA (Serviço de Inteligência norte-americano) garantem que Bin Laden tem conexão com as Forças Armadas Colombianas (Farc) e que o narcotráfico na América Latina foi intensificado depois que a guerra no Afeganistão prejudicou o tráfico de heroína na Ásia. A associação da região ao narcotráfico se deve à grande concentração de imigrantes do Oriente Médio que vivem em Ciudad del Este e Foz do Iguaçu. Na fronteira moram cerca de 12 mil integrantes da comunidade árabe, o que, segundo as autoridades norte-americanas, facilitaria a ação dos simpatizantes de Bin Laden. As investigações apontam que outro foco de terrorismo estaria fortemente infiltrado na cidade colombiana de Maicao, próxima à fronteira com a Venezuela. No local, 70% do comércio são controlados pela comunidade islâmica, na qual há células do grupo radical Hezbollah. Uma fonte de O Globo teria revelado, segundo o jornal, que os comerciantes instalados ali fazem contribuições equivalentes a 10% e até 30% de seus lucros. E os responsáveis pelo caixa remetem o dinheiro via bancos de Maracaibo (Venezuela) e do Panamá. O Ministro da Justiça, José Gregori, informou que não tem conhecimento de

---

<sup>147</sup> TERRORISMO TEM QG NA FRONTEIRA, *Jornal do Iguaçu*, 30 de outubro de 2001.

qualquer investigação conclusiva sobre núcleos da Al-Qaeda no Brasil. O delegado-chefe da Polícia Federal, em Foz, Joaquim Mesquita, não quis comentar a reportagem<sup>148</sup>.

A reportagem afirma ainda que “Foz do Iguaçu se ressentiu dos prejuízos causados pelas especulações que recaem sobre a região. Um balanço das consequências dos atentados terroristas nos Estados Unidos sobre o turismo local, revela uma queda de 40% no setor”. Essa é uma informação à qual devemos dar bastante atenção se quisermos entender, mais a fundo, a forte resistência das audiências brasileiras em endossar os discursos do ator securitizador, tendo em vista que Foz do Iguaçu é uma cidade cuja economia depende, fortemente, do turismo, tanto de compras como relacionados, principalmente, às Cataratas e à barragem de Itaipu, e dispõe de vários complexos hoteleiros.

O turismo é um dos principais setores em termos de geração de emprego e fonte de recursos para a população da Tríplice Fronteira e a influência econômica dos atores de capital privado são determinantes na estruturação do território transfronteiriço. Grande parte dos benefícios ligados ao turismo é reinvestida na zona transfronteiriça, para onde retornam em forma de consumo e impostos (CARNEIRO FILHO, 2013, p. 166). A economia da região se caracteriza pelo peso de um conjunto de atividades ligadas ao turismo tradicional, baseada sobre a exploração de recursos naturais, representada pelas Cataratas do Iguaçu<sup>149</sup>, a qual se soma, desde o final do século XX, a barragem de Itaipu<sup>150</sup>. A Tríplice Fronteira conta, ainda, com o turismo de compras e de negócios – este último, principalmente, a partir de 2007 (Ibid.).

Até o ano 2000, a maior parte do turismo para cidade de Foz do Iguaçu era de pessoas ligadas a atividades da economia informal que compravam diversas mercadorias em Ciudad del Este e revendiam em cidades brasileiras. Durante muito tempo, a cidade testemunhou um confronto entre a Receita Federal - e outros órgãos que trabalhavam no combate ao contrabando e descaminho - e os setores empresariais ligados ao turismo - como proprietários de hotéis, transportadores, comerciantes -, tendo em vista que a atuação mais incisiva desses órgãos trazia prejuízos a cidade, uma vez que a atividade ilícita movimentava, substancialmente, a economia local (Ibid., p. 167). De acordo com Hoffman (2013), esse cenário ganhava evidência em períodos eleitorais, quando diversos candidatos faziam do ataque às medidas da Receita

---

<sup>148</sup> TERRORISMO TEM QG NA FRONTEIRA, *Jornal do Iguaçu*, 30 de outubro de 2001.

<sup>149</sup> Em 2012, o Parque Nacional do Iguaçu (lado brasileiro) e o Parque Nacional Iguazú (lado argentino) receberam, juntos aproximadamente, dois milhões e novecentos mil visitantes (CARNEIRO FILHO, 2013, p. 167).

<sup>150</sup> A Itaipu recebeu quase um milhão de visitantes em 2012 (CARNEIRO FILHO, 2013, p. 167)

Federal, sua plataforma eleitoral. Nesse contexto, muitos empresários locais começaram a investir em um novo público para turismo em Foz do Iguaçu, que não estivesse vinculado apenas com transações da economia informal.

Em 2001, foi criado o COMTUR – Conselho Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu S/A, em substituição ao FOZTUR. O COMTUR consiste em uma empresa de economia mista criada pelo Município de Foz do Iguaçu para fomentar o turismo na cidade (regido pela lei municipal número 2.442/2001). A atuação do COMTUR ao longo da década de 2000, ao lado da Receita Federal do Brasil, foi fundamental para que o turismo de negócios suplantasse em importância o turismo dos “sacoleiros” na economia do município. Em 2012, Foz do Iguaçu foi eleita pela Associação Internacional dos Congressos e Convenções, a quarta cidade brasileira mais procurada para eventos de negócios, ficando atrás de Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília (FOZ DO IGUAÇU DESTINO DO MUNDO, 2012)<sup>151</sup>.

Cumpram-se apontar, portanto, que a queda violenta do turismo na cidade, como consequência da vinculação das comunidades árabes muçulmanas da região com o terrorismo internacional, resultou em uma grave perda econômica para a classe empresarial da cidade, para os comerciantes e para o governo municipal. Nesse sentido, tanto a audiência moral quanto a audiência formal rejeitaram, veementemente, os discursos do ator securitizador, recorrendo, inclusive, ao Ministério da Justiça para que as mídias que veiculassem notícias que criminalizassem as comunidades fronteiriças, sem provarem tais acusações, respondessem criminalmente. Nesse diapasão, os vereadores da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu aprovaram, de forma unânime, uma “moção de repúdio”<sup>152</sup> ao noticiário veiculado pela CNN em 08 de novembro de 2001<sup>153</sup>.

Apesar das principais acusações terem sido veiculadas em 2001 e 2002, elas se perpetuam até hoje. Em 2011, por exemplo, a revista *Veja* veiculou uma reportagem, citando nominalmente membros das comunidades árabes muçulmanas como vinculados a “organizações terroristas”<sup>154</sup>. A publicação gerou uma manifestação de repúdio organizada pela Sociedade Beneficente Islâmica de Foz do Iguaçu, na qual estavam presentes os *shayks* sunita,

---

<sup>151</sup> Disponível em: [http://www.fozdoiguacudestinodomundo.com.br/edicoes anteriores](http://www.fozdoiguacudestinodomundo.com.br/edicoes_anteriores) Acesso em 18 de setembro de 2016.

<sup>152</sup> BEVERNANSO, Maurício. “PF nega e Câmara aprova moção de repúdio” *A Gazeta do Iguaçu* 10 de novembro de 2002.

<sup>153</sup> WHITBECK, Harris; ARSENEEN, Ingrid. “Terrorist find haven in South America” *CNN Transcript* 08 de novembro de 2001.

<sup>154</sup> A REDE DE TERROR NO BRASIL, Revista *Veja*, Edição 2211, 06 de abril de 2011.

xiita e lideranças políticas de Foz do Iguaçu<sup>155</sup>. Apesar de, em 2013, quando da primeira eleição da vereadora Anice Gazzoui (na época, vinculada ao Partido dos Trabalhadores – PT, atualmente vinculada ao PTN), a Revista Veja ter enviado uma mensagem de pedidos de desculpas para a vereadora – que se estendia a toda a comunidade muçulmana da região<sup>156</sup>, a revista voltou a veicular tais acusações em 2014<sup>157</sup> – dessa vez não constituía uma capa da revista, como em 2011, mas, ainda assim, reiterava o discurso do ator securitizador.

Outra reportagem interessante selecionada pela Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu, datada de 9 de novembro de 2002, revela a determinação do prefeito Sâmis Silva (PMDB) que a Procuradoria Geral do Município estudasse a melhor medida para acionar judicialmente os veículos de comunicação que difamassem a “imagem de Foz do Iguaçu como destino turístico”<sup>158</sup>. Na reportagem, o prefeito afirma que “não há qualquer fundamento nas notícias desse tipo que tentam, sistematicamente, prejudicar a imagem de Foz do Iguaçu como um dos destinos turísticos mais conhecidos do mundo”. A notícia traz, ainda, informações sobre as comunidades árabes-muçulmanas da região, o monitoramento de mídia negativa adotado pela prefeitura de Foz do Iguaçu e o pronunciamento do Ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro:

A fronteira passou a ter uma mídia negativa em função da crise econômica que empurrou para a informalidade milhares de pessoas. Elas encontraram na compra e revenda de mercadorias comercializadas em Cidade do Leste o principal meio de subsistência. Em função desse comércio, a região passou a abrigar a segunda maior comunidade árabe do Brasil. Cerca de 12 mil árabes vivem entre Foz do Iguaçu e Cidade do Leste. A Polícia Federal, reiteradas vezes, desmentiu as ilações da rede norte-americana. Sâmis da Silva determinou ainda aos departamentos de Comunicação e de Informações Institucionais, um maior monitoramento da mídia para identificar matérias difamatórias contra Foz do Iguaçu. “Não podemos compactuar com esse tipo de terrorismo que alguns órgãos de imprensa insistem em fazer contra Foz do Iguaçu, disse Sâmis. O monitoramento da mídia negativa contra Foz do Iguaçu foi adotado pela prefeitura logo após os ataques terroristas contra os EUA (...) Após o ataque, alguns veículos afirmaram que a região da Tríplice fronteira abrigava várias células terroristas que teriam ajudado a financiar os ataques contra as torres gêmeas do World Trade Centre. As matérias consideradas caluniosas são encaminhadas à Procuradoria Geral do Município e podem ser anexadas em ações (...) O Ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ribeiro, negou, ontem, a existência de grupos terroristas ligados à Al-Qaeda

---

<sup>155</sup> COMUNIDADE ÁRABE DE FOZ ORGANIZA ATO DE REPÚDIO À REVISTA VEJA, *Cebrapaz*, abril de 2011. Disponível em: <http://cebrapaz.org.br/site/todas-as-noticias/476-comunidade-arabe-de-foz-organiza-ato-de-repudio-a-revista-veja.html> Acesso em: 15 de janeiro de 2016. Também disponível em: <http://www.horadopovo.com.br/2011/abril/2951-20-04-2011/P3/pag3g.htm> Acesso em 18 de janeiro de 2016.

<sup>156</sup> Conforme informações fornecidas pela vereadora ao longo da presente pesquisa.

<sup>157</sup> Disponível em: <http://veja.abril.com.br/mundo/relatorio-dos-eua-aponta-preocupacao-com-terrorismo-na-triplice-fronteira/> Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.

<sup>158</sup> SÂMIS CONDENA MÍDIA NEGATIVA CONTRA FOZ, *O Globo*, Cidades, 9 de novembro de 2002.

ou ao Hezbollah na chamada tríplice fronteira (...) “pode haver um ou outro episódio isolado, mas não há registro de células terroristas até agora” assegurou o ministro.

É interessante notar que o prefeito de Foz do Iguaçu, Sâmis Silva, como um representante da audiência formal em nível local, rechaça o discurso do ator securitizador - e seu endosso pela mídia - utilizando o mesmo termo que esse utiliza para criminalizar as comunidades da região, e classifica as notícias veiculadas pela agência norte-americana *CNN* como um ato de “terrosimo de imprensa”. Nesse sentido, o prefeito busca utilizar toda a força do termo para responder às acusações indicando o nível de gravidade do crime cometido pelo ator securitizador e pela imprensa. No contexto da Guerra ao Terror conduzida por Washington, é possível afirmar que a securitização ocorre, mais facilmente, quando a palavra “terrorismo” é reivindicada, mais ainda do que quando a palavra “segurança” é pronunciada (VULTEE, 2013, p. 78). Nesse sentido, um representante da audiência formal busca, por meio do mesmo termo, apontar a “ameaça” criada por meio das acusações não fundamentadas. Uma ameaça que, igualmente, pode ser classificada como existencial, uma vez que coloca em risco a harmonia social e a estabilidade econômica dessa unidade coletiva.

O discurso do prefeito também denota, mais uma vez, a máxima preocupação com o turismo na cidade, quando afirma que tais notícias objetivam “prejudicar a imagem de Foz do Iguaçu como um dos destinos turísticos mais conhecidos do mundo”. A reportagem publicada na *Gazeta do Paraná*, em 13 de novembro – poucos dias após a reportagem do jornal *O Globo* -, aborda, mais uma vez, a insatisfação da audiência formal municipal acerca do discurso do ator securitizador endossado pela grande mídia. A reportagem informa que a Promotoria de Defesa dos Direitos Constitucionais de Foz do Iguaçu “comprou a briga” do município contra as organizações de mídia que “publicam reportagens mostrando a cidade como um ‘ninho’ de células terroristas ligadas a diversos grupos extremistas de origem islâmica” e o promotor Luiz Francisco Marchioratto teria começado a despachar ofícios para os escritórios brasileiros da rede CNN, “interpelando aquela organização de mídia sobre a existência de provas sobre as informações divulgadas pela imprensa”. Ainda de acordo com a reportagem:

Na manhã da última feira, a CNN publicou a informação, desacompanhada de qualquer tipo de prova documental ou material, de que supostos grupos terroristas estariam reunidos na região da Tríplice Fronteira para planejar ataques contra alvos nos EUA e Israel. A matéria permaneceu durante todo o dia no site da empresa na internet e ganhou ampla repercussão em outros veículos de comunicação, ampliando os efeitos negativos sobre a imagem da

cidade no contexto nacional e internacional (...) A correspondência a ser enviada à sucursal brasileira da CNN seria o passo inicial para a abertura de um procedimento investigatório baseado na *defesa das garantias constitucionais dos cidadãos e da cidade*, com reflexos em diversas áreas. “Isso envolve até direito do consumidor, porque, partindo-se do pressuposto de que nada ficou comprovado, está sendo feita uma publicidade negativa e enganosa”, diz o promotor Luiz Marchioratto. *O passo seguinte para atuar no caso, segundo o promotor, é o envolvimento direto da diplomacia brasileira (Itamaraty) na defesa firme da cidade*. “Esse envolvimento inclusive já vem acontecendo, porque várias vezes Brasília já se manifestou contrária a essas notícias”(Gazeta do Paraná, 13 de novembro de 2002, grifo nosso)<sup>159</sup>

Para melhor esclarecimento, cumpre apontar aqui quais são as principais notícias veiculadas pela CNN, às quais se dirigem os protestos por parte das audiências moral e formal do município de Foz do Iguaçu. A primeira matéria<sup>160</sup>, intitulada “Terroristas encontram abrigo na América do Sul”<sup>161</sup> adverte que “fontes [não identificadas] disseram à CNN acreditar que a região da tríplice fronteira está sendo usada como refúgio e fonte de abastecimento para terroristas”<sup>162</sup>. A segunda, divulgada, aproximadamente, uma semana após a notícia supracitada, refere-se à suposta existência de uma foto das Cataratas do Iguaçu numa casa abandonada por supostos terroristas, em Cabul<sup>163</sup>.

Em 8 de novembro de 2002, a mesma rede de notícias voltou a colocar a Tríplice Fronteira no “mapa do terror”, afirmando “ter havido uma ‘cúpula terrorista’ na cidade paraguaia de Ciudad del Este e seus arredores”<sup>164</sup>. Os terroristas seriam representantes dos “grupos terroristas Hizbollah e Al-Qaeda”. Na reportagem havia, ainda, a informação de que “fontes no Oriente Médio disseram que a América do Sul havia se transformado em base de um novo esforço de grupos terroristas contra os EUA” e que dentre seus líderes estavam iranianos e libaneses. A reportagem afirmava, ainda que “o líder do Hizbollah na Tríplice Fronteira”, Assaad Ahmad Barakat, teria escapado da polícia e estaria escondido no Brasil ou no Líbano – quando, na verdade, Barakat estava sob a custódia da Polícia Federal brasileira.

---

<sup>159</sup> PROMOTORIA VAI INTERPELAR CNN, *Gazeta do Paraná*, 13 de novembro de 2002.

<sup>160</sup> Na realidade, em janeiro de 1995, o jornalista do New York Times, James Brooke, noticiou que “comerciantes libaneses quase engasgaram no seu chá das cinco quando viram a região [ da Tríplice Fronteira] descrita como ‘o triângulo do terror’ no noticiário da CNN Em Español. BROOKE, James “Foz do Iguaçu Journal. Smuggling, Yes, but Darker Crimes are Disowned”. New York Times, 11 de janeiro de 1995.

<sup>161</sup> WHITBECK, Harris; ARNESEN, Ingrid. “TERRORISTS FIND HAVEN IN SOUTH AMERICA” *CNN Transcript 08 DE NOVEMBRO DE 2001*. Vale citar que essa mesma notícia infundada foi citada por duas publicações das Forças Armadas dos Estados Unidos (HUDSON, 2003).

<sup>162</sup> WHITBECK, Harris; ARNESEN, Ingrid. “TERRORISTS FIND HAVEN IN SOUTH AMERICA” *CNN Transcript 08 DE NOVEMBRO DE 2001*.

<sup>163</sup> “CNN Newsnight with Aaron Brown” *CNN Transcript*, 16 de novembro de 2001.

<sup>164</sup> BOETTCHER, Mike. SOUTH AMERICA ‘TRI-BORDER’BACK ON TERRORISM RADAR, *CNN 08 de novembro de 2002*.

A referida reportagem acarretou na manifestação do embaixador brasileiro em Washington, Rubens Barbosa e da embaixadora paraguaia em Washington, Leila Rachid de Cowless<sup>165</sup>. Cumpre apontar, igualmente, que o processo da Prefeitura de Foz do Iguaçu contra a rede CNN foi arquivado, em 2004, após a rede Turner International do Brasil alegar “não ser responsável pelo conteúdo jornalístico produzido pela matriz nos Estados Unidos e reproduzido no Brasil” (KARAM, 2011, p.222), nesse sentido, a ação teria que ser movida contra a matriz Turner Broadcasting System, com sede em Atlanta, nos Estados Unidos.

É possível perceber que, as mazelas resultantes das acusações contra Foz do Iguaçu tiveram desdobramento extremamente negativo, sobretudo em termos econômicos, tendo em vista que o turismo, atividade chave na economia da cidade, caiu em torno de 40% logo após o 11 de setembro e a imediata vinculação das comunidades muçulmanas locais com o terrorismo internacional. Algumas fontes consultadas, ao longo dessa pesquisa, afirmam que 40% consistiria em uma análise otimista e que tal queda teria chegado a, pelo menos, 60%. Os prejuízos à classe empreendedora e aos comerciantes locais acarretou na pressão destes sobre a prefeitura do município para que fossem tomadas medidas de proteção contra os discursos securitizadores. A prefeitura, por sua vez, também deixou de angariar muitos impostos – dentre outras taxas - com a queda do turismo e iniciou uma pressão sobre o governo federal para que tais acusações fossem, veementemente, rechaçadas.

As respostas ao ator securitizador vinham, diretamente, do Ministério das Relações Exteriores – como audiência formal capacitada a lidar com tais discursos no âmbito sistêmico. À audiência formal local cabia lidar com o problema, em âmbito legal, exigindo que os meios de comunicação, com sede no Brasil, que veiculassem tais notícias fossem punidos uma vez que difamavam a cidade sem apresentar provas contundentes das acusações proferidas. A audiência moral, nesse caso, é formada, principalmente, pela classe empresarial, pelos comerciantes e pelas comunidades árabes muçulmanas, uma vez que consistem nos principais setores envolvidos, diretamente no processo de securitização. Cabe lembrar, que de acordo com Balzacq (2011, p. 8), as audiências (ou *empowering audiences*) podem ser definidas como grupos sociais – institucionais (audiência formal) ou não institucionais (audiência moral) – que têm relação causal direta com securitização – ou com os objetivos almejados por meio do processo de securitização - e que tem a capacidade de viabilizar – ou de consentir – a adoção

---

<sup>165</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0811200201.htm> Acesso em 14 de setembro de 2016.

de medidas de exceção, por parte do ator securitizador, a fim de deter a “ameaça” socialmente construída e compartilhada. Balzacq (2011) pontua, ainda:

The securitizing actor is sensitive to two kinds of support, formal and moral. They can be congruent or not; nonetheless the more congruent they are, the more likely the public issue will be successfully securitized. Be that as it may, although moral support conditions formal backing, the two should not be conflated; they are of a different status and are unequally distributed depending on whether the target audience is a formal institution (...) While moral support is, generally, necessary, alone, it is not enough. Often, it is the formal decision by an institution (for instance in the form of a vote by a Parliament, Security Council, or Congress) that mandates the government to adopt a specific policy. This support is generally, necessary and sufficient. The requirement of a ‘direct causal connection with desired goals’ is important because audiences do not have the same ‘power over’ a given securitizing actor. Be that as it may, securitizing agents always strive to convince as broad an audience as possible because they need to maintain a social relationship with the target individual group. In common with the desire to transmit information, political officials are responsive to the fact that winning formal support while breaking social bonds with constituencies can wreck their credibility (BALZACQ, 2011, p. 9)

Outra reportagem interessante, selecionada pela Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu, diz respeito à visita de Steven Monblatt, secretário-executivo do Comitê Interamericano contra o Terrorismo da OEA<sup>166</sup> à Foz do Iguaçu, acompanhado do Diretor da Itaipu Binacional, Jorge Samek e do cartunista Ziraldo Alvez Pinto. Conforme declarado por Samek, a visita objetivava “reestabelecer a verdade” – por meio de uma fonte que inspira credibilidade - sobre “as informações erradas e deturpadas sobre a região” que trouxeram “prejuízos enormes”. Durante a visita, Monblatt teria afirmado que não havia constatações acerca da presença de células terroristas na região e que as autoridades da Tríplice Fronteira estariam mais preocupadas com a repercussão dessa suposição de que o próprio Departamento de Estado norte-americano. O embaixador informou, também que a maior preocupação referente à região é o envio de divisas para o exterior. Nas palavras de Monblatt:

(...) a questão mais preocupante hoje na tríplice fronteira refere-se à remessa de dinheiro para o exterior. Ele sugere que a comunidade árabe tome algumas precauções para evitar que as doações feitas a entidades beneficentes e organizações existenciais e políticas em seus países de origem venha, de alguma forma, mesmo que indiretamente, beneficiar atividades terroristas.

---

<sup>166</sup> Steven Monblatt também foi Coordenador de Contraterrorismo do Departamento de Estado Norte-Americano.

Conforme analisado no segundo capítulo desse trabalho, o Estado libanês está organizado por meio de um sistema político confessional do qual o *Hizballah* dispõe de participação ativa, tendo conquistado, por meio de eleições, um número significativo de assentos no parlamento. O *Hizballah* constitui, portanto, um ator político extremamente relevante no cenário libanês e é por meio de sua representatividade que a população xiita – sobretudo no sul do Líbano – tem acesso aos recursos gerenciados pelo Estado. Nesse sentido, acusar membros da comunidade muçulmana da Tríplice Fronteira – 90% oriunda do Vale do Bekaa - de complacência com o terrorismo internacional<sup>167</sup> pelo envio de divisa para instituições em seu país de origem que, “de forma direta ou indireta”, mantém relações com o *Hizballah* é uma atitude descabida. Cumpre apontar, uma vez mais, que o Líbano considera o *Hizballah* um partido político legítimo e seu braço armado, no sul do país, como um movimento de resistência igualmente legítimo, se recusando a adotar a classificação norte-americana, apesar dos constantes esforços desse último<sup>168</sup>. Da mesma maneira, o Itamaraty só considera como “grupo terroristas” aqueles que assim são reconhecidos pela ONU<sup>169</sup> – e não é o caso do *Hizballah*. Assim como o governo brasileiro, um dos maiores especialistas em terrorismo da atualidade, Alan Krueger, da Universidade de Princeton afirma: “(...) durante o período em que estudei [o Hizbollah], ele pode mais apropriadamente ser definido como uma organização de resistência” (KRUEGER, 2007, p. 35).

Ainda na reportagem sobre a visita de Monblatt, a questão referente aos prejuízos causados na economia de Foz do Iguaçu pelos discursos de securitização, foram reiterados:

A declaração do diplomata (...) encerra a polêmica sobre as supostas denúncias que mancharam a imagem da Terra das Cataratas do Iguaçu internacionalmente. Após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, nos EUA, passou-se a dizer, com incentivo de fontes ligadas aos órgãos de inteligência do governo norte-americano, que a tríplice fronteira abrigava, por exemplo, células terroristas da Al-Qaeda de Osama Bin Laden. Até hoje, Foz e as demais cidades da região, que tem no turismo sua principal fonte de renda,

---

<sup>167</sup> Embora haja a acusação da presença do HAMAS e al-Gama‘a al-Islamiyya na TF (HUDSON, 2003), há poucas tentativas mais cuidadosas de explicar como se dá esta presença – algo diferente do que é feito ao tratarem do Hizbollah. Tanto em relatórios oficiais do governo dos EUA como em artigos de alguns autores que tratam da possível presença do terrorismo na TF, muito pontualmente se vê explicações mais elaboradas, como a feita por Hudson (2004, p. 75-77) sobre um possível membro da al-Gama‘a al-Islamiyya vivendo na região, El Said Hassan Ali Mohamed Mukhis.

<sup>168</sup> Por meio da análise das seções dedicadas ao Líbano no *Patterns of Global Terrorism* e no *Country Reports on Terrorism*, é possível afirmar que existe uma forte pressão para que o país condene as ações do braço armado do *Hizballah*, o classificando como uma “Organização Terrorista”. No entanto, o posicionamento do governo libanês é de que o *Hizballah* constitui parte do quadro político institucional libanês e seu braço armado consiste num movimento de resistência à ocupação estrangeira.

<sup>169</sup> Mesmo após a promulgação da Lei Antiterrorista brasileira, em 2015, o país segue, até o momento, adotando a lista de sanções a organizações e indivíduos envolvidos em atividades terroristas elaborada pelas Nações Unidas.

sofrem com esse tipo de alarmismo (...). Samek diz que a região das três fronteiras é um exemplo para o mundo de convivência pacífica entre povos que vieram de lugares, os mais distantes, e construíram uma comunhão. “Aqui o árabe vive bem com o judeu, o polonês pode viver bem com o alemão, o brasileiro com o paraguaio e o argentino”, afirma. “Essa região é um dos destinos turísticos mais importantes do mundo. E o turista quer paz, beleza, segurança e é isso que temos a oferecer”<sup>170</sup>.

Em 18 de julho de 2006, o jornal *Gazeta do Povo* publicou uma reportagem com a seguinte manchete “Foz do Iguaçu questiona EUA sobre acusações de terrorismo”<sup>171</sup>. A reportagem informa que, após tomar conhecimento acerca da “disposição anunciada pelos Estados Unidos de formar uma força tarefa antiterror para atuar na região”, o prefeito de Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald Ghisi, anunciou que solicitaria por meio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que o governo norte-americano fizesse uma investigação na cidade para confirmar a existência de terroristas antes que iniciasse a força tarefa. Mac Donald declarou: “vamos pedir isso aos próprios norte-americanos. Não aceitamos essa acusação. Temos prejuízo porque estamos em uma cidade que recebe o mundo”. Mais uma vez, é possível afirmar que peso do turismo na economia de Foz do Iguaçu foi um fator essencial para o engajamento das audiências no rechaçamento dos discursos do ator securitizador. Da mesma maneira, a audiência formal local pressiona a audiência formal em nível federal, exigindo uma resposta oficial do governo brasileiro. O prefeito de Foz afirmou, ainda, que escreveria uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para informá-lo do problema, assim como ao governador do Estado do Paraná.

Cumpramos apontar que, contextualmente, em julho de 2006 acontecia mais um conflito entre o *Hizballah* e o Estado de Israel – o que nos faz pensar que o aumento da pressão sobre a comunidade libanesa, exatamente nesse momento, pode ter sido impulsionado pelo envolvimento de seus compatriotas em um conflito com o maior aliado norte-americano no Oriente Médio<sup>172</sup>. Da mesma maneira, a reportagem supracitada traz a informação de que a Câmara dos Representantes norte-americana exigiria que os países da OEA adicionassem o *Hizballah* e o *Hamas* às listas domésticas de Organizações Terroristas. Da mesma maneira, é nesse período que a cidade está recebendo um grande investimento no setor turístico, sobretudo

---

<sup>170</sup> SECRETÁRIO DA OEA RECHAÇA TERRORISMO NA REGIÃO DE FOZ. Tribuna do Paraná. 1 de agosto de 2003.

<sup>171</sup> FOZ DO IGUAÇU QUESTIONA EUA SOBRE ACUSAÇÕES DE TERRORISMO. *Gazeta do Povo*, 18 de julho de 2006.

<sup>172</sup> Para entender mais profundamente a influência do lobby israelense no Congresso norte-americano recomendo a leitura de MEARSHEIMER, John. *O Lobby de Israel*, 2006 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002006000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300003) Acesso em 03 de agosto de 2016.

no setor de “turismo de negócios” (CARNEIRO FILHO, 2013). A referida reportagem traz, ainda, as seguintes informações:

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil informou, por meio da assessoria de imprensa, que a posição do governo brasileiro é a de que não há indícios de atividades terroristas na região. Para o Itamaraty, o governo norte-americano estará desrespeitando a soberania brasileira caso a medida (criação de uma força tarefa) seja tomada. A posição do Itamaraty está fundamentada em um documento assinado pelos governos da Argentina, Brasil, Estados Unidos e Paraguai durante a IV Reunião Plenária do Grupo 3+1 sobre a Segurança da Tríplice Fronteira, realizada em dezembro de 2005, em Brasília. Conforme o documento, ficou decidido que se algum país tivesse informações sobre atividades terroristas na região deveria avisar aos outros. No entanto, até o momento, não houve comunicado oficial sobre o tema, ao governo brasileiro. O delegado-chefe substituto da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, Renato Lima, diz que existe um trabalho na fronteira, voltado ao combate ao terrorismo, crime de alçada federal que pode ocorrer como qualquer outro.<sup>173</sup>

A reportagem abre espaço para a opinião de Zaki Moussa, então presidente do Centro Cultural Beneficente Islâmico de Foz:

Para Moussa, a atitude dos Estados Unidos explica-se por que o país tem a intenção de dominar pontos importantes do mundo, incluindo a tríplice fronteira, região com potencial de água, energia e comércio. Os árabes seriam usados como desculpa para os americanos justificarem sua presença na região. Quanto às remessas de dinheiro para o Líbano e outros países do exterior, Moussa diz que o envio de dinheiro é feito para pagar fornecedores de mercadorias e ajudar a família, atitude comum a qualquer imigrante. Segundo ele, árabes que vivem nos Estados Unidos, Canadá e outros países também mandam dinheiro para os parentes.<sup>174</sup>

A análise das principais reportagens selecionadas pela Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu, dispostas na pasta denominada “Terrorismo”, nos permite afirmar que a memória que a cidade, institucionalmente, reserva acerca dos principais momentos nos quais foi alvo de duras acusações contra as comunidades árabes muçulmanas locais, referem-se, sobretudo, às respostas das audiências formal e moral aos discursos dos agentes securitizadores e seu endosso pela mídia, incluindo a montagem de um sistema de monitoramento de mídia negativa. E que os impactos negativos no fluxo de turistas foram nefastos para a economia da cidade, levando a mobilização das diversas audiências afetadas, direta e indiretamente.

---

<sup>173</sup> FOZ DO IGUAÇU QUESTIONA EUA SOBRE ACUSAÇÕES DE TERRORISMO. *Gazeta do Povo*, 18 de julho de 2006.

<sup>174</sup> Ibid.

## 4.2 A audiência formal: securitização ou iniciativa de securitização?

Conforme expusemos no terceiro capítulo desse trabalho, o posicionamento do governo brasileiro frente aos discursos do ator securitizador - em relação à suposta ameaça existencial representada pelas comunidades árabes muçulmanas na Tríplice Fronteira-, sempre foi bastante categórico ao garantir que não existem elementos comprobatórios da presença ou financiamento de terroristas a partir da Tríplice Fronteira. O propósito da presente subseção é analisar o posicionamento do governo brasileiro – enquanto principal audiência-formal alvo dos discursos do ator securitizador, sobretudo, a partir do posicionamento do Ministério das Relações Exteriores do Brasil – uma vez que é o órgão responsável por posicionar, oficialmente, o Estado brasileiro frente aos problemas internacionais -, mas também a partir do eventual posicionamento dos Ministérios da Defesa e da Justiça e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), uma vez que, conforme a Estratégia Nacional de Defesa, aprovada no decreto 6.703/2008, também constituem órgãos responsáveis pela prevenção e combate ao terrorismo no Brasil.

Na década de 1970, quando houve as primeiras especulações acerca da presença de terroristas na Tríplice Fronteira, após o atentado à embaixada israelense em Asunción, o jornalista iguaçuense, Aluizio Palmar, apurou que o Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) – um dos principais aparelhos de “segurança” do regime militar ditatorial brasileiro - interrogou vários árabes que atuavam em Ciudad del Este e solicitou à delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu “informações sobre a ideologia dos membros da comunidade árabe [...] alvos da investigação” (KARAM, 2011, p. 208). De acordo com Palmar, os escritos da Polícia Federal, na década de 1970 que atribuíam aos árabes “atividades de organização terrorista” empregavam a linguagem das autoridades militares do Brasil – e do Paraguai – utilizada para qualificar a ameaça representada pelos “comunistas”. O envolvimento do governo militar, nesse período, parece ter se restringido às usuais violações dos direitos civis para fins de garantia da “segurança nacional”, mas não houve, de fato, a securitização ou mesmo a iniciativa de securitização da região, tampouco o endosso da existência de “organizações terroristas muçulmanas”, oficialmente, por parte do Estado.

Com os atentados ocorridos em Buenos Aires, na década de 1990, as narrativas acerca da presença de supostos terroristas na região, novamente, vieram à tona, conforme detalhado no capítulo anterior. Apesar de repudiar, veementemente, as acusações acerca da existência de

redes terroristas na cidade brasileira fronteiriça, o governo brasileiro, foi bastante cooperativo em relação aos esforços multilaterais que tomaram corpo nesse período, sendo o mais importante deles, o “Grupo dos Três” – formado pelos governos argentino, brasileiro e paraguaio –, o qual se tornaria “Grupo 3+1”, com a entrada dos Estados Unidos, no final de 2002.

Enquanto, ao longo da década de 1990, a Argentina acusava o Itamaraty de ser negligente e não cooperativo, o Brasil via a tentativa de vincular os ataques à embaixada israelense e à AMIA, ambos em Buenos Aires, como uma forma encontrada pelas autoridades argentinas para compartilhar o ônus político e a responsabilidade por não ter conseguido avançar nas investigações sobre o atentado<sup>175</sup>. Ao mesmo tempo, o governo brasileiro via como problemática a presença de diversas práticas ilícitas transnacionais na região – como contrabando, lavagem de dinheiro, roubo de automóveis, narcotráfico e tráfico de armas –, mas sempre reiterando que não havia provas contundentes da relação de tais crimes com episódios de violência política.

Nesse sentido, a cooperação brasileira em temas de segurança para a região era mais interessada em mecanismos de combate a organizações criminosas do que na preocupação acerca de atividades de “terroristas islâmicos” na região. Hoffman (1998) já versava sobre vinculação entre crimes de violência política e crimes transnacionais de natureza econômica. Da mesma maneira, a Resolução 1373 do Conselho de Segurança da ONU reconhece a estreita ligação entre terrorismo internacional e crime organizado transnacional (como narcotráfico, contrabando de materiais nucleares, lavagem de dinheiro entre outros) e a Comissão Antiterrorismo organizada no cenário pós 11 de setembro, no âmbito das Nações Unidas, exige dos países a observância dessas relações, o que fez com que o Brasil se mantivesse cooperativo no âmbito multilateral, no que concerne à questão da Tríplice Fronteira mas sempre rejeitando a criminalização das comunidades árabes muçulmanas da região. Nesse sentido, Ciro Cunha (2009) pontua que o Brasil vê a cooperação em matéria de antiterrorismo como uma oportunidade para a cooperação contra o crime organizado.

---

<sup>175</sup> GAZIR, Augusto. Clima de conflito deve marcar cúpula. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 set. 1998b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft25099804.htm>>. Acesso em 19 de julho de 2016.

Em cotejo com a baixa prioridade conferida pelo Brasil à temática do terrorismo, cumpre ressaltar a oportunidade aberta pelo fortalecimento do regime internacional antiterrorista no que tange ao combate à criminalidade organizada, área de elevada preocupação para o País. Afinal, existem elos entre as redes criminosas e terroristas transnacionais, sendo os instrumentos de cooperação internacional semelhantes nos dois campos – basicamente, compartilhamento de informações, cooperação judicial e controles de fluxos de pessoas e bens (CUNHA, 2010, p. 117)

Em 1998, os mecanismos multilaterais de cooperação se tornaram mais abrangentes com a aprovação do Plano Geral de Segurança para a Tríplice Fronteira e do Plano de Cooperação e Coordenação Recíprocas para a Segurança Regional, “mais abrangente pois aplicável a todas as fronteiras do Mercosul e envolvendo, também, Chile e Bolívia” (CUNHA, 2009, p. 58). O plano apresentava como objetivo a melhora da assistência recíproca “entre forças de segurança e policiais, coordenar as ações operativas e implementar um sistema conjunto de informações e comunicações, denominado Sistema de Intercâmbio de Informações de Segurança do MERCOSUL” (VAZ, 2004, p. 95). Para Alcides Costa Vaz, tais iniciativas:

(...) configuravam, ao mesmo tempo, respostas ao aumento do narcotráfico e às pressões norte-americanas por maior proatividade do Brasil no seu enfrentamento. Ambos os planos contemplam a cooperação entre as forças de segurança, as forças policiais, as autoridades aduaneiras e os órgãos de inteligência com vistas ao intercâmbio de informações, ao desenvolvimento de operações conjuntas e ao monitoramento do movimento de pessoas e bens através das fronteiras (VAZ, 2004, p. 94).

Apesar dos diversos mecanismos de cooperação antiterrorista multilateral de efetiva participação do governo brasileiro, é possível afirmar que o tema do terrorismo não ocupava um lugar muito importante na agenda nacional de segurança até 2001. Após os atentados de 11 de setembro e a retomada da onda de acusações contra as comunidades árabes muçulmanas da Tríplice Fronteira, o Brasil passou a se manifestar mais incisivamente acerca do tema. Logo após esses atentados, o embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Rubens Barbosa, se pronunciou afirmando que “(...) o impacto dos ataques terroristas no Brasil e na América do Sul (...) foi tão sério, tanto política como economicamente, e é ainda mais significativo para a América do Sul do que em qualquer outro lugar do mundo” (BARBOSA, 2003, p.80). Da mesma maneira, como informado no capítulo anterior, o presidente Fernando Henrique

Cardoso, imediatamente expressou solidariedade aos EUA e, em seguida, invocou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Em junho de 2002, os países do hemisfério estreitaram os instrumentos de cooperação antiterrorista por meio da adoção da Convenção Interamericana Contra o Terrorismo (CICTE), reconhecendo a OEA como foro legítimo para a discussão dessa ameaça transnacional dentro das Américas (FERREIRA, 2010, p. 147). Entre os objetivos elementares da Convenção estão “a troca de informação entre autoridades, o estabelecimento de uma base de dados relacionada à questão do terrorismo, proposta de ajuda aos Estados membro na construção de legislação antiterrorismo, aderências às convenções internacionais contra essa ameaça e ampla cooperação em medidas de segurança para viagens (ROCHMAN, 2007, p. 148).

Apesar do compartilhamento dos instrumentos de cooperação hemisférica, o posicionamento do Itamaraty diverge do posicionamento norte-americano no que concerne à suposição da presença de terroristas na América Latina. O posicionamento, que já era vigente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso se tornou ainda mais incisivo durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A posição oficial do governo brasileiro frente às tentativas de securitização da Tríplice Fronteira tem sido balizada por duas considerações fundamentais. A primeira é a constatação de que, até o momento, não existem elementos comprobatórios da existência de células terroristas ou financiadoras do terrorismo na região – mesmo após a intensificação das investigações por meio do Comando Tripartite, em 1996 e do Mecanismo 3+1, em 2002. A segunda é a afirmação de que o Brasil é um país de várias etnias e religiões em convivência pacífica e é, portanto, contrário às nossas tradições estigmatizar determinadas comunidades ou grupos sociais. Ambas as considerações são resumidas no discurso do então chanceler, Celso Amorim, durante seminário realizado pelo Ministério da Defesa:

Inexistem, até o momento, elementos comprobatórios da presença ou financiamento de terroristas a partir daquela região. Não podemos permitir que a Tríplice Fronteira continue sendo apontada como celeiro de terroristas. A vinculação que por vezes se faz entre atividades terroristas e a presença de comunidade de origem árabe na região é particularmente pernicioso e contraproducente. Somos uma sociedade multiétnica e multicultural – a exemplo, aliás, de todas as sociedades do hemisfério - e repudiamos acusações fundadas em preconceitos étnicos e religiosos (AMORIM, 2004)<sup>176</sup>

---

<sup>176</sup> AMORIM, Celso. O Brasil e os novos conceitos globais e hemisféricos de segurança, in Brasil, Ministério da Defesa, Seminário “Atualização do pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança”, disponível em <http://www.defesa.gov.br/enternet/sitios/internet/ciclododebates/textos.htm>

Outro aspecto importante que precisa ser ressaltado é o fato de o *Hizballah* – o principal alvo das acusações contra a Tríplice Fronteira -, não ser considerado, pelo Brasil, uma organização terrorista, conforme explicado pelo embaixador Luis Felipe de Macedo Soares, que pontua que, ao contrário de alguns países, o Brasil não adota listas de organizações terroristas<sup>177</sup>, seguindo as Resoluções da ONU sobre o assunto. O embaixador, igualmente, reitera o rechaçamento de qualquer iniciativa de criminalização baseadas em determinantes culturais:

(...) ao contrário do que fazem os EUA e a UE, o Brasil não adota lista de organizações terroristas, uma vez que nossa legislação não prevê essa prática. Temos, ademais, atuado no sentido de refutar alegações infundadas sobre a presença de grupos extremistas na região da Tríplice Fronteira, objeto de inédito mecanismo de cooperação 3+1, com a Argentina, o Paraguai e os Estados Unidos. Rejeitamos, acima de tudo, qualquer singularização de comunidades dessa ou de qualquer outra região por razões étnicas, lingüísticas ou religiosas, a qual afronta o caráter multirracial e multicultural da sociedade brasileira (SOARES, 2004, p. 165-166)

Em março de 2016, o Congresso Brasileiro aprovou - com vetos da presidenta Dilma Rousseff -, sob pressão dos acordos internacionais de cooperação em matéria de antiterrorismo - mecanismo que constitui uma das principais ferramentas da força estruturante das práticas -, a Lei No 13.260/2016<sup>178</sup> –, ou a Lei Antiterrorista, tipificando este delito no Brasil. Até então, a detenção de cidadãos estrangeiros por crime de terrorismo não era possível, salvo se o mesmo houvesse cometido outro crime que justificasse sua prisão e extradição. Apesar das longas investidas do principal ator securitizador no âmbito da Guerra ao Terror – o governo norte americano -, principalmente a partir de 2001, o governo brasileiro resistiu, bastante tempo, até a tipificação deste crime, uma vez que o “crime de terrorismo” é demasiado subjetivo, implicando percepções fundamentalmente, políticas. Desde, pelo menos, a década de 1940, a

---

<sup>177</sup> Atualmente são poucos os países que oficialmente tem uma lista de organizações tidas como terroristas. Conforme informam os relatórios do Departamento de Estado, entre os que o fazem figuram principalmente Austrália, Canadá, Reino Unido, EUA, Rússia e Índia. Quanto a organismos internacionais, a União Européia também edita uma lista de tais organizações. No âmbito da Organização das Nações Unidas, a Resolução 1267 de 1999 intitula a Al-Qaeda e o Taliban como entidades terroristas (U.S.D.S., 2007)

<sup>178</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm) Acesso em 17 de janeiro de 2017.

premissa de “*one man’s terrorist is another man’s freedom fighter*” permeia as análises das causas subjacentes do terrorismo.

O governo brasileiro, tradicionalmente, adota uma postura de cautela quando aborda a questão do terrorismo, pontuando a importância do desenvolvimento econômico e social como principais meios de combate à violência política<sup>179</sup>. Os governos de Lula e Dilma Rousseff talvez tenham tido discursos mais incisivos nesse sentido, mas, em 2000, o presidente Fernando Henrique já se manifestava:

Não basta, no entanto, acabar com as armas de destruição em massa. O bem-estar das nações é outra importante vertente da paz e da segurança internacionais. É necessário que se encontrem soluções para a escassez, a pobreza e a miséria, e sobretudo para as diversas manifestações de intolerância e de violações dos direitos humanos que colocam em risco a paz mundial. (...) Não pode haver verdadeira paz num mundo crescentemente marcado por disparidades entre as nações, pela concentração de conhecimento, ou pelo predomínio de visões e interesses de curto prazo (FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, 2000)<sup>180</sup>

Em outubro de 2001, logo após os atentados em solo norte-americano e a convocação do TIAR, Fernando Henrique, novamente, pontuou a necessidade de observar as causas subjacentes do terrorismo, afirmando que “é preciso reagir com determinação ao terrorismo, mas ao mesmo tempo enfrentar, com igual vigor, as causas profundas e imediatas de conflito, de instabilidade, de desigualdade. Seria necessário, por exemplo, resolver o conflito israelo-palestino de forma justa e duradoura”<sup>181</sup>. No mesmo sentido, o presidente Lula, em discurso na Cúpula do G-8, pontua:

Estou convencido de que não haverá desenvolvimento econômico sem sustentabilidade social e que, sem ambos, teremos um mundo cada vez mais inseguro. É nesse espaço de desagregação social que prosperam os ressentimentos, a criminalidade e, em especial, o narcotráfico e o terrorismo (LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, 2003)<sup>182</sup>

---

<sup>179</sup> O Brasil é um dos patrocinadores da ideia de segurança econômica coletiva nas Nações Unidas desde 1953.

<sup>180</sup> Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da Sessão Especial do Conselho Executivo da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ), em Haia (09.10.2000), disponível em [http://www.mre.gov.br/portugues/politica\\_externa/discursos/discurso\\_detalhe.asp?ID\\_](http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_)

<sup>181</sup> Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em sessão solene na Assembleia Nacional da República da França, em Paris (30.10.2001), disponível [on-line] in [http://www.mre.gov.br/portugues/politica\\_externa/discursos/discurso\\_detalhe.asp?ID\\_](http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_) DISCURSO=1119 Acesso em 12 de setembro de 2016.

<sup>182</sup> Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Diálogo Ampliado no Contexto da Cúpula do G8, em Evian (01.06.2003), disponível em <http://>

Da mesma maneira, Celso Amorim, em discurso proferido na *London School of Economics*, em março de 2004, pontua:

I would like to distinguish between two sets of cases: (a) on the one hand, situations that are part of the international agenda, irrespective of our will; and (b) on the other hand, our effort to reshape the international agenda – albeit in a limited way – with a view to creating a world more conducive to international cooperation for peace and development. The security challenges stemming from September 11th and the current Iraqi crisis clearly fall into the first category. International terrorism is at the forefront of the international agenda, whatever we may think of its causes, or of the most effective way of coping with it (CELSO AMORIM, 2004)

Figura como parte essencial da percepção brasileira acerca da “ameaça terrorista” – pelo menos até o final do governo Dilma -, a ênfase atribuída às causas subjacentes do fenômeno. Na Conferência “Combatendo o Terrorismo em Prol da Humanidade”, o presidente Lula, mais uma vez, destacou a importância do desenvolvimento social e do respeito aos Direitos Humanos como principais medidas de combate ao terrorismo, declarando que “o terrorismo é um sintoma de mal-estar social. Apoiar valores democráticos e de respeito aos direitos humanos e promover o desenvolvimento econômico das nações e o bem-estar social dos povos são formas de construir sociedades saudáveis, imunes ao terrorismo”<sup>183</sup>. A mesma relação foi traçada pelo chanceler Celso Amorim, segundo o qual “as raízes do terror são profundas e na maioria das vezes se alimentam da exclusão social e da pobreza”<sup>184</sup>. No contexto da Cúpula América do Sul- Países Árabes, o presidente Lula fala do comércio internacional como uma “via de mão dupla” (CUNHA, 2009, p. 124) para o desenvolvimento dos países e pontua “se apenas alguns crescerem, essa árvore poderá ser muito alta, mas os seus galhos serão frágeis e poderão quebrar com a falta de democracia, com o terrorismo existente por causa da má distribuição da riqueza produzida no planeta Terra”<sup>185</sup>

---

[www.mre.gov.br/portugues/politica\\_externa/discursos/discurso\\_detalhe.asp?ID\\_DISCURSO=2099](http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2099) Acesso em 10 de janeiro de 2017.

<sup>183</sup> Palavras do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na conferência “Combatendo o Terrorismo em Prol da Humanidade”, em Nova York (22.09.2003), disponível [on-line] in [http://www.mre.gov.br/portugues/politica\\_externa/discursos/discurso\\_detalhe.asp?ID\\_DISCURSO=2152](http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe.asp?ID_DISCURSO=2152)

<sup>184</sup> C. Amorim, EUA e o mundo, uma perspectiva brasileira, in Folha de S. Paulo, 12.10.2004, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1210200416.htm> Acesso em 18 de outubro de 2016.

<sup>185</sup> Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Cúpula América do Sul – Países Árabes, em Brasília (11.05.2005), disponível [on-line] in <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1105200516.htm>

Seguindo essa mesma diretriz, o então Ministro da Defesa, José Alencar, em discurso proferido na VI Conferência de Ministros da Defesa das Américas apontou que “a fome e a miséria devem ser eliminadas como forma de combater o terrorismo e o crime organizado” (CUNHA, 2009, p. 124). O Ministro também ressaltou a iniciativa do presidente Lula da luta mundial contra a fome e rechaçou o uso da força como solução para as “novas ameaças” (Ibid.). Nesse sentido, fica claro que a posição brasileira em relação às medidas de combate ao terrorismo internacional, permeiam a necessidade de se observar as disparidades e injustiças sociais que permeiam as sociedades, em nível global e promover medidas que busquem maior segurança econômica. Ao mesmo tempo que o governo brasileiro não aceita as justificativas para práticas terroristas, reconhece que tal violência tem raízes sociais e econômicas, logo, apenas o uso da força não é suficiente para erradicar a violência política em todas as esferas. Tal percepção, justifica, em certa medida, o receio do governo em promulgar uma lei antiterrorista capaz de lidar de forma justa e eficiente com a questão.

Cumprir apontar que uma parcela relevante de políticos que, atualmente, compõem a “esquerda” política brasileira já foram denominados terroristas pelo regime ditatorial militar brasileiro e tratados como tal. No contexto da guerra fria, os países alinhados à potência capitalista ocidental norte-americana costumavam atribuir a nomenclatura terrorista, essencialmente, a grupos políticos de ideologia marxista que, diante do cenário de perseguição, atuavam na clandestinidade. A própria presidenta Dilma Rousseff esteve presa, arbitrariamente, por cerca de três anos, durante a ditadura militar, por ser parte da juventude comunista. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) são um exemplo das reciclagens dos discursos securitizadores em matéria de terrorismo na América Latina. Inicialmente, eram tratados como um grupo guerrilheiro comunista, portanto terrorista. Com o fim da lógica da Guerra Fria e a reformulação das “novas ameaças”, a organização passou a ser identificada como “narcoterrorista”.

---

[www.mre.gov.br/portugues/politica\\_externa/discursos/discurso\\_detalle.asp?ID\\_](http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalle.asp?ID_DISCURSO=2611) DISCURSO=2611 [14.05.2005]. Nos subsídios enviados à Embaixada brasileira em Viena em maio de 2002, frisa-se o entendimento de que a luta contra o terrorismo não deve ofuscar o combate às desigualdades econômicas prevaletes no mundo, assimetrias essas que alimentam o terrorismo internacional (Brasil, MRE, SERE para Brasemb Viena, Despacho Telegráfico no 232, 24.05.2002). De forma mais abrangente, em intervenção da delegação brasileira no plenário da 58a AGNU, em outubro de 2003, afirmou-se que a solidariedade no combate ao terrorismo não deve obscurecer a busca da extirpação das raízes desse mal; conflitos, pobreza, preconceito, ignorância e racismo são causas do terrorismo; terroristas encontram solo fértil em situações de conflitos civis e privações, vencendo na frustração e no desespero, manipulando a angústia e a sensação de desesperança dos esquecidos (Brasil, MRE, Delbrasonu para SERE, Telegrama no 2171, 16.10.2003) (CUNHA, 2009, p. 124)

As discussões acerca das causas subjacentes do terrorismo permeiam, também, os debates no âmbito da Organização das Nações Unidas. O Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, convocado pelo Secretário Geral das Nações Unidas, por exemplo:

(...) defende a elaboração de uma estratégia abrangente de combate ao terrorismo, com os seguintes elementos: enfrentar as suas causas estruturais, pela promoção dos direitos políticos e sociais, do Estado de Direito e da democracia, solução de problemas políticos graves como a ocupação estrangeira, combate ao crime organizado, redução da pobreza e do desemprego, e prevenção do colapso de Estados; combater o extremismo e a intolerância, inclusive por meio da educação e do debate público; promover a cooperação antiterrorismo em nível global, em áreas como aplicação da lei, compartilhamento de inteligência, interdição e controles financeiros; fortalecimento da capacidade dos Estados; controle de materiais perigosos, e defesa civil.” (Brasil, MRE, Circular Telegráfica no 53045, 21.12.2004).

No entanto, sobretudo após setembro de 2001, as Resoluções do Conselho de Segurança têm sido cada vez mais taxativas no sentido de compelir os Estados a internalizarem legislações que tipifiquem crimes de terrorismo e proliferarem acordos que versem sobre o tema. O posicionamento do Conselho já foi, inclusive, alvo de protesto por parte do governo brasileiro que criticou a “velocidade da emissão de resoluções sobre terrorismo e contra a prática do CSNU de, sob o Capítulo VII, apelar para que os países negociem convenções antiterroristas – pois não deveria haver constrangimento à liberdade de negociar” (CUNHA, 2009, p. 135). Em intervenção na Assembleia Geral da ONU, o embaixador brasileiro na ONU, Ronaldo Mota Sardenberg fez a seguinte pontuação:

“(...) what we believe is a disturbing tendency to apply a range of explicit enforcement provisions – under Chapter VII – not only to actual threats to international peace and security, but also to potential ones. Moreover, increasingly liberal reference to Chapter VII has led it to become a conceptual umbrella for issues not directly related to security and even to situations where the Security Council may potentially interfere with legal and political prerogatives of States, such as treaty-making. This is not, in our view, the most judicious use of provisions intended to be of last resort, the application of which should result from thorough and exhaustive assessment, grounded on sound criteria and political judgment. The Council should not allow that ambiguities seep into its resolutions and decisions. Nor should it tacitly permit profuse resort to Chapter VII, thus negatively affecting multilateral efforts for the promotion of collective action with a focus on cooperation”.<sup>186</sup>

---

<sup>186</sup> Intervenção do Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Representante Permanente do Brasil na ONU, na 59a AGNU – “Report of the Security Council; Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council and related matters: joint debate”, em Nova York (11.10.2004), disponível em <http://www.un.int/brazil/speech/04d-rms-59agnu-equitablerepresentation-1110.htm> Acesso em 14 de abril de 2016.

Ainda sobre a invocação do Capítulo VII da Carta da ONU, Antônio Patriota pontua que, após a Guerra do Golfo, o Capítulo VII foi invocado em número maior de vezes e reinterpretado em seus meios e objetivos. Seu escopo teleológico de aplicação ampliou-se, passando a incluir situações de emergência humanitária, violações maciças dos direitos humanos, defesa da ordem democrática, proliferação de armas de destruição em massa e combate ao terrorismo (PATRIOTA, 1998)

O capítulo VII foi posto a serviço de uma concepção de paz e segurança internacionais menos tolerante a preceitos como igualdade soberana e não ingerência em assuntos internos, sobretudo quando levantados como escudo para justificar atos de violência do Estado contra o indivíduo, para acobertar terrorismo, para promover o armamentismo agressivo, para perpetuar as formas flagrantes de injustiça (PATRIOTA, 1998, p. 168)

Muito embora não haja, atualmente, um consenso no que concerne à definição de terrorismo, é possível notar que o conceito passou por mudanças relevantes no âmbito da ONU, sobretudo no que concerne à consideração das causas subjacentes desse fenômeno. Enquanto na Resolução 3034 (XXVII), de 1972, há enfoque na autodeterminação dos povos e condenação explícita do colonialismo legitimando movimentos de libertação nacional, nas resoluções posteriores (com exceção das Resoluções 42/129, 54/110 e 55/158) manteve-se o consenso na condenação inequívoca e na qualificação criminosa de todos os atos, métodos e práticas de terrorismo cometidos em qualquer lugar e por qualquer pessoa, não havendo mais referência a qualquer legitimidade vinculada às condições do colonialismo. Em 1994, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) aprovou a resolução 49/60, considerada paradigmática para o tema. A resolução mantém a condenação inequívoca aos atos de terrorismo, institui a necessidade da cooperação internacional para prevenção e repressão desse crime, mas não menciona as causas subjacentes do terrorismo sequer no preâmbulo, retirando a legitimidade de qualquer ato dessa natureza, independente do contexto político, econômico ou social em questão.

A partir de 2001, a ênfase voltou-se inteiramente para medidas de repressão e o terrorismo passou a ser visto como uma ameaça sistêmica à paz e à segurança, ganhando uma significância sem precedentes na agenda de segurança internacional. A Resolução 1368, deferida no mesmo ano, é bastante representativa no que diz respeito à percepção do terrorismo como uma ameaça à segurança em âmbito nacional e internacional, reconhecendo o direito de legítima defesa, individual ou coletiva. A característica transnacional do terrorismo somada ao receio de que armas de destruição em massa fossem disponibilizadas para grupos terroristas (LAQUEUR,

1999, p. 5) endossaram ainda mais o caráter repressivo contra atos de violência política. A Resolução 1373 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), aprovada logo após dos atentados de 11 de setembro, instituiu medidas a serem adotadas por todos os Estados, divulgadas em um documento que pode ser descrito como uma *cartilha antiterrorista supostamente vinculante* (NASCENTES DA SILVA, 2003, p. 103-117), precursora de um processo que objetiva unificar as leis nacionais de prevenção e repressão ao terror (NYE, 2003, p. 1-4).

O Comitê Antiterrorismo (CAT) criado no âmbito dessa Resolução dispõe de diretrizes de caráter obrigatório, aprovadas no âmbito do CSNU com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Uma das medidas, inicialmente, imputadas foi a solicitação de relatórios acerca do andamento do cumprimento das medidas dispostas nos documentos. Em julho de 2004 um terço dos membros da ONU ainda não havia cumprido as recomendações para o período anual e, em razão disso, o CAT passou a classificar alguns países-chave como "não cooperativos", dentre esses, o Paraguai<sup>187</sup>. A Resolução 1611, de 2005, foi ainda mais categórica ao classificar como "ameaça à paz e à segurança" qualquer ato de terrorismo, possibilitando, ao menos em teoria, a invocação do Capítulo VII da Carta da ONU para quaisquer casos que viessem a ser considerados de natureza terrorista, ainda que não haja consenso na definição desse conceito.

Em 24 de setembro de 2014, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a Resolução 2178 que objetiva, sobretudo, exercer poder legislativo para criação de normas internacionais de aplicação geral, baseando-se na suposta ameaça representada pelos "combatentes terroristas estrangeiros". Entre os principais pontos estabelecidos, está o item 6, que versa, precisamente, sobre a medida vinculante de internalização de legislação antiterrorista por parte dos Estados:

---

<sup>187</sup> Em reunião de 19 de setembro de 2004, o Paraguai obteve avaliação bastante negativa do CAT no que tange ao cumprimento dos deveres internacionais antiterroristas. Diversos países insinuaram que lhe falta vontade política de implementar a resolução 1373. Enviou-se carta ao país, em cobrança do cumprimento dos deveres em tela. A escolha do Paraguai como primeiro "alvo" ter-se-ia dado, segundo diplomata russo, por três razões: demonstra indisposição ou dificuldade em cumprir o regime de contraterrorismo; não se situa em área politicamente conturbada; e não é de maioria muçulmana. O Brasil afirmou que as eventuais dificuldades de países nesse cumprimento deve ser examinada com cautela, mas é avaliado que seria importante convencer o Paraguai a cooperar, já que, além de o Brasil ter interesse na credibilidade dos mecanismos multilaterais antiterrorismo, é essencial "evitar que tema envolvendo país da nossa vizinhança imediata seja levado à consideração do CSNU". (BRASIL, MRE, Delbrasonu para SERE, Telegrama nº 2434, 22.09.2004; BRASIL, MRE, Delbrasonu para SERE, Telegrama nº 2435, 22.09.2004).

6. *Recorda* sua decisão, na Resolução 1373 (2001), de que todos os Estados Membros devem assegurar que toda a pessoa que participe do financiamento, planejamento, preparação ou perpetração de atos terroristas ou que preste apoio a esses atos seja levada à justiça, e *decide* que todos os Estados devem assegurar que seu direito interno estabeleça como crimes graves, suficientes para permitir a persecução penal, de forma que reflita devidamente a gravidade do delito: (a) a viagem ou tentativa de viagem, por seus nacionais, a um Estado distinto daqueles de sua residência ou nacionalidade, e a viagem ou tentativa de viagem de outros indivíduos a partir de seus territórios para um Estado distinto daqueles de sua residência ou nacionalidade, com o propósito de perpetrar, planejar, preparar ou participar de atos terroristas, ou fornecer ou receber treinamento para o terrorismo; (b) o fornecimento ou arrecadação intencionais de fundos, por qualquer meio, direta ou indiretamente, por seus nacionais ou em seus territórios, com a intenção de que esses fundos sejam usados, ou com o conhecimento de que serão usados, para financiar a viagem de indivíduos a um Estado distinto daqueles de sua residência ou nacionalidade, com o propósito de perpetrar, planejar, preparar ou participar de atos terroristas, ou fornecer ou receber treinamento para o terrorismo; e, (c) a organização ou outro tipo de facilitação intencionais, inclusive atos de recrutamento, por seus nacionais ou em seus territórios, da viagem de indivíduos que partam para um Estado distinto daqueles de sua residência ou nacionalidade com o propósito de perpetrar, planejar, preparar ou participar de atos terroristas, ou fornecer ou receber treinamento para o terrorismo; (ONU, 2014)<sup>188</sup>

A Resolução prevê sanções aos Estados que não adotarem, em todos os termos, a Resolução do Conselho. Nesse sentido, podemos afirmar que a Resolução da ONU foi decisiva para a adoção, pelo Estado brasileiro, de uma lei nacional antiterrorista. O Estado, no entanto, não dispõe de uma lista de “Organizações Terroristas”, conforme é o caso de outros países – como Estados Unidos, Canada e União Europeia, por exemplo -, adotando a classificação da Lista de Sanções a organizações e indivíduos da ONU. O *Hizballah* – principal organização sobre as quais se baseiam os discursos de securitização da Tríplice Fronteira – não está listado como uma Organização Terrorista, pela ONU, embora alguns indivíduos ligados ao grupo estejam, individualmente, inseridos nas referidas Listas de Sanções.

Thierry Balzacq (2011, p. 15-19) argumenta que a securitização não é, necessariamente, o resultado de um projeto racional no qual a metas são previamente estabelecidas, seguindo uma agenda predeterminada. O “impulso” do argumento, seriam os processos – sutis e decisivos - que surgem para além do nível discursivo, os quais só podem ser revelados por meio de uma análise das práticas. Reckwitz (2002) define práticas como:

A routinized type of behaviour which consists of several elements, interconnected to one another: forms of bodily activities, forms of mental activities, ‘things’ and their use, a background knowledge in the form of understanding and know-how, states of emotion and motivational knowledge (RECKWITZ, 2002, p. 249)

---

<sup>188</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2015/Decreto/D8530.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Decreto/D8530.htm) Acesso em 10 de janeiro de 2016.

Práticas de segurança são conduzidas e legitimadas, principalmente, por meio de ferramentas políticas. Dada a complexidade dos processos de segurança – nos quais os discursos e ideologias são cada vez mais difíceis de serem desconectados e as diferenças entre os atores securitizadores e as audiências são, consideravelmente, desfocadas – há evidências crescentes de que certas manifestações de securitização podem ser melhor compreendidas por meio da análise da natureza e das funções das ferramentas políticas usadas pelos agentes para lidar com os problemas públicos definidos como ameaças (BALZACQ, 2011, p. 15).

As Ferramentas ou instrumentos de segurança são os dispositivos sociais por meio dos quais os profissionais da área de segurança pensam sobre a ameaça. Atuam, portanto, na combinação de determinantes – tidas como dadas – que permearam a percepção dos agentes e fundamentam as práticas de segurança. As ferramentas repousam sobre uma forma de conhecimento *background* sobre determinada ameaça e a forma como deve ser confrontada. Balzacq (2008, p. 79) define os instrumentos de securitização como “*an identifiable social and technical ‘dispositif’ embodying a specific threat image through which public action is configured to address a security issue*”. As ferramentas políticas de segurança, portanto, incorporam as práticas de segurança. Nesses termos, é possível afirmar que as ferramentas políticas moldam as relações sociais.

O foco restrito no aspecto operacional das ferramentas de segurança negligencia duas de suas características cruciais, nomeadamente, os elementos políticos e simbólicos, tendo em vista que instrumentos de securitização são, fundamentalmente, políticos. Em outros termos, a seleção e o uso, bem como os efeitos dos instrumentos de segurança, dependem de fatores políticos e requerem mobilização política (PETERS, 2002, p. 552). Nesse sentido, é preciso ter em mente que, enquanto as ferramentas de segurança têm atributos técnicos, o motivo pelos quais são escolhidos e a forma como são operados e se desenvolvem, bem como as consequências geradas, não podem ser reduzidas aos aspectos técnicos desses instrumentos. Existem atributos simbólicos intrínsecos nos instrumentos de securitização que anunciam às audiências o que pensa o ator securitizador e qual deve ser a percepção coletiva acerca das ameaças.

De acordo com Balzacq (2011, p. 17), as práticas de segurança estão relacionadas, essencialmente, a duas ferramentas políticas: as ferramentas regulatórias e as ferramentas de

capacitação. As Resoluções da ONU, alguns parágrafos acima, um bom melhor exemplo de ferramenta regulatória para securitização, tendo como objetivo influenciar o comportamento dos atores sociais para adoção de determinadas práticas com a aparente finalidade de reduzir ou conter “ameaças”. As ferramentas regulatórias atuam proibindo algumas atividades políticas que, eventualmente, podem se transformar em “ameaças” e promovendo as percepções sobre ameaças. Balzacq e Carrera (2005) utilizam como exemplo de ferramentas regulatórias de securitização a conexão feita entre imigrantes ilegais e atividades terroristas em quase todos os documentos que versam sobre imigração ilegal, desde 2002.

As diretrizes apresentadas nas Resoluções vinculantes do Conselho de Segurança da ONU determinam a maneira como os países deverão perceber, entender e combater os fenômenos de violência política em âmbito global, influenciando, inclusive, a implementação de legislação em nível doméstico. Nesse sentido mesmo quando o Estado – enquanto audiência formal -, num primeiro momento, não cede às expectativas do ator securitizador, a adoção das ferramentas de securitização, impostas por meio de Organizações Internacionais – sob pena de sanções aos Estados que não cooperarem -, implicam, necessariamente, em medidas de segurança que podem, eventualmente, implicar ações do Estado em relação a um tema que, teoricamente, não constitui a percepção doméstica acerca da existência de uma ameaça existencial.

As Ferramentas de Capacitação, por sua vez, operam no ambiente propiciado pelas Ferramentas Regulatórias. Em termos simples, as ferramentas de capacitação consistem na habilitação de indivíduos, grupos e agências para que tomem decisões e realizem atividades que tenha razoável probabilidade de sucesso dentro dos objetivos – postos em termos técnicos, mas passíveis de fundamentos ideológicos – estabelecidos. Enquanto as ferramentas regulatórias se referem, essencialmente, a processos de governabilidade, as ferramentas de capacitação são modalidades específicas para impor disciplina externa aos indivíduos e aos grupos. Nesse sentido, os instrumentos de capacitação incluem troca de informações, treinamento, uso da força entre outros recursos necessários para atingir fins políticos (BALZACQ, 2011, p. 17).

Nesse sentido, quando, desde a década de 1990, os Estados Unidos “colaboram” com as práticas de segurança antiterrorista na América Latina por meio de assistência técnica – e aumentam, drasticamente, essa “colaboração”, após os atentados de 2001, ou ainda, quando fornecem assistência em matéria de segurança para os países “aprenderem” a lidar “de forma “eficiente” com questões de narcotráfico, lavagem de dinheiro, contrabando, entre outros crimes transnacionais -, estão disseminando sua percepção sobre determinados problemas, com

base em uma ideologia e rotinização de práticas e condicionando os Estados para que entendam a suposta ameaça sob um mesmo ponto de vista<sup>189</sup> – um ponto de vista hegemônico. O treinamento de forças policiais latino-americanas pela Polícia Federal americana (FBI), bem como o treinamento e capacitação de agências de inteligência regionais por esta potência hegemônica são exemplos desse tipo de dominação por meio das práticas – mais especificamente por meio desses mecanismos de capacitação. De acordo com o *Country Reports on Terrorism*, publicado em junho de 2016:

All of Brazil's law enforcement agencies with counterterrorism responsibilities have benefitted from U.S. capacity-building training. In 2015, the U.S. Department of State's Antiterrorism Assistance (ATA) program delivered courses to security and law enforcement personnel covering topics such as Critical Incident Management, Airport Security Management, and Fraudulent Document Recognition – all with the goal of enhancing investigative capabilities, building border security capabilities, and supporting Brazil's efforts to prevent terrorist attacks at the 2016 Summer Olympics. Training courses had the added benefit of bringing together disparate agencies, which enhanced Brazilian interagency communication. Brazilian authorities continued to work with other concerned nations – particularly the United States – in combating document fraud. Since 2009, multiple regional and international joint operations successfully disrupted a number of document vendors and facilitators, as well as related human-smuggling networks. The Department of State provided comprehensive and ongoing anti-fraud training to airline and border police units through its Investigations Program (ARSO-I). Since program inception in 2008, ARSO-I has trained thousands of airline personnel and Brazilian Immigration officials at virtually every international port of entry. In addition, since 2008 DHS Immigration and Customs Enforcement (ICE), Homeland Security Investigations (HSI), and Customs and Border Protection (CBP) have trained Brazilian airline employees on identifying fraudulent documents. The U.S.-Brazil Container Security Initiative (CSI) in Santos, which began in 2005, continued to operate throughout 2015. The CSI promotes secure containerized cargo – shipped to the United States – by co-locating DHS CBP personnel overseas with Brazilian customs administrators, to target, detect, and inspect high-risk cargo while facilitating the movement of legitimate trade. CBP's International Affairs and Field Operations Offices conduct joint workshops with Brazil to bolster supply chain security and port security. Similarly, the National Civil Aviation Agency, DPF, and Brazilian Customs (RFB) continued to work with DHS' Transportation Security Administration (TSA) to make modifications to Brazil's National Cargo Security Program (NCSP) to gain TSA recognition of commensurability for cargo security procedures, training, and operations at Brazil's international airports. (COUNTRY REPORTS ON TERRORISM 2015)<sup>190</sup>

Uma das principais críticas tecidas à Teoria da Securitização, conforme proposta pela Escola de Copenhague, se refere à necessidade de capacitação analítica para a determinação da

---

<sup>189</sup> Cumpre apontar que esse tipo de intervenção por meio de ferramentas regulatórias e de capacitação e padronização de práticas de segurança não é algo novo. Nessa pesquisa, abordamos, especialmente, o tema do terrorismo, no entanto, tais práticas de segurança permearam diferentes momentos da história da relação entre EUA e América Latina e Caribe.

<sup>190</sup> Publicado em junho de 2016, disponível em: <http://www.state.gov/j/ct/rls/crt/2015/257519.htm>, acesso em 1 de julho de 2016).

efetiva ocorrência da securitização ou não. De acordo com Salter (2008, p. 328), existe uma enorme variabilidade de *securitizing moves* - ou iniciativas de securitização – uma vez que acontecem de formas diferentes, dependendo da constituição do ator securitizador e das audiências. O autor afirma, ainda, que a maneira como os movimentos de securitização são aceitos ou rejeitados é função das narrativas hegemônicas pelas quais a verdade é autorizada, de quais atores têm poder para falar e de quais são as relações entre os “personagens e o público” (Ibid.).

A análise da conjuntura do processo securitário da cidade de Foz do Iguaçu, no contexto da Tríplice Fronteira, sob a perspectiva sociológica da Teoria da Securitização – considerando a configuração de circunstâncias incluindo o contexto, a disposição psicocultural das audiências, as relações de poder vigente entre ator securitizador e as audiências e entre as diferentes audiências – nos leva a crer que as investidas dos agentes securitizadores não foram endossadas pelas audiências, em nível moral ou formal. O prejuízo econômico causado à cidade por conta da queda do turismo levou a um duro posicionamento da audiência formal e moral em nível local. Por outro lado, o *habitus* que permeia a política de Estado brasileira no que concerne à observância das causas subjacentes do terrorismo e à preservação da harmonia social por meio de discursos que valorizam a multi-etnicidade social e rechaçam a estigmatização de comunidades étnicas e religiosas, garantiam um firme posicionamento do Ministério das Relações Exteriores em relação aos discursos de securitização da Tríplice Fronteira.

Dentro das premissas da Teoria da Securitização, o processo de securitização tem êxito quando determinada questão passa do status de politizado para securitizado, levando à adoção de medidas de exceção devido ao reconhecimento de uma ameaça existencial que requer medidas emergenciais e condução de ações que ultrapassam os procedimentos políticos normais (BUZAN et al, 1998, p. 23). Nesse sentido, podemos afirmar que o tema da “Tríplice Fronteira” foi politizado pelo Estado brasileiro mas não podemos afirmar que foi, de fato, securitizado, tendo em vista que nunca houve reconhecimento, por parte das audiências, de uma ameaça existencial representada pela presença de organizações terroristas na região, tampouco adoção de medidas de exceção que caracterizassem tal processo.

Entretanto, sob os pilares da perspectiva sociológica da securitização, é possível afirmar que a adoção de normas e práticas hegemônicas por parte do Estado brasileiro, no intuito de manter uma postura cooperativa no âmbito multilateral - e evitar sanções por arte de Estados centrais – acaba por disseminar, sobretudo entre as instituições policiais nacionais, uma

perspectiva ideológica hegemônica que, por vezes, tem consequências nefastas sobre determinados grupos sociais. No caso da Tríplice Fronteira, notoriamente, as comunidades árabes muçulmanas locais. Nesse sentido, podemos dizer que, nos moldes da Teoria da Securitização, não houve, de fato, a securitização, por parte do Estado brasileiro, da suposta ameaça terrorista internacional na cidade de Foz do Iguaçu. No entanto, as consequências da iniciativa de securitização foram nefastas para a cidade e, sobretudo, para as comunidades árabes-muçulmanas da região. Nesse sentido, no próximo capítulo, analisaremos a iniciativa de securitização para além dos discursos do ator securitizador. Huysman (1996) já sinalizara que o foco excessivo no ato de fala privilegia os polos de poder e marginaliza aqueles que compõe a audiência e julgam o ato.

Cumprir apontar, ainda, que no caso específico da Tríplice Fronteira, a audiência formal norte-americana – nesse caso, principalmente, o Congresso norte-americano – pode, inicialmente, ter apoiado os discursos securitizadores. No entanto, as principais audiências, definitivamente, são compostas pelos governos latino-americanos que precisariam endossar tais discursos para agirem em sintonia com as aspirações de Washington – caso contrário, tal alinhamento só seria possível por meio de uma intervenção militar na região que, embora cogitada pelo governo norte-americano, não foi levada adiante. Nesse sentido, convencer os governos dos países que compõem a Tríplice Fronteira seria fundamental para o sucesso da securitização. No caso brasileiro, os discursos norte-americanos não foram oficialmente endossados, pelo contrário, foram, recorrentemente, rechaçados. Apesar da posição contrária do governo brasileiro, o país foi extremamente cooperativo no âmbito multilateral, adotando normas e práticas que internalizam, em suas instituições, uma percepção ideológica hegemônica<sup>191</sup> acerca da questão específica as comunidades árabes muçulmanas na região. Cumprir apontar que, embora o governo brasileiro rejeite as acusações acerca de existência de células terroristas na Tríplice Fronteira, o governo assume que existe um problema de segurança pública na região, representada, sobretudo, pela prática de crimes transnacionais de

---

<sup>191</sup> O posicionamento do representante do G-8 na ONU deixa claro o discurso hegemônico. Na sessão de 18.01.2002 do CSNU, o SGNU, Kofi Annan, enfatizou que o terrorismo é arma dos alienados e desesperados; o oferecimento de condições reais de vida digna para todos os humanos inviabilizariam o recrutamento e o apoio ao terrorismo. Coube ao Canadá, que se pronunciou em nome do G-8, contrariar essa visão, afirmando que “the root cause for terrorism is terrorists” (Brasil, MRE, Delbrasonu para SERE, Telegrama no 104, 22.01.2002). Como bem coloca G.Dupas, os EUA ignoram as evidentes relações entre o terrorismo islâmico, o conflito no Oriente Médio e seu próprio papel na região.

contrabando, tráfico de drogas e armas e lavagem de dinheiro e não se opõe a medidas de segurança que permeiam a militarização da região sob o aval desse discurso.

### **4.3 A mobilização da audiência moral**

O não endosso, ou melhor, a rejeição dos discursos do ator securitizador por parte das audiências foi fundamental para o não êxito da iniciativa de securitização de Foz do Iguaçu – no contexto dos discursos acerca da presença de “ameaça terrorista” na Tríplice Fronteira. O papel das audiências formais é sempre o mais relevante nos processos de securitização, tendo em vista que são essenciais para a aceitação efetiva da existência de determinada ameaça e a consequente mobilização do Estado por meio de medidas emergenciais. O papel das audiências morais, no entanto, também é muito importante, uma vez que estas exercem pressão sobre as audiências formais para aceitação, ou não, de discursos de securitização. Além do mais, as consequências dos processos de securitização, normalmente, pesam sobre o público em geral – seja por meio de aumento de tributos, seja por meio das consequências da militarização ou ainda da suspensão, mesmo que temporária, de direitos civis por “questões de segurança”.

Conforme foi possível perceber na primeira subseção desse capítulo – por meio da análise das notícias disponibilizadas na Biblioteca Municipal de Foz do Iguaçu -, a audiência moral local, formada por distintos grupos sociais, exerceu uma forte influência sobre a audiência formal local para que os discursos do ator securitizador fossem, veementemente, rechaçados. Cumpre apontar que, conforme desenvolvido no primeiro capítulo dessa dissertação, as audiências não constituem unidades de análise homogêneas. Nesse trabalho, especificamente, optamos por dividir a audiência em formal e moral e pontuar que dentro de cada grupo existem diferentes grupos sociais.

No caso da audiência formal, existem os níveis municipal, governamental e federal que interagem entre si dentro de uma lógica de relação de poder. A audiência moral de Foz do Iguaçu, por sua vez, é composta por diferentes grupos sociais – empresários, comerciantes, as comunidades árabes muçulmanas, diferentes comunidades ecumênicas, organizações midiáticas locais, sindicatos, entidades filantrópicas, entre outros grupos sociais – que também interagem dentro de uma lógica de relação de poder -, que se viram envolvidos e afetados pelos

discursos do ator securitizador, seja pela difamação da cidade, seja pelo prejuízo financeiro, seja pela indignação com o que percebem a perseguição contra os árabes da região. Cumpre apontar que as comunidades árabes da região estão, conforme pontuamos no segundo capítulo dessa pesquisa, bastante integradas no contexto regional. Muitos imigrantes já estão na região há quase meio século e estabeleceram vínculos profissionais e afetivos com brasileiros, paraguaios e argentinos.

Talvez a maior das manifestações concebidas pela audiência moral de Foz do Iguaçu tenha sido o evento denominado “Paz sem Fronteiras”, realizado em 11 de novembro de 2001, com o objetivo declarado de rechaçar os discursos norte-americanos de securitização da Tríplice Fronteira. O evento cultural e ecumênico reuniu cerca de 45 mil pessoas<sup>192</sup> no “Gramadão” da Itaipu Binacional, no bairro da Vila A, em Foz do Iguaçu. Conforme apurado em entrevistas conduzidas por John Tofik Karam (2011, p. 211-220)<sup>193</sup>, o evento havia sido concebido, inicialmente, em agosto de 2001, por três mulheres – uma líbano-brasileira cristã, uma líbano-brasileira muçulmana e uma israelo-argentina judia –, com intuito de fazer uma manifestação pública pela Paz no Oriente Médio. Após os atentados de 11 de setembro e o início das acusações perpetradas pelo governo norte-americano e reiteradas pela mídia *mainstream* contra a Tríplice Fronteira, as organizadoras decidiram promover um ato ainda maior, também pela paz, e que responderia ao novo cerceamento das Três Fronteiras pela Guerra ao Terror norte-americana. De acordo com Karam:

Há menos de três semanas até a data escolhida para a realização do ato, os organizadores do movimento aumentaram de um punhado de integrantes para mais de duzentos. Sua diretoria compunha-se de nove membros. Dentre os cinco árabes brasileiros, uma era cristã maronita e quatro eram muçulmanos sunitas. Os outros diretores representavam Brasil, Paraguai, Argentina e Israel. Havia também mais de dez subcomitês que coordenavam os vários aspectos dos eventos, inclusive a “participação das etnias”, a “participação religiosa” e a arrecadação de fundos. O subcomitê responsável pela arrecadação de fundos coordenou a confecção e distribuição de camisetas estampadas com o símbolo de uma pomba e o *slogan* do movimento, “Paz sem Fronteiras”. A produção e a venda das camisetas que ajudaram a financiar o evento ficaram sob responsabilidade de um comerciante muçulmano sunita, que atuava na economia local, e de três comerciantes de origem europeia de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú. Tanto na liderança quanto na base, o movimento “Paz sem Fronteiras” não era propriamente dito “árabe”, e sim impulsionado pelos árabes, que se uniram a brasileiros, paraguaios e argentinos de várias origens (KARAM, 2011, p. 212).

---

<sup>192</sup> Segundo informações fornecidas pela Política Militar do Brasil. Estima-se que entre essas 45 mil pessoas presentes, 15 mil vieram do Paraguai e 10 mil da Argentina, o restante do Brasil (KARAM, 2011, p. 213)

<sup>193</sup> Cumpre apontar que o autor não disponibiliza o nome ou informações pessoais da maioria dos entrevistados a fim de preservar os informantes, tendo em vista as constantes perseguições, sobretudo de membros das comunidades árabes muçulmanas locais, diante das acusações infundadas acerca do suposto envolvimento com organizações ditas terroristas.

Estima-se que cerca de 30 mil camisetas foram postas a venda. O ato teria contado, também, com ajuda financeira da Prefeitura de Foz do Iguaçu, da Itaipu Binacional e de outras entidades governamentais e cívicas<sup>194</sup>. Na própria estrutura do movimento social, havia também um comitê para divulgação do evento e sua apresentação para os meios de comunicação nacionais e internacionais. Esse comitê foi liderado por profissionais brasileiros de várias origens que atuavam no departamento de imprensa da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, na Assessoria de Comunicação da Itaipu Binacional, na Assessoria de imprensa da Associação do Comércio e da Indústria de Foz do Iguaçu e na Diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Paraná (Ibid, p. 212). Ainda de acordo com John Karam:

O referido comitê também visava alcançar uma atenção equilibrada dos meios de comunicação “a nível regional e mundial”, inclusive da própria rede de televisão norte-americana CNN que, naquela época, tinha acabado de difamar a região (...) Assim, se os meios de comunicação ajudaram a formar a imagem de que a Tríplice Fronteira representava uma “terra sem lei”, o movimento “Paz sem Fronteiras” pretendeu combater-la pelos mesmos circuitos (KARAM, 2011, p. 212).

De acordo com uma reportagem publicada no site de notícias da UOL, um dos organizadores do evento, Faisal Saleh, teria informado que os convites para participação no evento foram enviados para os presidentes do Brasil, Fernando Henrique Cardoso; Argentina, Fernando de La Rúa; Paraguai, Luis González Macchi e para o presidente norte-americano George W. Bush. De acordo com Saleh, a mobilização pretendia “mostrar que na Tríplice Fronteira não há terroristas, nem se exporta terrorismo, sob o lema ‘vamos mostrar ao mundo que a paz é possível’<sup>195</sup>. Da mesma maneira, uma notícia publicada pelo jornal *Estadão*, dias antes da realização do evento, traz as seguintes informações:

As constantes suspeitas de vinculação com grupos terroristas levaram a população de Foz do Iguaçu, no Paraná, a iniciar um movimento nunca visto na fronteira com Ciudad del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazú, na Argentina. Quarenta entidades das três cidades estão envolvidas no evento “Paz sem Fronteiras”, que, no dia 11 de novembro, pretende reunir mais de 40 mil pessoas numa área da Itaipu Binacional. “É nossa resposta a quem diz que aqui tem terroristas”, diz a coordenação. Entre os mais de 200 envolvidos na organização do evento

---

<sup>194</sup> De acordo com Karam (2011, p. 212) teriam sido doados R\$ 15.000,00 pela Prefeitura de Foz do Iguaçu e R\$ 20.000, 00 pela Itaipu Binacional.

<sup>195</sup> PRESIDENTES DE EUA, ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI CONVIDADOS PARA MARCHA PELA PAZ, *UOL Última Notícias*, 10 de novembro de 2001, Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/inter/afp/2001/11/10/ult34u28352.shl> Acesso em 27 de outubro de 2016.

estão árabes, judeus, brasileiros, paraguaios, argentinos e integrantes de algumas das 57 etnias que vivem na fronteira trinacional. Da coordenação do evento participam instituições públicas e policiais das três cidades fronteiriças, representantes da Justiça, políticos, estudantes, entidades religiosas, clubes de serviço e lideranças comunitárias. Coordenadores do movimento acreditam que se criou uma paranóia em torno da região por causa da grande presença árabe, cerca de 12 mil indivíduos. "É uma injustiça o que se vem fazendo com esta região do Brasil", diz o empresário Fouad Fakih. "Em mais de 100 anos de história de integração regional, com tantas etnias diferentes em um só lugar, nunca houve um só ato de discriminação ou de terrorismo", salienta. Os líderes do movimento Paz sem Fronteiras observam que essa manifestação é necessária para provar ao mundo que a região é pacífica. "Fomos irresponsavelmente incluídos no rol dos suspeitos", diz um documento desse grupo de entidades em referência aos atentados ocorridos no dia 11 de setembro, nos Estados Unidos. Antes disso, porém, outros dois eventos do gênero já haviam colocado a comunidade árabe da fronteira numa posição incômoda. As suspeitas de envolvimento com grupos terroristas recaem sobre os árabes da região em relação aos atentados contra a embaixada de Israel e a uma entidade israelita em Buenos Aires. Desde então, o Mossad (serviço secreto israelense) nunca teria saído da fronteira, contando com eventual colaboração do FBI. A CIA (Agência Central de Inteligência dos EUA) suspeita que empresários de origem árabe da região estariam ajudando a financiar grupos extremistas que atuam no Oriente Médio. Há poucas semanas, o governo do Paraguai bloqueou temporariamente as contas bancárias dos árabes de Ciudad del Este. Entre os suspeitos de enviar dinheiro de forma ilegal estão cidadãos procedentes de países como o Líbano, onde atua o Hezbollah - grupo extremista da área do Vale do Bekaa, no sul do Líbano, e defende a causa palestina. Cerca de 90% dos árabes de Foz e de Ciudad del Este têm vínculos familiares nesta região do Oriente Médio (ESTADÃO, 29 de outubro de 2001)<sup>196</sup>

O evento começou com execução dos hinos nacionais do Brasil, Paraguai e Argentina e, em seguida, entraram representantes de 60 etnias que vivem na fronteira sul-americana (Ibid. p. 213). Logo após, foram lidas as mensagens dos representantes nacionais de Brasil, Argentina e Paraguai – incluindo uma mensagem lida em nome do então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, que não pôde estar presente<sup>197</sup> - e dos representantes religiosos do islamismo, cristianismo, judaísmo, espiritismo e budismo (Ibid.). De acordo com Karam (2011, p. 213), “com a presença efetiva de governantes municipais e estaduais dos três países, o ato culminou com a assinatura de um ‘acordo trinacional’ entre os governos brasileiro, paraguaio e argentino”. Sobre os discursos das lideranças presentes, o mesmo autor pontua que “repetiu-se dezenas de vezes o repúdio geral às especulações do governo dos Estados Unidos e da mídia, principalmente norte-americana, acerca da existência de vínculos terroristas na Tríplice Fronteira” e que houve inúmeras “declarações de solidariedade com a comunidade árabe e muçulmana” (Ibid, p. 213-214).

---

<sup>196</sup> FOZ PREPARA MEGA EVENTO PARA MELHORAR IMAGEM, *Estadão*, 29 de outubro de 2001. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,foz-prepara-megaevento-para-melhorar-imagem,20011029p28621> Acesso em 29 de outubro de 2016.

<sup>197</sup> Dois senadores paranaenses presentes no evento – Álvaro dias e Osmar Dias, ambos do PDT – criticaram a ausência do governo federal no evento. Álvaro Dias declarou: “Isso demonstra que o presidente da República não dá a mínima importância para assuntos da região de fronteira. Em “Ausência do governo é criticada por senadores”. *Jornal de Hoje*, p. 4 13 de novembro de 2001.

Outra mobilização social local muito interessante, foi a publicação de uma série de charges satirizando a suposta visita de Bin Laden às Cataratas do Iguaçu, no jornal local, *A Gazeta do Iguaçu*. As sátiras foram feitas em resposta a uma série de notícias que insinuavam a presença do terrorista na região. Uma das reportagens foi veiculada pela CNN americana e foi ao ar em 16 de novembro de 2001 – dando continuidade a difamação da região, que começara em reportagem veiculada dias antes do evento da Paz sem Fronteiras, intitulada “Terroristas encontram abrigo na América do Sul”<sup>198</sup>. Durante a transmissão da operação norte-americana em Cabul, a correspondente internacional, Christiane Amanpour, relatou:

Enquanto esquadriávamos esta casa abandonada, passamos por essa fotografia pendurada na parede. Estas são as Cataratas de Iguaçu, no Brasil, onde os agentes de inteligência norte-americanos dizem ter identificado células terroristas com vínculos com Osama Bin Laden e com a rede da Al-Qaeda<sup>199</sup>.

Em outubro de 2002, conforme descrito no capítulo anterior, a CNN publicou, novamente, uma matéria não fundamentada, reiterando a presença de terroristas da Al-Qaeda na região. Nesse mesmo período, uma série de agências reproduziu tais notícias, o jornal brasileiro, *O Estado de S. Paulo*, chegou a publicar, em 16 de março de 2003, uma matéria intitulada “Bin Laden esteve em Foz do Iguaçu e até deu palestra em mesquita”<sup>200</sup>. No mesmo diapasão, Policarpo Júnior publicou um artigo na revista *Veja*, em 19 de março de 2003, intitulado “Ele esteve no Brasil”<sup>201</sup>. Um dia antes, o jornal *Washington Post*, publicara uma matéria intitulada “Bin Laden reportedly spent time in Brazil in '95”<sup>202</sup>. Todas essas matérias pareciam se legitimar na matéria inicial da CNN que afirmava a existência de uma foto das Cataratas brasileiras em um “refúgio de terroristas” em Cabul. Nesse sentido, retomamos a análise de Edward Said (1978) de que os estereótipos ocidentais sobre “os orientais” têm conseguido sustentar-se ao longo dos séculos XIX e XX (e XXI) por meio de um ciclo fechado de autorreferências.

---

<sup>198</sup> WHITBECK, Harris; ARNESEN, Ingrid. “Terrorists find haven in South America” *CNN* transcript, 08 de novembro de 2001.

<sup>199</sup> “CNN NEWSNIGHT WITH AARON BROWN”. *CNN* Transcript. 16 de novembro de 2001 as 22:00 horas local. No original: “While we were scouring this now abandoned house, we came across this Picture on the wall. These are the falls of Iguazu in Brazil, and this is where U.S. Intelligence Officials say they’ve identified terrorist cells that they say are linked to Osama Bin Laden and the Al-Qaeda network.

<sup>200</sup> BIN LADEN ESTEVE EM FOZ DO IGUAÇU E ATÉ DEU PALESTRA EM MESQUITA, *O Estado de S. Paulo*, 16 de março de 2003.

<sup>201</sup> POLICARPO JÚNIOR. “Ele Esteve no Brasil”, *Veja*, 19 de março de 2003.

<sup>202</sup> BIN LADEN REPORTEDLY SPENT TIME IN BRAZIL IN '95. *Washington Post*, p. A24, 18 de março de 2003.

A imprensa regional publicou diversas matérias rechaçando as alegações da mídia *mainstream*<sup>203</sup>. As alegações pareciam tão absurdas que o editor-chefe da *A Gazeta do Iguçu*, Rogério Bonato, dias após a imprensa norte-americana alegar a aparição remota de Bin Laden na terra das Cataratas, reuniu um grupo de empresários publicitários e jornalistas a fim de “defender a imagem da Tríplice Fronteira” (KARAM, 2011, p. 224). O grupo resolveu, então, tratar com humor tais alegações, transformando Bin Laden no “garoto propaganda das Cataratas” e promovendo, por meio do humor, o turismo na região. Foi produzida uma série de cartazes que diziam “Se Bin Laden teria arriscado o pescoço para visitar Foz do Iguçu, é porque vale a pena”. Outro proclamavam: “Quando não está detonando o mundo, ele passa horas agradáveis em Foz. Venha você também” (Ibid, p. 224). Conforme apurado por Karam:

(...) essa paródia foi entendida por muitos árabes como “defesa” não necessariamente de uma etnia, mas de uma região sul-americana. Além de participarem das reuniões presididas por Bonato, muitos integrantes conhecidos da comunidade árabe em Foz do Iguçu também declararam, publicamente, seu apoio a essa série de charges. Um empresário radicado em Foz desse 1969, um libanês muçulmano, refletiu: “desde o primeiro momento eu achei genial essa ideia de rebater o terror com humor, porque por via judicial isso teria sido muito mais caro e não teria tanto resultado. Ao ajudar a promover a primeira ação legal contra a CNN, esse executivo de origem libanesa também apoiou o contra-ataque satírico que renderia uma maior cobertura positiva da imprensa hemisférica. Para muitos imigrantes e descendentes árabes, o contra-ataque satírico defendia uma região, e não só uma etnia, frente ao intervencionismo norte-americano (KARAM, 2011, p. 224-225)

Nesse sentido, podemos afirmar que houve uma relevante mobilização da sociedade civil de Foz do Iguçu – sobretudo de empresários, comerciantes, jornalistas e membros das comunidades árabes – a fim de rechaçar os discursos do ator securitizador. Na maior parte das vezes, a sociedade civil, enquanto audiência moral, atuou em parceira com as instituições governamentais – audiência formal - na formulação de estratégias como organização do evento Paz sem Fronteiras, apelações judiciais contra as notícias não fundamentadas publicadas pela CNN e até mesmo na estratégia de promoção do turismo na cidade de Foz do Iguçu por meio da utilização de charges para ironizar as acusações descabidas acerca da estada de Bin Laden na região das Três Fronteiras.

---

<sup>203</sup> BEVERVANSO, Maurício. “Se o vídeo existe, nós queremos vê-lo”. *A Gazeta do Iguçu*, 20 de março de 2003. BEVERVANSO, Maurício. “‘Bin Laden nunca esteve em Foz’, dia Ali Rahal”. *A Gazeta do Iguçu*, 20 de março de 2003. FOTO DO DIA. *Jornal do Iguçu*, p. 2 de 20 de março de 2003. DIRIGENTES ISLÁMICOS DE FOZ DESMIENTEN AFIRMACIÓN SOBRE PRESENCIA DE BIN LADEN. *Diario Vanguardia*, p. 3 21 de março de 2003.

#### **4.4 Os impactos da Iniciativa de Securitização nas Comunidades Árabes Muçulmanas de Foz do Iguaçu**

Apesar de não podermos afirmar, com base nas premissas da Teoria da Securitização, que houve, de fato, a securitização da ameaça terrorista na Tríplice Fronteira, pelo Estado brasileiro, a maior aproximação com os membros das comunidades árabes muçulmanas da região nos permitiu constatar que o argumento étnico-cultural, ainda que implícito, dos discursos do ator securitizador acarretou consequências nefastas a esses grupos sociais. Por meio da realização de entrevistas, conversas informais e participação assídua nos eventos das comunidades na cidade de Foz do Iguaçu, foi possível constatar que os referidos grupos sociais sofrem diversas formas de “pressões veladas”, inclusive de origem institucional. De acordo com os informantes, tais pressões já existiam desde a década de 1970 – após o atentado a embaixada israelense em Asunción -, teriam se tornado mais graves após os atentados da década de 1990 e chegaram no auge da arbitrariedade após a “paranoia” norte-americana no contexto da Guerra ao Terror que seguiu os atentados de 11 de setembro. Nas palavras de um dos informantes, “ser árabe já era uma suspeita”.

Cumprido apontar que a realização de entrevistas formais com membros da comunidade é uma tarefa razoavelmente complexa. Muitas pessoas não têm interesse em conversar com pesquisadores, tendo em vista a grande quantidade de profissionais – pesquisadores e, principalmente, jornalistas – que já deturparam entrevistas gerando consequências nefastas para os entrevistados<sup>204</sup>. Conforme visto nos capítulos anteriores, uma das medidas de segurança das comunidades foi concentrar os pronunciamentos acerca das acusações do ator securitizador em

---

<sup>204</sup> “Não acredito que se eu fosse um outro entrevistado seria classificado da mesma forma. Existiria um receio em fazer as perguntas. Por esses e outros motivos que decidi nunca mais falar no assunto. Eu fui procurado por vários meios de comunicação e disse” não falo no assunto mais e, se falar, vai ser ao vivo (...) Eu afirmo que o começo da matéria foi manipulado e não foi de nenhuma forma fiel. Ainda entrei em contato com o jornalista via e-mail, dizendo que ele teve todas as regalias e foi bem tratado e o recebi várias vezes deixando de lado meu trabalho (...) ele nunca respondeu” – Entrevista de Mohammed Tarabain Chamas, administrador da Galeria Pajé, no Paraguai – o seu nome estava incluído entre os nove acusados pelo governo americano de envolvimento com terrorismo (FARHAT & GIULIAN, 2009, p. 105). No mesmo diapasão, o também comerciante libanês Saleh Fayad, foi incluído como entrevistado numa matéria para a qual não deu entrevista: “Em nenhum momento aceitei fazer uma entrevista com qualquer tipo de imprensa, porque eu tenho certeza que nunca serei defendido por eles. Ao contrário, muitos vêm aqui para utilizar nossos nomes para reforçar a acusação. Sobre esta matéria, após ter recusado de participar da reportagem, o jornalista insistiu em falar comigo prometendo que não divulgaria nada, mesmo assim fui atento e respondi rapidamente, por isso não existe uma foto minha na matéria, ele me enganou, manipulou e mal usou minha imagem (...) – Entrevista concedida por Saleh a Farhat em 6 de agosto de 2009 (FARHAT & GIULIAN, 2009, p. 107).

um único porta-voz, a fim de evitar deturpações e transtornos. Da mesma maneira, um dos informantes entrevistados durante essa pesquisa informou que a iniciativa da *Husseinyia* de promover aulas de religião e língua árabe teve como objetivo principal promover um polo para esclarecimentos acerca da comunidade imigrante na região.

A fim de dispor de maior segurança metodológica para condução e análise do complexo trabalho de campo dessa pesquisa, recorreremos aos mecanismos da História Oral para compreender as narrativas – e também os silêncios - dos informantes, considerando o habitus que circunscreve as comunidades imigrantes das Três fronteiras. Conforme colocado por Alessandro Portelli (2016, p. 9), “em sua forma mais elementar, as narrativas orais e os testemunhos que constituem a história oral não são mais do que uma ferramenta adicional na panóplia de fontes do historiador” e, portanto, “estão sujeitas ao mesmo escrutínio crítico que todas as outras fontes, a fim de averiguar sua confiabilidade e usabilidade”.

A maior parte das conversas aqui relatadas aconteceram em caráter informal, não havendo gravação e, por vezes, sequer a assinatura do Termo de Consentimento de Entrevista por parte do informante. O receio por parte de membros das comunidades é perfeitamente compreensível. Um primeiro ponto a ser considerado é o fato desses imigrantes terem procurado uma oportunidade na América do Sul fugindo de um conflito civil no seu país de origem. Grande parte dessas pessoas já estava familiarizada com as possíveis consequências de serem taxadas de “terroristas”, “apoiadores de terroristas” e correlatos. Como vimos no segundo capítulo, a utilização desses termos por parte das forças de ocupação em Beirute e no Sul do Líbano – de onde 90% da comunidade libanesa imigrante é oriunda – era banalizada e, em grande parte das vezes, significava a prisão arbitrária e até mesmo o assassinato de pessoas por exércitos estrangeiros.

A retomada desses discursos por parte do governo norte americano – que compunha as forças de ocupação de Beirute, promoveu amplo apoio para a sustentação do governo libanês falangista e para a ocupação israelense do sul do Líbano, promoveu um golpe de Estado no Irã em 1953 derrubando um governo legítimo, invadiu o Afeganistão em 2001 e, em 2003, o Iraque, mesmo sem o aval do Conselho de Segurança da ONU, entre outros fatos – direcionado às comunidades das Três Fronteiras era, no mínimo, uma fonte de receio por parte de seus membros. Sobretudo porque a utilização do termo “terrorista”, automaticamente, suspende os direitos básicos do cidadão acusado ou, até mesmo, de toda uma unidade coletiva. Nesse sentido, o capítulo II dessa dissertação é fundamental para entendermos as relações entre as

comunidades imigrantes e o ator securitizador, desde a análise do contexto de seu país de origem.

Quando optamos por trabalhar com fontes de História Oral, precisamos, em primeiro lugar, respeitar as necessidades e prioridades de nossos interlocutores. Meu objetivo ao trabalhar junto à comunidade é entender como os discursos de securitização implicaram suas vidas em âmbitos que, na maior parte das vezes, não estão documentados em outras fontes. Nesse processo, busquei compreender como os membros da comunidade percebem o processo de securitização enquanto uma comunidade interpretativa permeada por determinado habitus – a condição de árabes, muçulmanos, imigrantes e vivendo em uma região de fronteira. O fato de a maioria dos entrevistados não se sentir confortável em formalizar as entrevistas é um indicativo de que não há necessidade de citá-los nominalmente. O objetivo dessa subseção, portanto, consiste em relatar as principais observações que foram colocadas por diferentes membros, reiteradamente. As narrativas dos membros da comunidade entrevistados no âmbito dessa pesquisa são coerentes com narrativas publicizadas, sobretudo pela mídia local, mas também por outros meios, como, por exemplo, o livro publicado pelo jornalista Ali Salman Farhat, imigrante libanês residente na “Tríplice Fronteira”, no qual são narrados alguns episódios concernentes às consequências da iniciativa de securitização no cotidiano dos membros das comunidades árabes muçulmanas da Tríplice Fronteira.

Ainda de acordo com Portelli (2016, p. 18), a história oral é a “história dos eventos, história da memória e história da interpretação dos eventos através da memória”. A memória, portanto, não consiste num “mero depósito de informações”, mas num “processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado”. A importância da memória ocupa uma parte importante das entrevistas e conversas informais com membros das comunidades árabes muçulmanas da Tríplice Fronteira. Quase todas as conversas com os imigrantes libaneses de primeira geração começaram com menções à guerra civil libanesa, à criação do Estado de Israel e conflitos sucessores, à revolução iraniana ou ainda à invasão soviética do Afeganistão. O principal ponto dos informantes parece ser lembrar que existem narrativas alternativas à narrativa hegemônica sobre violência política e que a intenção dos agentes securitizadores parece ser “apagar essas memórias” para que não exista espaço para falar em resistência, mas apenas em terrorismo por terrorismo<sup>205</sup>. Como vimos anteriormente, o posicionamento de

---

<sup>205</sup> Relembramos, aqui, o posicionamento do G-8, por meio do representante canadense, de que “*The root cause for terrorism is terrorists*”. Na sessão de 18.01.2002 do CSNU, o SGNU, Kofi Annan, enfatizou que o terrorismo é arma dos alienados e desesperados; o oferecimento de condições reais de vida digna para todos os humanos

países centrais em relação ao tema tende a tornar irrelevante qualquer análise acerca dos motivos subjacentes da violência política. Como bem coloca G. Dupas (2003), os EUA ignoram as evidentes relações entre o “terrorismo islâmico”, o conflito no Oriente Médio e seu próprio papel na região.

Ao passo que existem inúmeras manifestações que remetem às memórias do holocausto dos judeus na II Guerra Mundial, por exemplo – o que é extremamente necessário para que crimes de genocídios sejam sempre lembrados e evitados – o mesmo não acontece com diversos outros episódios de graves violações dos direitos humanos. Parece existir um filtro político para as memórias coletivas. Sobre o tema, Portelli comenta, baseando-se na sua experiência de pesquisa em seu país de origem:

Parece haver na cultura italiana, uma obsessão pelos centenários e pelas recorrências, de modo que ela pode ser considerada uma cultura ritualmente carregada de memória. Apesar disso, um aniversário em 2012 passou sob silêncio absoluto: os cem anos da invasão e da ocupação italiana da Líbia, em 1911/1912. Não recordar que o primeiro bombardeio aéreo da história foi feito na Líbia, e por aviões italianos; não recordar os campos de concentração nos quais a Itália encerrou os resistentes líbios a partir de 1914, ou seja, *antes* do fascismo, significa permitir que condutas análogas se repitam em outro contexto: desde acertar, com os governos líbios (depois de al-Qaddafi, inclusive), o estabelecimento de campos de concentração para migrantes expulsos do Mediterrâneo, até voltar a bombardear a Líbia cem anos depois, junto com a OTAN. Esquecer as deportações de mais de três mil resistentes líbios e as condições indignas de tratamento durante sua detenção na Itália autoriza que se trate da mesma maneira os refugiados líbios que hoje fogem da guerra civil. E, enquanto isso, segue-se repetindo a falsa memória de um colonialismo italiano benévolo, paternal e civilizatório. Nesse caso, portanto, foi o esquecimento e não o excesso de memória, que facilitou a repetição do passado (PORTELLI, 2016, p. 46-47)

Nesse diapasão, o esquecimento das heranças do colonialismo, do imperialismo e da ocupação estrangeira dão lugar a uma narrativa hegemônica fundamentada em uma ideologia – a única legítima - disseminada como “verdade”, e não como ideologia, que determina o “bem e o mal”. Enquanto existe a tolerância de assassinatos de civis, sob a anuência de alguns governos, grupos que se organizam em caráter de resistência – e que, por vezes, também assassinam civis, ainda que em proporções diferentes - são taxados de terroristas. A própria resistência dos Estados em admitir a existência de “terrorismo de Estado” ou a utilização do

---

inviabilizariam o recrutamento e o apoio ao terrorismo. Coube ao Canadá, que se pronunciou em nome do G-8, contrariar essa visão, afirmando que “*the root cause for terrorism is terrorists*” (Brasil, MRE, Delbrasonu para SERE, Telegrama no 104, 22.01.2002).

conceito de terrorismo para qualificação ações dos Estados, é um indicativo do quão político e ideológico são os critérios para a classificação de “organizações terroristas”.

No caso da “Tríplice Fronteira”, as acusações acerca da suposta presença de “organizações terroristas” está baseada, fundamentalmente, nas relações que as comunidades árabes muçulmanas mantêm com o Oriente Médio. Inteirando-se das histórias pessoais dos membros das comunidades, sempre chegamos no caso de Assaad Ahmad Barakat, um imigrante libanês com cidadania paraguaia residente em Foz do Iguaçu e comerciante em Ciudad del Este, que chegou na região em 1985, fugindo da guerra civil e das mazelas da ocupação israelense do sul do Líbano. Dias depois dos atentados de 11 de setembro, Barakat foi acusado pelo governo americano de ser “o líder do *Hizballah* na Tríplice Fronteira”, foi perseguido pela polícia antiterror paraguaia e, apesar das solicitações de asilo político, foi extraditado pelo governo brasileiro para o Paraguai sob acusações de “evasão de divisas”. O jornalista Ali Salman Farhat, também imigrante libanês vivendo na Tríplice Fronteira, escreveu um livro intitulado *Terrorista por Encomenda*, no qual relata episódios da vida de Barakat e longas entrevistas após sua saída da prisão paraguaia. Conforme informado por Farhat, o livro foi produzido para que fosse distribuído gratuitamente e servisse como uma ferramenta para aqueles que buscam informações mais profundas e verdades para além dos discursos hegemônicos e simplificadores. Logo no início do livro, Barakat descreve a situação de sua família no Líbano durante a guerra civil:

A guerra destrói tudo. Passamos mais de seis meses comendo apenas amido de maisena. A minha mãe cozinhava aquela pasta e ficava como uma cola. Dava pra colar coisas, mas tinham que comer. Quando a gente conseguia pão árabe nós comíamos apenas com açúcar e água. Estávamos presos dentro de prédios. Era necessário ir quebrando as paredes para sair. Meu irmão Ali foi morto durante a guerra e até hoje não sabemos onde o corpo dele foi enterrado. Eu era pequeno. Eu tinha sete anos quando isso acontecia (FARHAT & GIULIAN, 2009, p. 32)

Conforme vimos no terceiro capítulo dessa pesquisa, o nome de Barakat aparece no *Patterns on Global Terrorism*, logo após os atentados de 11 de setembro. No mesmo documento, é possível atestar a parceria que se estabelece entre o governo paraguaio e o governo norte-americano em matéria de cooperação antiterrorista<sup>206</sup>. A polícia antiterrorista paraguaia

---

<sup>206</sup> Em uma entrevista para o jornal paraguaio ABC Color, em 10 de novembro de 2004, o embaixador norte-americano John F. Keane “señalo que Paraguay fué uno de los seis países seleccionados de un total de 52 naciones de todo el mundo para recibir una ayuda financiera del “Proyecto Umbral”, que tiene un monto inferior a á “Cuenta del Desafío del Milenio”.

já havia encontrado o “líder do *Hizballah* na Tríplice Fronteira” e a mídia *mainstream* já havia endossado os discursos nesse sentido<sup>207</sup>. Barakat foi preso, em seu apartamento, em Foz do Iguaçu, pela Polícia Federal Brasileira, em 22 de junho de 2002 – embora já tivesse estado em Brasília, em outubro de 2001, após procurar a Polícia Federal Brasileira para esclarecer quaisquer dúvidas em relação às notícias que estavam sendo veiculadas pela imprensa paraguaia<sup>208</sup> -, a partir de uma ordem de prisão internacional que solicitava sua extradição para o Paraguai. Ao chegarem na Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu, jornalistas ouviram do delegado responsável, Joaquim Mesquita, a seguinte afirmação “não temos nada contra Barakat, estamos cumprindo uma ordem de prisão preventiva pelo tratado de extradição do país vizinho, o Paraguai” (FARHAT & GIULIAN, 2009, p. 73).

Barakat foi transferido, de helicóptero, para Brasília, com as mãos e os pés algemados e lhe foi solicitado que, durante a viagem, se mexesse o menos possível – solicitações que, normalmente, são empregadas a prisioneiros ditos perigosos e não a “sonegadores de impostos” (Ibid., p. 74). De acordo com os relatos de Barakat, enquanto esteve preso no Brasil, ele foi proibido de se comunicar com sua mãe em árabe – a única língua que sua mãe falava – outro fato totalmente não condizente com o motivo alegado de sua detenção para posterior extradição ao Paraguai<sup>209</sup>. Em 17 de novembro de 2003, Barakat foi extraditado para o Paraguai para cumprir o resto de sua sentença. Uma das características que nos chama atenção para esse caso, é que, assim como outros imigrantes perseguidos pela polícia paraguaia, Barakat é um homem que fala, publicamente, de política e critica a perspectiva hegemônica que permeia as narrativas sobre violência política, sobretudo no que concerne ao contexto médio-oriental.

Foram encontrados no cofre da empresa de Barakat, em Ciudad del Este, recortes de jornais dispendo de notícias sobre o *Hizballah* e uma carta de agradecimento àqueles que, em forma de caridade, contribuíam para a manutenção de uma instituição para os “filhos dos mártires”. A carta não era nominal e estava assinada pelo líder político do *Hizballah*, Hassan

---

<sup>207</sup> Para acesso a uma análise detalhada acerca do papel da imprensa, sobretudo paraguaia, na construção da imagem de Assad Ahmad Barakat como “líder do *Hizballah* da Tríplice Fronteira” recomendo a leitura do livro apresentado no corpo do texto: FARHAT & GIULIAN, *Terrorista por Encomenda: discurso midiático e geração do homem-símbolo na fronteira*, 2009.

<sup>208</sup> De acordo com Barakat, na época, a Polícia Federal o encaminhou para o escritório da ABIN, em Brasília, onde foi interrogado (FARHAT & GIULIAN, 2009)

<sup>209</sup> “Querida saber que tipo de sonegador era eu. Fui proibido de falar com a minha mãe em meu próprio idioma mesmo ela não entendendo português ou espanhol, tinha só uns minutos ao telefone, minha esposa tinha que traduzir rapidamente o que eu falava, só assim podia me comunicar com ela” – trecho da entrevista concedida por Barakat (FARHAT & GIULIAN, 2009, p. 118). Cerca de um ano após a prisão, a mãe de Barakat ficou doente e pedia, constantemente, para ter contato com o filho. Foi necessário um pedido na Suprema Corte Federal, alegando situação de saúde, para que mãe e filho pudessem falar via telefone. O resultado favorável ao telefonema saiu depois de um mês e autorizou uma conversa de dez minutos em língua portuguesa (Ibid, p. 119).

Nasrallah. Imediatamente, a imprensa divulgou informações de que os mártires eram, necessariamente, “homens-bomba”<sup>210</sup>. Conforme explicitado no segundo capítulo do presente trabalho, para os muçulmanos, mártir é toda pessoa que perde a vida em nome da fé, em prol de uma causa islâmica (FARHAT & GIULIAN, 2009, p. 114). Ainda sobre o tema da caridade, Farhat e Giulian (2009, p. 114) pontuam que consiste em uma obrigação de todo muçulmano, conforme disposto no Alcorão, Sura 76, p. 7-10<sup>211</sup>. Ainda de acordo com os autores, Assaad Ahmad Barakat, “a exemplo de milhares de outros muçulmanos no mundo” cumpria o dever da caridade “com a entrega de quatrocentos dólares em cada viagem que fazia anualmente ao Líbano para a manutenção de um órfão na capital Beirute” (Ibid.). A referida carta – que, juntamente com as notícias encontradas no cofre, implicou a acusação, por parte da justiça paraguaia, de associação criminal e apologia ao crime - dispunha do seguinte conteúdo, conforme tradução de Farhat:

Em nome de Deus clemente misericordioso. Estimados irmãos de irmãs que contribuíram para com os órfãos dos mártires, que a paz de Deus esteja com vocês. Agradeço a vocês suas contribuições, o apoio contínuo e cuidado com os filhos dos irmãos, aqueles que acreditavam nas suas alianças com Deus e se sangraram mártires, e deram seus sangue e nos orgulharam com a honra, e suas almas puras deram ao nosso povo e nossa nação esta divina vitória. Esta contribuição é a forma verdadeira de transparecer sua lealdade e seus valores frente ao grande Jihad e ao martírio. Rogo a Deus todo poderoso que Deus aceite de vocês essa contribuição da melhor forma e lhes recompensem da melhor forma aos bem-aventurados e às pessoas leais como rogo a Deus que nos faça orgulhar com a interseção desses mártires justos no dia do juízo. Por que Deus é o misericordioso. Seu irmão HASSAN NASRULLAH (FARHAT E GIULIAN, 2009, p. 115)

Em 19 de dezembro de 2002, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela concessão de extradição de Barakat para o Paraguai. Conforme notícia publicada no site do STF, concernindo sobre a concessão de extradição:

A maioria dos ministros seguiu o voto do relator, ministro Maurício Corrêa, que concedia, parcialmente, o pedido de Extradição, no qual se excluía a acusação de apologia ao crime. A divergência veio com o voto do ministro Sepúlveda Pertence, que afirmou serem imprecisas as acusações de associação criminosa e apologia ao crime, pois se baseavam, apenas, em documentos encontrados no cofre da empresa de Barakat, como recortes de jornais e revistas relacionados ao grupo libanês. Não há na imputação feita, fato que caracterize a filiação de

<sup>210</sup> OS TERRORISTAS ESTÃO AQUI? Época, p. 27, 12 de março de 2007

<sup>211</sup> “Porque cumprem os seus votos e temem o dia em que o mal estará espalhado, e porque, por Ele, alimentam o necessitado, o órfão e o cativo. (Dizendo): certamente vos alimentamos por amor a Deus; não vos exigimos recompensa nem gratidão. Em verdade, tememos, da parte do nosso Senhor, o dia da aflição calamitosa” – Alcorão, Sura 76, p. 7-10.

Barakat ao grupo Hezbollah (...) O ministro Marco Aurélio acompanhou a ala dissidente, indeferindo a Extradicação, porque entendeu que o pedido tem, como móvel, um crime político. Foram vencidos os ministros Ilmar Galvão, que defendia a Extradicação apenas quanto ao crime contra a ordem tributária e os ministros Pertence e Marco Aurélio, que indeferiram o pedido<sup>212</sup>

A natureza do movimento político do *Hizballah*, igualmente, foi pauta de debate entre os ministros brasileiros envolvidos no julgamento da extradicação de Barakat para o Paraguai. O ministro Sepúlveda Pertence, pontuou que “ao fim e ao cabo, o Hezbollah é hoje um partido político reconhecido na vida institucional libanesa, com cerca de dez cadeiras no parlamento”<sup>213</sup>. Sepúlveda pontuou, ainda que:

No Brasil, pelo menos – e auguro que também no Paraguai -, já ninguém ousa supor que a simples posse do que o jargão policialesco dos tempos ominosos chamava “farto material subversivo” basta fundar a imputação de diferentes tipos da execrável lei de segurança nacional. É bem verdade que, naqueles tempos, pulularam IPMs e sobejaram denúncias fundadas na devassa de bibliotecas ou gavetas de recortes jornalísticos: mas é bom dizer, em honra da casa, que o STF jamais compactuou com essa “doutrina” e não creio seja a tragédia do 11 de setembro razão bastante para ressuscitá-la<sup>214</sup>

O ministro Maurício Corrêa, por sua vez, fez um contraponto a Sepúlveda, baseando-se, surpreendentemente, sobretudo, em notícias de origem norte-americana, publicadas em periódicos brasileiros:

Gostaria, antes de concluir, Senhor presidente, de fazer algumas especulações em torno do Hezbollah, (...). Na verdade, trata-se de uma entidade que foi iniciada no Líbano e que hoje ganhou proporções até de muita simpatia do povo porque presta assistência social, pratica atos filantrópicos. Possui representantes no poder legislativo do estado libanês – o Ministro Pertence citou dez, mas tenho informações de que são nove parlamentares, mas isso pouco importa. 9...) Hezbollah tem obras sociais e força ativa de 500 guerreiros, por Jack Redeen – uma notícia publicada no Estado de São Paulo (...) Outra informação que colhi, também, no site do Jornal do Comércio, de 04-04099: “uma vez representantes de uma força combatida que tinha poucas alternativas além de ataques suicidas, os guerrilheiros do Hezbollah são agora bem treinados no uso de seu leve, mas mortal arsenal (...) Revista da Aeronáutica n. 299 escreveu: “em outubro de 1983, o Hezbollah realizou a sua primeira operação terrorista: um caminhão bomba dirigido por um militante suicida foi lançado contra um quartel da

<sup>212</sup> Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=59845> Acesso em 18 de outubro de 2016.

<sup>213</sup> Relatório da sessão de extradicação atendendo ao Processo de Extradicação 853-6 República do Paraguai, p. 180.

<sup>214</sup> Relatório da sessão de extradicação atendendo ao Processo de Extradicação 853-6 República do Paraguai, p. 164.

infantaria da marinha dos EUA, perto do aeroporto de Beirute, deixando 58 vítimas” (...) na lista de atentados do Hezbollah, os seguintes são os mais importantes: quartel do exército israelense, na cidade de Tiro, no Líbano (...) realizou uma série de sequestros e atentados individuais (...) No congresso realizado em 1991, Abbas Musawi foi eleito dirigente máximo do grupo. No entanto, foi assassinado em 1992, por um comenda israelense. Essa morte foi assinalada por alguns como motivadora do atentado a bomba à Embaixada de Israel em Buenos Aires, pouco menos de um mês depois. Outra informação colhida no site da Globo de 30-06-2002, “a Al-Qaeda, a rede terrorista de Osama Bin Laden e o braço guerrilheiro da organização libanesa, Hezbollah, considerada terrorista pelos Estados Unidos, estão superando diferenças e formando uma aliança que pode estar sendo ignorada pelo governo americano. A cooperação logística e de treinamento para operações terroristas foi confirmada por funcionários de inteligência dos Estados Unidos e da Europa ao jornal The Wasngington Post<sup>215</sup>.

Um mês antes de sua extradição, em setembro de 2003, foi divulgado, pelo jornal paraguaio *Vanguardia*, que o informante libanês da polícia antiterror paraguaia - que havia denunciado os supostos vínculos de Barakat com o *Hizballah* -, Ali Ahmad Zaioum, era um forte concorrente comercial de Barakat:

Terrorista de una guerra comercial sin fronteras. Son vulnerables la justicia y otras instituciones cuando los instrumenta para propósitos poco nobles. Existen denuncias y datos muy coincidentes, que hacen creer que hay terroristas, pero se trata más bien de una guerra comercial sin límites, en las tres fronteras. Nos referimos de Ali Ahmad Zaioum, quien en condición de informante de antiterrorismo de nuestro país, se hizo una fortuna aliada a los corruptos funcionarios del Estado (...) los que se alienaron, les obligó a abandonar el país o los mandó a la cárcel, como hizo con Asad Ahmad Barakat, según denunció este último (FARHAT & GIULIAN, 2009, p. 137)

Durante as entrevistas, foi possível constatar que a prática de extorsão de comerciantes libaneses por parte da polícia antiterror paraguaia, no contexto pós 11 de setembro, foi bastante comum. De acordo com os entrevistados, no intuito de angariar fundos norte-americanos para a condução da Guerra ao terror em Ciudad del Este, a polícia antiterror paraguaia mantinha vínculos estreitos com o consulado norte-americano e promovia, de forma recorrente, acusações contra comerciantes libaneses que muitas vezes eram detidos e, posteriormente, libertados, por falta de provas. A maior parte dessas prisões estava baseada em acusações referentes a outros crimes, como lavagem de dinheiro e evasão de divisas. A polícia paraguaia, conforme relato dos informantes, teria se aproveitado das circunstâncias para extorquir os comerciantes libaneses de Ciudad del Este sob a ameaça de entrega-los, indiscriminadamente, à polícia

---

<sup>215</sup> Relatório da sessão de extradição atendendo ao Processo de Extradição 853-6 República do Paraguai, p. 180-183.

antiterrorista. Barakat, não por acaso, já havia sido extorquido pela polícia paraguaia, mas recusara o pagamento de propinas para esquivar-se de acusações de cunho político (FARHAT & GIULIAN, 2009, p. 144).

A securitização, nesse caso, parece acontecer quando se fala em “terrorismo”. Os direitos civis são suspensos e cabe ao réu provar que é inocente – ou, como no caso de Barakat, ser processado pelos crimes relatados pela imprensa. Tornou-se comum – conforme informações fornecidas pelos entrevistados nessa pesquisa - após o 11 de setembro, o pagamento de propina por parte de comerciantes árabes muçulmanos para policiais paraguaios para que não fossem enquadrados, indiscriminadamente, em crimes de evasão de divisas que tinham, como pano de fundo, a Guerra ao Terror norte americana da qual o Paraguai sobressaía como um forte aliado – e na qual funcionários públicos, sobretudo da área da segurança, viam uma promissora fonte de renda.

Em entrevista concedida a Farhat (2009, p. 137-138), Barakat relata que, após a decisão por sua extradição, solicitou ao Ministro da Justiça Marcio Thomaz Bastos, o reconhecimento da condição de refugiado, conforme o artigo 1º da lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997:

Diante de toda a farsa montada pelo governo paraguaio, não seria difícil afirmar que teria me suicidado ou sido assassinado de alguma maneira anormal, atualmente temo pela minha vida caso seja extraditado para o Paraguai, que, no afã de encontrar um terrorista, ainda que falso, fará de minha pessoa um “troféu” da guerra antiterror (FARHAT & GIULIAN, 2009, p. 192)

Barakat foi, na verdade, um bode expiatório na Guerra ao Terror na América Latina. Um comerciante imigrante bem-sucedido que não tinha receios em afirmar seu posicionamento político em relação ao contexto do Líbano e do Oriente Médio, não tinha receios em reconhecer publicamente, que, para a maior parte dos libaneses, sobretudo muçulmanos xiitas, o *Hizballah* representa a resistência libanesa frente a ocupação de forças estrangeiras, não tinha receios em comemorar o Dia da Resistência e Libertação do Sul do Líbano e compartilhar, publicamente, o significado dessa vitória para seu povo. Barakat, assim como a maioria dos muçulmanos, entende que a caridade é um dever religioso e, nesse sentido, fazia doações a instituições que cuidavam dos órfãos de um país que passara por uma longa guerra civil seguida de uma ocupação estrangeira no sul do país – situação que ele conhecia bem considerando sua infância no país. Conforme vimos no segundo capítulo desse trabalho, o Líbano está estruturado em um sistema político confessional, sendo o *Hizballah* o principal partido político pelo qual os

muçulmanos xiitas estão representados. Nesse sentido, é esperado que o partido tenha um papel importante nas instituições que abrigam órfãos dos conflitos libanês.

De acordo com os entrevistados, o que aconteceu com Barakat parece ter sido um aviso a todos os muçulmanos da região. Os membros da comunidade que se organizaram para pagar a sua fiança foram ameaçados, conforme relatos dos informantes. A partir daí, a comunidade xiita optou por adotar o silêncio como resposta às recorrentes acusações contra a comunidade e o congelamento de bens por parte de seus membros<sup>216</sup>. Durante as entrevistas, apuramos que alguns membros da comunidade xiita não iam mais à Husseiniyya – sobretudo em eventos de solidariedade a mártires dos conflitos - com medo de serem identificados por um “colaborador da polícia antiterror”, sobretudo da polícia paraguaia, e acusados de colaboração com terrorismo pelo fato de terem participado de uma cerimônia religiosa com o fim de rezar pelas pessoas mortas em situações de conflito. Da mesma maneira, alguns comerciantes entrevistados informaram que as retaliações por seu posicionamento político, muitas vezes vinham por meio da detenção arbitrária de *containers* com mercadorias – principalmente quando oriundas do Irã. Grande parte desses *containers* contém mercadoria perecível e, por muitas vezes, a apreensão foi tão longa que as mercadorias foram todas perdidas. Muitos *containers*, destinados a comerciantes de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, chegam por portos argentinos, onde acontece, até hoje, a maior parte das detenções arbitrárias – nunca havendo nenhum tipo de ressarcimento.

Os entrevistados afirmam, portanto, que existe uma pressão velada – um dos entrevistados utilizou o termo “pressão moral velada” - para que os árabes muçulmanos cerceiem suas manifestações sociais, culturais e políticas sob a pena de responderem por crimes de envolvimento com “organizações terroristas” ou com crimes de sonegação de impostos e correlatos. No que concerne ao envio de dinheiro, em forma de doação, para instituições de caridades que cuidam de viúvas e órfãos dos conflitos libaneses, sobretudo de linha confessional xiita, o posicionamento do embaixador norte-americano na OEA, Steven Monblatt, deixa claro que a pressão, nesse caso, não é, exatamente, velada:

Em visita a Foz do Iguaçu, [Monblatt] pediu para eles evitarem o envio de dinheiro a entidades assistenciais ligadas a grupos terroristas. A recomendação, dita à imprensa, seria transmitida à noite, num encontro com líderes da comunidade muçulmana. Segundo Monblatt, “em geral” o dinheiro é remetido de “boa-fé” mas aproveitado por pessoas com “fins não muito bons”. O que preocupa mais

---

<sup>216</sup> A estratégia silenciosa da comunidade xiita de Foz do Iguaçu foi, inclusive, noticiada pela Folha de São Paulo, em 18 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1812200604.htm> Acesso em 29 de abril de 2016.

é a questão do financiamento de atividades de grupos fora do país. A remessa de dinheiro daqui para o exterior, para grupos que poderiam parecer de caridade, mas no fundo estão ligados a grupos terroristas” como o Hezbollah, no Líbano e o Hamas e a Jihad Islâmica, na Palestina, afirmou o diplomata. A opinião dele contraria a posição da colônia árabe de Foz, de 12 mil pessoas. Ela sustenta que os recursos são enviados para parentes e casas assistenciais que atendem órfãos e viúvas de vítimas de conflitos no Líbano e nos territórios palestinos. Argumenta, ainda, que o Hezbollah, por exemplo, é um partido legalizado no Líbano, inclusive com parlamentares, porém é considerado terrorista pelos EUA. *Mas para Monblatt, o dinheiro poderia ser remetido para organizações independentes como o Crescente Vermelho, Governo do Líbano ou Autoridade Palestina. Questionado se a recomendação poderia soar como uma interferência, o ex-subsecretário antiterrorismo do Departamento de Estado dos Estados Unidos disse que “a escolha é voluntária. Eles podem seguir o que estão fazendo, mas se o fazem assim, vão continuar com o problema. (Secretário da OEA faz um apelo para árabes de Foz do Iguaçu, FOLHA DE LONDRINA, 3 de agosto de 2003, p.7, grifo nosso)*

Alguns informantes relataram que tiveram suas contas bancárias fechadas e, até hoje, são submetidos a um trâmite bancário diferenciado quando necessitam fazer remessa de divisa para familiares, instituições e até mesmo para o pagamento de mercadorias importadas para revenda. Também houve a quebra do sigilo bancário de vários membros das comunidades árabe-muçulmanas sem que houvesse o processo legal para tal autorização. A maior parte das acusações de arbitrariedades – sobretudo por parte do governo paraguaio – são apontadas pelos imigrantes libaneses. Entre os palestinos entrevistados, não houve tantos relatos de supressão arbitrária de direitos. No entanto, é notório que não se sentem à vontade para conversar sobre seu posicionamento em relação ao *Hamas* – organização que controla a Faixa de Gaza, também incluída na lista de *Foreign Terrorist Organizations* norte-americana. Um dos entrevistados chegou a afirmar que todos os palestinos da Tríplice Fronteira são apoiadores do *Fatah*, muitos inclusive, são filiados ao partido e, portanto, não haveria apoiadores do *Hamas* na região. A maior parte dos entrevistados palestinos, no entanto, concordou em conversar sobre a situação política atual da Palestina, porém sem entrar em “temas políticos controversos”.

O sentimento de intensa vigilância ficou claro quando, durante uma entrevista com um membro da comunidade palestina da Tríplice Fronteira, em seu escritório, chegou um fotógrafo *freelancer* solicitando para que apresentasse o trabalho realizado, há alguns anos, na Faixa de Gaza e *West Bank*. O objetivo do fotógrafo era angariar fundos para viajar, novamente, à Palestina e realizar novos trabalhos. Após a apresentação e saída do fotógrafo do escritório, o entrevistado comentou “pessoas assim nos procuram todos os dias, a realidade é que nunca sabemos quem são de verdade”, fazendo uma menção à possibilidade iminente de infiltração por parte de agentes policiais à serviço de norte-americanos e israelenses.

Outro ponto que vale a pena ser abordado foi colocado pelas muçulmanas entrevistadas. Durante uma palestra na UNILA, no Dia do Muçulmano – 12 de maio – a vereadora Anice Gazzaoui (PTN), relatou que, no clima de intensas difamações às comunidades muçulmanas da região, logo após os atentados de 11 de setembro, muitas mulheres muçulmanas –facilmente identificáveis pelo uso do *hijab* foram hostilizadas. Da mesma maneira, muitas muçulmanas relataram que se sentem discriminadas e vulneráveis diante da arbitrariedade e das ameaças conduzidas por membros da polícia paraguaia – o receio, naturalmente, tem a ver com as acusações que podem ser perpetradas contra suas famílias – a maior parte dos homens comerciantes trabalham em Ciudad del Este. É claro que o fator de gênero pesa em qualquer situação. Mulheres se sentem intimidadas por policiais homens, em quase todas as ocasiões. No caso específico das muçulmanas, foi relatado que o uso do véu constitui um fator a mais de discriminação.

Até mesmo eu, enquanto pesquisadora e em contato constante com as comunidades árabes muçulmanas da região passei por uma situação “inusitada”. Enquanto fazia o *check in* para viajar para o Rio de Janeiro, durante as Olimpíadas de 2016, fui informada de que teria que passar por uma revista da Polícia Federal. Só comecei a questionar a “aleatoriedade” da escolha quando os policiais começaram a retirar cada papel de dentro da minha carteira. Quando questionei sobre os critérios da “lista” supostamente “aleatória” - conforme informações da agente de viagens da empresa aérea -, fui informada, por um dos policiais federais que se tratava de “uma lista enviada de fora”. Os policiais seguiram perguntando, de forma recorrente, o motivo de minha visita ao Rio de Janeiro – até que na terceira vez que essa pergunta me foi feita – cada vez de uma maneira diferente -, um dos policiais comentou o meu forte “sotaque”. De fato, minha família é do Rio de Janeiro, cidade onde eu sempre morei, desde pequena e eu estava indo visitar a minha mãe. Logo em seguida, fui liberada. Claro que eu perguntei se a “revista especial” tinha a ver com a minha pesquisa, mas os policiais não responderam, mantendo-se em silêncio.

O caso de Barakat parece ter sido o extremo da situação que permeou – e de alguma maneira, ainda permeia, embora, no momento, a situação esteja mais amena que no período imediatamente pós-11/09 – a rotina dos muçulmanos na Tríplice Fronteira. O clima de intensa vigilância e a apreensão de que, em qualquer momento, religião e posicionamento político em relação a temas de seus países de origem, podem ser motivo de detenção - sob acusações de crimes que, na realidade, nada tem a ver com violência política -, permeia essas comunidades. Por meio das entrevistas e conversas informais, foi possível perceber que o caso Barakat chegou

no limite, mas as condições pelas quais o esse libanês passou – como extorsão, falsas acusações, violações financeiras, apreensão de mercadorias, difamação, entre outros -, que precederam sua prisão, foram – e ainda são - comuns a muitos membros da comunidade.

## CONCLUSÃO

A análise da conjuntura do processo securitário da cidade de Foz do Iguaçu, no contexto da Tríplice Fronteira, sob a perspectiva sociológica da Teoria da Securitização – considerando a configuração de circunstâncias incluindo o contexto, a disposição psicocultural das audiências, as relações de poder vigente entre ator securitizador e as audiências e entre as diferentes audiências – nos leva a crer que as investidas dos agentes securitizadores não foram endossadas pelas audiências, em nível moral ou formal. O prejuízo econômico causado à cidade por conta da queda do turismo levou a um duro posicionamento da audiência formal e moral em nível local. Por outro lado, o habitus que permeia a política de Estado brasileira no que concerne à observância das causas subjacentes do terrorismo e à preservação da harmonia social por meio de discursos que valorizam a multi-etnicidade social e rechaçam a estigmatização de comunidades étnicas e religiosas, garantiam um firme posicionamento do Ministério das Relações Exteriores em relação aos discursos de securitização da Tríplice Fronteira. O governo, no entanto, apoia medidas de militarização da fronteira no sentido de combater crimes transnacionais como narcotráfico, contrabando, tráfico de armas entre outros.

Dentro das premissas da Teoria da Securitização, o processo de securitização tem êxito quando determinada questão passa do status de politizado para securitizado, levando à adoção de medidas de exceção devido ao reconhecimento de uma ameaça existencial que requer medidas emergenciais e condução de ações que ultrapassam os procedimentos políticos normais (BUZAN et al, 1998, p. 23). Nesse sentido, podemos afirmar que o tema da Tríplice Fronteira foi politizado pelo Estado brasileiro mas não podemos afirmar que foi, de fato, securitizado,

tendo em vista que nunca houve reconhecimento, por parte das audiências, de uma ameaça existencial representada pela presença de organizações terroristas na região, tampouco adoção de medidas de exceção que caracterizassem tal processo.

Entretanto, sob os pilares da perspectiva sociológica da securitização, é possível afirmar que a adoção de normas e práticas hegemônicas por parte do Estado brasileiro, no intuito de manter uma postura cooperativa no âmbito multilateral - e evitar sanções por arte de Estados centrais – acaba por disseminar, sobretudo entre as instituições policiais nacionais, uma perspectiva ideológica hegemônica que, por vezes, tem consequências nefastas sobre determinados grupos sociais. No caso da Tríplice Fronteira, notoriamente, as comunidades árabes muçulmanas locais. Nesse sentido, podemos dizer que, nos moldes da Teoria da Securitização, não houve, de fato, a securitização, por parte do Estado brasileiro, da suposta ameaça terrorista internacional na cidade de Foz do Iguaçu. No entanto, as consequências da iniciativa de securitização foram nefastas para a cidade e, sobretudo, para as comunidades árabes-muçulmanas da região.

No caso brasileiro, os discursos norte-americanos não foram oficialmente endossados, pelo contrário, foram, recorrentemente, rechaçados. Apesar da posição contrária do governo brasileiro, o país foi extremamente cooperativo no âmbito multilateral, adotando normas e práticas que internalizam, em suas instituições, uma percepção ideológica hegemônica acerca da questão específica as comunidades árabes muçulmanas na região. Cumpre apontar que, embora o governo brasileiro rejeite as acusações acerca de existência de células terroristas na Tríplice Fronteira, o governo assume que existe um problema de segurança pública na região, representada, sobretudo, pela prática de crimes de contrabando, tráfico de drogas e armas e lavagem de dinheiro e não se opõe a medidas de segurança que permeiam a militarização da região sob o aval desse discurso.

O não endosso, ou melhor, a rejeição dos discursos do ator securitizador por parte das audiências foi fundamental para o não êxito da iniciativa de securitização de Foz do Iguaçu – no contexto dos discursos acerca da presença de “ameaça terrorista” na Tríplice Fronteira. O papel das audiências formais é sempre o mais relevante nos processos de securitização, tendo em vista que são essenciais para a aceitação efetiva da existência de determinada ameaça e a consequente mobilização do Estado por meio de medidas emergenciais. O papel das audiências morais, no entanto, também é muito importante, uma vez que estas exercem pressão sobre as audiências formais para aceitação, ou não, de discursos de securitização. Além do mais, as

consequências dos processos de securitização, normalmente, pesam sobre o público em geral – seja por meio de aumento de tributos, seja por meio das consequências da militarização ou ainda da suspensão, mesmo que temporária, de direitos civis por “questões de segurança”.

Nesse diapasão, as unidades e níveis de análise propostos pela perspectiva sociológica da Teoria da Securitização foram elucidativos para o entendimento da iniciativa de securitização da região. No entanto, é necessário ir além da determinação da securitização ou da não securitização de determinado objeto referente simbólico. A iniciativa de securitização, por si só, pode trazer muitos transtornos quando a ameaça simbólica é representada por grupos sociais. A situação de securitização, nesse caso específico, pode acabar recaindo apenas a determinado grupo social, gerando sérias consequências para essas pessoas. No caso de Foz do Iguaçu, embora não possamos afirmar que os discursos de securitização tenham ultrapassado o nível de mobilização de securitização – ou *securitizing move* -, mas, definitivamente, medidas de exceção foram adotadas contra uma parcela da população. Nesse caso, as consequências dos discursos do ator securitizador foram extremamente negativas para as comunidades árabes-muçulmanas da região.

## BIBLIOGRAFIA

ABBOTT, Philip K. Terrorist Threat in the Tri-Border-Area: myth or reality? *Military Review*, jan/fev, 2005. Disponível em: <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/milreview/abbott.pdf>

AMARAL, Arthur Bernardes. **A tríplice fronteira e a guerra ao terror**. Rio de Janeiro: Apicuri (2010).

AMORIM, Filho; BUENO, Oswaldo. **A geopolítica e a primeira guerra do século XXI**, in Brant, Leonardo Nemer Caldeira (org.), **Terrorismo e direito: os impactos do terrorismo na comunidade internacional e no Brasil – perspectivas político-jurídicas**, Rio de Janeiro, Forense, 2003.

AMORIM, Celso. **O Brasil e os novos conceitos globais e hemisféricos de segurança**, in Brasil, Ministério da Defesa, Seminário “Atualização do pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança”, disponível em: <https://www.defesa.gov.br/enternet/sitios/internet/ciclododebates/textos.htm> Acesso em 12/07/2016.

ANKER, E. **Villains, victims and heroes: melodrama, media and September 11**. *Journal of Communication*, 55 (1) p. 22-37, 2005.

ARIAS, Jaime O. Castillo. **Information Sharing About International Terrorism in Latin America**. Naval Postgraduate School, Monterrey, California, June 2005.

AUSTIN, J. **How to do things with words**. Cambridge, MA. Harvard University Press, [1962]1975.

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

AYOOB, Mohammed. **The Third World Security Predicament: State Making, Regional Conflict, and the International System**. Lynne Rienner, Boulder, 1995.

BALZACQ, Thierry. **Construtivism, pragmatism and security studies**, PhD Thesis, University of Cambridge, 2003.

\_\_\_\_\_. **The Pragmatic Act of Security: Politics and Methods**. Unpublished Manuscript (não publicado), 2004

\_\_\_\_\_. **The three faces of securitization: Political agency, audience and context**. *European Journal of International Relations*, 11 (2) p. 171-201. 2005

\_\_\_\_\_. **Construtivism and Securitization Studies**. Em V. Mauer e M. Dunn Caveltly. **HANDBOOK OF SECURITY STUDIES**, London, Routledge, 2009.

\_\_\_\_\_. **Securitization Theory: how security problems emerge and dissolve**. *New Security Studies*, PRIO, Routledge, 2011.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Tradução de Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BALZACQ T., & CARRERA, S. **Security versus freedom? A challenge for Europe's future**, Aldershot, Ashgate, 2006.

\_\_\_\_\_. **Migration, borders, and asylum: trends and vulnerabilities, in Europe Policies**, Brussels. Centre for European Policy Studies, 2005.

BALZACQ, Thierry & LÉONARD, Sara. **Theory and evidence in securitization studies**, Mimeo, 2009.

BALZACQ, T.; BASSARAN, T.; BIGO, D.; GUITTET, E. e OSOLON, C. **Security practices**. International Studies Encyclopedia, Oxford, Blackwell, 2010.

BARTHWALL-DATTA, M. **Securitizing threats without the state: A case study of misgovernance as a security threat in Bangladesh**. Review of International Studies, 35(2), p. 277-300, 2006.

BARBOSA, Rubens. **Post 9/11: A Brazilian View**, World Policy Journal, v. 20, n. 3, Fall 2003.

BANDEIRA, Moniz, L. A. **As Relações Perigosas: Brasil-estados unidos (de collar a lula, 1990-2004)**. Editora Record, 2004.

BARTOLOMÉ, Mariano César. **A Tríplice Fronteira: principal foco de insegurança no cone sul-americano**. Military Review (edição brasileira). 2 trim. 2003, p. 22-35. Disponível em: [http://usacac.army.mil/CAC2/Repository/materials/MilitaruReview\(POR\)-200306300001-DOC.pdf](http://usacac.army.mil/CAC2/Repository/materials/MilitaruReview(POR)-200306300001-DOC.pdf) Acesso em 22/05/2016

BÉLIVEAU, Verónica; MONTENEGRO, Silvia. **La Triple Frontera: Globalización y construcción social del espacio. Buenos Aires**. Mino y Dávila, 2006.

BIGO, D. e TSOUKALA, A. **Terror, insecurity and liberty. Illiberal practices of liberal regimes after 9/11**, Routledge, New York, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Language and symbolic order**, Polity Press, Cambridge, 1991.

\_\_\_\_\_. **The logic of practice**, Polity Press, Cambridge, 1990.

\_\_\_\_\_. **Language and symbolic power**, Polity Press, Cambridge, 1984.

\_\_\_\_\_. **Symbolic power**, Critique of Anthropology, 4(13-14) p. 77-85, 1979.

\_\_\_\_\_. **A Distinção crítica social do julgamento**. Editora Zouk, 2006.

BRUZONNE, Elsa M. **El agua potable. Nuevo recurso estratégico del siglo XXI. El caso particular del Acuífero Guaraní**. In: Las Tropas Norte-Americanas Y la Geografía del Saqueo: América Latina, Mercosur y Paraguay en la Mira. MILAN, Santiago. Editora Base investigaciones sociales, Asunción, Paraguay, 2005.

BUBANDT, N. Vernacular security: **The politics of feeling safe in global, national, national and local worlds**, *Security Dialogue*, 36(3), p. 275-296, 2005.

BUZAN, B., **Rethinking security after the Cold War**, *Cooperation and Conflict*, 32(1), p.5-28, 1997.

\_\_\_\_\_. **People, States and Fear: The national security problem in international relations**, University of North Carolina Press, Chapel Hill, 1983.

\_\_\_\_\_. **From International System to International Society: Structural Realism and Regime Theory Meet the English School**. *International Organizations*, n. 47 v. 3 p. 327-352, 1993.

BUZAN, B & HANSEN, L. **The evolution of International Security Studies**, Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, B. & LITTLE, R. **Why International Relations has failed as an intellectual project and what to do about it**, *Millenium*, 30(1), p.19-39, 2001.

BUZAN, B. & WAEVER, O. **Macro-securitization and security constellations: reconsidering scale in securitization theory**, *Review of International Studies*, 35(2), 253-276, 2009.

\_\_\_\_\_. **Regions and powers**, Cambridge University Press, Cambridge, 2003.

\_\_\_\_\_. **Slippery? Contradictory? Sociologically untenable? The Copenhagen School replies**. *Review of International Studies*, 23(2), 241-250, 1997.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; & DE WILDE, J. **Security: A new framework for analysis**. Lynne Rienner, Boulder, 1998.

CAREY, Bruce. **Congress Warned about New Hemispheric Terrorism**. The United States Information Agency (USIA), 28 set. 1995. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/news/1995/45705117-45709085.htm>>. Acesso 15 set. 2007.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. **Processos de transfronteirização na Bacia do Prata: a Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai**. Tese de Doutorado - UFRGS, Porto Alegre, 2013.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira e RUCKERT, Aldomar Arnaldo. **Estratégias de cooperação e desenvolvimento nas fronteiras do MERCOSUL: a Região Transfronteiriça do Iguaçú**. *Anais: Encontros Nacionais da ANPUR* 15 (2013).

CARRANCIO, Magdalena. Las repercusiones del conflicto de Medio Oriente en la Política Exterior argentina. In: **La Política Exterior Argentina 1994/1997**. Rosario, Argentina: Ediciones CERIR, 1998.

CHIPMAN, John. **The future of Strategic Studies: Beyond Grand Strategy**. *Survival* n. 34 v. 1 p. 109-131, 1992.

CHOMSKY, Noam. **9-11**, trad. port. de L.A. Aguiar, 11 de setembro, 3ª ed., Rio de Janeiro,

Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **Fateful Triangle: The United States, Israel, and the Palestinians**. South End Press, 1999.

CIRINO, Julio A.; ELIZONDO, Silvana L. WAWRO, Geoffrey. **Latin America's Lawless Areas and Failed States: An Analysis of the "New Threats"**. In: TAYLOR, Paul D. (Org). *Latin American Security Challenges: a collaborative inquiry from north and south*. Naval War College, 2004.

CORACH, Carlos; BAIZAN, Mario. **La respuesta argentina frente al terrorismo**. Buenos Aires: Fupomi Editores, 2002. Disponível em: <http://www.fupomi.com.ar/img/Libro.pdf> Acesso em 03 de julho de 2016.

COWLES, Leila Rachid. A Latin Border Zone. **The New York Times**, Nova York, 03 out. 2001. Disponível em: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9405E7DE103DF930A35753C1A9679C8B63>. Acesso em 13. abr. 2007.

CURI, Walter. Menem ordenó a Corach moderar sus denuncias. **Clarín**, Buenos Aires, 22 nov. 1997. Disponível em: <http://www.clarin.com/diario/1997/11/22/t-01201d.htm>. Acesso em: 13. abr. 2007.

CRAWFORD, Neta, C. **Understanding discourse: A method of ethical argument analysis, Qualitative Methods**, 2(1), p. 22-25, 2004.

CUNHA, Ciro Leal M. da. **Terrorismo internacional e a política externa brasileira após o 11 de setembro** / Ciro Leal M. da Cunha. — Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

DE BRUIJN, A. e HUFEN, H.A.M. **The traditional approach to policy instruments**, In: PETERS, B.G. e NISPEN, K.M.V., *Public policy instruments: Evaluating the tools of public administration*, Edward Elgar, New York, 1998.

DIAZ, Tom & NEWMAN, Barbara. **Lightning out Lebanon: Hezbollah Terrorists in American Soil**. New York : Presidio/Random House, 2005.

DOWBOR, Ladislau. **A rede do poder corporativo mundial**. São Paulo, 2012. Disponível em [http://www.smabc.org.br/Interag/temp\\_img/%7BBE58E-90DD-4C7E-8EDB-E9E881AC237E%7D\\_11-poder-corporativo-mundial.pdf](http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7BBE58E-90DD-4C7E-8EDB-E9E881AC237E%7D_11-poder-corporativo-mundial.pdf)

DUPAS, G. Fundamentos, contradições e conseqüências hegemônicas, in *Política Externa* 3 (2002-2003), p. 16.

EDELMAN, M. **Constructing the political spectacle**, The University of Chicago Press, Chicago, 1988.

EGLASH, Ruth. 'Black cloud still hovers over our [Buenos Aires] community'. **The Jerusalem Post**, Jerusalem, 14 fev. 2008. Disponível em: [http://www.jpost.com/servlet/Satellite?cid=1202742151884&pagename=JPost%](http://www.jpost.com/servlet/Satellite?cid=1202742151884&pagename=JPost%7B)

2FJParticle%2FShowFull

EMIRBAYER, M. **Manifesto for a relational sociology**, American Journal of Sociology 103(2), p.281-317, 1997.

EMIRBAYER, M. & MISCHÉ, A. **What is agency?** The American Journal of Sociology, 103(4) p. 962-1023, 1998.

ESCODÉ, Carlos; GUREVICH, Beatriz. Limits to governability, corruption and transnational terrorism: the case of the 1992 and 1994 attacks in Buenos Aires. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe** - Tel Aviv University, v. 14, n. 2, jul/dez. 2003. Disponível em: <[http://www.tau.ac.il/eial/XIV\\_2/index.html](http://www.tau.ac.il/eial/XIV_2/index.html)>. Acesso em: 06 Set. 2007.

ESTADOS Unidos acusó Irán de apoyar los atentados antijudíos. **La Nación**, Buenos Aires, 29 jul. 1994b.

ESTADOS Unidos apoya una ruptura con Irán. **La Nación**, Buenos Aires, 18 ago. 1994a.

ESTADOS UNIDOS. Departamento de Estado. Escritório de Assuntos Internacionais de Narcóticos e Garantia da Lei. **International Narcotics Control Strategy Report 1998**, Washington, DC: GPO, 1999b. Disponível em: <<http://www.state.gov/p/inl/rls/nrcrpt/>>.

\_\_\_\_\_. Departamento de Estado. Gabinete do Coordenador de Contraterrorismo. **Country Reports on Terrorism 2004**, Washington, DC: GPO, 2005. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/ct/rls/crt/>>.

\_\_\_\_\_. Departamento de Estado. Gabinete do Coordenador de Contraterrorismo. **Patterns of Global Terrorism 2003**, Washington, DC: GPO, 2004. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/ct/rls/crt/>>.

\_\_\_\_\_. Departamento de Estado. Gabinete do Coordenador de Contraterrorismo. **Patterns of Global Terrorism 2002**, Washington, DC: GPO, 2003. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/ct/rls/crt/>>.

\_\_\_\_\_. Departamento de Estado. Gabinete do Coordenador de Contraterrorismo. **Patterns of Global Terrorism 2001**, Washington, DC: GPO, 2002. Disponível em: <<http://www.state.gov/s/ct/rls/crt/>>.

\_\_\_\_\_. Departamento de Estado. Gabinete do Coordenador de Contraterrorismo. **Patterns of Global Terrorism 2000**, Washington, DC: GPO, 2001.

\_\_\_\_\_. Departamento de Estado. Gabinete do Coordenador de Contraterrorismo. **Patterns of Global Terrorism 1999**, Washington, DC: GPO, 2000. Disponível em: <[http://www.state.gov/www/global/terrorism/annual\\_reports.html](http://www.state.gov/www/global/terrorism/annual_reports.html)>.

\_\_\_\_\_. Departamento de Estado. Gabinete do Coordenador de Contraterrorismo. **Patterns of Global Terrorism 1998**, Washington, DC: GPO, 1999a. Disponível em: <[http://www.state.gov/www/global/terrorism/annual\\_reports.html](http://www.state.gov/www/global/terrorism/annual_reports.html)>.

\_\_\_\_\_. Departamento de Estado. Gabinete do Coordenador de Contraterro- rismo. **Patterns of Global Terrorism 1997**, Washington, DC: GPO, 1998. Dis- ponível em: <[http://www.state.gov/www/global/terrorism/annual\\_reports.html](http://www.state.gov/www/global/terrorism/annual_reports.html)>.

\_\_\_\_\_. Departamento de Estado. Gabinete do Coordenador de Contraterro- rismo. **Patterns of Global Terrorism 1996**, Washington, DC: GPO, 1997. Dis- ponível em: <[http://www.state.gov/www/global/terrorism/annual\\_reports.html](http://www.state.gov/www/global/terrorism/annual_reports.html)>.

\_\_\_\_\_. Departamento de Estado. Gabinete do Coordenador de Contraterro- rismo. **Patterns of Global Terrorism 1995**, Washington, DC: GPO, 1996b. Dis- ponível em: <[http://www.state.gov/www/global/terrorism/annual\\_reports.html](http://www.state.gov/www/global/terrorism/annual_reports.html)>.

\_\_\_\_\_. Departamento de Estado. Gabinete do Coordenador de Contraterro- rismo. **Patterns of Global Terrorism 1994**, Washington, DC: GPO, 1995. Dis- ponível em: [www.fas.org/irp/threat/terror\\_94/index.html](http://www.fas.org/irp/threat/terror_94/index.html)

\_\_\_\_\_. Departamento de Estado. Gabinete do Coordenador de Contraterro- rismo. **Patterns of Global Terrorism 1993**, Washington, DC: GPO, 1994. Dis- ponível em: <[www.fas.org/irp/threat/terror\\_93/index.html](http://www.fas.org/irp/threat/terror_93/index.html)>.

\_\_\_\_\_. Departamento de Estado. Gabinete do Coordenador de Contraterro- rismo. **Patterns of Global Terrorism 1992**, Washington, DC: GPO, 1993. Dis- ponível em: <[www.fas.org/irp/threat/terror\\_92/index.html](http://www.fas.org/irp/threat/terror_92/index.html)>.

\_\_\_\_\_. **A National Security Strategy of Engagement and Enlargement**. The White House, fev. 1996. Disponível em: <<http://www.fas.org/spp/military/docops/national/1996stra.htm>>.

\_\_\_\_\_. **National Security Decision Directives (NSDD) 221 - Narcotics and National Security**, 08 abr. 1986. Disponível em: <[www.fas.org/irp/offdocs/nsdd/23-2767a.gif](http://www.fas.org/irp/offdocs/nsdd/23-2767a.gif)>. Para o documento completo, ver <<http://www.fas.org/irp/offdocs/nsdd/nsdd-221.htm>>.

ESPINOLA, Cláudia Voigt. **O véu que (des)cobre: Etnografia da comunidade árabe muçulmana em Florianópolis**. Tese de Doutorado em Antropologia Social – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

FARHAT, Ali Salman; GIULIAN, Fernanda Regina da Cunha. **Terrorista por Encomenda: Discurso midiático e geração do homem-símbolo na fronteira**, 2009.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**, 1961.

FERREIRA, Marcos Alan Fagner. **A política de segurança dos Estados Unidos e a tríplice fronteira no pós 11 de setembro: uma análise dos interesses norte-americanos e o posicionamento brasileiro**. 2010.

FIRMAN convenio de seguridad fronteriza. **Clarín**, Buenos Aires, 07 fev. 1996. Disponível em: <<http://www.ser2000.org.ar/protect/Archivo/d000c86a.htm>>.

FISK, Robert. **Pobre Nação: As Guerras do Líbano no Século XX**. Editora Record, 2007 (2001).

\_\_\_\_\_. **The great war for civilisation: The conquest of the Middle East.** Vintage, 2007.

FOGEL, Ramón. **La región de la triple frontera: territorios de integración y desintegración.** Sociologias, Porto Alegre, ano 10, n. 20, jun/dez. 2008 p. 270-290. Disponível em: [http://www.portalguarani.com/804\\_ramon\\_fogel/26319\\_la\\_region\\_de\\_la\\_triple\\_frontera\\_territorios\\_de\\_integracion\\_y\\_desintegracion\\_ramon\\_fogel.html](http://www.portalguarani.com/804_ramon_fogel/26319_la_region_de_la_triple_frontera_territorios_de_integracion_y_desintegracion_ramon_fogel.html)

FOUCAULT, M. **Power/Knowledge,** Pantheon Books, New York, 1980.

GALHARDO, Reinaldo. **Fundamentalismo Islâmico e os seus efeitos globais. O BraZil na rota do terror?** All Print Editora, 2012.

GEORGE, A.L.e BENNET, A. **Case studies and theory development in the social sciences,** MIT Press, Cambridge, 2005.

GRAY, Colin. **New directions for Strategic Studies: How can theory help practice?** Security Studies n.1 v. 4 p. 610-635, 1994.

GREENWALD, A. G.; LEIPPE, M. R.; PRATKANIS, A. R. & BAUMGARDNER, M. H. **Under what conditions does theory obstruct research progress.** Psychological Review, 93(2) p. 216-229, 1986.

GREGORY, V. (1997). **Os Euro-brasileiros e o Espaço Colonial: a dinâmica da colonização no oeste do Paraná nas décadas de 1940 a 1970.** Tese de doutorado em História Social. Niterói, Universidade Federal Fluminense.

GUSFIELD, J. R. **The culture of public problems: Drinking, driving and the symbolic order.** The University of Chicago Press, Chicago, 1981.

HABERMAS, J. **Theory of communicative action, v.1: Reason and rationalization of society.** Beacon Press, Boston, 1984

HAMZEH, A. Nizar. **Lebanon's Hizbullah: from Islamic revolution to parliamentary accommodation,** *Third World Quarterly*, Vol 14, n. 2, 1993.

HANSEN, Lene. **The Conceptualization of Security in Poststructuralist IR Theory.** MA Thesis. Institute of Political Science, University of Copenhagen, 1994.

HERSH, Seymour M. **Cadeia de Comando.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

HERZ, Mônica. **Política de Segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria.** Estudos Avançados, USP, v. 16, n46, p. 85-104, 2002.

HOFFMAN, Bruce. **Inside Terrorism.** New York: Columbia University Press, 2006.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes.** São Paulo: Cia. Das Letra, 2006

HUDSON, Peter. **There are no terrorists here. In A Lawless No Man's Land Deep in the Heart of South America,** Muslims Face Down a Suspicious World. Newsweek, 19 nov

2001. Disponível em: <http://www.newsweek.com/id/76396> Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

HUDSON, Rex. **Terrorist and Organized Crime Groups in the Tri-Border-Area (TBA) of South America**. Federal research Division, The Library of Congress, Washington DC, Government Printing Office (GPO), jul. 2003. Disponível em: [www.loc.gov/rr/frd/fdf-files/TerrOrgCrime\\_TBA.pdf](http://www.loc.gov/rr/frd/fdf-files/TerrOrgCrime_TBA.pdf) Acesso em 12 de junho de 2016.

HUNTINGTON, Samuel P. **The clash of civilizations and the remaking of world order**. Penguin Books India, 1997.

HUYSMANS, J. **The jargon of exception – On Schmitt, Agamben and the absence of political society**, *International Political Sociology* 2(2) p. 165-183, 2008.

\_\_\_\_\_. **The politics of insecurity: fear, migration and asylum in the EU**, Routledge, London, 2006.

\_\_\_\_\_. **Minding exceptions. Politics of insecurity and liberal democracy**. *Contemporary Political Theory* 3(3) p.321-341, 2004.

\_\_\_\_\_. **Defining social constructivism in security studies. The normative dilemma of writing security**, *Alternatives*, 27 Special Issue, p. 41-62, 2002.

\_\_\_\_\_. **The European Union and the securitization of migration**. *Journal of Common Market Studies*, 38(45), p. 751-777, 2000.

\_\_\_\_\_. **Security! What do you mean? From concept to thick signifier**. *European Journal of International Relations*, 4(2) p. 226-255, 1998a

\_\_\_\_\_. **Revisiting Copenhagen: Or, on the creative development of a security agenda in Europe**. *European Journal of International Relations*, 4(4) p. 479-505, 1998b

\_\_\_\_\_. **Migrants as security problem: Dangers of securitizing societal issues**, in: MILES, R. e THRAHARDT, D. *Migrations and European integration: The dynamics of inclusion and exclusion*, Pinter, London, 1995.

JAHN, Egbert; LAMAITRE, Pierre; WAEVER, Ole. **Concepts of Security: Problems of Research on Non-Military Aspects**. Copenhagen Papers n. 1. Centre for Peace and Conflict Research, 1987.

JARDIM, D. F. **Palestinos no Extremo Sul do Brasil: identidade étnica e os mecanismos sociais de produção da etnicidade (Chuí/RS)**. Tese de doutorado em Antropologia Social Rio de Janeiro, UFRJ/PPGAS/Museu Nacional, 2000.

KARAM, John Tofik. **Atravessando as Américas: a “guerra ao terror”, os árabes e as mobilizações transfronteiriças em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este** In: MACAGNO, Lorenzo; Montenegro, Silvia; BÉLIVEAU, Verónica Giménez. *A Tríplice Fronteira: Espaços Nacionais e Dinâmicas Locais*, Editora UFPR, Curitiba, PR, 2011.

KEAN, Thomas H.; HAMILTON, Lee H. **The 9/11 Commission Report: Final Report of the National Commission on Terrorist Attacks upon the United States**. Washington:

Government Printing Office, 22 de Julho de 2004. Disponível em: <http://www.9-11commission.gov/report/911Report.pdf> Acesso em 20 Jun. 2016.

KINZER, Stephen. **Todos os Homens do Xá: o Golpe Norte-Americano no Irã e as Raízes do Terror no Oriente Médio**. Bertrand Brasil, 2004.

KITTNER, Cristina C. B. **The role of safe havens in Islamic terrorism**. *Terrorism and Political Violence*, v. 19, n. 3, p. 307-329, set. 2007.

KRATOCHWILL H. **Migraciones, circulaciones de personas y política migratoria en el Mercosul**. In: Patarra, Neide (org.). *Migrações Internacionais: herança XX, agenda XXI*. FNUAP, Campinas, São Paulo, 1996.

KRUEGER, Alan. **What Makes a Terrorist: economics and roots of terrorism**. Princeton, NJ : Princeton Univ. Press, 2007.

LAMB, Robert et. al. **Ungoverned Areas and Threats from Safe Havens**. Washington, D.C. : Relatório final do projeto – Ungoverned Areas Project preparado para o Escritório do Sub-Secretário de Defesa para Planejamento de Políticas do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, 2007.

LAQUEUR, Walter. **Postmodern terrorism**, in *Foreign Affairs* 5 (1996).

LAQUEUR, Walter. **The new terrorism – fanaticism and the arms of mass destruction**, New York, Oxford University, 1999 p. 05.

LEAL, Ciro. **Terrorismo Internacional e Política Externa Brasileira após o 11 de setembro**. Dissertação apresentada no Mestrado em Diplomacia IRBr, 2004, 2005. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2010.

LEIKEN, R. S. **War on terror: Mexico more critical than ever for the US**, in *The Sacramento Bee*, 24.03.2002, disponível [on-line] in <http://www.brookings.edu/views/op-ed/leiken/20020324.htm> [13.11.2004]].

LÉONARD, Sara. **The “securitization” of asylum and migration in the European union: Beyond the Copenhagen School’s framework**, PhD Thesis, University of Wales, Aberystwyth, 2007.

LEWIS, Daniel K. **A South American Frontier: The Tri-border region** (Coleção Arbitrary Borders). New York: Chelsea House Publishers, 2006.

LITTLE, R. **International Relations and the methodological turn**, *Political Studies* 39(3) p. 463-478, 1991.

MACHADO, S. Regina. **Reordenação de identidade de imigrantes árabes em Foz do Iguaçu**. *Trab. linguist. apl.* vol.47 no.2 Campinas July/Dec. 2008 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-18132008000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132008000200006)

MARCIAL, Cynthia. **Evolución política de Hizbullah en Líbano y su impacto en el enfrentamiento armado del 2006**. Paper apresentado Paper apresentado na –1ra.

Jornada de Estudios Israel-Líbano||, Buenos Aires (Argentina), 26 jun. 2007. Disponível em:<http://www.mindef.gov.ar/image/banner%20RAEM/REAM-WEB%202007/1er.%20Jornada%20-%20Israel%20Libano%20%28Ponencias%29/PANEL%201/Panel%201-%20Ponencia%20de%20Cynthia%20Marcial.pdf>

MARTÍNEZ, Pablo Carlos. **Triple Frontera: un modelo de cooperación antiterrorista**. National Defense University, Center for Hemispheric defense Studies, REDES: 2005 Disponível em: <http://www.ndu.edu/chds/docUploaded/SRC05URU-PDF/Martinez-ARG-PonenciaMontevideo.pdf> Acesso em 28 de janeiro/2016

MCDONALD, M. **Securitization and the construction of security**. European Journal of International Relations, 14(4) p. 563-887, 2008.

MENDEL, William W. **Paraguai, Ciudad del Este e os novos centros de gravidade**. Military Review (Edição Brasileira), 2 trim., 2002 p. 44-51 Disponível em: [http://usacac.army.mil/CAC2/Repository/materials/MilitaryReview\(POR\)-200206300001-DOC.pdf](http://usacac.army.mil/CAC2/Repository/materials/MilitaryReview(POR)-200206300001-DOC.pdf) Acesso em 16/05/2016

MILLIKEN, J. **The study of discourse in International Relations: A critique of research and methods**. European Journal of International Relations, 5(2) p.225-254, 1999.

MONTENEGRO, Silvia. **Des-etnificação e Islamização: A identidade muçulmana na comunidade do Rio de Janeiro**. In: MONTENEGRO, Silvia; BENLABBAH, Fatiha. Muçulmanos no Brasil: Comunidades, Instituições e Identidades. 1ª Ed. Rosario: UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2013.

\_\_\_\_\_. **La Imigración Árabe em Paraguay**. In: AKMIR, Adeluahed (Org). Los Árabes em América Latina: História de uma Emigración. Madri. Siglo XXI, Casa Árabe, 2009.

MONTENEGRO, Silvia; BÉLIVEAU, Verónica G. **La Triple Frontera: Glabalización y Construcción Social del Espacio**. Madri: Miño y Dávila, 2006.

NAÍM, Moisés. **Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

NASCENTES DA SILVA, Luís Guilherme. **A estruturação de uma política internacional sobre anti-terrorismo sob a ótica da teoria dos regimes internacionais**, Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais da UnB, Brasília, 2003.

NASSER, Reginaldo. Os Estados Falidos: Novas ameaças e novas oportunidades, In: **Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões**. São Paulo. Editora Unesp. Programa San Tiago Dantas, 2009.

NEUMANN, I. B. **Discourse Analysis**, In: KLOTZ, A.; PRAKASH, D. Qualitative Methods in International Relations, UK, 2008.

NYE, Joseph. **The Contribution of Strategic Studies: Future Challenges**. Adelphi Paper n. 235. International Institute for Strategic Studies (IISS), London, 1989.

NYE, Joseph; LYNN-JONES, Sean. **International Security Studies**. International Security n. 12 v. 4 p. 5-27, 1988.

\_\_\_\_\_; **Introduction, in The Trilateral Commission, Addressing the new international terrorism: prevention, intervention and multilateral cooperation**, Washington DC, The Trilateral Commission, 2003.

O'BALLANCE, Edgar, *Civil War in Lebanon, 1975-92* (Nova York: St. Martin's Press, 1998), p. 148.

OLIVEIRA, R. C. **Os (Des)caminhos da Identidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 15, n.42, fevereiro, p. 07-21, 2000.

ONUF, Nicholas. **World of our making: Rules and rules in social theory and international relations**, University of South Carolina Press, Columbia, 1989.

PASQUINI, Gabriel. El contraterrorismo es la prioridad del FBI en el país. **La Nación**, Buenos Aires, 10 mai. 2001. Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota\\_id=334040](http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=334040)>.

PATRIOTA, Antônio. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**, Brasília, Instituto Rio Branco/Funag/Centro de Estudo Estratégicos, 1998).

PELLET, Alain, Terrorismo e guerra. O que fazer nas Nações Unidas?, in Brant, Leonardo Nemer Caldeira (org.), Terrorismo e direito: os impactos do terrorismo na comunidade internacional e no Brasil – perspectivas político-jurídicas, Rio de Janeiro, Forense, 2003.

PETERS, G.B. **The politics of tool choice**, In: SALAMON, L. The tools of government: A guide to the new governance, Oxford University Press, Oxford, 2002.

PETERS, G.B.; e VAN NISPEN, F.K.M. **Public Policy instruments, evaluating the tools of public administration**, Edward Elgar, Cheltenham, 1998.

PINTO, Paulo Gabriel Hilu da Rocha. **As Comunidades Muçulmanas na Tríplice Fronteira: Significados Locais e Fluxos Transnacionais na Construção de Identidades Étnico-Religiosas** In: MACAGNO, Lorenzo; Montenegro, Silvia; BÉLIVEAU, Verónica Giménez. A Tríplice Fronteira: Espaços Nacionais e Dinâmicas Locais, Editora UFPR, Curitiba, PR, 2011.

\_\_\_\_\_. **Imigrantes e Convertidos: Etnicidade e identidade religiosa nas comunidades muçulmanas no Brasil**. In: MONTENEGRO, Silvia; BENLABBAH, Fatiha. Muçulmanos no Brasil: Comunidades, Instituições e Identidades. 1ª Ed. Rosario: UNR Editora. Editorial de la Universidad Nacional de Rosario, 2013.

\_\_\_\_\_. **A História do Hezbollah**, Arquivo N, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y1zDmhugY6A> Acesso em 08 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Islã: Religião e Civilização: Uma Abordagem Antropológica**. Aparecida (SP); Santuário, 2010.

PROCÓPIO, Argemiro. **Terrorismo e relações internacionais**, in RBPI v.2 (2001).

\_\_\_\_\_, Argemiro. **A Amazônia Caribenha**, in RBPI v.2 (2007)

RABOSSI, Fernando. **Árabes e muçulmanos em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: notas para uma reinterpretação.** In SEYFERTH, G; PÓVOA, H. ZANINI, M. C.; SANTOS, M. (Org) *Mundos em Movimento: Ensaio sobre migrações.* Santa Maria. Editora da Universidade Federal de Santa Maria, p. 287-312, 2007.

\_\_\_\_\_. **Nas ruas de Ciudad del Este: Vidas e Vendas num Mercado de Fronteira.** Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Antropologia, Museu Nacional, 2004.

\_\_\_\_\_. **Como pensamos a Tríplice Fronteira?** In: MACAGNO, Lorenzo; Montenegro, Silvia; BÉLIVEAU, Verónica Giménez. *A Tríplice Fronteira: Espaços Nacionais e Dinâmicas Locais,* Editora UFPR, Curitiba, PR, 2011.

RECKWITZ, A. **Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing,** *European Journal of Social Theory,* 5(2) p. 243-263, 2002.

RIBEIRO, W. C. **Geografia política da água.** São Paulo: Annablume, 2008.

\_\_\_\_\_. **Aquífero Guarani: gestão compartilhada e soberania.** *Estud. av.* vol.22 no.64 São Paulo Dec. 2008 – Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142008000300014&script=sci\\_arttext&lng=esja.org](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142008000300014&script=sci_arttext&lng=esja.org)

RISEN, James. Top Hezbollah terrorist killed in car bomb. **International Herald Tribune, Paris,** 13 fev. 2008. Disponível em: <<http://www.ihf.com/articles/2008/02/13/mideast/profile.php>>

ROBERTS, Adam. **The role of humanitarian issues in international politics in the 1990s,** Paper apresentado na –First Conference of the Partnership for Peace Consortium of Defence Academies and Security Studies Institutes, Zurique (Suiça), 19 a 21 out 1998. Disponível em: [http://una.oxfordcity.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=43&Itemid=42](http://una.oxfordcity.org/index.php?option=com_content&task=view&id=43&Itemid=42). Acesso em: 18 jan 2016.

ROCHMAN, Alexandre Ratner. US Security Policy and South America after September 11: A Brazilian Perspective. In: MILLER, Mark J. & STEFANOVA, Boyka (ed.) **The War on Terror in comparative perspective: US security and foreign policy after 9/11.** London : Palgrave MacMillan, 2007.

ROE, P. **Actor, audience(s) and emergency measures: Securitization and the UK's decision to invade Iraq.** *Security Dialogue,* 39(6) p.615-635, 2008.

ROTHER, Larry. Terrorists Are Sought in Latin Smugglers' Haven, **The New York Times,** Nova York, 27 set. 2001. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9504E3DC113AF934A1575AC0A9679C8B63>>.

RUZICKA, J. **Have you seen a failure recently? Why failed cases of securitization matter.** Paper presented at the Annual Convention of International Studies Association (ISA), New York 15-18 fevereiro, 2009.

SAID, E. W. (1990) **Orientalismo: o oriente com invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras.

SALTER, M. B. **Securitization and desecuritization: A dramaturgical analysis of the Canadian Air Transport Security Authority**, *Journal of International Relations and Development*, 11(4) p. 321-349, 2008.

SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da USP, 1998.

SCHNEIDER, A. e INGRAM, H. **Social Construction of target populations: Implications for politics and policy**, *American Political Science Review*, 87(2) p. 334-337, 1993.

SEARLE, J. R. **The construction of social reality**, Free Press, New York, 1995.

\_\_\_\_\_. **Reiterating the differences: A reply to Derrida**, *Glyph*, 1 p. 198-208, 1977a

\_\_\_\_\_. **A classification of illocutionary acts**, in: COLE, P. e MORGAN, J. L. *Syntax and Semantics*, Vol. 3 *Speech Acts*, Academic Press, New York, 1977b.

SEARLE, J. R. e VANDERVEKEN, D. **Foundations of illocutionary logic**, Cambridge University Press, Cambridge, 1985.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu**, 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>

SEYFERTH, G. (1997). **A Assimilação dos Imigrantes como Questão Nacional**. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, vol. 3, n. 1. Rio de Janeiro, Contracapa, abril, p. 95-135.

SHELLEY, Louise I.; PICARELLI, John T. **Methods and Motives: Exploring Links Between Transnational Organized Crimes & International Terrorism**, 2005. Disponível em: <http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/211207.pdf> Acesso em 05 de maio de 2016.

SILVA, Nascentes da L. G. **A estruturação de uma política internacional sobre anti-terrorismo sob a ótica da teoria dos regimes internacionais**, Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais da UnB, Brasília, 2003., pp. 103-17.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. **Sociologia**. São Paulo: Ática, p. 182-188, 1983.

SKINNER, Quentin. **Visions of politics**, v. 1 *Regarding Method*, Cambridge University Press, Cambridge, 2002.

SOARES, Luiz Felipe de Macedo. O Brasil no cenário regional de defesa e segurança. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho; SILVA, R. Doring Pinho (orgs.). **O Brasil no Cenário Internacional de Defesa e Segurança**. Brasília : Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004.

SOUZA E SILVA, Antonio José Maria. **Combate ao terrorismo: a evolução do tratamento multilateral e os reflexos para o Brasil**, Tese (XLV Curso de Altos Estudos), Instituto Rio Branco, Brasília, 2003.

STRATFOR. Lebanon: Hezbollah's Mughniyah Killed. 13 fev. 2008. **Stratfor**. Disponível em: <[http://www.stratfor.com/analysis/lebanon\\_hezbollahs\\_mughniyah\\_killed](http://www.stratfor.com/analysis/lebanon_hezbollahs_mughniyah_killed)>.

STRITZEL, H. **Towards a theory of securitization: Copenhagen and beyond**. European Journal of International Relations, 13(3) p. 357-383, 2007.

SULLIVAN, Mark P. **Latin America: Terrorism Issues and Implications for US Foreign Policy**. CRS Report for Congress, 13 jan. 2001. Disponível em: <http://digital.library.unt.edu/govdocs/crs/permalink/meta-crs-6979:1>. Acesso em 27/06/2016.

\_\_\_\_\_. **Latin America: Terrorism Issued**. CRS Report for Congress. 14 jan 1005. Disponível em: <http://ftp.fas.org/sgp/crs/terror/RS21049.pdf>. Acesso em 18/06/2016

SVERDILICK, Ana R. **Terrorists and Organized Crime Entrepreneurs in the “Triple Frontier” among Argentina, Brazil and Paraguay**. Trends in Organized Crime, v.9, n. 2, Winter, 2005.

TEIXEIRA DA SILVA. Francisco Carlos. **O Brasil na crise internacional**. Escola Superior de Guerra e Laboratório de Estudos do Tempo Presente, 2001/2002. Disponível em: <[www.esg.br/cee/artigos/fcarlos1.pdf](http://www.esg.br/cee/artigos/fcarlos1.pdf)>. Acesso em: 06 Set. 2007.

TEIXEIRA, Tatiana. **Os Think Tanks e sua influência da política externa dos EUA: a arte de pensar o impensável**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. Columbia University Press, New York, 1992.

TRUZZI, O. M. S. **De Mascates a Doutores: sírios e libaneses no Brasil**. São Paulo: IDESP, 1991.

ULLMAN, Richard. **Redefining Security**. International Security, n. 8 v. 1 p. 129-153, 1983.

VAZ, Alcides Costa. **A Cooperação Multilateral frente ao Terrorismo Internacional: dimensões e desafios da participação brasileira**. In: BRASIL - Gabinete de Segurança Institucional/Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais. II Encontro de Estudos: Terrorismo. Brasília : GSI/PR, 2004.

VULTEE, F. **Securitization: A new approach to framing and media portrayals of the “war on terror”**, Journalism practice, 2010.

VUORI, J.A. **Illocutionary logic and strands of securitization – Applying the theory of securitization to the study of non-democratic political orders**, European Journal of International Relations, 14(1) p. 65-99, 2008.

WALT, Stephen. **The Renaissance of Security Studies**. International Studies Quarterly n. 35 v. 2 p. 211-239, 1991.

WAEVER, Ole. **Aberystwyth, Paris, Copenhagen: New “schools” in security theory and their origins between Core and Periphery**. Paper presented at ISA Annual Convention, Montreal, Canada, 2004.

\_\_\_\_\_. **Securitization: Taking stock of a research program in security studies**, Mimeo, 2003.

\_\_\_\_\_. **The EU as a security actor: Reflections from a pessimistic constructivist on post-sovereign security orders**, In: KELSTRUP, M. e WILLIAMS, M.C. *International Relations theory and the politics of European integration: Power, security and community*, Routledge, London, 2000.

\_\_\_\_\_. **Concepts of security**, PhD thesis, University of Copenhagen, p. 355-357, 1997.

\_\_\_\_\_. **Securitization and desecuritization**, In: R.D. Lipschutz (ed.), *On security*, Columbia University Press, New York, 1995.

\_\_\_\_\_. **Conflicts of vision: Visions of conflict**, In: WAEVER, O.; LEMAITRE, P. e TROMER, E.; *European polyphony: perspectives beyond East-West confrontation*, Macmillan, London, 1989.

WAEVER, Ole; BUZAN, Barry; KELSTRUP, Morten; LEMAITRE, Pierre. **Identity, Migration and the New Security Order in Europe**, Pinter, London, 1993.

WENDT, Alexander. **Social Theory of international politics**, Cambridge University Press, Cambridge, 1999.

WETHERELL, M. **Debates in discourse research**, In: WETHERELL, M; TAYLOR, S. e YATES, S. *Discourse theory and practice: A reader*, Sage, Thousand Oaks, CA, p. 380-399, 2001.

WHITE, E.E. **The context of human discourse: A configurational criticism of rhetoric**, University of South Carolina Press, Columbia, 1992.

WIEVIORKA, Michel. **The Making of Terrorism**. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.